

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS-MG

OTÁVIO JUNIO FARIA NEVES

**EFEITOS DO CRESCIMENTO DA RENDA E DO BEM-ESTAR
MULTIDIMENSIONAL NOS ÍNDICES DE POBREZA E DESIGUALDADE DO
BRASIL: UMA ANÁLISE DOS ANOS DE 2004-2008 E 2016-2019**

Varginha/MG
2021

OTÁVIO JUNIO FARIA NEVES

**EFEITOS DO CRESCIMENTO DA RENDA E DO BEM-ESTAR
MULTIDIMENSIONAL NOS ÍNDICES DE POBREZA E DESIGUALDADE DO
BRASIL: UMA ANÁLISE DOS ANOS DE 2004-2008 E 2016-2019**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Márcia Rodrigues da Silva

Coorientador: Prof. Dr. Henrique Dantas Neder

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca *campus* Varginha

Neves, Otávio Junio Faria.
N518e Efeitos do crescimento da renda e do bem-estar multidimensional nos índices de pobreza e desigualdade do Brasil : uma análise dos anos de 2004-2008 e 2016-2019 / Otávio Junio Faria Neves. - Varginha, MG, 2021.
172 f. : il. -

Orientadora: Ana Márcia Rodrigues da Silva.
Dissertação (mestrado em Economia) - Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha, 2021.
Bibliografia.

1. Pobreza - Brasil. 2. Renda - Distribuição. 3. Economia do bem-estar. 4. Igualdade - Brasil. I. Silva, Ana Márcia da. II. Título.

CDD – 339.22

OTÁVIO JUNIO FARIA NEVES

EFEITOS DO CRESCIMENTO DA RENDA E DO BEM-ESTAR MULTIDIMENSIONAL NOS ÍNDICES DE POBREZA E DESIGUALDADE DO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS ANOS DE 2004-2008 E 2016-2019

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento.

Aprovada em: 18 de maio de 2021.

Profa. Dra. Ana Márcia Rodrigues da Silva
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Alain Hernández Santoyo
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Profa. Dra. Michelle da Silva Borges
Instituição: Universidade Federal de Catalão



Documento assinado eletronicamente por **Ana Márcia Rodrigues da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 19/05/2021, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alain Hernandez Santoyo, Professor do Magistério Superior**, em 19/05/2021, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MICHELLE DA SILVA BORGES, Usuário Externo**, em 19/05/2021, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0512187** e o código CRC **3C754D09**.

Dedico este trabalho aos meus pais Antônio e Eliana, por sempre acreditar no meu potencial.
Aos meus irmãos Gustavo, Guilherme e Iasmin, pelo amparo e apoio durante toda minha vida.
À minha orientadora Ana Márcia, grande mulher e uma das minhas maiores incentivadoras para que eu chegasse nesse posto.
Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação já é um grande desafio, mas redigir a mesma em meio a uma pandemia torna-se esse desafio ainda mais complicado. Muitas das vezes, diversas pessoas pensam que esta atividade acadêmica é uma função individual, mas muitos se enganam, uma vez que existem colaborações de diferentes maneiras que devem ser destacadas bem aqui no começo deste trabalho. Antes de iniciar os meus singelos agradecimentos, quero mencionar algo relacionado à minha trajetória de vida.

Quem diria que o menino humilde de uma pequena cidade que em sua infância vendia picolé e às vezes até alface nas ruas dessa simples localidade se tornasse, primeiramente um Economista, e depois, um Mestre em Economia. Uma minoria não acreditava que isso seria possível, mas uma grande parcela sempre acreditou que essa meta seria conquistada. E é por essas pessoas que eu redijo esses agradecimentos. Esse parágrafo é para lembrar que todos os sonhos podem ser conquistados quando você tem perseverança e oportunidade.

Primeiramente, agradeço a Deus por todas as bênçãos e força nos momentos mais difíceis desta trajetória. Agradeço meus pais, as pessoas que mais acreditaram em mim, e que são meus exemplos nesta caminhada da vida. Agradeço os meus irmãos e minha irmã que sempre me ajudaram nos momentos que precisei. A base chamada Família foi e sempre será importante para os futuros sonhos da minha vida, afinal, os sonhos não podem parar de ser realizados.

Agradeço novamente a Deus por ter me colocado na vida da minha orientadora Profa. Dra. Ana Márcia Rodrigues da Silva, pois sem ela eu não sei se estaria neste momento da minha jornada acadêmica. Desde 2015, estou aprendendo com ela o que é esse universo da pesquisa, passando por monitorias, iniciações científicas, dois trabalhos de conclusão de curso, estágio docente e para finalizar esta dissertação. Por estes e outros motivos que agradeço a esta grande profissional pelos seus ensinamentos, paciência, incentivo e principalmente pela confiança que foi depositada em minha pessoa. Sem dúvidas posso chamá-la de amiga, pois foi uma das minhas maiores incentivadoras para que eu alcançasse mais essa conquista. Agradeço ao meu Coorientador Prof. Dr. Henrique Dantas Neder por ter colaborado com o banco de dados desta dissertação, suas contribuições foram valiosas.

Agradeço a todos os docentes da UNIFAL, sem ressalvas, os quais contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal. Em especial a professora, amiga e cruzeirense Débora Lima que sempre me proporcionou diversos papos sobre Economia e também sobre futebol

brasileiro. Ao professor Fernando Pereira pelas suas contribuições no limiar deste projeto de pesquisa.

Aos membros da banca de qualificação e defesa quero deixar o agradecimento separadamente. Primeiramente, agradeço a professora Michelle Borges pelas contribuições e palavras na qualificação desta pesquisa. As suas menções foram importantes para o enriquecimento do trabalho, mas elas foram além, uma vez que me incentivou a sempre procurar fazer o meu melhor e alcançar sempre voos maiores na vida acadêmica e pessoal. Agradeço o professor e grande amigo Alain pelas suas colaborações no trabalho. Um enorme ser humano e docente, que sempre buscou o melhor para a minha turma de mestrado e nos incentivou a ser sempre melhores pessoas.

Meus agradecimentos para Ezequiel, Stephanie, Marcos, Elinne, Bruna, Ítalo e Renê, e demais amigos que fizeram parte da minha caminhada na UNIFAL. Direciono em especial para os meus grandes amigos Italo e Renê. Compartilhamos muitas cervejas e papos memoráveis, que serviam para a descontração dos períodos difíceis das provas de Microeconomia e Macroeconomia. Ao nosso grupo Capitalismo Tardio.

Agradeço também a todos os funcionários da UNIFAL campus Varginha-MG, em especial para Devanir (famoso *cowboy* da UNIFAL), Adriana, Aduino, Jaqueline, Raquel, Crislaine, Silvana e Bianca. Pessoas com uma enorme simplicidade e humildade que tornaram os meus dias mais alegres.

Agradeço ao Núcleo de Estudos em História Econômica e Economia Política (NEheEP) por disponibilizar o notebook, para que essa dissertação fosse escrita e finalizada. Deixo meus agradecimentos em especial, para o professor Thiago Gambi. Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo apoio financeiro, tornando possível a finalização desta pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

No início do século XXI, o estudo sobre a relação triangular entre crescimento econômico, pobreza e desigualdade ganha destaque nos debates e trabalhos acadêmicos. O debate principal era de que forma o crescimento poderia reduzir a pobreza e desigualdade, tema conhecido como crescimento pró-pobre. De acordo com a literatura desta temática, é exclusivamente o crescimento da renda que explica os resultados dos indicadores sociais. Contudo, além de estudar a pobreza e a desigualdade exclusivamente pela variável renda, estes índices também podem ser estudados pelas abordagens das necessidades e capacitações básicas, que proporcionam uma análise mais ampla para a pesquisa. Conforme essas perspectivas, a pobreza é caracterizada em termos de bem-estar multidimensional e as dimensões como educação, saúde e trabalho devem ser abordadas. Desta maneira, esta pesquisa tem como objetivo analisar os efeitos do crescimento da renda e do bem-estar multidimensional nos índices de pobreza e desigualdade do Brasil no período de 2004-2008 e 2016-2019. Para alcançar o objetivo central deste estudo foram estimados os índices de Ravallion e Chen e de Kakwani e Pernia, além da Taxa de crescimento equivalente a pobreza (PEGR) através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 e 2008 e da PNAD Contínua (PNADC) de 2016 e 2019. Concluiu-se por meio dos testes de crescimento pró-pobre que, o crescimento da renda afetou positivamente os indicadores de pobreza e desigualdade no período de 2004-2008, diferentemente de 2016-2019. Em contrapartida, o crescimento do bem-estar multidimensional afetou negativamente os indicadores nos dois períodos de investigação. Ademais, verificou-se que a influência do crescimento da renda é mais eminente em período de crescimento econômico, diferentemente de período de crise econômica. Por outro lado, pela análise multidimensional, observou-se que tanto em um período de alto ou baixo crescimento, os resultados do crescimento do bem-estar multidimensional tendem a não favorecer os pobres. Os resultados demonstram que são necessárias políticas públicas que tencionem o enfrentamento da pobreza e desigualdade no país, com intuito de garantir as capacitações e necessidades básicas da sociedade brasileira.

Palavras-Chave: crescimento pró-pobre; pobreza por insuficiência de renda; pobreza multidimensional; desigualdade; Brasil.

ABSTRACT

At the beginning of the 21st century, the study of the triangular relationship between economic growth, poverty and inequality is highlighted in academic debates and works. The main focus was how growth could reduce poverty and inequality, a topic known as pro-poor growth. According to the literature on this topic, it is exclusively the growth of income that explains the results of social indicators. However, in addition to studying poverty and inequality solely by the income variable, these indices can also be studied by addressing basic needs and skills, which provide a broader analysis for research. According to these perspectives, poverty is characterized in terms of multidimensional well-being and dimensions such as education, health and work must be studied. In this way, this research aims to analyze the effects of income growth and multidimensional well-being on the poverty and inequality indices of Brazil in the period 2004-2008 and 2016-2019. To achieve the central objective of this study, the Ravallion and Chen and Kakwani and Pernia indices were estimated, in addition to the Poverty Equivalent Growth Rate (PEGR) using data from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) of 2004 and 2008 and of PNAD Contínua (PNADC). It was concluded through the tests of pro-poor growth that, the growth of income positively affected the indicators of poverty and inequality in the period of 2004-2008, unlike 2016-2019. In contrast, the growth in multidimensional well-being negatively affected the indicators in the two research periods. In addition, it was found that the influence of income growth is more prominent in a period of economic growth, differently from a period of economic crisis. On the other hand, through multidimensional analysis, it was observed that both in a period of high or low growth, the results of the growth of multidimensional well-being tend not to favor the poor. The results demonstrate that public policies are needed to tackle poverty and inequality in the country, in order to guarantee the basic skills and needs of Brazilian society.

Keywords: pro-poor growth; poverty due to insufficient income; multidimensional poverty; inequality; Brazil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do índice de Gini da América Latina entre 2001 a 2019.....	56
Gráfico 2 - Evolução de pessoas em situação de pobreza na América Latina nos anos 2000 .	57
Gráfico 3 - Taxa acumulada do PIB a preços de mercado ao longo do ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) para o Brasil entre 2000 a 2019 (%).	67
Gráfico 4 - Curva de Lorenz.....	96
Gráfico 5 - Proporção de pobres por insuficiência de renda (P_0) e multidimensional (H) por Unidade de Federação – Brasil (2004 e 2008) (em %).	115
Gráfico 6 - Gini de renda e multidimensional por Unidade da Federação - Brasil (2004 e 2008).	118
Gráfico 7 - Proporção de pobres por insuficiência de renda (P_0) e multidimensional (H) por Unidade de Federação – Brasil (2016 e 2019) (em %).	120
Gráfico 8 - Gini renda da e multidimensional por Unidade da Federação - Brasil (2016 e 2019).	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evidências empíricas sobre o Crescimento pró-pobre no Brasil.....	75
Quadro 2 – Algumas diferenças nos processos metodológicos entre a PNAD e PNADC.....	79
Quadro 3 – Dimensões selecionadas, níveis de corte e pesos dos indicadores	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Média do coeficiente de Gini por região e década	55
Tabela 2 – Valores da linha de pobreza dos anos de 2004, 2008, 2016, 2019	83
Tabela 3 - Indicadores Sociais para o território brasileiro nos anos de 2004, 2008, 2016 e 2019	112
Tabela 4 – Índices de crescimento pró-pobre com base na análise da renda <i>per capita</i> para o Brasil e as suas unidades federativas em 2004-2008	125
Tabela 5 - Índices de crescimento pró-pobre com base na análise da renda para o Brasil e as suas Unidades Federativas em 2016-2019.....	128
Tabela 6 - Índices de crescimento pró-pobre com base no bem-estar multidimensional para o Brasil e suas Unidades Federativas em 2004-2008.....	131
Tabela 7 - Índices de crescimento pró-pobre pela análise multidimensional para o Brasil e suas Unidades Federativas em 2016-2019	133
Tabela 8 - Decomposição da variação da pobreza por insuficiência de renda e multidimensional entre crescimento da renda, do bem-estar e redistribuição no período de 2004-2008	138
Tabela 9 - Decomposição da variação da pobreza por insuficiência de renda e multidimensional entre crescimento da renda, do bem-estar e redistribuição no período de 2016-2019	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AC – Abordagem das Capacitações
- ADB – Asian Development Bank
- AIF – Asociación Internacional de Fomento
- BIRD – Banco Internacional para Reconstrucción de Desenvolvimento
- BIRF – Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CIADI – Centro Internacional de Arreglo de Diferencias Relativas a Inversiones
- CFI – Corporación Financiera Internacional
- DASP – Distributive Analysis Stata Package
- EUA- Estados Unidos
- FGT – Foster, Greer e Thorbecke
- GIC – Curva de Incidência do Crescimento
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
- INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPM – Índice de Pobreza Multidimensional
- IPM-M – Índice de Pobreza Multidimensional Municipal
- MCMV – Minha Casa, Minha Vida
- MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MSI – Modelo de Industrialização por Substituição de Importações
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- OMGI – Organismo Multilateral de Garantia de Inversiones
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PBSM – Plano Brasil Sem Miséria
- PEGR – Taxa de crescimento equivalente à pobreza
- PGC – Curva de crescimento-pobreza
- PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNB – Produto Nacional Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC – Paridade do Poder de Compra
RJFP – Regime Jurídico dos Funcionários Públicos
RNB – Renda Nacional Bruta
RPPG – Taxa de Crescimento Pró-Pobre
SENARC – Secretaria Nacional de Renda da Cidadania
STATA – Software for Statistics and Data Science

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CRESCIMENTO, POBREZA E DESIGUALDADE.....	22
2.1	AS TRANSFORMAÇÕES DO CONCEITO DE POBREZA	22
2.1.1	Pobreza por insuficiência de renda.....	23
2.1.2	Pobreza Multidimensional	26
2.1.2.1	Necessidades Básicas	27
2.1.2.2	Abordagem das capacitações.....	30
2.1.2.3	Vantagens e Desvantagens da mensuração da pobreza multidimensional e da renda..	34
2.2	DESIGUALDADE E POBREZA	37
2.3	CRESCIMENTO, DESIGUALDADE E POBREZA	40
2.3.1	O debate sobre o crescimento pró-pobre.....	44
3	TRAJETÓRIA DA DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL	52
3.1	DESIGUALDADE E POBREZA NA AMÉRICA LATINA	52
3.2	CONTEXTO HISTÓRICO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	58
3.3	O SÉCULO XXI E A POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL.....	65
3.4	CRESCIMENTO PRÓ-POBRE NO BRASIL	70
4	MATERIAL E MÉTODOS	78
4.1	TIPO DE ESTUDO E BASE DE DADOS	78
4.2	ESCOLHA DA LINHA DE POBREZA	81
4.3	POBREZA POR INSUFICIÊNCIA DE RENDA: ÍNDICE DE FOSTER, GREER E THORBECKE (FGT)	84
4.4	POBREZA MULTIDIMENSIONAL: ÍNDICE DE ALKIRE E FOSTER	86
4.4.1	Método de identificação	88
4.4.2	Medidas de pobreza multidimensional.....	90
4.4.3	A escolha das variáveis, dimensões e os níveis de corte	92

4.5	DESIGUALDADE UNIDIMENSIONAL E MULTIDIMENSIONAL: ÍNDICE DE GINI.....	95
4.6	ÍNDICES DE CRESCIMENTO PRÓ-POBRE.....	97
4.6.1	Índice de Ravallion e Chen	101
4.6.2	Índice de Kakwani e Pernia.....	103
4.6.3	Taxa de Crescimento Equivalente à Pobreza (PEGR).....	105
4.7	DECOMPOSIÇÃO DE SHAPLEY	108
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	112
5.1	ANÁLISE DESCRITIVA DA POBREZA E DESIGUALDADE.....	112
5.2	EFEITOS DO CRESCIMENTO DA RENDA MÉDIA E DO BEM-ESTAR MULTIDIMENSIONAL	124
5.3	DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DA POBREZA ENTRE CRESCIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO	137
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
	REFERÊNCIAS	151
	APÊNDICE A	165

1 INTRODUÇÃO

Os elevados níveis de pobreza e desigualdade que afetam a população brasileira estão enraizados no seu processo histórico desde os tempos de colonização. Os fatores como a colonização, o processo de escravidão, a concentração de renda, a crescente exclusão social, dentre outros pontos enfrentados pela sociedade brasileira, são motivos de diversas pesquisas sobre os indicadores sociais. Entender o conceito da pobreza e da desigualdade é o primeiro passo para estabelecer um panorama de análises e execuções de políticas que visem o enfrentamento desses problemas. Apesar de todo avanço nas pesquisas sobre a pobreza, ainda não existe um consenso da definição e da mensuração sobre o tema. Para que seja possível a aplicação de políticas públicas que amenize a pobreza é preciso, primeiramente defini-la (ROCHA, 2006).

Na trajetória dos estudos sobre a pobreza foram introduzidas e discutidas diversas definições, havendo poucos pontos em comum entre as escolas e autores que abordam o assunto. A mensuração da pobreza é usualmente analisada sob a ótica dos rendimentos, sendo a insuficiência de renda a principal maneira de identificação dos pobres. Essa é a abordagem unidimensional, em que o diagnóstico sobre a pobreza baseia-se em uma única dimensão, a renda (ou consumo). Contudo, com a evolução sobre o tema, a ideia de pobreza passou a ser verificada pela ótica da multidimensionalidade, ou seja, por meio de agregação de dimensões que assim como a renda afetam o bem-estar da população, como saúde, moradia, educação, trabalho, dentre outras.

A pobreza como fenômeno multidimensional proporciona analisar o bem-estar em perspectivas de distintas naturezas: materiais, relativos, atribuições políticas e sociais que estão em torno dos índices (CODES, 2008). Ademais, são impostas questões voltadas ao trabalho, saúde, ocupação e outras dimensões que contribuem para identificar os pobres por meio da análise multidimensional (MARTINI, 2010; SILVA, 2009; SILVA; BRUNO; SILVA, 2020). A vinculação de diferentes maneiras e causas das privações atribuídas nos seus sentidos múltiplos consegue alcançar uma importante parcela da população que estão privadas de dimensões relevantes para a vivência dentro da sociedade. Nessa percepção, para o enfrentamento da pobreza é preciso considerar uma multiplicidade de fatores que possibilitem os indivíduos terem uma vida digna.

Assim como a pobreza, a desigualdade é um fenômeno multifacetado e complexo que se evidencia, principalmente, por meio de duas dimensões: econômica e social. A primeira dimensão é aquela que diferencia pessoas ou grupos sociais por meio de diversos aspectos,

como: salários, meios de produção, patrimônio, consumo, dentre outros. Por outro lado, a social indica as condições de acesso a bens e serviços públicos dentro de uma sociedade, que não estão garantidas pela renda (TROVÃO, 2015).

Ao incorporar ao mesmo tempo melhorias econômicas e sociais, a visão multidimensional está associada diretamente com o processo de desenvolvimento humano que, simultaneamente, torna-se um mecanismo importante para a diminuição da pobreza e desigualdade e, conseqüentemente, para a melhora nas condições de vida da população privada do seu bem-estar em sentido amplo. O desenvolvimento dos países tem como ponto de partida a busca pela redução desses índices. Apesar, de esta discussão ser ampla e relevante ainda é comum na literatura os estudos fundamentados na insuficiência de renda para representação do bem-estar. Dentre as intensas formas de fomentar o desenvolvimento, no começo do século XXI, as expectativas de compreender os resultados do crescimento da renda sobre a pobreza e desigualdade passam a ser motivo de grande interesse de estudos, de maneira a entender essa relação.

As pesquisas sobre o triângulo crescimento, pobreza e desigualdade alcançam um patamar importante na literatura econômica, uma vez que o debate se concentra em compreender os efeitos do crescimento da renda entre a população mais pobre (DATT; RAVALLION, 1992; KAKWANI; KHANDER; SON, 2004; KAKWANI; PERNIA, 2000; RAVALLION; CHEN, 2003). No Brasil, diversos estudos têm se concentrado em entender a reciprocidade entre esses indicadores dentro do país em distintos períodos da história brasileira (ARAÚJO JÚNIOR; SHIKIDA, 2013; MORAIS, 2020; NETTO JÚNIOR; FIGUEIREDO, 2011; SALVATO, GODOY; RODRIGUES, 2017). Essa relação triangular é conhecida na literatura como crescimento pró-pobre. Embora alguns estudiosos tenham elucidado que a discussão sobre o tema tem o seu início na década de 1950, o assunto é relativamente recente na literatura econômica.

Uma definição mais simples e menos limitada aponta como pró-pobre aquele crescimento que seria eficaz na redução da pobreza, independente dos níveis de desigualdade na economia (RAVALLION; CHEN, 2003). É importante mencionar que ainda não existe um consenso sobre a definição do tema, pois o ponto de partida de cada conceituação ocorre por meio do processo metodológico adotado de cada pesquisador. As análises sobre o crescimento pró-pobre se fundamentam na variação da renda para verificar os seus efeitos sobre os resultados da pobreza e desigualdade. Assim sendo, a discussão sobre os resultados do crescimento nestes índices tem-se limitado aos efeitos da renda. Apesar disso, foi justamente da constatação da persistência da pobreza mesmo diante do bom desempenho econômico é

que surgiram outras formas de se abordar esta questão, como o estudo da pobreza multidimensional.

Por este motivo é importante compreender não somente os efeitos do crescimento da renda, como também torna-se relevante para o debate os efeitos do crescimento do bem-estar multidimensional nos índices de pobreza e desigualdade no Brasil. Além disso, a dinâmica econômica dos estados brasileiros é heterogênea, desta forma, é relevante também analisar cada unidade federativa para as tomadas de decisão dos governos locais.

As maiorias das análises econômicas sobre o processo de crescimento brasileiro após o ano de 2003 colocam como fundamental contribuição a intensa constituição de postos de trabalho e a diminuição da desigualdade (DEDECCA, 2015). A recuperação da economia neste período mostra-se como um meio importante para a distribuição de renda e para a redução nos níveis de pobreza do país. No entanto, principalmente após 2015, o território brasileiro se deparou com mudanças econômicas e políticas, caracterizado pela redução do Produto Interno Bruto (PIB), elevação da pobreza, desigualdade e desemprego.

A melhora dos índices de pobreza e desigualdade na primeira década do século XXI está associada com as transformações na economia brasileira e nas políticas públicas, como por exemplo, expansão do consumo, valorização do salário mínimo e geração de empregos formais (CARVALHO, 2018; KERSTENETZKY, 2016; PEDROSO, 2020). Contudo, na segunda década do século os resultados não foram positivos, à medida que a crise vivenciada no país afetou negativamente os índices (NERI, 2019; PEDROSO, 2020).

Perante o exposto, apresenta-se a relevância de analisar e assimilar a inter-relação entre crescimento, pobreza e desigualdade em dois períodos diferentes no território brasileiro, sendo 2004-2008 e 2016-2019, para que assim seja possível entender essa dinâmica e colaborar para a formulação de políticas públicas que intencionem o combate da pobreza e desigualdade, tanto em termos unidimensionais, quanto em termos multidimensionais. Estudar o tema crescimento pró-pobre em termos unidimensionais e multidimensionais abre a possibilidade para a elaboração de políticas públicas e sociais que visem fornecimento de renda e bens e serviços públicos para a população. Por isso, é importante saber se existem diferenças na análise quando ela é realizada sobre a ótica unidimensional ou multidimensional. Desta maneira, a problemática da pesquisa consiste em dois questionamentos: quais são efeitos do crescimento da renda sobre os índices de pobreza e desigualdade? E quais são os efeitos do crescimento do bem-estar multidimensional sobre os índices de pobreza e desigualdade?

O presente estudo se fundamenta em duas hipóteses centrais. Primeiramente, supõe-se que o crescimento da renda influencia positivamente os indicadores de pobreza e desigualdade, conforme tem sido apontado na literatura sobre crescimento pró-pobre (KAKWANI; KHANDER; SON, 2004; KAKWANI; PERNIA, 2000; RAVALLION; CHEN, 2003). Em segundo, supõe-se que a elevação do bem-estar multidimensional não influencia positivamente os indicadores de pobreza e desigualdade. Isto porque, a melhoria nas condições de bem-estar é mais complexa e envolve múltiplos fatores, como melhorias educacionais, saneamento e moradia.

Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os efeitos do crescimento da renda e do bem-estar multidimensional nos índices de pobreza e desigualdade do Brasil nos períodos de 2004-2008 e 2016-2019. De forma mais específica, cinco objetivos são definidos: i) estimar os índices de pobreza por insuficiência de renda; ii) determinar os índices de pobreza multidimensional; iii) calcular os índices de Gini para avaliar a desigualdade de renda e multidimensional; iv) mensurar os efeitos da renda e do bem-estar multidimensional nos índices de pobreza e desigualdade; v) decompor a variação da pobreza entre crescimento e redistribuição.

Para alcançar os objetivos traçados, empregam-se determinados procedimentos metodológicos ao longo desta pesquisa. Primeiramente, ressalta-se que o ambiente de estudo é o Brasil, considerando-se todas as unidades da federação. Os dados utilizados na construção das estimativas serão extraídos de duas bases de dados, a saber: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2004 e 2008, e a PNAD Contínua (PNADC) dos anos de 2016 e 2019, ambas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Geografia (IBGE). A escolha por essas bases de dados se justifica pela disponibilidade de informações dos anos analisados nesta pesquisa. A explicação do período de investigação se deve as peculiaridades e especificidades do desempenho econômico do país nesses recortes, ou seja, o primeiro período representa um momento de crescimento econômico, enquanto, o segundo momento de análise, corresponde a anos de crise econômica.

Os procedimentos metodológicos envolvem a realização de um estudo descritivo, análise do crescimento pró-pobre e da decomposição da variação da pobreza. O ensaio descritivo abrange a estimação dos índices de pobreza e desigualdade (por insuficiência de renda e multidimensional). Na construção de índices de pobreza por insuficiência de renda será empregada a família de índices de Foster, Greer e Thorbecke (FGT). Na sequência, para a estimação dos índices de pobreza multidimensional será aplicada a metodologia de Alkire e Foster (2011). Além disso, a desigualdade de renda e multidimensional será mensurada por

meio do índice de Gini. Finalmente, para o atendimento do objetivo central deste trabalho e analisar os efeitos do crescimento da renda e do bem-estar multidimensional no Brasil serão utilizadas as metodologias de Ravallion e Chen (2003), Kakwani e Pernia (2000) e Kakwani, Khandker e Son (2004)¹. Ao final será realizada a decomposição da variação da pobreza por meio da decomposição de Shapley. Por intermédio desta decomposição será verificada a variação da pobreza por insuficiência de renda e multidimensional entre crescimento e redistribuição, considerando-se diferentes grupos de decomposição².

A principal contribuição oferecida por essa pesquisa é estudar os efeitos da relação triangular entre crescimento, pobreza e desigualdade, por meio da ótica multidimensional do bem-estar, isto é, fornecendo uma análise adicional à tradicional abordagem de crescimento pró-pobre baseada no crescimento da renda. Isto porque, por meio de uma investigação detalhada e atenciosa na literatura econômica, não foram encontrados estudos que abordaram o tema por meio da perspectiva multidimensional. Considera-se que se tratando de pobreza e desigualdade, a análise dos indicadores por intermédio de outras dimensões, não somente pela renda, contribui para as formulações de políticas públicas que possibilitem a expansão de acesso aos serviços sociais básicos para a população. Perante estas considerações, espera-se contribuir e orientar os estudos relacionados aos efeitos do crescimento da renda e do bem-estar multidimensional nas mudanças dos índices de pobreza e desigualdade da sociedade brasileira.

Além do primeiro capítulo referente à introdução e ao sexto capítulo das considerações finais, a dissertação está fundamentada em mais quatro capítulos, a saber: Crescimento econômico, pobreza e desigualdade; Trajetória da desigualdade e pobreza no Brasil; Material e métodos; Resultados e discussões.

No Capítulo 2, o intuito é realizar uma discussão sobre as relações e contradições entre crescimento econômico, pobreza e desigualdade. Inicia-se com a exposição da trajetória da pobreza, salientando as suas diferentes abordagens. Em seguida, é realizada uma discussão sobre desigualdade e pobreza, uma vez que embora os dois temas não sejam sinônimos, os conceitos desses índices não devem ser desvinculados. Além disso, procura-se abordar a teoria do crescimento pró-pobre na literatura econômica. O debate principal em torno deste assunto perpassa pelo o questionamento da forma como o crescimento da renda poderia diminuir os índices de pobreza e desigualdade. A exposição da discussão sobre o crescimento

¹ Estes procedimentos serão detalhados no final do capítulo 4.

² Esses grupos serão especificados no capítulo de procedimento metodológico.

pró-pobre é relevante, ao passo que ainda não existe uma consonância entre os pesquisadores sobre a sua definição.

No Capítulo 3, é abordada a trajetória da desigualdade e pobreza no território brasileiro. Ao entender que a magnitude destes índices no país possui raízes históricas, o capítulo apresenta aspectos históricos da sociedade que envolvem a desigualdade e pobreza, ressaltando o período de análise desta pesquisa. Sendo assim, inicia-se destacando a evolução dos indicadores no continente latino-americano. Na segunda parte, é realizado um estudo histórico da pobreza e desigualdade no Brasil, pontuando os principais acontecimentos da história do país. Por fim, serão apresentadas evidências empíricas encontradas na literatura nacional sobre o crescimento pró-pobre no Brasil em diferentes períodos.

O Capítulo 4, pertinente ao procedimento metodológico utilizado nesta pesquisa, está estruturado em sete seções: tipo de estudo e base de dados; escolha da linha de pobreza; o índice FGT; o índice de Alkire e Foster; o índice de Gini; os índices de crescimento pró-pobre e a decomposição de Shapley. Para finalizar a estruturação da dissertação, o Capítulo 5, referente aos resultados e discussões, está dividido em três partes: análise descritiva da pobreza e desigualdade; efeitos do crescimento da renda e do bem-estar multidimensional e a decomposição da variação da pobreza entre crescimento e redistribuição.

2 CRESCIMENTO ECONÔMICO, POBREZA E DESIGUALDADE

Compreender a relação triangular entre crescimento econômico, pobreza e desigualdade perpassa por entender a necessidade de abordar pontos relevantes sobre os três termos. Para tanto, o presente capítulo inicia-se com uma apresentação sobre as transformações da definição da pobreza, apresentando as contribuições de cada abordagem. Na sequência, são expostas algumas similaridades e contrariedades da relação desigualdade e pobreza, destacando os principais pontos. Por fim, apresentam-se os debates em torno do crescimento pró-pobre, que ganhou bastante abrangência por parte dos pesquisadores no início do século XXI, com o chamado desenvolvimento moderno.

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO CONCEITO DE POBREZA

Ao longo da história foram discutidas diversas definições de pobreza, sendo que ainda não existe um consenso na literatura sobre o seu conceito e a sua mensuração. A representação de pobreza passou por transformações ao longo do tempo, interpretada por escolas e autores diferentes. As explicações sobre o entendimento do tema são debatidas por diferentes abordagens que demonstram as suas maneiras de tratar e mensurar a pobreza. As mesmas ideias que procuram definir também propõem medidas para dimensioná-la, conforme a sua abordagem teórica.

No decorrer do século XX, foi observado o desenvolvimento das interpretações da pobreza, úteis para o progresso de pesquisas e trabalhos científicos. Em referência às distintas considerações sobre a pobreza, é importante ressaltar que os conceitos não se rivalizam entre si. Conforme Codes (2008, p. 26), “além da possibilidade de coexistência entre eles, as últimas formulações tendem a abarcar contribuições das primeiras, de maneira que as várias dimensões trazidas por cada uma delas sejam incorporadas e articuladas, dando corpo a uma nova elaboração”.

Distintas perspectivas e definições sobre a pobreza são debatidas na literatura econômica, deste modo, torna-se importante realizar uma discussão sobre as principais abordagens. Diferentes conceitos sobre o tema indicam o uso de distintos métodos de mensuração. Essa medição é capaz de identificar os grupos e pessoas pobres no intuito de pleitear políticas específicas para o combate à pobreza (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003). Embora a procura da definição da pobreza seja assídua nos estudos, ainda não existe uma concordância entre os pesquisadores. Nesta dissertação serão expostas duas visões sobre

a análise da pobreza, a saber: insuficiência de renda (unidimensional) e multidimensional. Sendo assim, nas próximas subseções serão apresentadas as características destas duas abordagens, pontuando os principais pontos de debate.

2.1.1 Pobreza por insuficiência de renda

Os estudos científicos sobre a pobreza se intensificaram no fim do século XIX e no limiar do século XX. O conceito sobre o tema foi se moldando ao longo dos séculos, sendo que no final do século XIX a pobreza era tratada como uma ideia de subsistência. Ou seja, nos primeiros estudos sobre pobreza essa abordagem era baseada em termos monetários, isto é, em termos de renda, e nas necessidades mínimas de sobrevivência do indivíduo (MACHADO, 2006).

Os autores que iniciaram estes estudos sobre a pobreza fundamentada em apenas uma dimensão – com base na insuficiência de renda ou consumo – foram Charles Booth e Seebohm Rowntree (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003; MACHADO, 2006; SERRA, 2017; SILVA; LACERDA; NEDER, 2011). Esta abordagem encontrou forte respaldo entre os economistas porque estava baseada no critério de maximização de utilidades.

Conforme Laderchi, Saith e Stewart (2003), essa abordagem da pobreza detém princípios da microeconomia neoclássica, compatível com o critério da maximização de utilidade³. O bem-estar do consumidor é mensurado por meio do seu consumo, associado às informações de seus gastos.

Deste raciocínio surgem definições e conceitos de pobreza. A pobreza absoluta⁴ sob o enfoque da renda pode ser entendida como o mínimo de rendimento suficiente para que a pessoa possa adquirir calorias mínimas fundamentais para a reprodução fisiológica. Deste modo, agregam-se despesas com moradia, transporte, dentre outros (SALAMA; DESTREMAU, 1999). Esta definição está relacionada com as necessidades mínimas necessárias para à sobrevivência do indivíduo (SILVA, 2009).

A identificação dos pobres que estão abaixo da renda mínima definida é realizada por meio de uma linha de pobreza, considerada uma abordagem da estatística clássica. Segundo Ravallion (1996, p. 6) “a linha de pobreza é então interpretável como um ponto na função de

³ Para um indivíduo atingir a sua maximização de utilidade ele está sujeito a sua restrição orçamentária. Isto é, ele consome os bens de forma a alcançar a sua maior satisfação, levando em conta a sua renda.

⁴ Os indivíduos que estão em situação de extrema pobreza são chamados de indigentes, isto é, são aqueles que estão localizados abaixo da linha de indigência. Esta linha sob a ótica da renda é formulada como uma quantia monetária indispensável para a compra de uma cesta de alimentos que tenha a quantidade necessária de calorias mínimas à sobrevivência do indivíduo (SILVA, 2009).

custo do consumidor e corresponde ao nível de utilidade que define a linha de pobreza no espaço de bem-estar”⁵. De acordo com Barros, Henriques e Mendonça (2001), esta linha planeja ser um critério que possibilita indicar em uma sociedade específica às pessoas pobres que estão abaixo do seu valor. Segundo Sen (1997), a mensuração por meio da linha de pobreza fundamentada na renda ou no consumo é algo comum entre as nações.

A compreensão da pobreza é uma questão que transcorre muito além de mensurá-la somente pela perspectiva da renda. Faz-se necessário defini-la como um produto do contexto social em que o indivíduo está inserido, desta maneira, surge o conceito de pobreza relativa. Contudo, antes de explicitar as principais contribuições desta concepção, é importante deixar claro que, segundo Costa (1984), a própria definição de pobreza absoluta provoca uma ideia de relativismo. Os critérios de preferências das necessidades necessárias e do nível apropriado de satisfação, em uma sociedade ou em um determinado período, estão associados com o sistema de valores⁶, que também endossam as políticas determinadas para combater a pobreza.

A definição de pobreza relativa diz respeito às satisfações das necessidades dos indivíduos conforme o padrão de vida prevalecente em uma determinada sociedade. (ROCHA, 2006). A pobreza relativa está diretamente relacionada com a desigualdade de renda. O nível de vida presente na sociedade que estabelece como pobres aqueles indivíduos situados na parcela inferior da distribuição de renda, quando comparadas com as que estão posicionadas em melhores condições (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Desta maneira, “enquanto houver desigualdade e estratificação social, uma percentagem da população será sempre pobre em relação a algum grupo mais privilegiado, não importando o grau de riqueza da nação considerada” (PEREIRA, 2006, p. 232).

Diante do ponto de vista dessa conceituação, as famílias pobres são aquelas que não podem desfrutar dos recursos e das necessidades básicas do cotidiano, as quais lhes possibilitem executarem funções enquanto integrantes do corpo social. O empenho por parte dos países em alcançar uma sociedade mais igualitária, justa e, conseqüentemente, o combate

⁵ *The poverty line is then interpretable as a point on the consumer's cost function corresponding to the reference utility level which defines the poverty line in welfare space*”.

⁶ Os sistemas de valores conservadores buscam determinar normas de pobreza abundantemente baixas para reduzir o impacto sobre os recursos totais e sobre as modificações sociais primordiais para acabar com a pobreza. Conjectura que a pobreza é produto de imperfeições no desempenho de um progresso socioeconômico e uma espécie de desenvolvimento considerado como o mais satisfatório (COSTA, 1984).

à pobreza, necessita-se da defesa da cidadania⁷ como direito a toda população (CODES, 2005).

De acordo com Costa (1984, p. 282), “afirmar que o conceito de pobreza relativa se caracteriza fundamentalmente pela relação que estabelece com a sociedade em análise não é, pois, suficiente para distinguir os pobres dos que não são”. Essa pobreza resulta em uma integração insatisfatória dos indivíduos dentro da sociedade ou até mesmo na exclusão social⁸ (COSTA, 1984). Ser pobre significa ter menos recursos do que os outros indivíduos da sociedade, de forma que essa privação preocupe a convivência deste indivíduo pobre perante o restante da população (MARTINI, 2010).

Conforme Rocha (2006), as nações expressam distintos níveis de desenvolvimento pelo motivo das diferenças entre elas e isso pleiteia definir a pobreza conforme as suas particularidades. A noção relativa tem sido aplicada em países em que a população já dispõe de condições de sobrevivência (SILVA, 2015), porém, nações em que as condições mínimas de sobrevivência não foram atingidas, o caráter absoluto prevalece (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003). Para a identificação dos pobres nesse padrão relativo são utilizadas as linhas de pobreza relativa, que na abordagem convencional, estão interligadas com a questão da distribuição de renda. Seu entendimento em termos sociais se estende muito além de uma elevação da renda, sendo a distribuição igualitária derivada do crescimento econômico preponderante nessa metodologia (ROCHA, 2006). Em suma, essa linha é embasada nas condições de vida preeminente na sociedade estudada.

De fato, a renda é uma importante dimensão da pobreza. Contudo, ela representa uma ilustração parcial das diversas formas pelas quais a vida das pessoas pode ser prejudicada.

Alguém pode gozar de boa saúde e viver por muito tempo, mas ser analfabeto e, portanto, isolado da aprendizagem, da comunicação e das interações com os outros. Outra pessoa pode ser alfabetizada e bem educada, mas propensa a morte prematura devido a características epidemiológicas ou disposição física. No entanto, um terço pode ser excluído da participação nos processos decisórios importantes que afetam sua vida. A privação de nenhum deles pode ser totalmente capturada pelo nível de sua renda (SEN, 1997, p. 16, tradução nossa).

⁷ As ponderações sobre a questão relativa da pobreza concebe uma discussão em torno da identificação da pobreza sobre o âmbito da cidadania, tendo em pauta a negação desses direitos para a sociedade. Desta maneira, instiga um grande desafio para criarem populações mais igualitárias, sendo esse o modelo a ser empregado para averiguar o desempenho do desenvolvimento que se deve atingir. Desse modo, o argumento da cidadania alicerça no cerne do debate sobre a pobreza (CODES, 2005).

⁸ Conforme alguns estudiosos, a exclusão social é considerada um conceito de pobreza. É uma definição discutida nos debates amplos da sociologia, e sendo entendida como uma dificuldade de socialização, ausência de independência, etc. Para Costa (1984) essa conceituação se refere à exclusão dos melhores padrões de vida, dos hábitos, rotinas e atividades de uma determinada sociedade.

Em relação às críticas recebidas por essa análise baseada somente na renda os autores Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012) ilustram dois pontos que tem sido alvos dos críticos a essa teoria.

[...] primeiramente, pelo reducionismo biológico-alimentar que ela atribui às necessidades do sujeito e, além disso, pelo fato de que não há como estabelecer um critério absoluto em relação à quantidade de energias e de nutrientes que os seres humanos necessitam para se manterem vivos, pois tal aspecto depende de inúmeros fatores, tais como o lugar, as condições climáticas, as atividades realizadas, etc. (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012, p. 538).

A principal crítica referente a essa abordagem está relacionada com a identificação das necessidades humanas apenas pelas condições físicas. Além dos indivíduos precisarem de nutrientes para a elevação de suas energias, eles também são seres humanos que realizam diferentes atividades na sociedade em geral (CODES, 2005). Silva, Lacerda e Neder (2011) revelam que reconhecer a unicidade da renda como a mais propícia *proxy* de bem-estar é desconhecer outros fatores que afetam o bem-estar, seja da pessoa, das famílias e da sociedade ao todo. A abordagem absoluta ao longo do tempo sofreu alguns questionamentos, devido à constatação da permanência da pobreza e das situações de vida inapropriada, mesmo perante cenários com progresso econômico. Estes fatos transcorreram devido a certas necessidades básicas humanas não conseguirem ser atingidas mediante a renda.

A maneira de estudar a pobreza detalhada nesta subseção pode ser denominada como unidimensional, uma vez que é baseada em uma única dimensão. Outra forma de compreender a pobreza é por meio de outras dimensões, conhecida como pobreza multidimensional. Esta abordagem será discutida na próxima subseção.

2.1.2 Pobreza Multidimensional

Durante a exposição da seção anterior ficou evidente as transformações e formulações da definição de pobreza por insuficiência de renda ao decorrer do tempo. Nesse percurso evidenciou-se que a pobreza absoluta é voltada para a questão de sobrevivência e a pobreza relativa está relacionada com a garantia de padrões requeridos em determinada sociedade. Com essa trajetória, surge a abordagem das necessidades básicas que é destacada pelas suas diversas interpretações. Além disso, o economista Amartya Sen desenvolveu uma teoria como crítica ao modelo convencional de bem-estar, que ficou conhecida como a abordagem das capacitações, que tem como propósito demonstrar que a falta de oportunidades reais implicam em privações aos indivíduos.

Em relação à pobreza multidimensional, Codes (2005) acrescenta que:

[...] é consensual a noção de que se trata de um fenômeno social complexo, referente não apenas a privações em termos de necessidades materiais de bem-estar, mas também à negação de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões aceitáveis socialmente. A multiplicidade de carências e penúrias impostas àqueles que vivem em situações de pobreza faz com que suas existências possam ser prematuramente encurtadas, além de duras, dolorosas e perigosas. Em suas manifestações subjetivas, o fenômeno provoca nas pessoas sentimentos de impotência diante de seus destinos, de falta de esperança, de vulnerabilidade, de insegurança e de falta de poder político. (CODES, 2005, p. 37).

O limiar da análise da pobreza multidimensional está localizado nas abordagens de capacitações e das necessidades humanas. Dessa maneira, a ideia de pobreza multidimensional refere-se a uma agregação de dimensões, além dos aspectos monetários, que afligem o bem-estar da população. Compreender a pobreza sobre a análise da multidimensionalidade, “é atribuir importância às políticas sociais, que precisam atuar em conjunto, de forma não somente a retirar o indivíduo da pobreza, mas também de evitar o seu retorno a ela” (SILVA; LACERDA; NEDER, 2011). Como o entendimento da pobreza multidimensional se encontra nas abordagens de capacitações e das necessidades básicas, nas próximas subseções serão evidenciadas a compreensão dessas óticas.

2.1.2.1 Necessidades Básicas

O insucesso do sistema econômico e social em proporcionar melhorias no padrão de vida da população provocou uma grande preocupação por parte dos estudiosos. Assim sendo, entre esses pesquisadores ficou evidente que a satisfação das necessidades poderia garantir o acesso a questões básicas presentes na sociedade. Para tanto, conforme Stewart (1992) no fim da década de 1970, os economistas legitimaram a abordagem de necessidades básicas para o processo de desenvolvimento, uma alternativa à incapacidade do crescimento econômico de eliminar a pobreza nas nações em desenvolvimento⁹. Mas, segundo Codes (2008) embora essa abordagem tenha ganhado notoriedade nos anos 1970, ela já estava presente desde a década de 1950, quando despontou a concepção de que o progresso social poderia ter mais impactos positivos por meio da satisfação das necessidades básicas dos indivíduos do que através do crescimento.

A abordagem das necessidades básicas passou por grandes transformações ao longo do tempo, marcada por uma variedade de interpretações. De modo mais sintético, na concepção dessa abordagem é essencial gozar de condições mínimas para satisfazer as necessidades de

⁹ Esta questão será discutida nas próximas seções, quando for mencionado o estudo de Kuznets.

subsistência, moradia (água potável, energia elétrica), vestuário e equipamentos (geladeira, fogão, televisor). A definição dessa ótica demonstra uma ampliação do conceito de subsistência, pois, acentua as aquisições mínimas requisitadas pelas populações, e não somente condições de sobrevivência e competência de cada família (CODES, 2005).

Em suma, é considerado pobre o indivíduo que não possui acesso às necessidades básicas como água potável, tratamento de esgoto, moradia, educação, etc. Como dito anteriormente, essa abordagem sofreu alterações no decorrer dos anos, sendo evidente na literatura econômica suas diferentes formas de interpretação. Em relação a esse ponto, Bagolin e Ávila (2006) categorizam em três fases: necessidades de sobrevivência, teoria das necessidades básicas e, por fim, a nova teoria das necessidades humanas. Desta forma, será exposto de maneira sucinta a contribuição dessas três etapas para a literatura.

A principal ideia da primeira etapa está associada às necessidades como quesitos naturais ou condições de sobrevivência. A satisfação dessas necessidades foi posta como fundamental, visto que ela possibilitaria aos indivíduos ou famílias a vantagem de desenvolver as suas qualidades como seres humanos.

A segunda fase¹⁰ da interpretação expressa a noção de utilizar a definição da abordagem como um instrumento de políticas em prol do desenvolvimento e do combate à pobreza (BAGOLIN; ÁVILA, 2006). Conforme Bagolin e Ávila (2006), neste estágio as formulações de políticas públicas ficaram centralizadas na promoção de recursos e na posse de *commodities* como fatores importantes para as necessidades humanas, distorcendo a noção original das necessidades.

O terceiro estágio enfatiza que se as necessidades básicas não forem atendidas podem acarretar sérios prejuízos no tocante da saúde física e mental do cidadão. Nesse contexto, as necessidades apresentam um caráter objetivo e universal.

Objetivas, porque a sua especificação teórica e empírica não se baseia em preferências individuais e subjetivas; e universais, porque, a concepção de sérios prejuízos decorrentes de sua não satisfação, ou satisfação inadequada, é a mesma para todos em qualquer cultura. (GOMES JÚNIOR; PEREIRA, 2013, p. 54).

A ótica da pobreza sobre este aspecto se explicita no âmbito da cidadania e dos direitos e deveres de cada indivíduo. Dessa forma, julgam-se necessárias políticas sociais¹¹ como meios de garantir a satisfação das necessidades humanas básicas. Ao entender que as necessidades básicas são sociais, a satisfação é um aspecto muito importante para o

¹⁰ Neste período, o crescimento econômico era um instrumento importante para atenuar a pobreza, em que a metodologia estava fundamentada na Curva de Kuznets. Vale ressaltar que neste momento as estratégias de desenvolvimento ganharam atenção das organizações internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial.

¹¹ Ver Gomes Júnior e Pereira (2013).

desenvolvimento dos indivíduos e cabe ao Estado garantir esse direito (GOMES JÚNIOR; PEREIRA, 2013).

Com intuito de verificar a satisfação das necessidades básicas encontram-se os *satisfadores*, que segundo Doyal e Gough (1991) são compreendidos como todas as medidas, atividades, relacionamentos, bens e serviços que são importantes para satisfazer as necessidades básicas. Diante disso, os autores explicam que as necessidades básicas são sempre universais, porém, os seus satisfadores são relativos. Gomes Júnior e Pereira (2013) acrescentam elucidando que mesmo com a ideia de que necessidades humanas básicas sejam universais¹² e objetivas, as demandas que pretendem satisfazer essas necessidades são relativas. Portanto, as demandas vão depender da realidade de cada sociedade.

Conforme Codes (2005), no mundo contemporâneo, a satisfação das necessidades básicas constitui-se em um ponto muito importante no desenvolvimento econômico e social de um país. Trata-se de um desenvolvimento pautado nos processos de desenvolvimento humano, sem levar em conta somente o crescimento econômico. Assim sendo, Silva (2009, p. 71) evidencia que “o desenvolvimento de uma vida humana íntegra ocorrerá somente quanto certas necessidades fundamentais forem satisfeitas”, dessa forma, essas necessidades devem ser garantidas pelas políticas públicas e sociais.

Isto significa que são necessárias formulações de políticas de combate à pobreza, tendo em conta que o bem-estar produto é mais amplo que as preferências dos indivíduos. Então, conforme Silva (2009, p. 71) “as necessidades não são confundidas com preferências ou desejos, e deste modo, não se exprimem apenas pela renda [...]”. Segundo Rocha (2006) a abordagem apresenta um amplo conjunto de indicadores sociais a serem mensurados. Apesar disso, Codes (2005, p. 24) acrescenta que:

A dificuldade reside na produção de critérios aceitáveis para a escolha e definição dos itens a serem incluídos, uma vez que as necessidades de populações não podem ser definidas adequadamente apenas por referência aos aspectos individuais físicos e às mais evidentes provisões de serviços requeridos pelas comunidades locais. Tais especificações não podem ser absolutas, pois dependem de assunções que têm que ser feitas sobre o desenvolvimento e o funcionamento de cada sociedade.

A definição desse tipo de pobreza caminha para a insatisfação das necessidades básicas sociais. Desta maneira, torna-se preciso “admitir que se deve desenvolver uma complexa combinação de crescimento, redistribuição, reorganização do comércio e de outras relações institucionais, assim como a reconstituição de aspectos tradicionais sob novas formas de associações” (CODES, 2008, p. 15). A combinação desses conjuntos permitiria o

¹² De acordo com Doyal e Gough (1991, p. 155, tradução nossa), “enquanto as necessidades individuais básicas por saúde física e por autonomia são universais, muitos bens e serviços necessários para satisfazer essas necessidades são culturalmente variáveis.”.

suprimento das necessidades humanas básicas para a sociedade. Perante as atribuições referentes à abordagem das necessidades humanas básicas, entende-se que o conceito de pobreza não tem como questão central apenas a dimensão da renda. Para que os cidadãos desfrutem de uma vida digna faz-se necessário obter um conjunto de fatores que se fundamentam além de apenas recursos monetários.

2.1.2.2 Abordagem das capacitações

No decênio de 1980 iniciam-se os debates sobre as capacitações dos indivíduos impulsionados pelo indiano Amartya Sen. As privações nessa análise são vistas pelo campo da ética e da justiça social. Conforme Silva (2009), na abordagem das capacitações a liberdade é um aspecto fundamental para a vida das pessoas. Sendo assim, para eliminar a pobreza é preciso garantir e expandir as liberdades individuais, uma vez que ampliam as capacitações dos indivíduos. Na compreensão dessa abordagem, a privação de capacitações básicas impede os indivíduos de alcançar funcionamentos.

De acordo com Sen (1997) é na privação vivenciada por um indivíduo que a pobreza pode ser revelada. Essa questão não somente abrange a falta do bem-estar material, mas a ausência de oportunidades para o ser humano ter uma vida digna e tolerável. Para Silva (2009, p. 56), na abordagem de Sen, “as capacitações e funcionamentos são centrais para a natureza do bem-estar, sendo o bem-estar intrinsecamente multidimensional sobre esse ponto de vista”. O bem-estar de uma pessoa pode ser idealizado com base na qualidade do estado de um indivíduo. Viver está relacionado a uma gama de funcionamentos associados, que possibilitam a realização dos estados e ações de determinada pessoa (SEN, 2001). Segundo o autor, o vetor de funcionamentos possibilita que as pessoas alcancem certo nível de realização.

A realização de uma pessoa pode ser concebida, sob esse aspecto, como o vetor de seus funcionamentos. Os funcionamentos relevantes podem variar desde coisas elementares como estar nutrido adequadamente, estar em boa saúde, livre de doenças que podem ser evitadas e da morte prematura, etc., até realizações mais complexas tais como ser feliz, ter respeito próprio, tomar parte na vida da comunidade, e assim por diante. (SEN, 2001, p. 79).

O funcionamento é entendido como as diversas ações que um ser humano possa fazer ou ser, como viver muitos anos, ter boa alimentação, ter um ótimo convívio com as pessoas da sociedade e muitas outras coisas valiosas que envolvem o cotidiano (SEN, 1997). Para Sen (2001, p. 79) “a asserção é de que os funcionamentos são constitutivos do “estado” [*being*] de uma pessoa, e uma avaliação do bem-estar tem de assumir a forma de uma apreciação desses

elementos constituintes”. Ainda conforme o autor, o entendimento de funcionamentos está interligado com a concepção de capacitações para executar tais funcionamentos. Portanto, as capacitações simbolizam um conjunto de combinações de diversos funcionamentos que um indivíduo pode realizar.

A capacidade é, portanto, um conjunto de vetores de funcionamentos, refletindo a liberdade da pessoa para levar um tipo de vida ou outro. Tal como o assim chamado “conjunto orçamentário” no espaço de mercadorias representa a liberdade de uma pessoa para comprar pacote de mercadorias, o “conjunto capacitário” [*capability set*] reflete, no espaço de funcionamentos, a liberdade da pessoa para escolher dentre vidas possíveis. (SEN, 2001, p. 80).

Segundo Sen (1997), na definição de capacitações, a pobreza não é entendida somente pela restrita condição de vida em que a pessoa se encontra, mas também pela ausência de oportunidades reais para alcançar uma vida plena. Essa abordagem estabelece uma alternativa de mensurar o bem-estar e de reconhecer os principais fundamentos das políticas, amparada na negação do utilitarismo como dimensão única do bem-estar e da maximização da utilidade como axioma fundamental do comportamento (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003). Nessa concepção, “Sen rejeita a “utilidade” e a posse de *commodities* como métricas para o bem-estar. Ele argumenta que bem-estar tem a ver com “estar bem”, o que se refere a ser capaz de ter longevidade, de estar bem nutrido, de ser saudável e educado, além de outros atributos” (CODES, 2005, p. 32).

Na abordagem AC, o bem-estar é visto como a liberdade dos indivíduos de viver suas vidas de forma valorizada (o que é denominado como capacidade do indivíduo), isto é, a realização do potencial humano. Essa ênfase nos “resultados” que caracterizam a qualidade de vida dos indivíduos implica uma mudança dos indicadores monetários (que na melhor das hipóteses podem representar medidas indiretas desses resultados) e um foco nos indicadores não monetários para avaliar o bem-estar ou a privação dele. Os recursos monetários são considerados apenas como um meio de melhorar o bem-estar, e não como o ponto principal dessa abordagem¹³. (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003, p. 14, tradução nossa).

Conforme descrito na abordagem da pobreza por insuficiência de renda, Sen (2000) expõe que a visão utilitarista tradicional define a utilidade como prazer, felicidade e desejos. Os conceitos tradicionais dessa visão sobre bem-estar e pobreza concebem somente a utilidade individual como uma condição de valor. De acordo com Martini (2010), existem dois aspectos que explicam essa ideia. Nas palavras do autor:

¹³ *In the CA approach well-being is seen as the freedom of individuals to live lives that are valued (termed the capability of the individual), i.e. the realisation of human potential. This emphasis on the “outcomes” characterising the quality of life of individuals implies a shift away from monetary indicators (which at best can represent indirect measures of those outcomes) and a focus on non-monetary indicators for evaluating well-being or deprivation. Monetary resources are considered only as a means to enhancing well-being, rather than the actual outcome of interest.*

Em primeiro lugar, ela desconsidera o papel da liberdade individual em tomar decisões para o bem-estar, e se concentra apenas nas realizações. Em segundo lugar, ela desconsidera outras realizações que não podem ser representadas nos termos psicológicos habituais, impossibilitando, dessa maneira, estudos de bem-estar que abordem a diferenciação de sexo, etnia, classe social, casta ou comunidade dentro de uma sociedade (MARTINI, 2010, p. 86).

A pobreza deve ser compreendida como privação de capacitações básicas e não somente como um nível mínimo de renda, que é uma medida utilizada por diversas nações. Essa análise não nega a ideia de que a insuficiência de renda é uma das causas da pobreza, pois, a ausência da renda pode ser considerada um dos aspectos fundamentais para a privação de capacidades de um determinado indivíduo (SEN, 2000). Segundo Sen (2000), são descritos três motivos para se estudar a pobreza como privação de capacitações:

- 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades, a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente).
- 2) Existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (SEN, 2000, p. 120-121).

Ainda que seja necessário diferenciar a concepção de pobreza como privação de capacitações básicas da ideia de pobreza como insuficiência de renda, essas duas abordagens não devem deixar de estar relacionadas, visto que a renda é um fator relevante para alcançar capacitações. Se uma pessoa obtiver grandes capacitações para usufruir de uma vida plena, conseqüentemente, essa pessoa elevaria sua produtividade e alcançaria uma renda mais alta (SEN, 2000). No entanto, é fundamental destacar que mesmo a renda sendo importante para a qualidade de vida dos indivíduos e para sua própria sobrevivência, ela é apenas uma medida entre outras que impactam a vida da população (SILVA, 2015).

Uma das questões importantes nessa abordagem é definir quais são as capacitações básicas. Em sua pesquisa, Sen não fornece de maneira clara as capacitações essenciais nem elabora um critério para essa definição, apesar de enunciar alguns funcionamentos, como estar bem nutrido, possuir boa saúde, livre de doenças, entre outros (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003). Conforme Bagolin e Ávila (2006), têm sido discutidas as condições essenciais que possibilitariam identificar as capacitações das pessoas. Mesmo com as discussões no âmbito da literatura econômica, ainda não existe uma concordância de quais seriam estas capacitações básicas, que podem variar entre as sociedades (BAGOLIN; ÁVILA, 2006; LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003).

A abordagem das capacitações também tem como intuito entender os fins e os meios do desenvolvimento de uma nação. O processo de desenvolvimento para o economista Sen está fundamentado nas liberdades das pessoas. Para tanto, o autor evidencia que o desenvolvimento “requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p. 16-17).

Conforme Ribeiro e Menezes (2008), no fim da década de 1980, sempre que se lidava com o desenvolvimento, o entendimento era sempre relacionado ao crescimento do PIB ou a renda *per capita*. Em contrapartida, Sen (2000) expõe uma noção de desenvolvimento focada no ser humano. A proposição convencional de desenvolvimento não colaborava para entender o bem-estar da sociedade e estava essencialmente vinculada ao crescimento do PIB (RIBEIRO; MENEZES, 2008).

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2000, p. 16).

As liberdades nessa perspectiva são adotadas como um aspecto fundamental para o desenvolvimento, visto que sua expansão pode beneficiar os indivíduos a gozarem de uma vida digna. Sen (2000) expõe algumas liberdades que viabilizam a realização das capacitações dos indivíduos: liberdades políticas, oportunidades sociais e facilidades econômicas. Para o autor, as liberdades não devem deixar de ser o ponto central das discussões sobre políticas públicas.

A compreensão das liberdades substantivas não desconsidera o papel relevante das liberdades no processo de crescimento econômico, pois como são elucidadas por Sen (2000), essas liberdades são também importantes para que o indivíduo conduza a sua vida privada (por exemplo, acesso à saúde, prevenção de doenças, uma boa educação, etc..) e para que ele possa ter uma maior participação nas atividades econômicas, políticas e sociais de sua localidade. Mas, a escassez dessas liberdades substantivas pode acarretar muitos problemas para as pessoas, e na maioria das vezes, essas inexistências de tais liberdades estão associadas ao aspecto econômico.

É notório perceber que o desenvolvimento pode ser entendido como “expansão de capacitações”. Para o combate da pobreza em determinada sociedade é preciso determinar a garantia e a ampliação das liberdades individuais. Em suma, a abordagem das capacitações trouxe grande contribuição para as discussões e análises da pobreza na literatura econômica, pois proporcionou conceituar e mensurar a pobreza no âmbito do cotidiano dos indivíduos. Ou seja, o objetivo dessa perspectiva é definir a pobreza com base no modo de viver das pessoas e das liberdades que elas usufruem na sociedade. O desenvolvimento nessa percepção é compreendido em torno do ser humano, e para o combate à pobreza é necessário agir em uma multiplicidade de fatores que possibilitem os indivíduos a desfrutarem de uma vida plena.

As abordagens das capacitações e das necessidades humanas básicas podem ser reunidas para compor uma definição mais completa da pobreza multidimensional. Assim sendo, a pobreza multidimensional pode ser estudada em termos de capacitações e necessidades básicas, conforme as abordagens apresentadas.

2.1.2.3 Vantagens e Desvantagens da mensuração da pobreza multidimensional e da renda

De acordo com Codes (2008), a pobreza como fenômeno multidimensional permite analisar o tema por fatores de diferentes naturezas: materiais, relativos, bem como, atribuições políticas e sociais associadas ao tema. Assim sendo, concerne a uma dimensão social. Além disso, são integradas as questões voltadas ao trabalho, saúde e outras dimensões que colaboram para a identificação dos pobres pela ótica da multidimensionalidade (MARTINI, 2010; SILVA, 2009). Conforme Martini (2010), sob a noção de pobreza multidimensional é possível distinguir as situações de pobreza crônica e transitória. Com relação essa diferenciação, Codes (2008) acrescenta:

Os cronicamente pobres são aqueles confinados à pobreza devido à confluência de uma série de fatores, como ausência de influência política, poucos bens, falta de acesso ao mercado. Tirá-los da pobreza requer que se construam seus capitais social, físico, humano e político. A pobreza transitória, por sua vez, tem a ver com a vulnerabilidade a choques, como pode acontecer em casos de colheitas perdidas, flutuações de preços, debilitação da saúde e cortes na oferta de redes de segurança. Reconhece-se que a distinção entre essas duas categorias não é rígida, mas ela é considerada relevante para discernir propósitos de políticas públicas. (CODES, 2008, p. 38-39).

Em meio a essa discussão sobre a multidimensionalidade da pobreza, é notório que o vínculo das distintas formas e causas das privações atribuídas nos seus aspectos múltiplos, atinge uma grande parcela da população em determinada sociedade. As consequências dessas

privações são as desvantagens que acarretam no cotidiano desses indivíduos, influenciando o seu modo de viver.

Sob a perspectiva da multidimensionalidade, abre-se espaço para a elaboração do fenômeno enquanto “armadilha da privação”. A pobreza é percebida como um conjunto de problemas mais abrangentes, constituintes de um emaranhado de fatores que se retro-alimentam e que, ao entrarem em sinergia, dificultam a superação de situações de pobreza. (CODES, 2008, p. 48).

De acordo com Silva, Bruno e Silva (2020) para que essa noção de pobreza seja operacionalizada, é necessário um procedimento que agregue as diversas dimensões que estão em torno da vida dos indivíduos, fomentando validade e coerência nos indicadores. Segundo Codes (2008, p. 41) pelo fato da pobreza ser “um fenômeno de caráter multidimensional, em que as diversas carências e fatores socioeconômicos a ele associados estão inter-relacionados”, os obstáculos em tratar essa ideia de pobreza podem ser de grande dificuldade. Para Rocha (2006, p. 27) “as dificuldades residem na complexidade do fenômeno pobreza e nas suas especificidades em contextos diversos, dificultando o estabelecimento de parâmetros universais”.

Conforme Kageyama e Hoffmann (2006), a utilização da pobreza multidimensional se caracteriza como importante, uma vez que a pobreza teria uma natureza dupla. Por um lado, estaria relacionada com o subdesenvolvimento local e regional, que institui privações que são condições básicas do cotidiano. Por outro lado, a pobreza apresenta raízes históricas de aspectos demográficos e restrições do capital humano e financeiro da população, que afetam o crescimento da renda familiar.

De acordo com Asselin (2002), a pobreza multidimensional é uma definição mais completa do que a noção tradicional da renda. Segundo o autor, essa afirmação pode ser justificada pelas particularidades de entender a pobreza nesse âmbito, dado que tal abordagem propicia por meio de suas dimensões a atribuição de aspectos específicos conforme gênero e grupo analisado. Assim como Asselin (2002), os autores Salama e Destremau (1999) consideram que a pobreza multidimensional é uma questão de grande importância, ao passo que se refere à ampliação das perspectivas de investigação sobre a mensuração da pobreza.

A multidimensionalidade na concepção de pobreza tem um problema, haja vista que, essa questão multidimensional depende da conceituação dada à pobreza, e ainda não existe uma elaboração única. Esse enfoque multidimensional recebe algumas críticas que são caracterizadas como quantitativas e qualitativas. No tocante, Martini (2010) elucida duas críticas, assim sendo:

Uma, quantitativa, argumenta que a avaliação empírica da pobreza multidimensional é dificultada pela necessidade de ponderação de múltiplos conceitos de pobreza em

um único indicador. Além disso, a própria definição de pobreza multidimensional é difícil para estudos empíricos, tanto por causa das dificuldades de operacionalização, já que costuma envolver aspectos não observáveis e mensuráveis quantitativamente, como por causa de sua conceitualização, a qual tem, para alguns autores, uma perspectiva mais filosófica do que teórica. A outra natureza de críticas tem um caráter qualitativo, e expõe que a abordagem multidimensional da pobreza pode criar uma confusão entre as suas causas e a pobreza efetiva (definida em termos de renda), o que pode levar a uma subestimação do papel da renda sobre esse fenômeno. (MARTINI, 2010, p. 89).

Apesar dessas críticas, segundo Asselin (2002), a pobreza multidimensional se torna importante, pois a mensuração por meio do aspecto monetário também apresenta dificuldades, principalmente nas nações em desenvolvimento, onde ocorrem grandes debates para analisar medidas alternativas de pobreza. Em suma, a pobreza pode ser caracterizada como privação e circunda também a carência de oportunidades para garantir uma vida valorizada. Portanto, pode ser útil analisar esse fenômeno também pela ótica da multidimensionalidade. As condições de vida de uma pessoa não se limitam apenas aos bens materiais adquiridos por meio da renda.

A mensuração da pobreza por insuficiência de renda também possui suas vantagens, uma vez que ao mensurar a pobreza por meio da renda é possível ponderar o nível absoluto de vida com o posicionamento relativo da pessoa na sociedade (VINHAIS, 2006). A renda é uma variável básica encontrada em qualquer base de dados existentes, ao contrário, das dimensões multidimensionais. Ademais, a renda pode possibilitar atingir outras dimensões da pobreza, por exemplo, se o indivíduo possuir um rendimento elevado dentro da sociedade, este indivíduo consegue ter acesso à educação de qualidade, tem maior facilidade para o acesso a saúde e pode ter uma ótima moradia. A aplicação dessa variável é de grande praticidade, justificando a ampla disseminação desse método na literatura.

Por essas vantagens a renda é muito utilizada nos estudos sobre a pobreza, mesmo reconhecendo também as vantagens da incorporação de múltiplas dimensões. Neste estudo, serão aplicadas as duas abordagens, uma vez que uma ótica é bastante empregada na literatura (abordagem da renda) e a outra fornece uma visão mais completa (visão multidimensional). Em outras palavras, a renda é reconhecida como um bom indicador de bem-estar e a aplicação das dimensões multidimensionais permite expandir as perspectivas de estudos sobre a pobreza.

Assim como a pobreza, a desigualdade existente dentro de um determinado território é também aspecto de grande preocupação dos organismos governamentais. Este tema é interpretado de diferentes definições, deste modo, compreender a sua conceitualização vem a ser relevante para a investigação deste indicador nos objetos de estudos. A pobreza e a

desigualdade são regularmente relacionadas dentro das distintas compreensões teóricas sobre estes temas. Logo, na próxima seção serão apresentadas as similaridades entre a desigualdade e pobreza, demonstrando os principais aspectos relacionados entre estes dois indicadores.

2.2 DESIGUALDADE E POBREZA

Um tema correlato à situação de pobreza, compreendida em seus distintos conceitos descritos, é a desigualdade social. A desigualdade é frequentemente associada à pobreza, seja por insuficiência de renda, seja multidimensional. Assim, a forma de conceituar e mensurar a pobreza também interfere na forma de analisar a desigualdade.

O sistema capitalista não conseguiu amenizar o problema da pobreza, tornando-se uma preocupação central dos governos. A desigualdade acompanhou esse processo e no decorrer da trajetória do desenvolvimento capitalista se agravou diante das consequências desse sistema. Em relação a esses dois aspectos, “o presumido nivelamento não ocorreu e a situação se agravou perpetuando a pobreza e desigualdade” (SILVA, 2009, p. 28). Ainda conforme a autora, embora desigualdade e pobreza não sejam sinônimos, as definições de ambas não devem ser desagregadas. Segundo Freitas (2004), apesar dos conceitos não serem contraditórios, a interpretação de pobreza e desigualdade não expressam o mesmo entendimento, pois dissertam circunstâncias distintas. Complementando o pensamento, a autora acrescenta:

Lato sensu, pobreza relaciona-se diretamente a privações, já a desigualdade refere-se, a princípio, a uma posição de desvantagem em relação à riqueza média de um país, podendo implicar ou não em privação. Neste sentido, tanto pode haver países pobres com baixos índices de desigualdade como o inverso também é verdadeiro, ou seja: países sólidos economicamente cujo grau de concentração de renda acentua e agrava a desigualdade entre os grupos sociais. (FREITAS, 2004, p. 2).

Se por um lado a desigualdade corresponde a um aspecto da distribuição de renda fomentada em uma determinada sociedade, a pobreza, conforme a abordagem convencional, como já mencionado nessa pesquisa, refere-se à escassez de renda para garantir as necessidades mínimas de sobrevivência (FREITAS, 2004). De acordo com Rocha (2000), as nações em que ainda perduram a ideia de pobreza absoluta podem ser classificadas em duas categorias: “a renda *per capita* é baixa e a pobreza absoluta inevitável quaisquer que sejam as condições de sua distribuição” (ROCHA, 2000, p. 3) e no outro grupo de países estão “(...) aqueles nos quais o produto nacional é suficientemente elevado para garantir o mínimo necessário a todos, de modo que a pobreza resulta da má distribuição de renda” (ROCHA, 2000, p. 3).

Compreender a renda “como representante do bem-estar social, como é utilizada pela referida ótica predominante (destacando-se a visão do Banco Mundial¹⁴), a pobreza e a desigualdade como problemas globais, tornam-se restritos aos retornos monetários” (SILVA, 2009, p. 28). Em contrapartida, como já abordado, surgiram outras concepções de pobreza, que em um tratamento mais recente tem sido mensurada por meio de uma gama de dimensões.

As desigualdades econômicas se tornam aparentes, quando se compara as diferenças nas distribuições de renda, entre a riqueza e pobreza e em outras elaborações expressas para o entendimento das desigualdades que, apesar de persistirem por muito tempo, se intensificam em diversas dimensões (CATTANI, 2007). A busca da igualdade se tornou um grande desafio, diante dos problemas econômicos e sociais que o termo desigualdade representa em um país, o que faz a palavra se tornar em algo inaceitável, como descrito por Silva (2009).

Dentro da teoria econômica convencional, isto é, na abordagem utilitarista não existe pretensão em buscar a igualdade de utilidades usufruídas por distintos indivíduos (SEN, 2001). Para modificar as situações iniciais da desigualdade, existem perspectivas de equidade que não estão evidenciadas na abordagem utilitarista (SILVA, 2009).

A igualdade buscada pelos utilitaristas “assume a forma do tratamento igual dos seres humanos no espaço de ganhos e perdas de utilidades” (SEN, 2001, p. 44) e provavelmente, “os utilitaristas em geral não querem a igualdade das utilidades desfrutadas por diferentes pessoas” (SEN, 2001, p. 44). A consideração sobre esse contexto é que a questão de ser igualitário não é um atributo dos utilitaristas. Ainda em conformidade com Sen (2001), a abordagem de valor, aplicada muitas vezes na economia do bem-estar, enxerga o valor, apenas na utilidade individual, estabelecida como aspectos de condição mental (desejos, prazer e felicidade). Porém, Amartya Sen, preocupa-se com essa análise e ressalta:

Uma pessoa totalmente desprovida, levando uma vida bastante limitada, poderia não parecer pobre em termos de métrica mental do desejo e sua satisfação, se a miséria for aceita com silenciosa resignação [...]. O problema da privação arraigada é particularmente sério em muitos casos de desigualdade. Aplica-se particularmente às diferenciações de classe, comunidade, casta e sexo. Embora a natureza dessas privações possa ser trazida à tona mais claramente pela concentração sobre as

¹⁴ O Banco Mundial é uma organização internacional com sede em Washington-EUA, surgiu durante a Segunda Guerra Mundial na Conferência de Bretton Woods, que tinha como intuito atender às necessidades de financiamento da reconstrução das nações devastadas pela Segunda Guerra Mundial. Atualmente, a organização tem dedicado suas atenções para as discussões de combate a pobreza e o processo de desenvolvimento dos países mais pobres. O Banco é composto por cinco instituições: BIRF (Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento); AIF (Asociacion Internacional de Fomento); CFI (Corporación Financiera Internacional), OMGI (Organismo Multilateral de Garantia de Inversiones) e o CIADI (Centro Internacional de Arreglo de Diferencias Relativas a Inversiones). Essas outras organizações foram formadas para atender as demandas que o Banco não conseguia atender e cada uma tem uma atribuição no combate à pobreza.

diferenças geradas socialmente em importantes capacidades, algo do ganho seria desperdiçado se as próprias capacidades fossem avaliadas, no final, na métrica das utilidades (SEN, 2001, p. 96).

Para Sen (2001) o debate sobre desigualdade de renda, é preocupante porque, a verdadeira desigualdade de oportunidades com que os indivíduos se deparam não é ilustrada no âmbito da desigualdade de renda. Pois, segundo Sen (2001, p. 60), “o que podemos ou não fazer, podemos ou não realizar, não depende somente das nossas rendas, mas também da variedade de características físicas e sociais que afetam nossas vidas e fazem de nossas vidas e fazem de nós o que somos”. Deste modo, o problema não ocorre somente do fato de que a renda é apenas um meio para finalidades que almejamos, “[...] mas, (1) da existência de outros meios importantes, e (2) das variações interpessoais na *relação* entre meios e nossos vários fins” (SEN, 2001, p. 60).

As sociedades que as pessoas pertencem possuem oportunidades distintas uma das outras, emergindo situações diferentes quanto ao que se pode ou não fazer. Para a avaliação da desigualdade, é importante levar em consideração essas diferenças que giram em torno da comunidade, como por exemplo, as diferenças no ambiente natural e social, nos aspectos externos e nas características de cada indivíduo (SEN, 2001). Assim sendo, o autor exemplifica essa situação.

Por exemplo, rendas iguais podem ainda deixar bastante desiguais nosso potencial de fazer o que podemos valorizar fazer. Uma pessoa incapacitada não pode realizar funcionamentos [function] do modo que uma pessoa como o “corpo hábil” [able-bodied] pode, ainda que ambas tenham exatamente a mesma renda. Portanto, a desigualdade em termos de uma variável (p. ex. renda) pode nos conduzir no sentido, bem oposto, da igualdade no espaço de outra variável (p. ex. o potencial para realizar funcionamentos ou o bem-estar) (SEN, 2001, p. 51).

Segundo Sen (2001), a desigualdade pode ser compreendida por meio de dois elementos, que já foram debatidos nessa presente pesquisa, sendo os funcionamentos e as capacitações. Assim, a desigualdade pode ser vista como diferenças relacionadas às capacitações e funcionamentos, o que inclui a desigualdade da renda, entre outras realizações. Consoante a Abreu (2012), o relato seniano da relação entre a pobreza e desigualdade se diferencia nos funcionamentos e nas capacitações biológicas e universalmente estabelecidas. As pessoas que vivem na sociedade vão depender do padrão médio de vida atingido nessa determinada comunidade. Desta forma, a noção relativista ganha destaque, pois nas palavras da autora:

[...] na medida em que faz sobressair a relatividade social e cultural das necessidades, que parece relacionar as realizações de uns ao que os outros conseguem alcançar, dando lugar a comparações entre os mais bem situados e os menos bem situados na sociedade, com a eclosão dos sentimentos de vergonha e baixa estima por parte destes últimos. (ABREU, 2012, p. 207-208).

Resumidamente, a desigualdade pode ser compreendida como desigualdade na distribuição de renda, conforme a primeira concepção apresentada neste trabalho e também como desigualdade em termo de capacitações básicas, necessidades e bem-estar. A primeira forma de se estudar a desigualdade está mais presente na literatura, mas a segunda forma pode agregar dimensões importantes do bem-estar e também precisar ser analisada.

De uma forma ou de outra, a intensificação da pobreza e a desigualdade são consequências do processo de crescimento da economia capitalista. Desta maneira, é necessário o estabelecimento de políticas sociais que visem às melhorias das condições da população, oportunizando a justiça por meio de uma melhor distribuição de renda e riquezas e uma importante intervenção do Estado na procura do progresso da igualdade. De acordo com a abordagem apresentada pelo economista Amartya Sen, a situação de pobreza é contrária à situação de desenvolvimento. Então, a promoção do desenvolvimento é fundamental para a diminuição da pobreza e da desigualdade.

Em relação ao crescimento econômico e sua associação com a desigualdade e pobreza é importante destacar que o progresso da economia é fundamental para a melhoria desses índices, mas não é suficiente. É importante distribuir a renda e o bem-estar multidimensional de maneira justa para as camadas da população, sobretudo para os mais pobres. Ademais, é necessário garantir as necessidades e os serviços básicos para toda a sociedade, como saneamento básico, moradia, emprego, educação, dentre outros. Deste modo, serão discutidas na próxima seção as principais relações entre crescimento, desigualdade e pobreza.

2.3 RELAÇÃO TRIANGULAR ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO, POBREZA E DESIGUALDADE

No limiar do século XXI, as questões distributivas no campo do desenvolvimento ganharam grande notoriedade. No âmbito do crescimento econômico, o debate principal era sobre como esse crescimento poderia reduzir a desigualdade, e consequentemente, a pobreza. Mesmo com o reconhecimento das diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento¹⁵. As esferas governamentais mensuram a evolução econômica e social de

¹⁵ Os clássicos e neoclássicos consideram o crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Os economistas clássicos ressaltam que o processo produtivo habilita o desenvolvimento. Ou seja, o capitalista acumula capital na sociedade, pelos meios de produção e progresso técnico, gerando assim, um aumento da qualidade de vida de toda a população. Para a vertente neoclássica, os agentes econômicos vão colaborar para o processo produtivo da economia, ocasionando o crescimento econômico. Esse progresso econômico seria distribuído de maneira igual para todas as pessoas que estão inseridas na economia (SOUZA, 2005).

um país pelos valores de produção, por meio dos índices como PIB¹⁶, PNB¹⁷, Renda *per capita*¹⁸, etc. Fatores esses que são importantes para discutir o crescimento econômico.

Os pensadores cepalinos acreditam que o desenvolvimento deve ser enfrentado como um processo de modificações e transformações econômicas, políticas, humanas e sociais. O desenvolvimento é o progresso dos resultados positivos no produto e na renda, e os resultados desses fatores são distribuídos para garantir as necessidades básicas da população como: educação, saúde, moradia, entre outros (OLIVEIRA, 2002). Para Sen (1997) o desenvolvimento humano está relacionado com a ampliação das escolhas e a pobreza reflete a negação das oportunidades e escolhas essenciais para a vida humana. Deste modo, percebe-se que não existe desenvolvimento se houver pobreza, pois os indivíduos não vão conseguir aumentar as suas escolhas, ou seja, não vão levar uma vida longa, saudável e um nível de vida decente.

No início do século XXI, o Banco Mundial em seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001 (Luta contra a pobreza) referiu-se ao novo século como o início do desenvolvimento moderno. Despertou-se grande expectativa sobre os benefícios do crescimento econômico sobre os índices de pobreza e desigualdade (BANCO MUNDIAL, 2001). Este debate estava fundamentado na mensuração da pobreza por meio da renda, ou seja, o crescimento da renda média *per capita* da população.

O objetivo mais relevante para o desenvolvimento centralizou-se na redução dos níveis de pobreza e desigualdade. Logo, uma parte da literatura assumiu que essa diminuição desses indicadores seria atingida pelo crescimento da renda média *per capita* ou pela melhoria na distribuição de renda. Além da presunção de atenuar a pobreza, as medidas de redistribuição de renda também se converteram em pautas importantes para as nações (KAKWANI; SON, 2003). Assimilar as medidas e sociedades que direcionam ao crescimento econômico sustentado é uma fase inicial na composição de procedimentos para melhorar as condições de vida da população pobre (BANCO MUNDIAL, 2001). A importância das questões distributivas no crescimento econômico das nações obteve uma grande relevância que possivelmente em nenhum momento tiveram, mesmo nos anos de 1970, com a disseminação da hipótese de Kuznets (BOURGUIGNON, 2001).

¹⁶ O PIB é o somatório de todos os bens e serviços finais produzidos por uma nação, comumente em um ano (IBGE, 2020).

¹⁷ O PNB é o somatório de todas as riquezas produzidas por um país, seja dentro do território nacional ou fora dele (IBGE, 2020). E esse indicador é mensurado durante um estabelecido período.

¹⁸ É a média das rendas *per capita* de todas as pessoas residentes em um país (IBGE, 2020).

É preciso reconhecer que Kuznets (1955) já estava preocupado com as especificidades e as razões das modificações de longo prazo na distribuição de renda dos indivíduos. Para elucidar esses questionamentos, o autor se delimita responder duas perguntas¹⁹, que na época, eram caracterizadas pela escassez de definições. Segundo Ahluwalia, Carter e Chenery (1979) a discussão das tendências de distribuição de renda se apoiava no questionamento de como o desenvolvimento passado foi seguido por uma elevação da desigualdade; e na questão de como os pobres usufruíram tão pouco dos níveis de crescimento.

Essa constatação é fruto dos estudos clássicos de Kuznets (AHLUWALIA; CARTER; CHENERY, 1979). A hipótese de Kuznets pressupõe uma relação de U-invertido entre a desigualdade e renda. Com isso, o nível de desigualdade de uma economia aumentaria nos estágios iniciais e depois reduziria com o alcance do crescimento econômico (DEININGER; SQUIRE, 1998). De acordo com Deininger e Squire (1998), as preocupações inerentes aos efeitos do crescimento econômico na desigualdade foi uma das principais causas da grande quantidade de estudos relacionados à metodologia de Kuznets.

Kuznets (1955) analisou três países (Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha) e através da sua análise, o autor concluiu que a desigualdade de renda aumentaria no início do crescimento, alcançando um nível máximo, simbolizado pelo grau da renda real *per capita*, a partir do qual se reduziria. Conforme Santos (2012), diante das hipóteses formuladas por Kuznets, existem diferentes interpretações sobre a elevação da desigualdade nos estágios iniciais do desenvolvimento econômico de um país. Para tanto, o autor expõe duas interpretações sobre esse ponto.

[...] uns atribuem tal fato como decorrente da redução absoluta da renda média da população mais pobre enquanto outros defendem que o referido aumento é fruto apenas da menor taxa de crescimento da renda média dos mais pobres em relação à dos mais ricos, nos primeiros estágios do desenvolvimento. (SANTOS, 2012, p. 4).

Uma ideia grandemente debatida no pensamento econômico sobre o desenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960 ficou conhecida como a teoria de *trickle down*. Essa teoria surgiu antes mesmo das abordagens das capacitações básicas e das necessidades humanas básicas, uma vez que essas últimas abordagens surgiram do questionamento sobre os resultados do crescimento econômico na redução da pobreza. A teoria de *trickle down* tinha como principal fundamento a noção de que os benefícios do crescimento se disseminariam por todas as parcelas da sociedade. Segundo Kakwani e Pernia (2000) esta teoria pode ser entendida como uma corrente vertical na distribuição de renda na economia, ou seja, os frutos do crescimento

¹⁹ A desigualdade na distribuição de renda aumenta ou diminui na trajetória de crescimento econômico de um país? Quais fatores determinam o nível secular e as tendências das desigualdades de renda? (Tradução Livre)

econômico iriam primeiramente para os indivíduos ricos e, em um segundo momento, os pobres usufruíam desse progresso econômico.

Desta maneira, o crescimento seria favorável para a população pobre, pois esses indivíduos se beneficiariam indiretamente do progresso econômico, por meio dos gastos dos ricos. Vale enfatizar, que os ganhos dos pobres seriam em uma magnitude menor, quando comparados aos dos ricos. Todavia, Kakwani e Pernia (2000) ponderam que é possível que um grande crescimento econômico eleve o nível de pobreza, isto pode ocorrer quando a desigualdade cresce em uma grande proporção que anularia os benefícios do crescimento na renda dos pobres. Bakof (2006, p. 16) conclui que a ideia de *trickle down* “é um crescimento que não necessariamente reduz a pobreza, mas com o qual os não pobres se beneficiam mais do que os pobres. Em outras palavras, diz-se que a receita marginal do crescimento é menor que o custo marginal da desigualdade”.

De acordo Sachs (2001), o crescimento econômico não necessariamente se traduz em um desenvolvimento. O autor elucida que a noção do *trickle down* é refutada pelos fatos históricos, a teoria impõe fracos resultados sobre as condições dos indivíduos localizados na pirâmide social quando os níveis de crescimento econômico são grandes. Desta forma, o autor acrescenta uma situação recorrente sobre a relação de crescimento e desigualdade, em que essa situação:

[...] é a do crescimento pela desigualdade, com efeitos sociais perversos: a acumulação de riqueza nas mãos de uma minoria, com a simultânea produção de pobreza maciça e deterioração das condições de vida. Nos casos extremos, estamos na presença de crescimento com desenvolvimento. (SACHS, 2001, p. 157).

Conforme Salvato, Araújo Júnior e Shikida (2013), ao longo do tempo, a discussão entre crescimento e desenvolvimento não se alinhava com o debate da procura pela igualdade, conforme os pressupostos da curva de Kuznets. Além disso, a teoria do *trickle down* sofreu muitas críticas, corroborando para o surgimento dos debates sobre a relação de crescimento e pobreza, conhecida como crescimento pró-pobre (KAKWANI; SON, 2003). A diminuição do nível de pobreza e sua relação com desenvolvimento socioeconômico é tema de interesse da literatura sobre crescimento pró-pobre. A intenção de conceituá-lo e de entender como vigora essa vertente se converteu em teorias e metodologias que têm sido discutidas na literatura. Sendo assim, na próxima seção serão evidenciados os principais debates em torno dessa teoria.

2.3.1 O debate sobre o crescimento pró-pobre

A tentativa de compreender e conceituar uma teoria específica nem sempre é categórica e de fácil entendimento. Em diversos momentos pode-se deparar com uma gama de interpretações. Para expor a discussão que envolve o crescimento pró-pobre é preciso entender e conformar que no campo dos estudos referentes ao tema, ainda não existe uma consonância entre os pesquisadores sobre a sua conceituação. Conforme mencionado na seção anterior, o debate em torno do crescimento pró-pobre teve seu impulso inicial exatamente nas críticas à teoria do *trickle down*. Porém, alguns autores afirmam que as primeiras pesquisas sobre o tema, mesmo não sendo empregada a expressão crescimento pró-pobre, se iniciaram com os debates sobre a hipótese de Kuznets (BAKOF, 2006; FOSTER; SZÉKELY, 2008; GODOY; RODRIGUES, 2017). Esses questionamentos tinham como o intuito entender como o crescimento da renda influenciaria as condições de vida da população carente. Originalmente, trata-se de carências relacionadas à insuficiência de renda.

Autores como Kakwani e Pernia (2000) entendem que a discussão sobre crescimento pró-pobre iniciou-se na década de 1950, mas o ponto marcante nessa evolução pode ser outorgado com a obra “*Redistribution with Growth*”, elaborado por Chenery *et al.* (1974). Consoante a Kakwani e Pernia (2000), apesar do termo crescimento em benefício dos pobres não fosse frequentemente utilizado na época, a definição estava implícita nos debates sobre as formas de amenizar a situação da pobreza nas nações em desenvolvimento²⁰. Também pode-se destacar que o tema estava latente na discussão do “crescimento amplo” que ocorreu no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial em 1990 (KAKWANI; PERNIA, 2000; KAKWANI; SON, 2003).

De acordo com White e Anderson (2001), o termo crescimento amplo foi a primeira pauta de estratégia do Relatório Mundial de Desenvolvimento de 1990 com objetivo de reduzir os índices de pobreza. Apesar disso, o conceito de crescimento amplo nunca foi definido, sendo interpretado de diversas maneiras para entender o crescimento do trabalho e a influência geográfica. Ainda conforme os autores, no decorrer dos anos 1990, a nomenclatura ficou conhecida como “crescimento pró-pobre”²¹.

A expectativa do crescimento da renda média em realizar uma mudança real na vida da população pobre tem gerado grandes debates. Além disso, conforme Bakof (2006, p. 15)

²⁰ A partir desta ideia que surgiu as abordagens das necessidades humanas e das capacitações básicas, conforme discutido.

²¹ Denominação utilizada no *UK White Paper on International Development* do ano de 1997 e no *World Development Report 2000/1*.

são as nações em desenvolvimento “que mais se vislumbram oportunidades de crescimento, bem como espaço para redução de pobreza, uma vez que os mesmos possuem parcelas (ou grande parte) de sua população abaixo da linha de pobreza”.

Posto esse breve contexto do surgimento dos estudos que envolveram o crescimento e a pobreza, é importante discernir os principais conceitos que são elucidados na literatura econômica. Para tanto, é fundamental argumentar que ainda não existe um consenso completo do que seja o crescimento pró-pobre. Inúmeros autores têm buscado compreender e oferecer um maior significado a esse tema, mas nem sempre chegam a um entendimento em comum. Porém, cabe aqui enfatizar que todos os estudos revigoram a importância de se investigar os efeitos do crescimento da renda média *per capita* sobre as pessoas mais pobres, principalmente em cenários de grande desigualdade de renda.

Como mencionado anteriormente, o assunto ganhou relevância no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, lançado em 1990. Diante disso, vários organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial buscaram entender e definir o crescimento pró-pobre. Segundo Pernia (2003), essas instituições conceituam o tema como aquele crescimento que resulta em uma considerável diminuição dos índices de pobreza, vista por essa literatura como insuficiência de rendimentos. Assim, beneficiam-se os pobres e promove à elevação do acesso as oportunidades.

Outra instituição que tem o objetivo de colaborar para o desenvolvimento local e mundial é a *Asian Development Bank* (ADB). De acordo com esse Banco de Desenvolvimento, a simetria entre crescimento e pobreza é de origem dupla, ou seja, um crescimento elevado e sustentado expande a demanda e os salários dos trabalhadores, diminuindo a pobreza da população (ADB, 2003). Ainda em conformidade com ADB (2003), o crescimento também colabora para as receitas públicas e possibilita maiores gastos públicos em setores como infraestrutura física e social, corroborando para a diminuição da pobreza. O Banco de Desenvolvimento coloca em discussão algumas políticas²² que contribuem para o processo de desenvolvimento. Deste modo, é importante destacar as políticas que englobam a questão da mão de obra no mercado de trabalho.

Enquanto o crescimento econômico favorece a redução da pobreza, o crescimento que leva em consideração a utilização de mão de obra terá resultados mais significativos. Uma boa combinação de gestão macroeconômica e políticas que incentivem o crescimento constante do emprego provou ser uma poderosa medida em favor dos pobres. Tais políticas incluem a remoção gradual de intervenções que distorcem o mercado. Outras políticas nessa categoria são as que desenvolvem um

²² Para ver mais detalhes: ADB (2003).

ambiente propício ao setor privado e as que visam aumentar as oportunidades de emprego e de geração de renda para mulheres e outros grupos que possam estar fora da força de trabalho formal. Da mesma forma, as oportunidades de trabalho autônomo deram uma contribuição importante para a redução da pobreza²³ (ADB, 2003, p. 6, tradução nossa).

Percebe-se que para o ADB o crescimento é pró-pobre quando houver uma absorção do trabalho, guarnecido por medidas e programas que reduzam as desigualdades e proporcionem uma maior formação de renda e emprego para a população pobre. Diante da exposição das ideias dos órgãos internacionais sobre o tema, é interessante explicar as principais pesquisas de autores que estudam o tema.

Existem vários questionamentos sobre a conceituação de crescimento pró-pobre. De maneira resumida Ravallion (2004) define o termo com base em dois estudos: Kakwani e Pernia (2000) e Ravallion e Chen (2003). A primeira definição é entendida como aquela situação em que as mudanças na distribuição de renda tendem a acompanhar o crescimento econômico, beneficiando a população pobre. Ou seja, a queda da pobreza é maior do que se teria se todos os rendimentos tivessem se elevado na mesma proporção. Desta forma, a diminuição da desigualdade de renda seria possível, pois, nessa conceituação o aumento da renda da população pobre deve ser proporcionalmente maior do que a elevação da renda dos não pobres. A segunda definição do tema se concentra exclusivamente na pobreza absoluta, então, o crescimento será pró-pobre quando as pessoas forem favorecidas em termos absolutos. De forma mais clara, o crescimento pró-pobre é aquele crescimento que atenuará a pobreza. Para Ravallion e Chen (2003), a modificação na distribuição de renda não importa muito, pois, a definição depende somente da mudança na pobreza absoluta.

Conforme Kakwani e Son (2003), todas as pesquisas referentes a esse assunto têm seus méritos e suas limitações. Com o intuito de conceituar e expor as diferentes conclusões, os estudos de Kakwani e Pernia (2000), Ravallion e Chen (2003), Datt e Ravallion (1992), Kakwani e Son (2003), Kakwani, Khandker e Son (2004) e Son (2004) divergem nas metodologias e medidas utilizadas em suas respectivas pesquisas. Desta maneira, é relevante expor os aspectos teóricos relacionados a estas pesquisas mencionadas. Kakwani e Son (2003) traçam quatro medidas utilizadas nesses estudos e fazem uma análise comparativa. Os autores

²³ *While economic growth favors poverty reduction, broad-based, labor-utilizing growth will have a stronger impact. A combination of sound macroeconomic management and policies that encourage steady growth in employment has proven to be a powerful pro-poor measure. Such policies include the gradual removal of market distorting interventions. Other policies in this category are those that develop a conducive environment for the private sector and those aimed at increasing employment and income-generating opportunities for women and other groups that may be outside the formal labor force. Similarly, opportunities for self-employment have made an important contribution to poverty reduction.*

enumeram a utilização dessas abordagens como: i) definição fraca ou forte; ii) abordagem relativa ou absoluta; iii) abordagem parcial e total; e iv) axioma da monotonicidade.

Na definição fraca a população pobre vai auferir apenas uma pequena parcela dos benefícios que o crescimento econômico fornece, e mesmo com esse ganho significativamente menor para os pobres, o crescimento é considerado pró-pobre. Esse conceito é defendido pelo Banco Mundial. Então, segundo evidências, essa definição defendida pelo órgão internacional é fraca. Esse cenário vai de encontro com a teoria *trickle down*, que considera qualquer tipo de ganho aos pobres, mesmo que sejam inferiores aos ganhos auferidos pelo restante da população (KAKWANI; SON, 2003).

Ainda em conformidade com Kakwani e Son (2003), a definição forte é aquela definida em aspectos absolutos e relativos em favorecimento aos indivíduos pobres. A abordagem relativa determina que os frutos do crescimento econômico beneficiem proporcionalmente mais os pobres do que os indivíduos não pobres. Um ponto positivo deste conceito é que o crescimento reduz a pobreza, e conseqüentemente, também atenua a desigualdade relativa existente entre os grupos. No que lhe diz respeito à abordagem absoluta, o crescimento é pró-pobre se os benefícios absolutos auferidos pelos pobres forem idênticos ou superiores em relação aos não pobres. Os autores ainda ponderam sobre os resultados que o crescimento negativo pode acarretar na vida da população pobre.

Quando o crescimento é negativo, a pobreza aumenta de forma geral. No entanto, pode haver uma situação em que um crescimento negativo resulte na redução da pobreza. Essa situação pode ocorrer apenas se o efeito da redução da desigualdade na pobreza exceder o impacto adverso do crescimento negativo. Esse cenário de crescimento pode ser denominado como 'fortemente pró-pobre'. Outra classificação de um cenário de crescimento ocorre quando o crescimento negativo aumenta a pobreza. Isso pode ser denominado como "anti-pobre", mesmo que a desigualdade melhore durante o curso do crescimento. Avançando nessa questão da anti-pobreza, uma situação pode ser chamada de 'fortemente anti-pobre' se a pobreza e a desigualdade se agravarem durante os períodos de crescimento negativo (KAKWANI; SON, 2003, tradução nossa).²⁴

Seguindo as medidas utilizadas nos estudos, é preciso elucidar as abordagens parciais e completas. A abordagem parcial²⁵ é aquela que estabelece os critérios para caracterizar o crescimento em pró-pobre ou anti-pobre, independentemente de classificação de linhas de

²⁴ *When growth is negative, poverty in general increases. However, there may be a situation where a negative growth results in poverty reduction. This situation can take place only if the effect of inequality reduction on poverty outweighs the adverse impact of negative growth on poverty. This growth scenario may be termed as 'strongly pro-poor'. Another classification of a growth scenario occurs when negative growth raises poverty. This may be termed as 'anti-poor' even if inequality improves during the course of growth. Taking a step further from anti-poor, a situation may be called 'strongly anti-poor' if both poverty and inequality become worse during the spells of negative growth.*

²⁵ Exemplos de estudos que aplicam essa metodologia podem ser evidenciados nas pesquisas de Ravallion e Chen (2003) e Son (2004).

pobreza ou algum outro indicador parecido. Uma das grandes vantagens que essa abordagem acarreta é que a mesma pode ser validada para todas as medidas de pobreza. Em contrapartida, o conceito parcial apresenta duas limitações importantes: a primeira é que existem cenários que serão difíceis de alcançar resultados conclusivos sobre o nível de crescimento; e a segunda relata que essa abordagem não oferece uma comparação entre outros processos de crescimento pró-pobres (KAKWANI; SON, 2003).

Já a abordagem completa sempre fornecerá resultados conclusivos a respeito do crescimento ser pró-pobre ou não. Esse conceito proporciona uma análise completa, diferentemente da abordagem parcial, visto que não analisa uma taxa ou curva em torno do crescimento. Na análise da abordagem completa²⁶ é necessário estabelecer uma medida ou uma linha de pobreza para a conclusão dos resultados (KAKWANI; SON, 2003). Um exemplo de enfoque parcial e ao mesmo tempo completo é dado pelo estudo de Ravallion e Chen (2003).

O último critério a ser exposto é o axioma da monotonicidade, que “implica que a magnitude da redução da pobreza deve ser uma função monotonicamente crescente da taxa de crescimento em favor dos pobres”²⁷ (KAKWANI; SON, 2003, p. 421). Nesse sentido, a contração da pobreza necessita tanto do crescimento como da condição de como os benefícios desse progresso são distribuídos na comunidade. Dado que a diminuição da pobreza depende do crescimento e das distribuições de seus frutos entre as pessoas pobres e não pobres, o crescimento é uma premissa necessária, porém, não é suficiente para a contração da pobreza. Isso indica que não existe uma relação monotônica entre a contração da pobreza e o crescimento econômico. Para tanto, é necessária uma medida que indique que a redução da pobreza não dependa apenas do crescimento econômico, mas sim da maneira como os frutos desse progresso são distribuídos pela população na sociedade. Nesse ponto de vista, é essencial instituir uma medida de crescimento pró-pobre que satisfaça o axioma da monotonicidade, e que viabilize um requisito necessário e suficiente para a contração da pobreza (KAKWANI; SON, 2003).

Diante desse debate, percebe-se que o crescimento econômico é compreendido como uma associação do crescimento da renda média *per capita* da população. E na teoria de crescimento pró-pobre, a maioria dos estudos relaciona o crescimento econômico como um

²⁶ O estudo de Kakwani e Pernia (2000) é um exemplo de abordagem completa, pois para compreender o impacto do crescimento econômico na pobreza, é necessário mensurar separadamente os efeitos da pobreza nas alterações da renda média e de sua distribuição.

²⁷ [...] implies that the magnitude of poverty reduction should be a monotonically increasing function of the pro-poor growth rate.

acréscimo proporcionalmente superior nos rendimentos dos mais pobres em comparação com os não pobres. Conforme Kakwani e Pernia (2000), os críticos referentes ao tema entendem que as estratégias de crescimento pró-pobre formam distorções na economia, gerando ineficiências e perdas no crescimento. Para os autores, as políticas de crescimento pró-pobre provavelmente não constituem resultados ineficientes na economia. No entanto, para que isso não ocorra, é importante o acerto das políticas implementadas, porque os resultados desse crescimento vão depender de tais políticas.

Em suma, o crescimento pró-pobre é aquele que reduzirá a pobreza da população, e conseqüentemente, beneficiará os indivíduos pobres. É claro, que não se deve deixar de lado que o crescimento seja importante para a diminuição da pobreza. Entretanto, deve-se questionar se só o crescimento em si basta. O economista Antônio Delfim Netto no período dos anos de 1970 defendia a ideia de que era necessário deixar o bolo crescer para que depois possa compartilhá-lo (GONÇALVES, 2017). Essa velha teoria do bolo que ganhou destaque no pensamento econômico brasileiro, é uma abordagem criticada na literatura assim como a teoria do *trickle down*. Não basta somente crescer, é necessário que a sociedade se desenvolva, e que busque alcançar o desenvolvimento social e econômico.

É necessário pensar muito além de uma elevação da renda, e focar no desenvolvimento de maneira a ampliar as capacitações e as necessidades básicas das pessoas. E como se verificou ao longo desse trabalho, as capacitações e as necessidades básicas se referem em ter uma condição de vida decente. A carência de oportunidades básicas caracteriza a pobreza e o estado de privação. Por meio da literatura sobre o crescimento pró-pobre defende-se a ideia que o combate à pobreza pode ocorrer com base no crescimento da renda média *per capita*, porém além de recursos monetários, os indivíduos necessitam de outros meios para sobreviver, como condições adequadas de saneamento, moradia e saúde.

A questão de o crescimento econômico ser somente ele uma premissa necessária para o combate da pobreza, e conseqüentemente, a contração da desigualdade em determinado país tem gerado algumas discussões contrárias a essa argumentação. Segundo Netto (2007, p. 143) “é falsa a tese segundo a qual o crescimento econômico é a única condição necessária para enfrentar, combater e reduzir o pauperismo que decorre da acumulação capitalista (e, na mesma medida, para reduzir desigualdades)”. Para Netto (2007), na história tem alguns exemplos que confirmam essa tese, como por exemplo, o desenvolvimento capitalista dos

Estados Unidos no século XX e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro entre 1930 e o fim da década de 1970²⁸.

O crescimento da economia não foi um aspecto preponderante na redução da pobreza e desigualdade no desenvolvimento de ambos os países, segundo Netto (2007). Para o autor, o crescimento pode ser eficaz e conseqüentemente provocar uma diminuição na pobreza, se o mesmo for acompanhado por uma política em prol da redistribuição e se mantiver uma baixa inflação²⁹.

A redução da pobreza é essencial. Pobreza e desenvolvimento são opostos na ótica do desenvolvimento humano. No Relatório de 2000/2001, o Banco Mundial reafirma isso, ao introduzir novos dados e um novo conceito de desenvolvimento, como forma de combate à pobreza.

O presente relatório vale-se de novos dados e de um conceito multidisciplinar que, em conjunto, ampliam o leque de atividades de desenvolvimento destinadas a reduzir a pobreza em suas múltiplas dimensões. Os dados confirmam que o crescimento econômico em escala mundial melhora a renda dos pobres e, a prazo mais longo, reduz a pobreza não medida pela renda. Ademais, a expansão das capacidades humanas dos pobres continua a ser decisiva em qualquer estratégia para a redução da pobreza, tanto pelo valor intrínseco de capacidades como as de saúde e educação, como pelo valor da sua contribuição para outras dimensões de bem-estar, inclusive a de renda. (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 32).

Diante do exposto, percebe-se que o Banco Mundial reconhece a importância do crescimento da renda média, mas, além disso, é preciso a ampliação das capacitações e necessidade básicas para a diminuição da pobreza e para a melhoria de vida das pessoas. As ideias são baseadas nos argumentos defendidos por Amartya Sen e pela abordagem das necessidades humanas, que já foram compartilhados nessa pesquisa. Assim, quando se parte para um conceito multidimensional para a pobreza é possível efetivamente associar sua redução a um contexto de desenvolvimento. Em suma, verifica-se que o progresso econômico em prol da diminuição da pobreza relacionada a insuficiência de renda é reconhecidamente importante, porém apenas o crescimento da renda não é suficiente para reversão desses problemas sociais mais abrangentes. Apesar disso, esta tem sido uma análise recorrentemente realizada na literatura, então, é importante verificar a relação entre o crescimento da renda e a pobreza por insuficiência de renda.

Além disso, é necessário, ampliar as capacitações e necessidades básicas como educação, saúde, saneamento e não se limitar somente aos rendimentos. O desenvolvimento deve ser pautado no ser humano, com intuito de proporcionar uma melhora no bem-estar dos

²⁸ No próximo capítulo será discutido os processos históricos do desenvolvimento da economia brasileira.

²⁹ Ver Netto (2007).

indivíduos que vivem privados por diversas dimensões. Por este motivo, pode ser útil acrescentar ao debate do crescimento pró-pobre uma análise baseada no bem-estar multidimensional e no comportamento do crescimento deste bem-estar entre os indivíduos da sociedade, remetendo, pela natureza da abordagem, ao desenvolvimento.

3 TRAJETÓRIA DA DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL

O continente latino-americano é uma região com elevadas desigualdades socioeconômicas. O Brasil está concentrado nesse nicho de países que possuem uma enorme desigualdade social. O país é uma nação desigual, caracterizada pelo seu contexto histórico que perpassa pela herança de injustiça social, que impede grande parcela de sua população do acesso de condições mínimas para usufruir de uma vida digna perante a sua sociedade. Os eminentes níveis de pobreza que afetam os brasileiros são consequências do sistema de desigualdade pertinente no país. Assim, o presente capítulo se inicia com uma rápida apresentação da desigualdade e pobreza no continente latino-americano, ressaltando as principais características. Na segunda parte, expõem-se alguns fatos históricos e recentes da sociedade brasileira em torno dessas questões. O capítulo finaliza-se com a relação entre crescimento e pobreza, destacando pesquisas realizadas sobre o crescimento pró-pobre no Brasil.

3.1 DESIGUALDADE E POBREZA NA AMÉRICA LATINA

Mesmo com toda a evolução do cenário global, caracterizado pela inclusão econômica e pelos avanços tecnológicos e científicos, a desigualdade ainda afeta diversas famílias de todo os territórios, principalmente na América Latina (DIAZ, 2007). A desigualdade encontrada na sociedade latino americana não é episódio recente, está configurada nos seus aspectos históricos.

A pobreza e a desigualdade são construções sociais que se desenvolvem e consolidam a partir de estruturas, agentes e processos que lhes dão forma histórica concreta. Os países e regiões da América Latina moldaram, desde os tempos coloniais até nossos dias, expressões desses fenômenos sociais que, embora apresentem as peculiaridades próprias de cada contexto histórico e geográfico, compartilham um traço em comum: altíssimos níveis de pobreza e desigualdade que condicionam a vida política, econômica, social e cultural (CIMADAMORE; CATTANI, 2007, p. 7).

A desigualdade é evidenciada na literatura como um resultado da estrutura e do modo de funcionamento da economia. As estruturas produtivas da América Latina sujeitaram-se, desde sua origem a uma elevada concentração de renda (DIAZ, 2007; HOFFMANN, 2002). A alta desigualdade de distribuição de renda pode ser explicada como uma decorrência do processo de formação e do desenvolvimento econômico e social dessas nações que eram antigas colônias portuguesas e espanholas. A elevada concentração da posse da terra nesses

países é um fator preponderante para o surgimento desse problema (HOFFMANN, 2002). Essa colonização pertenceu ao processo histórico de formação do mundo capitalista e das diferentes maneiras de exploração que foram aplicados, aspectos que colaboraram para expandir a desigualdade (DIAZ, 2007).

O continente latino-americano chegou ao século XX com grandes problemas derivados da herança colonial³⁰: baixa qualidade na educação, discriminações sociais, oligarquias influentes, dependência de produtos para exportação e diversas outras adversidades que afetavam a população (DIAZ, 2007). Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as nações latino-americanas apresentavam baixo nível de industrialização e uma alta dependência do setor externo. Diante desse panorama, fortaleceu entre os países a ideia de romper com a atividade econômica mundial, que estava embasada na produção de matérias-primas e na importação de produtos industriais desenvolvidos pelas nações que coordenavam o sistema de produção mundial (MATTEI, 2017).

Devido aos problemas do período colonial, por um tempo, ficou impedido o processo de desenvolvimento industrial e a formulação de um novo sistema econômico (MATTEI, 2017). Enquanto esse contexto não se realizava, na América Latina se perpetuava o modelo primário de exportação. Conforme Tavares (1964), a principal característica do modelo primário-exportador é o peso relativo do setor externo. A estrutura do progresso das economias primário-exportadoras está localizada no setor externo. A exportação é a variável exógena incumbida pela maior parte da renda, e as importações representam a parcela maior dos bens manufaturados consumidos nos países.

De 1914 a 1945, os países da América Latina foram impactados por consecutivas crises no comércio exterior, como produto de guerras intercaladas e uma grave recessão. Contudo, a crise econômica mundial da década de 1930 pode ser percebida como um aspecto de rompimento do modelo primário de exportação (TAVARES, 1964). Assim sendo:

Após a crise mundial de 1929, desenvolveu-se, na maioria dos países latino-americanos, o processo industrial de substituição de importações³¹, permitindo a consolidação de uma burguesia industrial com capitais nacionais. O novo modelo econômico exigiu uma crescente intervenção do Estado no processo econômico e a formação de condições próximas ao modelo do Estado de bem-estar, como maneira de redistribuir a renda e, assim, alcançar a justiça social. (DIAZ, 2007, p. 132).

De acordo com Tavares (1964, p. 3), o modelo de substituição de importações “pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, tentou repetir rapidamente, em condições historicamente

³⁰ Ver Diaz (2007)

³¹ Ver Tavares (1964)

diferentes, a experiência da industrialização de países desenvolvidos”. Esse modelo também ficou conhecido como o período do “estruturalismo latino-americano”, pois, entendia-se que esse desenvolvimento da industrialização guiaria os países latino-americanos ao nível de desenvolvimento das nações industrializadas. Acreditava-se que diante desse contexto, a industrialização poderia ser a solução dos problemas da região, especialmente, da pobreza, da exclusão social e da desigualdade (MATTEI, 2017).

Segundo Furtado (2002), a concentração de renda esteve presente em todas as etapas do processo de industrialização, até mesmo no cenário representado pelas exportações de produtos primários. Conforme Furtado (1995, p. 6), “o avanço da acumulação nem sempre produziu transformações nas estruturas sociais capazes de modificar significativamente a distribuição de renda e da destinação do novo excedente”. É notório que o novo modelo de desenvolvimento trouxe importantes taxas de crescimento industrial para os países da América Latina, sobretudo, no período de 1950-1970, porém, acarretaram problemas para as questões sociais dessas nações. Em relação a isso, Mattei (2017, p. 247-248) acrescenta que:

Essa expansão industrial provocou mudanças expressivas também na ordem social, com enormes alterações na dinâmica populacional devido às novas oportunidades de trabalho que surgiam no meio urbano, além da conformação precária de aglomerados urbanos sem as mínimas condições de convivência social. Se hoje temos na maioria das grandes metrópoles favelas habitadas por milhares de pessoas, elas são o outro lado da moeda do próprio processo de industrialização implementado nos países mais populosos da região. Apesar das expressivas taxas de crescimento industrial nas três décadas (1950 a 1970), os ganhos econômicos visíveis proporcionados pelo MSI não se traduziram em ganhos sociais para a maioria da população latino-americana, ao contrário, agravou-se ainda mais o já precário cenário social marcado pelas desigualdades.

Conforme Mattei (2017), no âmbito do aspecto social, as consequências foram grandes a partir da década de 1970, na qual a renda se concentrou ainda mais. O autor também ressalta que mesmo que a desigualdade não seja um fenômeno recente na América Latina, o tema se configurou com mais solidez a partir das recessões econômicas que atingiram a maior parte dos países do continente nos anos de 1980 e 1990. Sabe-se que existe uma grande diferença nos indicadores sociais entre o continente latino-americano e outras localidades do mundo. Contudo, o que mais se destaca é a ausência de coerência dos resultados dessas regiões ao longo do tempo (MORLEY, 2001).

Na Tabela 1 apresentam-se os dados das médias do coeficiente de Gini³² por regiões entre as décadas de 1960 e 1990. Os resultados regionais são médias não ponderadas das médias das nações durante o período em análise, ou seja, os números expostos na tabela são

³² Quanto mais próximo de 0 for o coeficiente, menor será a desigualdade e quanto mais próximo de 1, maior será a desigualdade. Este índice será mais bem detalhado no capítulo 4. O índice de Gini apresentado pelos autores é o coeficiente multiplicado por 100.

médias não ponderadas dos coeficientes de Gini das economias em cada região em questão. O espaço amostral é composto por 108 economias e os dados são brutos ou não ajustados (DEININGER; SQUIRE, 1996). No período analisado da tabela, ainda não estava disseminada a discussão do bem-estar multidimensional, desta forma, as análises eram pautadas na renda. Por esse motivo, os indicadores apresentados são baseados exclusivamente na renda. Observa-se que a distribuição de renda latino-americana é a mais desigual do mundo e esse fato tem persistido desde 1960.

Tabela 1- Média do coeficiente de Gini por região e década

Regiões	Média Geral	1960	1970	1980	1990
Europa Oriental	26,57	25,1	24,6	25,0	28,9
Sul Asiático	35,08	36,2	33,9	35,0	31,9
OCDE e países desenvolvidos	34,31	35,0	34,8	33,2	33,7
Oriente Médio e Norte da África	40,49	41,4	41,9	40,5	38,0
Ásia Oriental e Pacífico	38,75	37,4	39,9	38,7	38,1
África Subsaariana	46,05	49,9	48,2	43,5	46,9
América Latina	49,78	53,2	49,1	49,7	49,3

Fonte: Deininger e Squire (1996).

Com a estimativa dos dados verifica-se que a desigualdade da América Latina e as demais regiões têm trajetórias diferentes. A média geral dos coeficientes de Gini na América Latina é de aproximadamente 50 e conforme Deininger e Squire (1996), nenhum das nações do continente tem um coeficiente médio abaixo de 40. Percebe-se que as localidades que apresentavam um grau de desigualdade semelhante ao continente latino-americano na década de 1970 exibiram declínios ao longo das décadas apresentadas na Tabela 1 (região Asiática e Oriente Médio). As nações desenvolvidas permaneceram com suas taxas de desigualdade mais ou menos constantes ao longo das décadas. Por outro lado, em relação à América Latina nota-se que a região manteve a maior desigualdade no decorrer do período analisado por Deininger e Squire (1996).

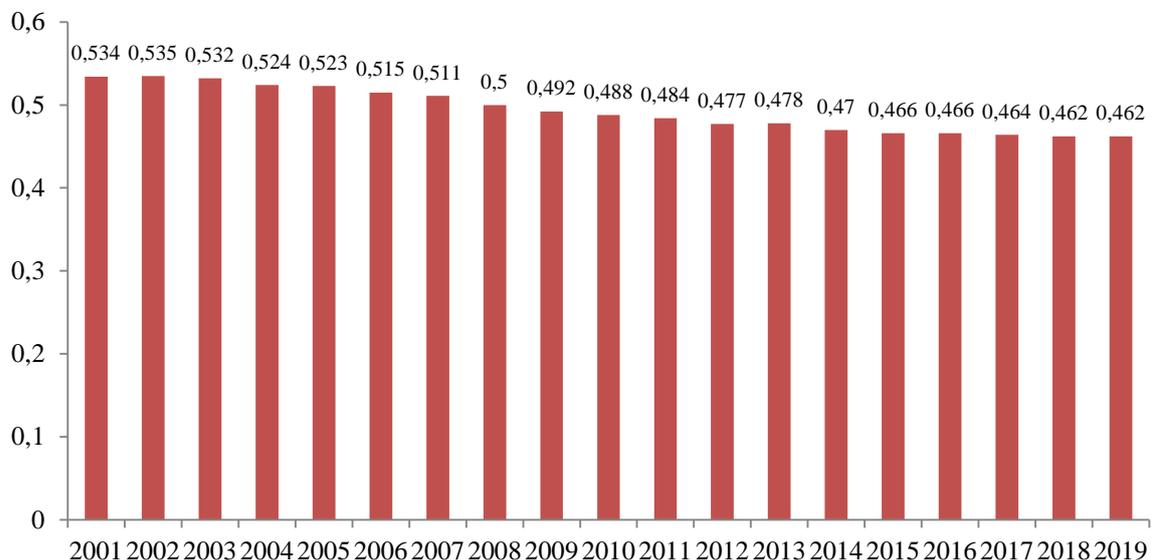
A intensa desigualdade da distribuição de renda que se verifica na América Latina a partir dos anos 1970 se notabiliza ainda mais na década de 1980, concebendo a pobreza como principal assunto da agenda social (STEIN, 2005). O decênio de 1990 registrou-se importantes modificações políticas, sociais e tecnológicas, porém insuficientes para a melhora dos índices de desigualdade no continente (DIAZ, 2007). Diante dos elevados índices de desigualdade e pobreza, o Banco Mundial fundamenta como necessário, o exame das medidas de combate a estes índices nos países latino americanos.

De acordo com Stein (2005), o propósito da instituição era diminuir as diferenças entre as nações e, principalmente, dentro delas, sendo necessário absorver o maior número de indivíduos no âmbito econômico, fomentar a igualdade nas prerrogativas do desenvolvimento, independentemente de sua origem, etnia e gênero. No tocante, Silva (2009) incorpora que:

[...] economistas ligados ao Banco Mundial reconhecem que, para se combater a pobreza, é necessário adotar estratégias de desenvolvimento capazes de promover e modificar a distribuição de renda. Isto pode ser realizado por meio de intervenções governamentais capazes de fazer valer da apropriação do produto pelos pobres antes dos impostos e transferências. (SILVA, 2009, p. 31).

Para o Banco Mundial, o Estado deve viabilizar a igualdade de oportunidades e executar uma distribuição adequada e eficiente de renda. Esses aspectos são os principais obstáculos enfrentados pelo continente latino-americano na elaboração de políticas que, simultaneamente, incentivem o crescimento econômico e diminuam a pobreza e desigualdade. Conforme Mattos (2019), depois de dois decênios de estagnação econômica, verificou-se no período após 2001, uma guinada na atividade econômica na região da América Latina, com efeitos positivos sobre a distribuição de renda. A mudança da desigualdade de renda no continente pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução do índice de Gini da América Latina entre 2001 a 2019



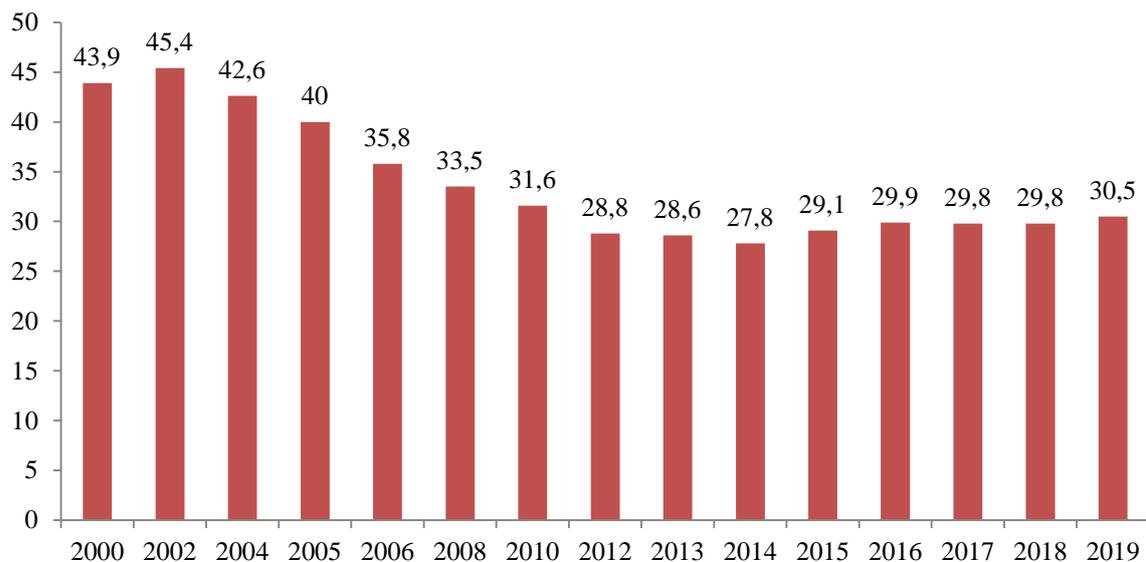
Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cepal (2020b).

Por meio do Gráfico 1, observa-se que a desigualdade de renda no continente latino-americano tem sofrido uma queda importante a partir do ano de 2001. A média do índice de Gini para a América Latina reduziu-se de 0,534 em 2001 para 0,462 em 2019, contudo, conforme Cepal (2019), apesar da desigualdade de renda tenha reduzido de forma importante entre 2002 e 2014, após 2015 essa trajetória de queda desacelerou. De acordo com Mattos

(2019), essa queda considerável da desigualdade de renda pode ser atribuída a diversos fatores como: inserção do mercado de trabalho, transferências de renda e a valorização do salário mínimo.

A desigualdade é uma questão estrutural e histórica das nações latino-americanas que tem permanecido e disseminada mesmo em tempos de crescimento econômico. Apesar dos significativos resultados nos últimos anos, a América Latina continua a ser a localidade mais desigual do mundo, acima da África Subsaariana (CEPAL, 2018, 2019). O desenvolvimento socioeconômico e, principalmente, a desigualdade, são aspectos centrais de diversos debates econômicos sobre o continente latino-americano desde sua Independência (MATTOS, 2019). Assim como a desigualdade, a pobreza na região também teve uma considerável queda nos anos entre 2002 a 2014, como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução de pessoas em situação de pobreza na América Latina nos anos 2000



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cepal (2020b).

Observa-se no Gráfico 2, que houve uma importante diminuição das pessoas em situação de pobreza na América Latina, principalmente no período anterior a 2014. Contudo, após esse ano, ocorreu crescimento de pessoas em condição de pobreza nessa localidade, passando de 27,8% em 2014 para 30,5% em 2019. A pobreza no continente é consequência das diferentes dinâmicas entre as nações. A elevação verificada no agregado regional entre o período de 2015 e 2018 é justificado principalmente pelo crescimento da pobreza no Brasil e na Venezuela, enquanto nas outras nações a trajetória da pobreza foi de queda, apesar da tendência mais lenta entre 2008 e 2014 (CEPAL, 2019). Ademais, desde 2019 a cidadania de diversas nações expressava insatisfação com o processo político e dos seus atores com

relevantes manifestações de protestos que reivindicavam uma maior justiça social (CEPAL, 2020a).

A busca pela redução da pobreza e da desigualdade segue sendo um importante desafio para os países da América Latina em um panorama de transformações sociais, políticas e econômicas. Apesar de o território ter passado por consideráveis avanços nos anos entre 2001 a 2014, após este período houve regresso nos resultados. O baixo dinamismo da economia depois de 2015 estabelece uma maior atenção para o desenvolvimento e instalação de políticas públicas, que alcancem principalmente as disposições de inclusão social e as políticas de redistribuição de renda (CEPAL, 2018). É preciso se esforçar para garantir empregos de qualidade e construir um eficaz sistema de proteção social, para que assim possa garantir as capacitações e necessidades básicas para a população ter uma digna perante a sociedade.

Diante do exposto verifica-se que uma gama de autores argumenta que as raízes para a desigualdade na América Latina se encontram no período colonial e grande parte dessa desigualdade inicial evidencia o subdesenvolvimento desses países. Além disso, nota-se que a pobreza e desigualdade têm obtido resultados importantes na América Latina, contudo, ainda é a região mais desigual do mundo. No Brasil esse cenário não é diferente, as raízes da desigualdade no território brasileiro são vistas desde os tempos de colônia e escravidão. Destarte, na próxima seção será exposta uma breve trajetória histórica do país.

3.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A América Portuguesa possuía um planejamento econômico e social marcado pela supremacia da empresa agrícola comercial, estruturada no processo de escravidão e na vasta propriedade de terra (HENRIQUE, 1999). Isto se configurava pela grande concentração de renda e riqueza e de exclusão social. A América Latina é um continente com enormes desigualdades socioeconômicas, e o Brasil é marcado nesse conjunto de países pela sua grande desigualdade na distribuição de renda (HOFFMANN, 2002).

Ao considerar a trajetória de desenvolvimento do país, o território brasileiro possivelmente seja o mais desigual do universo capitalista. Assim, as raízes da pobreza e desigualdade no país são recorrentes desde os tempos de sua colonização. Logo, faz-se necessário contextualizar brevemente os acontecimentos históricos que se sucederam ao longo

do tempo, porque não tem como estudar o tema proposto nesta pesquisa sem compreender a história do Brasil.

O sistema de colonização instaurado por Portugal no começo do século XVI foi decisivo no desenvolvimento econômico e social do país. Na situação de colônia, as consequências das deliberações tomadas pelos portugueses foram imediatas, e posteriormente, com o país se tornando independente, essas raízes históricas reunidas entre colônia e metrópole ocasionaram um legado no desenvolvimento da nação (MATTOS; INNOCENTINI; BENELLI, 2012).

A questão da abolição do tráfico de escravos no Brasil passou por diversas leis, devido às pressões inglesas. De acordo com Cacciamali (2002), o período colonial e escravocrata é o prelúdio da concentrada desigualdade de riqueza e de renda do país. A apropriação de terras desde o começo do processo de colonização caracterizou-se pelo aumento do nível de concentração, pela expropriação de propriedades ocupadas e pelos problemas dos novos posseiros em legitimar suas terras. De acordo com Cosentino (2010, p. 14) “a abolição do tráfico de escravos tornou-se uma realidade graças à pressão externa inglesa e às condições internas que poderiam propiciar um efetivo combate ao comércio negroiro”.

Após a extinção do tráfico de escravos, foi criada e sancionada em 18 de setembro de 1850 a Lei nº 601 Euzébio de Queiroz, também denominada como Lei de Terras (ALCÂNTARA FILHO; FONTES, 2009). Essa Lei estabeleceria o valor da terra para os posseiros, porém não consideraria os roceiros simples com aspectos de posse. Desta maneira, não era possível deter uma pequena propriedade, sendo assim, preservaria a própria estrutura da terra.

A Lei de Terras foi criada para resolver dois problemas existentes no território brasileiro. O primeiro estava associado à imigração, com intuito de erradicar o tráfico de escravos africanos; e o outro problema, refere-se à questão de obtenção de novas terras. Em outras palavras, a formulação da Lei tinha como objetivo resolver o aspecto fundiário e a substituição de mão de obra escrava. Desta maneira, foi uma forma de incentivar a inserção de imigrantes no país, já que tinha a intenção de acabar com o trabalho escravo, sendo importante para a transição para o trabalho livre (ALCÂNTARA FILHO; FONTES, 2009).

Conforme Silva e Mattei (2015, p. 289), a Lei de Terras, “foi o meio que as oligarquias agrárias do país encontraram para resolver o velho problema que deu origem à própria instituição escravidão: abundância de terras”. Ainda consoante aos autores, um dos principais motivos da introdução do trabalho escravo no território brasileiro, foi a grande

quantidade de terras e as constantes recusas do trabalhador livre em se sujeitar ao trabalho e ao processo de produção de subsistência.

É nesse sentido que a Lei de Terras de 1850, ao impedir o acesso à terra que não fosse pelo mecanismo da compra, ao mesmo tempo em que legitima a uma estrutura fundiária pré-existente, agiu como forma de negar o acesso à terra ao trabalhador livre, impedindo-o de se tornar um produtor direto (SILVA; MATTEI, 2015, p. 289).

A Lei de Terras foi muito importante para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, obtendo como ponto de partida o fim do comércio negreiro. Do mesmo modo que também foi primordial para a consolidação do Estado, ao se empenhar em determinar o controle sobre as terras devolutas, uma vez que estavam sendo apossadas de maneira autônoma (COSENTINO, 2010). Em relação ao século XIX, pode-se considerar dois momentos distintos, sendo eles:

Se na primeira metade do século XIX as medidas paliativas adotadas pelo Brasil tratavam de prolongar ao máximo o tráfico negreiro dentro das possibilidades diante da pressão inglesa, após a segunda metade do referido século será a pressão interna das camadas abolicionistas que farão o governo adotar leis paliativas as quais, mesmo não acabando definitivamente com a escravidão, amenizavam as tensões internas (SILVA; MATTEI, 2015, p. 285).

Diante das intensas pressões dos abolicionistas sobre o Governo Imperial, no dia 13 de maio de 1888, foi decretada a Lei Áurea. Desta maneira, depois de anos de medidas paliativas³³, enfim o processo de escravidão no território brasileiro chega ao fim. Conforme Silva e Mattei (2015), a partir do momento da abolição da escravidão, a transição ao trabalho livre estava aberta, dado que a quantidade de escravos em relação aos trabalhadores livres reduziu no Brasil no decorrer do século XIX, com mais intensidade nos últimos quatro decênios deste século.

As origens da pobreza e desigualdade social no Brasil se justificam dentro deste contexto histórico de propriedade privada de terra ao mesmo tempo em que se promovia a abolição da escravidão e incentivo da imigração europeia. Assim, havia um excedente de força de trabalho no Brasil sem acesso à terra e desprovidos das mínimas condições básicas de subsistência desde os primórdios da constituição da sociedade capitalista.

O setor de subsistência no Brasil foi uma peça importante para a população pobre, dado que segundo Delgado (2005), esse setor foi um dos primeiros meios de acolhimento aos indivíduos mais carentes do território brasileiro. Mesmo com “a crise da monocultura exportadora na primeira metade do século XIX e a crise do escravismo na segunda metade do mesmo século não produziram transformação radical no setor de subsistência” (DELGADO,

³³ Lei de 07 de novembro de 1831; Lei nº 581 (Lei Eusébio de Queiroz); Lei nº 2040 (Lei do Ventre Livre); Lei nº 3270 (Lei dos Sexagenários).

2005, p. 14). Porém, anos mais tarde surgia a emergência de criar um novo modelo de produção capitalista.

Observa-se uma mudança na divisão entre fatores internos e externos como motores para o progresso econômico, colocando o crescimento industrial como “resultado do processo de acumulação de capital no setor agrícola exportador, que depende da procura externa” (GONZALES, 2017, p. 67). Na década de 1920 o território brasileiro enfrentou uma considerável transformação econômica. Nesse sentido, mesmo que o Brasil estivesse amparado na atividade primária exportadora, as mudanças foram marcadas por meio de um novo modelo de acumulação, tendo como suporte a urbanização e industrialização.

A transição da sociedade agrária-escravista, no último quartel do século XIX, introduziu as bases materiais do Estado capitalista no Brasil. Contudo, foi depois dos acontecimentos da década de 1930 que se constituiu um aparato moderno, em simultâneo com as particularidades da revolução burguesa desencadeadora do projeto de industrialização nacional (POCHMANN, 2017, p. 311-312).

Em 1930, após a extinção da República Velha³⁴, ocorreu uma interrupção do padrão de desenvolvimento industrial assentado no capital cafeeiro. Desde então, a acumulação industrial passou, de forma gradual, a ser estabelecida na expansão do seu próprio capital (ARIAS NETO, 2003). Segundo Arias Neto (2003, p. 220), o progresso do desenvolvimento industrial desde limiar do século XX, “foi beneficiado com a expansão da economia cafeeira: o crescimento da área de plantio geralmente era precedido ou, em algumas regiões – como, por exemplo, o norte do Paraná-, seguido pela construção de ferrovia, que propiciava o escoamento da produção [...]”. Simultaneamente, criavam-se núcleos urbanos, aumentavam-se as necessidades de consumo e expandia a demanda do abastecimento.

No intervalo temporal dos períodos de 1930 entre 1970, sobretudo a partir dos anos 1950, o território brasileiro se deparou por intensas transformações econômicas e sociais, obtendo como base a industrialização. No prelúdio dos anos 1960, o país se transfigura em uma nação industrializada, obtendo no final dos anos 1970 o oitavo PIB do mundo. Além disso, o Brasil se caracterizou como um território predominantemente urbano (HENRIQUE, 1999). Nas palavras de Henrique (1999, p. 6), “as cidades tinham crescido em número e tamanho e a maior parte da população vivia agora nelas. O país vinha se urbanizando rumo às metrópoles, mas também ao interior. Altos edifícios e automóveis dominavam o cenário e sintetizavam o novo estilo de vida nas grandes cidades”.

O intenso processo de industrialização e de urbanização levou a transformações profundas e rápidas da estrutura social no Brasil. Mudaram não só o peso relativo dos grandes estratos sócio ocupacionais, mas também sua composição interna e seu próprio significado. Sobretudo novas ocupações foram criadas, ou então velhas

³⁴ Conhecida também como a Primeira República, vigorando no período entre 1889 e 1930.

ocupações foram renovadas pelas transformações econômicas e dos modos de vida. Elas foram preenchidas por contingentes populacionais também com novas características de idade, sexo e educação, e mesmo de origem social. Em poucas décadas, conformou-se uma particular estrutura social capitalista marcada por desigualdades profundas. (HENRIQUE, 1999, p. 81-82).

Nesse período houve uma grande preocupação com o problema da distribuição de renda no país. Diante desse contexto, após os dados do Censo Demográfico de 1970, as pesquisas de Hoffmann e Duarte (1972) e de Fishlow (1972), estudaram a questão da concentração de renda no Brasil. Os estudos evidenciaram o elevado crescimento da desigualdade da distribuição de renda no país no intervalo de 1960 e 1970. Hoffmann e Duarte (1972) constataram que, entre 1960 e 1970, a concentração da renda elevou, e que nesse último período a parcela dos 10% com rendas mais altas possuíam mais de 40% da renda nacional.

Entre 1968 e 1974 o Brasil passou por um período de retomada da atividade econômica, denominada como o “milagre econômico”, auferindo taxas de crescimento superiores a 11% anuais (VASCONCELOS, 2005). Como descrito no parágrafo anterior, nesse mesmo período que ocorreu um importante crescimento da economia, também houve um aumento da concentração de renda, que conseqüentemente afetou a desigualdade de renda e pobreza no país. Nesse sentido, observa-se que o crescimento econômico não foi eficaz para o favorecimento da população mais pobre. Isto porque, além de crescer, é preciso distribuir a renda para todas as pessoas da sociedade. Conforme foi descrito no Capítulo 2, quando o crescimento econômico e da renda é concentrado, significa que não é favorável aos pobres. Assim, o mecanismo autônomo do crescimento, por si só, não se mostra eficaz na redução da pobreza e da desigualdade.

Em meio a concentração de propriedade e renda, a pobreza rural perdurou, apesar do avanço da agricultura e as constantes mudanças no campo. A pobreza urbana também se transformou em um problema de esfera nacional, se transfigurando em altos índices de pobreza e miséria nas metrópoles brasileiras (HENRIQUE, 1999). Ainda em consonância com Henrique (1999, p. 7), a estabilidade do capitalismo industrial no Brasil “envolveu a reprodução de profundas desigualdades de acesso às oportunidades, à terra e à moradia, de propriedade, de riqueza e renda, de educação, de consumo de bens e serviços essenciais ou não, privados e públicos, de benesses estatais”. Diante dessas circunstâncias o território brasileiro ficou marcado por suas intensas desigualdades socioeconômicas.

A industrialização e a urbanização acelerada ocorrida entre 1950 e 1980, proporcionaram a incorporação de velhas e novas regiões populacionais e econômicas.

Ademais, houve um rápido crescimento econômico e populacional nesse período. Contudo, esse progresso não foi suficiente para atenuar as desigualdades e também não foi capaz de amenizar a pobreza e miséria existente no país (HENRIQUE, 1999). Os anos 1980 foram marcados por modificações expressivas de nível econômico, demográfico, político e social. Uma nação rica, com uma população pobre, se insere no decênio de 1980 diante de uma crise econômica e social (SANTAGADA, 1990).

O limiar dos anos 1980 houve uma inesperada reversão da trajetória do dinamismo da economia brasileira, se inserindo em uma das mais graves crises da história do país (OMETTO; FURTUOSO; SILVA, 1995). Em números, pode-se dizer que “o PIB *per capita*, que de 1970 a 1980 vinha se expandindo à taxa média de 6,1% a.a., diminui 13% entre 1980 e 1983. A tímida recuperação apresentada no período de 1984-89 leva o valor desse indicador apenas a retornar aos níveis observados no início da década” (OMETTO; FURTUOSO; SILVA, 1995, p. 404).

Quando comparados os índices de pobreza no Brasil entre os anos 1970 e 1980, percebe-se uma tendência de crescimento. De acordo com Santagada (1990), em 1970 a pobreza baseada na insuficiência de renda atingia 46,7 milhões de brasileiros, representando 49% da população. Já em 1980, os números cresceram em termos absolutos, sendo um contingente de 56,6 milhões de indivíduos pobres, que representava 43% do total da população brasileira.

[...] a polarização social já presente na trajetória anterior se aprofundou e se explicitou nesses anos 80. Podemos seguramente falar de uma progressiva fratura social nessa sociedade já marcada por fortes desigualdades e assimetrias. De um lado, uma minoria de ricos e privilegiados, cujos padrões de renda e consumo melhoraram muito mesmo nessa década de estagnação. [...] De outro lado, a maioria da população, que esteve sujeita ao maior risco de desemprego, à maior possibilidade de se inserir em empregos deteriorados e à deterioração das rendas, mesmo quando inserida em empregos com remunerações não tão baixas (HENRIQUE, 1999, p. 122).

Todo esse processo histórico provocará uma sociedade desigual não somente em termos de renda, mas também, em condições de habitação, saúde e situações diferenciadas de acesso e proteção ao mercado de trabalho. Sendo assim, todas essas circunstâncias históricas citadas juntamente com a não democratização do acesso a terra, a forma de urbanização instituída, constituição do mercado de trabalho e a população excluída ocasionará a concentração de renda, bem como a desigualdade de acesso a outras dimensões de bem-estar, tais como, moradia, saúde, educação.

A Constituição de 1988 foi importante para o país, agindo no sentido contrário das políticas liberalizantes e amenizando os efeitos trágicos das medidas liberais. De acordo com

Burgos (2010, p. 119), o regime constitucional “representa um momento de condensação de forças conservadoras e progressistas, que atravessam os campos do liberalismo e da democracia”. Com a Constituição foram implementados os princípios da universalidade em prol da seguridade social no país (DRAIBE, 1989).

A elaboração da Constituição de 1988 garantiu alguns direitos para a população em termos de bens multidimensionais, uma vez que antes dessa Constituição não estavam consolidadas no país políticas públicas nesse sentido. Assim sendo, passou a ser garantida à população brasileira o acesso a saúde e a educação universal, bem como assistência social que até neste momento não eram direitos garantidos no Brasil. Além disso, por meio da previdência rural foi possível estender esses direitos para as áreas rurais do território brasileiro. Nota-se que a partir da Constituição de 1988 outras dimensões do bem-estar, além da renda, passam a ser garantidas.

Entretanto, apesar de todo esse avanço no que tange a política social (desenvolvimento com justiça), as políticas econômicas da época seguiram em sentidos contrários (DELGADO; THEODORO, 2005). Os anos 1990 começaram-se com a abertura comercial brasileira, que se iniciou ainda no Governo Sarney, em 1988, com as diminuições tarifárias, redução dos impostos sobre importação, dentre outros (GREMAUD *et al.*, 2002). Apesar disso, foi somente no governo de Fernando Collor, a partir de 1990, que foi intensificado as medidas liberalizantes, tendo como foco a diminuição das barreiras tarifárias.

Por outro lado, nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, a abertura comercial foi caracterizada por dois momentos diferentes. Inicialmente, foi estimulado esse processo de abertura, mas, posteriormente, em seu segundo mandato houve um recuo, motivado pelas pressões dos industriais da época. Conforme Clements (1997), a desigualdade de renda no país permaneceu elevada no início da década de 1990, não apontando avanços importantes. Juntamente com o baixo nível de dinamismo da economia brasileira, tal fato não colaborou para a diminuição da incidência da pobreza.

Após diversos planos de estabilização na economia brasileira, foi o Plano Real, que acarretou efeitos positivos no que tange ao controle da inflação. Esta situação mudou bastante a vida de todos os brasileiros (ROCHA, 2013). O controle da inflação, por meio da política econômica do Plano Real, foi importante para os resultados da pobreza, contudo, foram as políticas decorrentes da constituição de 1988 que reduziram os índices de pobreza neste período.

Depois da redução entre 1993-1995, os índices de pobreza se consolidaram em um novo patamar, em torno de 21% até o ano de 2003. O crescimento econômico no período de

1993-2003 foi discreto, passando 2,4% a.a. para um resultado fraco de 1,7% a.a., considerando o período pós-estabilização (ROCHA, 2013). Ainda em consonância com Rocha (2013), os números da pobreza nesse intervalo temporal estavam relacionados com os contínuos acontecimentos econômicos adversos, sendo eles internos e externos. Podem-se citar as crises asiáticas de 1997 e russa de 1998, as repercussões econômicas em torno da desvalorização cambial de 1999, a questão do apagão da energia elétrica em 2001 e as eleições presidenciais de 2002.

No século XXI o Brasil passou por importantes mudanças no que tange a políticas econômicas e sociais, as quais foram importantes para a trajetória dos indicadores sociais do país. Assim sendo, na seção abaixo, serão evidenciadas as transformações positivas que ocorreram no início da década dos anos 2000 e as consequências da crise econômica após 2015.

3.3 O SÉCULO XXI E A POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL

Os aspectos relacionados às formas de redistribuição de renda ganham destaque nas pautas de desenvolvimento no início do século XXI. Além disso, a procura e as expectativas de compreender como o crescimento da renda média *per capita* poderia beneficiar os mais pobres se intensificam no decorrer desse século, como demonstrado no Capítulo 2. A primeira década do século XXI é um período em que se verificou uma retomada na dinâmica econômica do Brasil. A questão da distribuição de renda e da redução da pobreza se torna um dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento do país. O desenvolvimento brasileiro se torna importante, pois através desse mecanismo, o processo de oportunidades para a população tende a aumentar e propiciar melhores condições de vida para os brasileiros.

Pobreza e desigualdade são os grandes desafios da sociedade brasileira do século 21. Suas raízes remontam ao passado histórico, mas suas causas mais imediatas podem ser localizadas em 1994, quando, de fato, teve início a crise do padrão de desenvolvimento: as incertezas decorrentes dos mecanismos de ajuste econômico e as consequências do processo de reestruturação econômica e política do Estado brasileiro e, conseqüentemente das áreas associadas à execução de políticas sociais. (FREITAS, 2007, p. 66).

No decênio de 2000, o país estimulou a economia através da ampliação do mercado interno, impulsionado pelas políticas de renda e sociais propostas pelo Governo Lula. Assim, depois de “um período de estagnação e de predominância de políticas liberais na condução da economia que se estendiam desde a década de 1990, experimentou-se uma nova estrutura social e econômica alavancada pelo modelo de crescimento pautado pela distribuição de

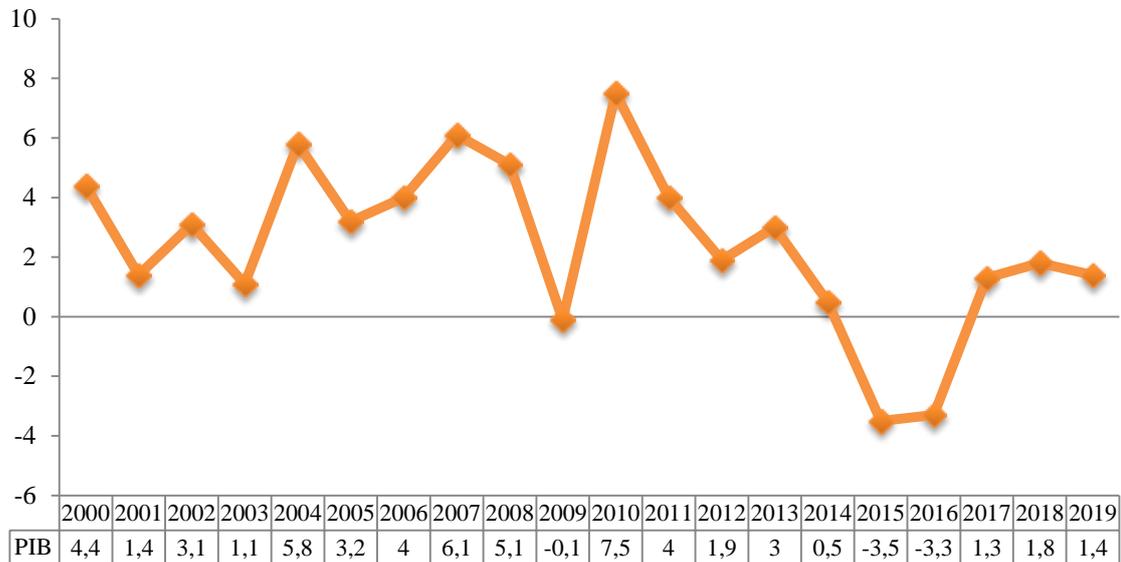
renda” (OLIVEIRA, 2015, p. 25). Os mandatos do governo Lula (2003-2010) representam tempos em que a economia brasileira obteve grande desempenho da atividade econômica. De acordo com Paula e Pires (2017), desde o início dos anos de 1980 a economia do país oscilou em pequenos ciclos de crescimento, tornando-se padrão no decorrer dos anos 2000.

As medidas praticadas no Governo Lula possibilitaram uma condição macroeconômica favorável, devido tanto ao equilíbrio das contas externas, o controle da inflação e juros e subsequente crescimento da riqueza nacional. O Estado assumiu papel diferenciado e primordial na economia bem como na regulação dos mercados, principalmente com a crise internacional. Tal crise externa possibilitou ao governo construir um espaço de fortalecimento de elementos propriamente nacionais do desenvolvimento e pôr em prática medidas de cunho heterodoxo que sustentavam sua posição pró-crescimento. (OLIVEIRA, 2015, p. 29).

O governo Lula planejava reunir o crescimento econômico com a geração de empregos e melhora na questão da distribuição de renda, para que assim, fosse possível reduzir a pobreza no país (OLIVEIRA, 2015). O Estado passou a empregar uma parcela do PIB em políticas sociais com enfoque na pobreza e desigualdade. Desta maneira, foi possível expandir os níveis de renda e consumo da população brasileira (LOPES, 2018).

A recuperação da economia é importante para a distribuição de renda e para a diminuição da pobreza (CURADO, 2018). Entre 2003 a 2011, período dos dois mandatos do presidente Lula, a pobreza por insuficiência de renda reduziu de 38,7% em 2003 para 21,0% em 2011 (CEPAL, 2020b). Estes resultados estão relacionados com o ótimo desempenho da taxa de crescimento do PIB no país (como demonstrado no Gráfico 3), mas também com as políticas de transferência de renda, valorização do salário mínimo e expansão dos empregos formais (CARVALHO, 2018; DEDECCA, 2014; KERSTENETZKY, 2016).

Gráfico 3 – Taxa acumulada do PIB a preços de mercado ao longo do ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) para o Brasil entre 2000 a 2019 (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE - Contas Nacionais Trimestrais.

Nota: Atualizado pelo IBGE em 03/03/2021.

Na evolução da taxa de crescimento da economia brasileira é perceptível que o ano de 2004 representa a retomada do PIB no Brasil, atingindo conforme as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE uma taxa acumulada de 5,8%. No ano de 2008, nota-se que o crescimento do país estava em constante evolução, mesmo com uma pequena queda, se comparar com o ano anterior. Porém, mesmo com essa redução, a taxa de crescimento ainda representava 5,1%.

Além dos resultados positivos da pobreza e do crescimento da economia na primeira década do século XXI, a concentração de renda também obteve números relevantes, rompendo com a tendência histórica do país. O índice de Gini, que representa a concentração de renda, diminuiu de 0,576 em 2001 para 0,526 em 2011 (CEPAL, 2020b). Considerando as características históricas sobre a concentração de renda no território brasileiro, a queda do índice representa uma questão importante para a evolução da distribuição de renda do Brasil.

O processo gradual da valorização do salário mínimo, juntamente com os programas de transferência de renda emergiram efeitos positivos na população de menor renda. Esses fatores colaboraram para os resultados dos indicadores de concentração de renda do país. As análises deste período sobre a desigualdade de renda ressaltam a queda do índice de Gini, e também o crescimento das faixas intermediárias da distribuição de renda (CARVALHO, 2018; KERSTENETZKY, 2018; SALATA, 2018). É consonante entre os pesquisadores que o salário mínimo teve função relevante na melhora da distribuição de renda na primeira década,

tanto pelo mercado de trabalho como pelos programas de transferências de renda (CARVALHO, 2018; DEDECCA, 2014; KERSTENETZKY, 2016; SABOIA; HALLAK NETO, 2018).

Após os dois mandatos de Lula, a escolhida para dar continuidade na liderança do país seria Dilma Rousseff, sendo a primeira presidenta do território brasileiro. Seu mandato iniciou-se em 2011 e com ele muitos agentes tinham expectativas da continuidade do sucesso das políticas econômicas e sociais implementadas no Governo Lula. Todavia, o desempenho não foi o mesmo como no período anterior. Depois da imediata melhora na taxa de crescimento do PIB em 2010, a atividade econômica do país obteve queda nos anos seguintes (como pode ser observado no Gráfico 3). Conforme Contri (2014), dentre os resultantes dessa trajetória, enfatiza-se a diminuição do consumo das famílias brasileiras, que tinha sido fundamental para o crescimento do país nos períodos anteriores.

[...] a desaceleração do crescimento teve início no final de 2010 e intensificou-se em 2012. Após a breve recuperação em 2013, a economia perdeu ritmo novamente e se transformou na pior recessão econômica registrada na série histórica em 2015-2016. Além dos choques enfrentados em 2015-2016 (deterioração nos termos de troca, inflação acelerada devido a um “descongelamento” de preços monitorados e forte desvalorização da moeda, crise hídrica etc.), o aperto nas políticas fiscal e monetária contribuiu para o agravamento da crise, resultando em salários e lucros decrescentes. Neste contexto, a oferta de crédito sofreu forte retração, o que retardou ainda mais a recuperação da economia. (PRATES; FRITZ; PAULA, 2017, p. 197).

Os índices de pobreza e desigualdade também foram afetados por esse momento de crise da economia brasileira, rompendo a tendência de queda em 2015 (NERI, 2019; PEDROSO, 2020). A porcentagem da população em situação de pobreza por insuficiência de renda passa de 16,5% em 2014 para 18,8% em 2015 (CEPAL, 2020b).

Com referência a pobreza multidimensional, no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), verifica-se em 2010 que 8,5% da população do Brasil figurava-se em situações de pobreza multidimensional, todavia, essa porcentagem reduz para 3,8% no ano de 2015. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)³⁵ foi equivalente a 0,039 em 2010, diminuindo para 0,016 em 2015. Dentre as privações de saúde, educação e condições de vida em 2015, a contribuição da privação saúde para a pobreza multidimensional é a mais elevada, representando uma porcentagem de aproximadamente 50%.

³⁵ Essa medida é elaborada pelo PNUD, que vai além dos rendimentos monetários, incluindo acesso a água potável, educação, energia elétrica, alimentação, além de outras seis dimensões relevantes para o cotidiano das famílias. O IPM baseia-se na metodologia de Alkire e Foster que será apresentada no Capítulo 4, mas as dimensões são diferentes do que proposto no trabalho, visto que o índice foi criado para a comparação internacional. Nesta pesquisa será incorporado o maior número de dimensões.

Mesmo com toda a importância de verificar a pobreza multidimensional, ainda é predominantemente o estudo da pobreza pela ótica da renda e por isso que a maioria das menções sobre o tema neste capítulo é baseada na insuficiência de renda. Todavia, existe um avanço na temática da pobreza multidimensional no Brasil, muitos autores vêm intensificando as pesquisas sobre esse tema (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006; LACERDA, 2009; NEDER, 2008; SERRA, 2017; SILVA, 2009, 2015; SILVA; BRUNO; SILVA, 2020). Nesta pesquisa, além da análise da insuficiência de renda, também serão apresentados os resultados multidimensionais da pobreza no Brasil e em seus estados.

Além disso, é importante ressaltar que a trajetória da desigualdade de renda também se acentuou após 2014, atingindo em 2018 um índice de Gini igual a 0,540 (CEPAL, 2020a). Este contexto está relacionado com a crise política e com protestos contra o governo de Dilma Rousseff. Fatores que originaram um clima de instabilidade e descontentamento social, que acarretaram o desejo da população por mudanças (CARVALHO, 2018).

Em virtude do Impeachment de Dilma Rousseff, no ano de 2016 ocorre mudança na presidência do país, tendo como novo presidente Michel Temer. O período de 2016-2018, já representado pelo governo Temer, apresentou altas taxas de desemprego, correspondendo a uma taxa média de desemprego de 12,3% em 2018, conforme divulgado pelo IBGE. Esses resultados culminaram em propostas com objetivo de modernizar as relações de trabalho, com a promessa de constituição de postos de empregos e retomada do dinamismo da economia.

Para tanto, um pacote de medidas liberais foi introduzido na economia, a saber: congelamento dos gastos públicos por 20 anos, privatizações, Reforma Trabalhista, dentre outras. De 2018 em diante, houve uma lenta recuperação econômica (como pode ser observado no Gráfico 3), porém, ainda insuficiente para a melhora de índices como o da pobreza, desigualdade e do mercado de trabalho. Por consequências de todos os acontecimentos vivenciados no país, os anos de 2016 e 2019 representam momentos de baixas taxas de crescimento, principalmente em 2016 (-3,3%). Houve uma lenta recuperação no ano de 2019, mas insuficiente para amenizar os problemas da pobreza e desigualdade no país.

Nesse momento, um novo governo liderado por Bolsonaro se inseriu no Brasil, com o prosseguimento das políticas liberalizantes e com foco nas reformas, sobretudo a Reforma da Previdência. Esse contexto indicou que as medidas impostas no território brasileiro seguem rumo à adoção de políticas com cunho ortodoxo, tendo como objetivo a mínima participação do Estado na economia, e conseqüentemente, com a redução da atenção às políticas sociais.

Por meio da exposição dos cenários de crescimento dos anos analisados na dissertação, verifica-se que um período de análise neste estudo corresponde a um momento de

crescimento econômico (2004-2008) e o outro se caracteriza por uma crise econômica (2016-2019) do país. Esses dois cenários serão importantes para o estudo, uma vez que será possível averiguar e comparar se o crescimento da renda *per capita* e do bem-estar multidimensional reduz a pobreza e desigualdade.

Não é sempre que o progresso da economia está relacionado com a melhora na vida dos mais pobres e diminuição da desigualdade. Entretanto, na literatura nacional, muitos autores realizaram aplicações empíricas no Brasil para entender a relação crescimento da renda *per capita* com os resultados da pobreza e desigualdade. Deste modo, na próxima subseção será realizada uma revisão empírica na literatura nacional sobre o crescimento pró-pobre no contexto brasileiro.

3.4 CRESCIMENTO PRÓ-POBRE NO BRASIL

A definição de crescimento pró-pobre se diverge dentro de uma gama de pesquisas que procuram conceituar o tema. As correntes teóricas que abordam o assunto trazem suas contribuições, dado que suas pesquisas colaboram para decisões de estudos sobre o tema. Também é importante ressaltar que como existem diversos processos metodológicos para a mensuração do campo de estudo, o pesquisador pode se delimitar a tais conceitos e metodologias conforme o processo de desenvolvimento do país em estudo³⁶.

Inúmeras estimativas foram executadas na literatura econômica para examinar a relação entre crescimento econômico e pobreza empregando diferentes métodos. Segundo Godoy e Rodrigues (2017, p. 187), “com relação à literatura nacional, o que se observa são aplicações empíricas, para o contexto brasileiro, das metodologias desenvolvidas na literatura internacional”. Considerando este comentário, julga-se importante antes de expor os trabalhos sobre o crescimento pró-pobre no Brasil, uma breve apresentação de alguns processos metodológicos abordam o tema.

Ravallion (2004) e Datt e Ravallion (1992) demonstram em termos absolutos que o crescimento econômico é eficaz na contração da pobreza. Para avaliar se o crescimento é pró-pobre, Datt e Ravallion (1992) utilizam a metodologia elasticidade-renda da pobreza. Segundo Pinto e Oliveira (2010, p. 333), tal elasticidade é alcançada “por meio de um modelo econométrico de regressão linear que, em sua forma simplificada, possui a proporção de pobres como variável dependente e a renda familiar, ou produto, *per capita*, como variável explicativa”.

³⁶ Os métodos utilizados neste trabalho serão descritos no próximo capítulo.

Esse modelo avalia a elasticidade total da pobreza associada ao crescimento, porém essa relação entre renda e pobreza é simples e única, pois tal metodologia outorga ao crescimento da renda toda a influência na atenuação da pobreza. Além desse fator, existem outros fatores significativos que podem corroborar para essa associação (PINTO; OLIVEIRA, 2010). Conforme Pernia (2003), a mudança na pobreza relacionada com o crescimento econômico pode ser dividida em “efeito puro” e “efeito distribuição”. E a elasticidade total depende dos dois efeitos para que possa ser possível uma redução na pobreza.

Uma mudança na pobreza associada ao crescimento econômico pode ser dividida em efeito puro de crescimento e efeito de desigualdade. A extensão em que a pobreza pode ser reduzida (ou aumentada com contração), denominada elasticidade da pobreza - depende de ambos os efeitos. O efeito puro de crescimento é negativo porque o crescimento positivo reduz a pobreza, mantendo a desigualdade constante. O efeito de desigualdade pode ser negativo ou positivo, dependendo de o crescimento ser acompanhado pela melhoria ou agravamento da desigualdade³⁷ (PERNIA, 2003, p. 3, tradução nossa).

Kakwani e Pernia (2000) explicam que o crescimento efetivo é aquele em que haverá redução da pobreza, apenas se os pobres auferirem ganhos relativos desse crescimento, nesse caso a atenuação da desigualdade acompanharia esse processo. Os autores entendem que para verificar o efeito do crescimento na pobreza, é necessário mensurar separadamente as consequências na pobreza em relação às modificações na renda média e em sua distribuição. Segundo os autores, “é preciso decompor a mudança total da pobreza em: (i) o impacto do crescimento quando a distribuição da renda não muda e (ii) o efeito da redistribuição da renda quando a renda total não muda”³⁸ (KAKWANI; PERNIA, 2000, p. 6).

Para essa decomposição, Kakwani e Pernia (2000) empregam um método fundamentado na Curva de Lorenz, que se divide em dois momentos: o primeiro preserva a distribuição de renda inalterada, para estimar as mudanças na pobreza quando houver alterações na renda média; o segundo momento capta as mudanças por meio das variações de distribuições de renda, preservando as rendas médias constantes. Posteriormente a essa mensuração, os autores elaboram os índices de crescimento pró-pobre³⁹.

Ravallion e Chen (2003) formularam uma medida de crescimento pró-pobre por meio de uma “curva de incidência do crescimento” (GIC)⁴⁰. Para examinar se o crescimento

³⁷ *A change in poverty associated with economic growth can be broken down into a pure growth effect and an inequality effect. The extent to which poverty can be reduced (or increased with contraction) referred to as poverty elasticity—hinges on both these effects. The pure growth effect is negative because positive growth reduces poverty, with inequality remaining constant. The inequality effect can be either negative or positive depending on whether growth is accompanied by improving or worsening inequality.*

³⁸ *[...] one needs to decompose the total change in poverty into (i) the impact of growth when the distribution of income does not change, and (ii) the effect of income redistribution when total income does not change.*

³⁹ Ver Kakwani e Pernia (2000).

⁴⁰ Esta metodologia será mais bem apresentada no próximo capítulo.

econômico é benéfico aos pobres, esse método tem como intuito calcular a taxa de crescimento médio das rendas para cada percentil da população em determinado tempo ou período. Para tanto, o objetivo é observar para o formato da curva no trecho entre a pessoa mais pobre e aquela com renda igual à linha de pobreza utilizada, que representa a proporção de pobres (PINTO; OLIVEIRA, 2010). Ravallion e Chen (2003) também apresentam outra medida, denominada como Taxa de Crescimento Pró-Pobre (RPPG), que deve satisfazer dois axiomas para a mensuração do tema.

Axioma 1. A medida deve ser consistente com a forma como o nível de pobreza agregada é medido, na medida em que uma redução (aumento) da pobreza deve registrar uma taxa positiva (negativa) de crescimento pró-pobre.

Axioma 2. A medida da pobreza implícita na medida do crescimento pró-pobre deve satisfazer os axiomas padrão para a medição da pobreza, conforme Sen (1976). Consideramos três desses axiomas como essenciais: o axioma do foco (a medida é invariável às mudanças de renda para os não pobres), o axioma da monotonicidade (qualquer ganho de renda para os pobres reduz a pobreza) e o axioma da transferência (transferências para reduzir a desigualdade entre os pobres reduzem a pobreza)⁴¹ (RAVALLION; CHEN, 2003, p. 4, tradução nossa).

O entendimento da RPPG é de fácil compreensão, expressando um crescimento pró-pobre em determinada sociedade quando a elevação desse crescimento for maior que o da renda média, sendo empregada tanto pelas definições fortes e fracas (PINTO; OLIVEIRA, 2010). Perante as limitações da GIC, Son (2004) elabora outra medida de pobreza, denominada como curva de crescimento-pobreza (PGC) e também ilustra algumas distinções entre as duas medidas. A primeira delas é que a derivação da GIC é desenvolvida apenas pela primeira ordem, enquanto a PGC é embasada na derivação de segunda ordem.

Assim, os resultados do GIC serão mais fortes que o nosso PGC se as condições dos requisitos de dominância forem atendidas. No entanto, como o domínio de primeira ordem implica domínio de segunda ordem, é provável que o requisito de domínio de segunda ordem seja satisfeito com mais frequência do que o domínio de primeira ordem. Portanto, o PGC forneceria resultados mais conclusivos⁴² (SON, 2004, p. 310, tradução nossa).

Em segundo lugar, na estimação da GIC, é utilizada a taxa de crescimento da renda *per capita*. Segundo Son (2004), os dados utilizados por ele eram oriundos de pesquisas domiciliares, e pelo fato dos dados serem discretos, poderiam acarretar mais erros nas

⁴¹ *Axiom 1. The measure should be consistent with the way the level of aggregate poverty is measured in that a reduction (increase) in poverty must register a positive (negative) rate of pro-poor growth.*

Axiom 2. The measure of poverty implicit in the measure of pro-poor growth should satisfy the standard axioms for poverty measurement, following Sen (1976). We take three such axioms to be essential, namely the focus axiom (the measure is invariant to income changes for the non-poor), the monotonicity axiom (any income gain to the poor reduces poverty), and the transfer axiom (inequality-reducing transfers amongst the poor are poverty reducing).

⁴² *Thus, GIC results will be stronger than our PGC if the dominance requirement conditions are satisfied. However, since first-order dominance implies second-order dominance, the second-order dominance requirement is likely to be satisfied more often than the first order dominance. Therefore, the PGC would provide more conclusive results.*

conclusões. Em contrapartida, a PGC se fundamenta na taxa de crescimento da renda média, e consequentemente, geraria menos erros em suas aplicações.

Essas metodologias desenvolvidas por estes autores foram empregadas em análises em distintos países, tais como, China, Coréia, Tailândia, Vietnã, Índia e Laos. No contexto brasileiro, diversas pesquisas procuraram identificar se houve crescimento pró-pobre no país utilizando esses métodos, principalmente nos anos 1990 e na primeira década do século XXI.

Salvato, Araújo Júnior e Shikida (2013) propuseram analisar o crescimento pró-pobre no Brasil na década de 1990 com base nos Censos Demográficos. No processo metodológico os autores utilizaram o método da elasticidade-renda da pobreza, porém, os autores reconhecem que além do crescimento da renda outros fatores podem ser importantes para a redução da pobreza. Para isso os autores estimaram o efeito do crescimento na pobreza e desigualdade controlando outros fatores⁴³. Os resultados evidenciaram que na comparação das regiões, o Sudeste obteve a maior elasticidade crescimento da redução da pobreza e entre os estados essa elasticidade foi maior em São Paulo. Os autores também aplicaram a GIC, proposta por Ravallion e Chen (2003), e concluíram que no território brasileiro e nas regiões o crescimento não foi pró-pobre nos anos de 1990.

Estudos de Pinto e Oliveira (2010) e Santos (2012) replicam a metodologia de Datt e Ravallion (1992) para avaliar a influência do crescimento econômico na pobreza no Brasil e em seus estados. Pinto e Oliveira (2010) analisaram os estados brasileiros entre 1995 e 2007, e concluíram que os resultados comprovaram a relação inversa do crescimento e pobreza, porém, as conclusões são significativamente diferentes para os estados e regiões do território brasileiro⁴⁴.

Santos (2012) também estuda as unidades federativas, no entanto sua análise se difere no intervalo temporal e na base de dados. Ao verificar o período de 1981-2009 com base nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o autor averigua que o desempenho da atividade econômica do Brasil nesse período foi benéfico para a população mais pobre, todavia, esse resultado somente foi encontrado em 15 dos 27 estados brasileiros⁴⁵.

Godoy e Rodrigues (2017) buscaram verificar se houve crescimento pró-pobre nos estados brasileiros no período de 2003-2013 por meio da metodologia da elasticidade renda-pobreza. Para tanto, utilizaram os dados da PNAD dos anos correspondentes. Os resultados permitiram concluir que o processo de crescimento favoreceu proporcionalmente mais os

⁴³ Ver Salvato, Araújo Júnior e Shikida (2013).

⁴⁴ Ver Pinto e Oliveira (2010)

⁴⁵ Ver Santos (2012)

pobres. Encontrou-se que o crescimento foi pró-pobre em 23 unidades federativas, com ênfase para a região Centro-Oeste do Brasil. Todavia, as regiões Norte e Nordeste apresentaram crescimento pró-pobre inferiores em comparação às demais.

Taques (2011) em sua dissertação utiliza os dados da PNAD para a realização de estimativas econométricas baseadas na metodologia de Datt e Ravallion (1992). Analisando o período de 1995-2009 para os estados brasileiros, o autor encontra uma correlação negativa entre pobreza e renda *per capita* média, ou seja, as elevações das rendas médias colaboram para a atenuação da pobreza.

Para responder se no período de 1991-2000 o crescimento foi pró-pobre nas capitais dos estados brasileiros, os autores Resende, Mata e Carvalho (2007) utilizam os dados dos Censos e as tabulações do Atlas de Desenvolvimento Econômico. Ao traçar a curva de crescimento-pobreza de Son (2004), os autores concluíram que existem distintos padrões de crescimento no Brasil e que nenhuma capital brasileira apresentou crescimento pró-pobre no período analisado.

Araújo (2007) estuda o crescimento pró-pobre nas mesorregiões mineiras através do cálculo do índice de Kakwani e Pernia (2000). Utilizando os dados dos Censos Demográficos, a autora verificou que em todo o período de 1970-2000, o crescimento da renda do estado de Minas Gerais pode ser classificado como estritamente pró-pobre. Com referências as mesorregiões, considerou-se que 5 obteve um crescimento estritamente pró-pobre, por outro lado, as demais apresentaram um crescimento da renda que não foi benéfico para a população pobre.

Netto Júnior e Figueiredo (2011) avaliaram se o crescimento foi pró-pobre no Brasil em três distintos momentos históricos da economia brasileira (1987-1993, 1993-1999, 1999-2007), os autores julgaram importante esses subperíodos devido às especificidades de cada momento em torno das políticas econômicas. Para a obtenção dos resultados, os autores utilizaram os dados da PNAD, e concluíram que do período de 1987-1993 o crescimento não foi pró-pobre, exceto para a Bahia e o Ceará. Os períodos de 1993-1999 e 1999-2007 todas as regiões brasileiras experimentaram um crescimento pró-pobre. Com relação à análise dos estados no período de 1993-1999, somente na Bahia que o crescimento não foi pró-pobre.

Kakwani, Neri e Son (2010) verificaram a relação triangular do crescimento, pobreza e desigualdade no território brasileiro no decorrer da globalização vivenciada pelo país, enfatizando o mercado de trabalho e os programas sociais. No aspecto da metodologia os autores associaram as taxas de crescimento com as rendas médias e a desigualdade de renda para demonstrar se o crescimento foi pró-pobre. Deste modo, os autores utilizaram os dados

da PNAD para o período de 1995-2004. Sem entrar nos resultados dos indicadores sociais, e mencionando apenas a renda *per capita*, os autores concluíram que embora essa renda tenha reduzido no período analisado do estudo, não houve uma piora nos índices da pobreza.

Por fim, com objetivo de analisar se existem diferenças entre as unidades federativas no padrão de crescimento pró-pobre para o período de 1995-2011, Oliveira e Jacinto (2015) utilizam a base de dados da PNAD e a metodologia do método primal e dual relativo que é consonante da metodologia de Kakwani e Pernia (2000). Os resultados indicaram que, através do crescimento houve melhora na condição da população pobre no período como um todo, com destaque para o subperíodo de 2003-2011.

Com objetivo de resumir as pesquisas empíricas demonstradas nesta seção, o Quadro 1 exibe uma sinopse das principais conclusões dos estudos de crescimento pró-pobre aplicados no contexto brasileiro. Por meio desse quadro serão denotados a metodologia, período, recorte geográfico, base de dados e as principais considerações finais das pesquisas.

Quadro 1 – Evidências empíricas sobre o Crescimento pró-pobre no Brasil

(continua)

Autor	Metodologia	Período	Recorte	Base de Dados	Conclusão
Salvato, Araújo Júnior e Shikida (2013)	Curva de incidência de crescimento (GIC)	Década de 1990	Unidades Federativas	Censos Demográficos	O crescimento não foi pró-pobre.
Pinto e Oliveira (2010)	Datt e Ravallion (1992)	1995-2007	Unidades Federativas	PNAD	A relação crescimento e pobreza ocorrem de diferentes modos nos estados.
Santos (2012)	Datt e Ravallion (1992)	1981-2009	Unidades Federativas	IPEA	O crescimento favoreceu os mais pobres.
Godoy e Rodrigues (2017)	Datt e Ravallion (1992)	2003-2013	Unidades Federativas	PNAD	O processo de crescimento beneficiou os mais pobres.
Taques (2011)	Datt e Ravallion (1992)	1995-2009	Unidades Federativas	PNAD	Correlação negativa entre a pobreza e a renda média <i>per capita</i> .

Quadro 1 – Evidências empíricas sobre o Crescimento pró-pobre no Brasil

					(conclusão)
Resende, Mata e Carvalho (2007)	Curva de crescimento-pobreza de Son (2004)	1991-2000	Capitais do país	Censos e as tabulações do Atlas de Desenvolvimento Econômico	Distintos padrões de crescimento no Brasil e que nenhuma capital brasileira apresentou crescimento pró-pobre.
Araújo (2007)	Índice de Kakwani e Pernia (2000)	1970-2000	Mesorregião de Minas Gerais	Censos Demográficos	Crescimento estritamente pró-pobre no estado de MG.
Netto Júnior e Figueiredo (2011)	Método Primal e Dual relativo	1987-1993; 1993-1999; 1999- 2007	Brasil	PNAD	O crescimento não foi pró-pobre (1987-1993). Pró-pobre (1993-1999; 1999-2007).
Kakwani, Neri e Son (2010)	Taxa de crescimento da renda média e a desigualdade	1995-2004	Brasil	PNAD	Redução da renda, mas sem piora na pobreza.
Oliveira e Jacinto (2015)	Método Primal e Dual relativo	1995-2011	Unidades Federativas	PNAD	Por meio do crescimento houve melhora no bem-estar da população

Fonte: Elaboração própria.

Por meio do Quadro 1 e da análise empírica dos estudos sobre o crescimento pró-pobre nota-se que, diversos são os trabalhos que verificam o período do Governo Lula (2003-2010) e na maioria deles, as estimações sugerem que o crescimento da renda média *per capita* foi acompanhado por uma diminuição nos índices de pobreza. Além dos anos pertencentes ao Governo Lula, a presente pesquisa também se fundamentará em analisar o período de 2016 e 2019, pouco explorado pela literatura econômica.

No que tange aos aspectos multidimensionais de bem-estar, não foram encontrados estudos que relacionam a ideia de crescimento do bem-estar multidimensional e melhoria dos indicadores de desenvolvimento. Assim, este trabalho tem a contribuir ao expandir a análise do crescimento da renda *per capita*, considerando-se também os aspectos amplos de bem-estar multidimensional. Isto é particularmente relevante em um país como o Brasil que possui parcela considerável da população, cujas capacitações e necessidades básicas estão insatisfeitas.

Os processos históricos apresentados, resultam não somente na má distribuição da renda monetária, mas na desigualdade de capacitações e necessidades básicas. Afeta as condições educacionais, inserção no mercado de trabalho, acesso à saúde e saneamento, entre outras questões importantes. Por isso, torna-se importante verificar não somente a relação entre crescimento e pobreza, como também a relação entre o bem-estar geral e o desenvolvimento.

4 MATERIAL E MÉTODOS

Neste capítulo expõe-se os processos metodológicos aplicados na pesquisa de forma a investigar os efeitos do crescimento da renda *per capita* e do bem-estar multidimensional no Brasil no período de 2004-2008 e 2016-2019. Desta maneira, na primeira seção são descritos o tipo de estudo e as base de dados empregadas no trabalho. Considerando a falta de consonância do estabelecimento da linha de pobreza no país, será sumarizada uma discussão sobre este tema. Após essa discussão, serão apresentadas as medidas de pobreza por insuficiência de renda e multidimensional, assim como o indicador de concentração de renda e bem-estar. Para finalizar, apresentam-se as metodologias dos índices de crescimento pró-pobre e a decomposição de Shapley, que também serão aplicados à análise multidimensional.

4.1 TIPO DE ESTUDO E BASE DE DADOS

Este é um estudo de corte transversal⁴⁶, descritivo-analítico, de natureza quantitativa, com o intuito de analisar os efeitos do crescimento da renda média *per capita* e do bem-estar multidimensional nos índices de pobreza e desigualdade no Brasil nos períodos de 2004-2008 e 2016-2019. O período de análise neste estudo foi definido e justificado no capítulo anterior, isto é, 2004-2008, por representarem anos de intenso crescimento econômico; e 2016-2019 por representarem anos de baixo dinamismo da economia.

O espaço geográfico que é objeto de estudo nesta pesquisa é o Brasil e as 27 unidades da federação (incluído o Distrito Federal). Assim, para analisar os efeitos do crescimento da renda média e do bem-estar multidimensional nos resultados da pobreza por insuficiência de renda e multidimensional no Brasil, recorreu-se às bases de dados da PNAD e da PNADC, realizadas pelo IBGE. A opção por adotar essas duas bases de dados se justifica pela disponibilidade de informação nos períodos analisados. A PNAD era uma pesquisa realizada anualmente, porém, foi suspensa a partir de 2016 e substituída pela PNADC. Deste modo, para organizar os dados do período 2004 e 2008 será empregada a PNAD, e no outro período de análise (2016-2019), a PNADC será a base de dados utilizada.

⁴⁶ Consiste em analisar uma amostra de indivíduos, estados, cidades, países ou outros grupos, em um determinado período de tempo. Esse tipo de estudo é bastante utilizado no campo da economia e das outras ciências sociais. Especificamente na economia, a investigação de dados de corte transversal está relacionada com os temas de economia do trabalho, economia urbana, demografia, dentre outros (WOOLDRIDGE, 2006).

Desde 2012, quando começou a aplicação da PNADC, o IBGE preservou paralelamente a pesquisa de dados da PNAD, com intuito de contribuir para a transição das informações de uma base de dados para a outra. De forma simplória, a PNAD coletava informações com objetivo de reproduzir resultados socioeconômicos para o país, as grandes regiões, os estados e as regiões metropolitanas do Brasil. Por outro lado, a PNADC objetiva coletar e investigar informações trimestrais contínuas sobre a força de trabalho e os aspectos socioeconômicos no país. Diferentemente da PNAD, essa nova base de dados proporciona um alcance mais abrangente do território brasileiro (IBGE, 2015).

Dados da PNAD são usados rotineiramente para análises descritivas que envolvem o cálculo, comparação e interpretação de estimativas para totais, médias, taxas, proporções e razões populacionais. Quando são considerados nos cálculos os pesos das unidades amostrais (fornecidos nos arquivos de microdados), as estimativas obtidas para os parâmetros populacionais correspondentes são não viciadas. A incorporação dos pesos na estimação de medidas descritivas, como as citadas acima, pode ser feita com simplicidade empregando-se as opções de ponderação disponíveis nos pacotes e sistemas estatísticos padrão. (SILVA; PESSOA; LILA, 2002, p. 660).

Nota-se que as duas pesquisas têm algumas diferenças em seus processos metodológicos no que tange ao plano amostral e ao questionário, como demonstrado no Quadro 2. Assim sendo, por se tratarem de bases de dados que mudaram de metodologia, a apresentação dos resultados, será analisada e distribuída separadamente, ou seja, 2004-2008 e 2016-2019. Essa ressalva é importante, pois as diferenças entre as bases de dados limita a comparação entre elas. Até o momento de elaboração deste trabalho, não foi encontrada uma forma de compatibilizá-las.

Quadro 2 – Algumas diferenças nos processos metodológicos entre a PNAD e PNADC

	PNAD	PNADC
Abrangência de coleta da informação	Nacional (amostra de 1100 municípios)	Nacional (amostra de 3500 municípios)
Abrangência de divulgação dos resultados	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e 9 Regiões Metropolitanas (Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre)	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que incluem os municípios das capitais.
Periodicidade	Anual	Trimestral, Anual e Mensal
Semana de referência	Última semana de setembro	Semana anterior à definida como de entrevista
População investigada para o tema trabalho	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade

Fonte: Elaboração própria com base na Nota Técnica (Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNADC) do IBGE.

Por meio do Quadro 2, percebe-se que a abrangência das informações nas duas pesquisas é bem distinta, ao passo que a PNADC alcança mais que o triplo de municípios brasileiros em relação à PNAD. Outra característica diferente refere-se à periodicidade da pesquisa, uma vez que enquanto a PNAD era apenas anual, a PNADC é aplicada em três períodos diferentes, sendo trimestral, anual e mensal. Como já dito, diante dessas e outras diferenças entre as bases de dados, a comparação entre as pesquisas se torna inviável.

Para uma análise descritiva deve-se considerar o recorte geográfico, que nesta pesquisa é a população do Brasil. Para tanto, no que se refere aos anos da PNAD, em 2004 foram consideradas 183.439.253 pessoas na análise, conforme a população expandida por meio da amostra⁴⁷, por outro lado, em 2008 a quantidade de observações estudadas foi de 191.999.849. Com relação ao período da PNADC, em 2016 foram considerados 204.532.351 pessoas na análise, em contrapartida, em 2019 a população expandida foi de 209.496.463. A quantidade de indivíduos utilizados em ambas as bases de dados para os estados brasileiros pode ser conferida nos Apêndices.

Ressalta-se que como algumas variáveis utilizadas neste estudo são de representações domiciliares, essas variáveis foram agregadas (PNAD) ou carregadas originalmente (PNADC) para que fosse possível identificar características pertinentes ao domicílio em que o indivíduo residia. Isto porque na PNAD existem dois bancos de dados, um referente às características das pessoas, e outro referentes às características dos domicílios em que essas pessoas residem. Enquanto isso, na PNADC existe um único banco de dados com todas estas características reunidas. Então, para manter uma coerência entre as duas bases de dados, as informações foram estudadas por pessoas⁴⁸.

Realizadas estas ponderações sobre as bases de dados, concerne destacar que foi utilizado o *software Stata 12*⁴⁹ para o tratamento de dados. Os recursos de programação que esse programa fornece são de grande relevância, uma vez que neste *software* podem-se realizar estimativas e verificações de indicadores sociais. Os resultados encontrados podem ser fundamentais para a tomada de decisão para determinadas políticas públicas. É considerável destacar que devido às limitações das bases de dados é fundamental uma maior atenção na seleção dos pacotes computacionais especializados para o alcance do objetivo.

⁴⁷ O tamanho da amostra para os referidos anos de análise são: 399.354 (2004); 391.868 (2008); 459.718 (2016); 443.790 (2019).

⁴⁸ Por exemplo, se este domicílio havia uma pessoa que é analfabeta ou que havia um indivíduo que não possuía ocupação remunerada. No final, voltou-se para o arquivo de pessoas e a análise foi pautada nos indivíduos.

⁴⁹ Foi utilizado o *Stata* do laboratório da Pós-Graduação da Universidade Federal de Alfenas-MG, dado que a universidade obteve a licença do *software*.

4.2 ESCOLHA DA LINHA DE POBREZA

Uma vez definida a base de dados, a segunda etapa dos procedimentos deste trabalho consistiu no estabelecimento da linha de pobreza baseada na insuficiência de renda. A linha de pobreza é importante para a identificação das pessoas pobres na estimação dos índices de pobreza. Para o estabelecimento da linha de pobreza do estudo foi realizada uma análise na literatura sobre o tema.

De acordo com Soares (2009), não existe uma consonância sobre a linha de pobreza oficial no território brasileiro. Ainda assim, conforme Tronco e Ramos (2017), no ano de 2011, o Governo Federal criou o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), com propósito de juntar novos programas sociais e os vigentes no país em prol do combate à pobreza. Para tanto, foi preciso determinar uma metodologia oficial da linha de pobreza no Brasil, ficando a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)⁵⁰. Este Ministério determinou em 2011 que o valor de R\$70,00 estabeleceria as pessoas em situação de pobreza extrema e a quantia de R\$140,00 para determinar as pessoas em condição de pobreza.

A pesquisadora Sônia Rocha do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) desenvolveu outra metodologia para a obtenção de linhas de pobreza. Ela mensura a pobreza “a partir das necessidades mínimas alimentares e não alimentares dos indivíduos e do seu atendimento pela via do mercado, com valores corrigidos anualmente de acordo com a inflação dos preços dos alimentos e itens básicos de consumo” (TRONCO; RAMOS, 2017, p. 295). A última atualização da pesquisadora foi em 2014, por isso não foi utilizada esta metodologia.

Apesar das linhas oficiais de pobreza propostas pelo Governo Federal, o presente estudo utilizou as linhas de pobreza do Banco Mundial, conhecida como *dollar a day*. A definição é realizada por meio das médias das linhas de pobreza nacionais de 115 países em desenvolvimento, dispondo da Paridade do poder de compra (PPC) mesmo diante de moedas distintas (TRONCO; RAMOS, 2017). A aplicação do PPC vem a ser importante, pois esta metodologia possibilita a comparação da pobreza entre os países tendo como premissa um parâmetro em comum, mediante aos distintos poder de compra das linhas de pobreza dos países (SOUSA; JANNUZZI, 2014).

A conversão da moeda não é realizada pelo procedimento da taxa de câmbio, mesmo sendo um mecanismo importante para o cálculo. Esta conversão depende de um estudo

⁵⁰ Em 2016, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), substituindo o MDS.

internacional monitorado pelo Banco Mundial que realiza uma pesquisa com mais de 100 produtos de consumo familiar em 62 nações e a relação de seus preços e qualidade de mercadorias semelhantes nos Estados Unidos (SOUSA; JANNUZZI, 2014). Ainda em conformidade com Souza e Jannuzzi (2014, p. 12), salienta-se “que esses produtos não são necessariamente os mais relevantes na cesta de alimentos da população pobre, mas aqueles mais determinantes na composição do PIB, motivação central de tal programa”. O fator de conversão PPC é relevante dado a sua estabilidade e a preservação do valor real de compra das distintas moedas das nações mundiais (TRONCO; RAMOS, 2014).

Existem três fatores de conversões, a saber: PIB, Consumo Domiciliar/Privado e a inflação. Os dois primeiros são disponibilizados pelo Banco Mundial. Muitos estudos utilizam o PPC e a inflação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), como nas pesquisas do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Todavia, existem críticas sobre essa escolha. Primeiramente, não é correto corrigir pelo INPC com base na quantia de uma cesta de alimentos que procede de uma compatibilização internacional. Por fim, a outra crítica refere-se à comparação internacional, ao passo que se executar a atualização pelo INPC, pode-se perder o sentido da compatibilidade (SOUSA; JANNUZZI, 2014).

O fator conversão utilizado nesta pesquisa se assemelha com a do Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), realizado pelo IPEA, uma vez que segundo Sousa e Jannuzzi (2014), esse processo metodológico conserva a comparabilidade internacional ao decorrer do tempo. Por exemplo, o relatório emprega a conversão do parâmetro de US\$1,25 PPC no ano de 2012, que resultaria em R\$2,36 por dia ou R\$71,75 mensal. Para chegar neste resultado em reais, é necessário utilizar o fator conversão do Consumo Privado e multiplicar pela conversão do parâmetro. No caso do exemplo, é só multiplicar US\$1,25 por 1,89 (fator de conversão PPC, Consumo Privado), que resulta em R\$2,36 por dia.

A renda *per capita* é um instrumento para determinar o nível de desenvolvimento dos países. Reafirma que, no Capítulo 2 deste trabalho, foram citadas outras dimensões não menos importantes, como saúde, educação e condições de moradia. Apesar disso, mesmo não considerando que o desenvolvimento não deve ser avaliado somente pelo aspecto da renda, o Banco Mundial adota a Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* para criar níveis de renda e categorizar as nações em quatro grupos: países de renda baixa, renda média baixa, renda média alta e renda alta (CEPAL, 2012). Para reduzir a preocupação de que a linha de pobreza internacional possa ser considerada como extremo demais para grande parcela do mundo ou

de que as necessidades básicas sejam superiores agora do que antes, o Banco Mundial também utiliza valores mais altos para a linha de pobreza (WORLD BANK, 2018). Conforme o Relatório Bienal do Banco Mundial de 2018 sobre a Pobreza e Prosperidade Compartilhada, intitulado “Montando o Quebra-Cabeça da Pobreza”, as linhas complementares representam avaliações da pobreza em nações de renda média baixa e de renda média alta. O valor da linha de pobreza de acordo com as avaliações de necessidades em países com renda média baixa corresponde a US\$3,20 por pessoa e por dia expresso em dólares do PPC de 2011. Por outro lado, para os países em renda média alta o valor é equivalente a US\$5,50.

Como descrito, para classificar os países, o Banco Mundial utiliza a RNB *per capita*, calculada pelo método do Atlas do Banco Mundial (CEPAL, 2012). Para o ano de 2021⁵¹, os países de renda baixa são aqueles com menos de 1.035 dólares de RNB *per capita* em 2019, os países de renda média baixa são aqueles com rendas entre 1.036 dólares e 4.045 dólares *per capita*, os países de renda média alta são aqueles com RNB *per capita* entre 4.046 dólares e 12.535 dólares e, por fim, as nações de renda alta são aquelas com RNB superior a 12.536 dólares. De acordo com o banco de dados⁵² do Banco Mundial, o Brasil é considerado uma economia de renda média alta. Desta maneira, a linha de pobreza utilizada corresponde a US\$5,50. A conversão para reais pode ser observada por meio da Tabela 2.

Tabela 2 – Valores da linha de pobreza dos anos de 2004, 2008, 2016, 2019

Período	Fator de conversão PPC	Linha de pobreza por dia (US\$)	Linha de pobreza por dia (R\$)	Linha de pobreza por mês (R\$)
2004	1,37	5,5	7,53	229,06
2008	1,47	5,5	8,08	245,78
2016	2,25	5,5	12,37	376,2
2019	2,4	5,5	13,2	401,28

Fonte: Elaboração própria.

Como realizado pelo relatório da ODM, nesta pesquisa utilizou-se o fator de conversão PPC consumo privado, e multiplicou-se o valor desse fator com a linha de pobreza do Banco Mundial, resultando no valor diário em reais. Para o valor mensal, foi realizada uma média de dias do mês em um ano, originando-se em uma quantidade correspondente a 30,4 dias (em média). Assim sendo, multiplicou este número com o valor da linha de pobreza diária, chegando à quantia mensal da linha de pobreza, que será adotada na mensuração da pobreza, apresentadas na Tabela 2. Esses valores serão utilizados na estimação de índices de

⁵¹ Para mais detalhes: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>. Acesso em: 13 jan. de 2021.

⁵² Veja: <https://data.worldbank.org/?locations=BR-XT>. Acesso em: 13 jan. de 2021.

pobreza, tanto por insuficiência de renda quanto multidimensional, já que a insuficiência de renda faz parte da análise multidimensional.

Demonstrados o tipo de estudo, base de dados e o estabelecimento da linha de pobreza utilizada no trabalho, nas próximas seções serão apresentados os procedimentos utilizados para mensuração da pobreza e desigualdade unidimensional e multidimensional. Estas estimativas são importantes para a compreensão do tema estudado e farão parte da análise descritiva apresentada neste estudo.

4.3 POBREZA POR INSUFICIÊNCIA DE RENDA: ÍNDICE DE FOSTER, GREER E THORBECKE (FGT)

Nesta seção será descrito como foram obtidos os índices de pobreza por insuficiência de renda estimados nesta pesquisa. A estimação destes índices é importante para que se possa dimensionar a pobreza no Brasil nos anos analisados e contextualizar a análise antes da apresentação dos índices de crescimento pró-pobre.

Foster, Greer e Thorbecke (1984) elucidaram que diversos estudos sobre a pobreza salientam a relevância de dividir uma população em subgrupos determinados conforme as características geográficas, étnicas, dentre outros fatores. Tal divisão seria muito importante para a aplicabilidade da análise, e o que se espera perante a essa aplicação seria uma redução da pobreza de um subgrupo que, conseqüentemente, acarretaria uma diminuição da pobreza na população total. Isto é, “[...] pode-se esperar obter uma estimativa quantitativa do efeito de uma mudança no subgrupo da pobreza na pobreza total ou dar uma contribuição dos subgrupos à pobreza total”⁵³ (FOSTER; GREER; THORBECKE, 1984, p. 761).

Todavia, as medidas existentes até o momento de análise desses autores seriam inadequadas, pois não satisfaziam as propriedades⁵⁴ básicas impostas por Sen (1976) ou não eram decomponíveis. A família de índices de Foster, Greer e Thorbecke (FGT) é uma medida de pobreza decomponível com os pesos para os grupos da população, que não violavam os princípios básicos propostos por Sen (1976) e justificada por meio da definição relativa da pobreza.

⁵³ [...] *one might hope to obtain a quantitative estimate of the effect of a change in subgroup poverty on total poverty, or to give a subgroup's contribution to total poverty.*

⁵⁴ AXIOMA DE MONOTONICIDADE: Dadas outras coisas, uma redução na renda de uma pessoa que está abaixo da linha da pobreza deve aumentar o nível de pobreza.

AXIOMA DE TRANSFERÊNCIA: Dadas as outras coisas, uma transferência total de renda de uma pessoa abaixo da linha de pobreza para quem é mais rico deve aumentar a medida de pobreza (SEN, 1976, p. 2019).

Os índices formulados pelos autores podem ser considerados os mais empregados na literatura econômica, sendo eles: o *Poverty Headcount* (Proporção de pobres – P_0), o *Poverty Gap* (Gap de Pobreza – P_1) e o *Squared Poverty Gap* (Gap de Pobreza elevado ao quadrado – P_2). O conjunto de índices FGT são calculados pelas seguintes expressões:

$$P_0 = \frac{q}{n} \quad (1)$$

$$P_1 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \frac{z - y_i}{z} \quad (2)$$

$$P_2 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^2, \quad (3)$$

em que:

q é o número de pobres (pessoas cuja renda *per capita* domiciliar é menor que a linha de pobreza);

n é o tamanho da população;

z é a linha de pobreza;

y_i é a renda *per capita* domiciliar da i -ésima pessoa.

O índice P_0 mensura a proporção de indivíduos pobres. Em outros termos, representa a parcela de pessoas que auferem uma renda *per capita* domiciliar abaixo da linha de pobreza. Esse indicador é fundamental para as pesquisas relacionadas à pobreza, porém, pode-se analisar o índice juntamente com os outros dois indicadores.

Conforme Neder (2020), o índice *Poverty Gap* mensura a intensidade da pobreza para o conjunto da população pobre por meio do cálculo do desvio médio entre o valor da linha de pobreza e a renda dos indivíduos pobres e pode ser compreendido com um indicador do *déficit* de pobreza. Por fim, ainda em consonância com Neder (2020), o índice P_2 normalmente é interpretado como um indicador de severidade da pobreza e a elaboração do índice emprega-se um maior peso para os indivíduos mais pobres e também se considera a desigualdade de renda entre as pessoas pobres.

Em suma, a família de índices FGT ⁵⁵ possui uma propriedade de ser decomponível por subgrupos, isto é, tais indicadores possibilitam estimar o quanto a pobreza em uma localidade colabora para a pobreza total de certa nação. Desta forma, a análise da pobreza baseada na insuficiência de renda, isto é, unidimensional da presente dissertação se fundamentará nas classes de índices FGT.

Para a obtenção dos índices FGT de 2004, 2008, 2016 e 2019, foi utilizado o comando *apoverty* do *Stata*. De acordo com Neder (2020), esse comando calcula índices de pobreza fundamentada em uma distribuição de renda caracterizada por uma variável. Deste modo, por meio do comando *apoverty* foram calculados os índices FGT para o Brasil e os seus estados para os anos analisados na pesquisa. Na próxima seção, será apresentado o processo metodológico da mensuração dos índices de pobreza multidimensional.

4.4 POBREZA MULTIDIMENSIONAL: ÍNDICE DE ALKIRE E FOSTER

Além da estimação da pobreza por insuficiência de renda, nesta pesquisa, também serão estimados índices de pobreza multidimensional. Isto porque a análise da relação entre crescimento e pobreza não será restrita à privação de renda. Pretende-se também agregar à análise um conjunto de dimensões que compõem o bem-estar.

A análise da pobreza multidimensional se torna fundamental, devido sua importância para a formulação e aplicação de políticas econômicas e sociais. Embora seja usual a análise fundamentada na insuficiência de renda, o bem-estar multidimensional pode indicar uma análise mais completa da pobreza. Sendo assim, é necessário verificar um conjunto de dimensões que figuram como requisitos para uma pessoa alcançar uma vida digna na sociedade. Segundo Alkire e Foster (2011), perante as ponderações realizadas por Amartya Sen em seus escritos, a pobreza multidimensional ganhou destaque e atenção dos estudiosos e formuladores de políticas públicas. Muitos estudos têm se esforçado para identificar as diversas classes de medidas multidimensionais da pobreza e as suas propriedades, mas ainda não existe um consenso sobre o processo metodológico.

A mensuração da pobreza é fundamental para a alocação de recursos nas políticas de combate à pobreza, e as conclusões dessas medições colaboram para alcançar as famílias mais

⁵⁵ Essa colaboração para a literatura surgiu após as contribuições de Sen (1976), que apesar de ter pontos semelhantes, também existem algumas divergências entre os dois índices. Conforme Hoffmann (1998, p. 224), ressalta-se que o índice de pobreza de Sen (1976), “devido a sua associação com o índice de Gini, não apresenta as propriedades de decomposição das famílias de índices de Foster, Greer e Thorbecke (1984)”.

pobres e para proposição da melhora de vida dessas pessoas (SANTOS, 2014). Conforme Silva (2015), a mensuração da pobreza é relevante, dado que, por meio dela é possível determinar e identificar quem são os pobres e desta forma elaborar medidas que possam ampará-los.

As argumentações na literatura deixam claro que os indicadores convencionais, como PIB e renda *per capita*, por si só podem não fornecer um panorama verdadeiro sobre a real pobreza. No entanto, de acordo com Lacerda (2009), diferentemente da abordagem da pobreza fundamentada na renda, ainda não existe um conjunto delineado de indicadores multidimensionais adotados nas pesquisas sobre essa conceituação. O debate que se situa em torno desta questão transcorre-se pela compreensão sobre quais dimensões devem ser motivos de investigação.

Um dos grandes desafios na mensuração e identificação da pobreza multidimensional se fundamenta na seleção das dimensões que se associam à situação de privações da população (NEDER, 2008). De acordo com Alkire (2011, p. 1), “[...] uma questão emergente é como a multidimensionalidade deve ser refletida nas medidas de pobreza⁵⁶”, devido à procura de encontrar uma melhor compreensão sobre a mensuração da pobreza multidimensional, muitos estudos têm avançado substancialmente. E nessa intensa trajetória de formulações de indicadores multidimensionais, diversos trabalhos têm disseminado conclusões positivas sobre o tema. Na proposta de elaborar metodologias para a formulação de um índice multidimensional pode-se citar alguns estudos como: Alkire e Foster (2011), Bagolin e Ávila (2006), Asselin (2002), Barros, Carvalho e Franco (2006), entre outros que buscam contribuir para o campo de estudo.

Nessa pesquisa será utilizado o índice de pobreza multidimensional de Alkire e Foster (2011). Isto porque além da metodologia satisfazer a um conjunto de propriedades, ela também tem a vantagem de possibilitar distintas ponderações entre os indicadores que constituem as dimensões. Esta metodologia foi proposta devido às abordagens de mensuração da pobreza multidimensional existentes na literatura apresentarem certas limitações. Alkire e Foster (2011) argumentam que essa literatura tem dois grandes desafios importantes que desestimulam a aplicação dessas medidas.

Primeiro, os métodos de medição dependem amplamente da suposição de que as variáveis são cardinais, quando, de fato, muitas dimensões de interesse são ordinais ou categóricas. Em segundo lugar, o método para identificar os pobres permanece pouco estudado: a maioria das apresentações deixa a identificação não especificada ou seleciona critérios que parecem razoáveis em duas dimensões, mas tornam-se

⁵⁶ [...] *an emerging question is how multidimensionality should be reflected in measures of poverty.*

menos sustentáveis quando dimensões adicionais são utilizadas⁵⁷ (ALKIRE; FOSTER, 2011, p. 476, tradução nossa).

Os autores consideram significativos os desafios, uma vez que muitas nações estão procurando novas medidas multidimensionais para agregar à medida que se alteram por meio da pobreza unidimensional. Deste modo, Alkire e Foster (2011) propõem uma nova metodologia com objetivo de abordar esses aspectos substantivos. Para introduzir a metodologia de Alkire e Foster (2011), primeiramente é importante exibir as notações utilizadas que são consideradas pelos autores, assim sendo:

n é a quantidade de indivíduos, que pode variar entre números positivos inteiros;

$d \geq 2$ é a quantidade de dimensões que são levadas em consideração;

$y = [y_{ij}]$ é a matriz de realizações $n \times d$, em que $y_{ij} \geq 0$ compreende-se na realização do indivíduo $i = 1, 2, \dots, n$ na dimensão $j = 1, 2, \dots, d$;

z é o vetor de corte dentro da dimensão;

$z_j > 0$ é o nível de corte para o qual um indivíduo está privado na dimensão j ;

$Y = \{y \in \mathbb{R}^{nd} \geq 1\}$ é o domínio da matriz em consideração.

Cada vetor linha y_i ilustra as realizações dos indivíduos i em distintas dimensões, ao passo que cada vetor de coluna y_{*j} , representa a distribuição das realizações das dimensões j no conjunto de indivíduos. Desse modo, a mensuração da medida de pobreza multidimensional, descrita como M_0 , é dividida em duas etapas essenciais, a saber: método de identificação e medida de agregação.

A etapa do método de identificação se fundamenta em dois níveis de corte: i) linha de pobreza na dimensão, que identifica se o indivíduo está ou não privado dentro da dimensão; ii) quantidade mínima de dimensões em que os indivíduos precisam estar privados para serem considerados multidimensionalmente pobres. A etapa de agregação resulta na composição da medida agregada de pobreza. Desta maneira, nas subseqüentes subseções serão apresentadas as discussões de cada etapa da mensuração da medida de pobreza multidimensional.

4.4.1 Método de identificação

De acordo com Alkire e Foster (2011), a abordagem unidimensional incorpora todas as realizações do indivíduo apenas em uma única variável e utiliza somente um ponto de corte

⁵⁷ *First, the measurement methods are largely dependent on the assumption that variables are cardinal, when, in fact, many dimensions of interest are ordinal or categorical. Second, the method for identifying the poor remains understudied: most presentations either leave identification unspecified or select criteria that seem reasonable over two dimensions, but become less tenable when additional dimensions are used.*

para identificar quem é pobre. As dimensões são averiguadas independentemente e certas privações dimensionais são intrinsecamente indesejáveis, portanto, existem motivos para analisar a pobreza além do aspecto monetário. Desta forma, os autores adotam dois critérios de identificação, a saber: método de identificação da união e interseção.

O método de identificação da união considera um indivíduo multidimensionalmente pobre se for privado em pelo menos uma dimensão. Essa abordagem pode superestimar⁵⁸ as medidas de pobreza, e devido a esse motivo, este método não é adequado para todas as situações. Em contrapartida, o método de identificação de interseção considera um indivíduo pobre se somente for privado em todas as dimensões analisadas. Em oposição ao outro método, essa abordagem subestima a medida de pobreza, e isso pode classificar os indivíduos como não pobres que notoriamente podem sofrer por inúmeras privações (ALKIRE; FOSTER, 2011).

Desta forma, um método relevante de identificação é o estabelecimento de um número razoável de dimensões em que o indivíduo pode ser privado. Levando em conta os dados em termos de privações, para qualquer y , dado $g^0 = [g_{ij}^0]$ indica a matriz de privação de 0-1 relacionadas a y , em que g_{ij}^0 é dado por $g_{ij}^0 = 1$ quando $y_{ij} < z_j$, e $y_{ij} > z_j$ quando $g_{ij}^0 = 0$. Dessa forma, g^0 é uma matriz $n \times d$ cuja entrada i ésima é equivalente a 1 quando o indivíduo i é privado na dimensão j ésima e quando o valor corresponde a 0, o indivíduo não é privado na dimensão j ésima. Por meio da matriz g^0 , pode-se construir um vetor de coluna c de contagem de privação, em que a i ésima entrada $c_i = |g_i^0|$ caracteriza a quantidade de privações enfrentadas pelo indivíduo i (ALKIRE; FOSTER, 2007).

Como descrito nessa seção, apenas os cortes de privações não são eficientes para a identificação dos pobres, deste modo, é necessário considerar outro nível de corte para a especificação do método, e este corte é denominado como k . Considerando um nível de corte intermediário para c_j que se situa nos extremos de 1 e d , então, para $k = 1, \dots, d$, seja p_k o método de identificação determinado por $p_k(y_i; z) = 1$ sempre que $c_j \geq k$, e igual a 0, caso contrário (ALKIRE; FOSTER, 2011). Em outros termos, p_k assume valor 1 quando a quantidade de dimensões privadas é maior ou igual a k , apontando que o indivíduo i é multidimensionalmente pobre. Por outro lado, quando o valor de p_k for equivalente a 0, a quantidade de dimensões privadas é menor que k , indicando que o indivíduo i não é pobre.

De acordo com Alkire e Foster (2011), o método de especificação p_k decorre do método de duplo corte que identifica as privações dentro da dimensão z_j e o nível de corte que

⁵⁸ Ver Alkire e Foster (2011)

identifica a condição de pobreza multidimensional, denominado k . Ainda em consonância com os autores, o método de duplo corte apresenta duas características importantes que merece destaque expressar, logo:

Primeiro isso é 'focado na pobreza': que um aumento no nível de realizações y_{ij} de uma pessoa não pobre deixe seu valor inalterado. Segundo, é 'focada na privação', pois um aumento em qualquer realização não privada $y_{ij} > z_j$ deixa inalterado o valor da função de identificação; em outras palavras, o status de pobreza de uma pessoa não é afetado por mudanças nos níveis de realizações não privadas⁵⁹ (ALKIRE; FOSTER, 2011, p. 478, tradução nossa).

De acordo com Silva (2015), a possibilidade de dividir os indicadores por estratos de identidade colabora para a segmentação. Desta maneira, a definição dos valores de k é relevante para a elaboração de políticas públicas, dado que os níveis de corte podem ser modificados, elevando ou reduzindo o número de dimensões em que os indivíduos estão privados. Em suma, a metodologia de Alkire e Foster (2011) integra os casos extremos dos métodos de união e interseção, e possibilita a análise de casos intermediários. Diante das considerações da etapa de identificação, agora é possível constituir a medida agregada da pobreza. Sendo assim, na próxima subseção serão debatidas as medidas de pobreza multidimensional.

4.4.2 Medidas de pobreza multidimensional

Supondo o estabelecimento de uma função de identificação específica de p_k para a construção da medida multidimensional de pobreza M_0 , inicia-se com o cálculo da proporção de pobres, cujo índice faz parte da classe de índices FGT, já apresentada para mensuração da pobreza unidimensional. Desta forma, pode-se calcular a incidência da população classificada multidimensionalmente pobre (H), similar ao da pobreza por insuficiência de renda, delimitado como:

$$H = \frac{q}{n} \quad (4)$$

Em que, q é a quantidade de indivíduos pobres retirados do método de duplo corte.

⁵⁹ First, it is 'poverty focused' in that an increase in an achievement level y_{ij} of a non-poor person leaves its value unchanged. Second, it is 'deprivation focused' in that an increase in any no deprived achievement $y_{ij} > z_j$ leaves the value of the identification function unchanged; in other words, a person's poverty status is not affected by changes in the levels of non-deprived achievements.

Portanto, H é a proporção de indivíduos multidimensionalmente pobres. De acordo com Alkire e Foster (2011), se um indivíduo pobre ficar privado em uma nova dimensão, H conserva-se inalterado. Para que isso não ocorra devem-se agregar informações adicionais sobre a intensidade das privações enfrentadas pelos indivíduos pobres. O índice H pode ser multiplicado por 100 para a investigação em percentual.

Nessa perspectiva, o próximo passo constitui-se no estabelecimento da privação média entre os pobres (A). Para melhor percepção de A , é preciso conhecer a fração de indicadores ponderados em que os indivíduos estão privados, caracterizada por $c_i(k)/d$. Então, conforme Alkire e Foster (2011), a parcela média de privação em todos os indivíduos multidimensionalmente pobres é dado por:

$$A = |c(k)|/(qd) \quad (5)$$

Em que, A aponta a intensidade da pobreza multidimensional. Quanto maior o nível de corte k maior será o índice A . Assim como o índice H , este índice também pode ser multiplicado por 100 para a análise em percentual.

Sendo assim, a medida de pobreza multidimensional (M_0) combina informações sobre a prevalência da pobreza e a extensão média da privação do indivíduo pobre, que é denominado como índice de incidência ajustado. Este índice pode ser escrito como $M_0 = \mu(g^0(k))$, onde μ corresponde à média. De maneira para simplória, a medida M_0 é o produto dos dois índices parciais, H e A :

$$M_0 = H \cdot A \quad (6)$$

O índice de pobreza multidimensional se move no mesmo sentido do índice H , isto é, quanto maior o nível de k , maior a pobreza multidimensional entre os indivíduos. Este índice pode ser verificado de modo que quanto mais próximo de 0 menor a pobreza multidimensional e quanto mais próximo de 1, maior a condição de pobreza.

Conforme Alkire e Foster (2011), a metodologia (p_k, M_0) não viola a monotonicidade dimensional, já que, se um indivíduo é privado de uma dimensão adicional, a privação média entre os pobres (A) aumenta ao mesmo tempo em que a medida de pobreza multidimensional (M_0) também aumenta. A expressão $M_0 = \mu(g^0(k))$ interpreta M_0 como a quantidade total de privações enfrentadas pelos indivíduos, ou $|c(k)| = |g_0(k)|$, dividido pela quantidade máxima de privações que poderiam ser enfrentadas por todos os indivíduos. A medida H pode ser utilizada por dados ordinais, tipicamente usados em abordagens multidimensionais baseadas em recursos. Portanto, esta medida não demanda a utilização de indicadores

cardinais. Desta forma, outras medidas da classe FGT podem ser comparadas para reproduzirem o hiato e a severidade da pobreza multidimensional⁶⁰ (SILVA, 2015).

Um dos pontos positivos da medida de pobreza multidimensional é o fato de esse índice satisfazer uma série de propriedades⁶¹. Importante destacar a monotonicidade dimensional e a decomposição por subgrupos populacionais e dimensões da pobreza⁶². A decomposição permite identificar a caracterização do perfil da pobreza identificando os grupos mais vulneráveis e as dimensões que mais contribuem para a pobreza em geral. A contribuição de cada dimensão fornece informações importantes sobre a composição das privações de grupos ou recortes geográficos. A aplicabilidade destas propriedades confirma que o índice fundamentalmente robusto e expressivo para a comparação nacional e regional (SILVA, 2015). Desta maneira, na próxima subseção serão apresentadas as variáveis escolhidas e as dimensões consideradas na mensuração da pobreza multidimensional.

4.4.3 A escolha das variáveis, dimensões e os níveis de corte

A caracterização das privações como forma de requisitos, engloba necessidades e capacitações que, se não forem alcançadas pelos indivíduos, provocarão consequências negativas no que se refere à saúde física e mental. As variáveis selecionadas foram recodificadas e manuseadas de modo que, por meio das originais, foram constituídas outras variáveis para melhor explicitar as dimensões básicas trabalhadas no índice de pobreza multidimensional. Modo semelhante foi feito nas pesquisas de Silva (2009, 2015). Estas variáveis foram agrupadas ordinalmente, para que fosse determinado um nível de corte em cada uma, apontando a situação de privação. Foram empregadas variáveis dicotômicas de acordo com o seguinte parâmetro: a pessoa está privada ou não? Deste modo, todas as informações se associaram às características de privação.

Para refletir as privações no Brasil foram empregadas as seguintes variáveis, conforme a disponibilidade de variáveis nas bases de dados utilizadas⁶³: Insuficiência de renda; Material das paredes; Material do telhado; Condição de domicílio; Abastecimento de água; Condições sanitárias; Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário; Destino do lixo; Forma de

⁶⁰ Ver Alkire e Foster (2011)

⁶¹ Ver Alkire e Foster (2011)

⁶² De acordo com Silva (2015, p. 11) “estas propriedades podem ser entendidas como restrições conjuntas sobre o método de identificação e sobre a medida agregada”. A medida de pobreza multidimensional satisfaz a propriedade da monotonicidade dimensional que é deferida em atributo a combinação entre H e A .

⁶³ Foi realizado um filtro no banco de dados das duas pesquisas para verificar quais variáveis estavam presentes em ambas as pesquisas.

iluminação; Número de pessoas por cômodo; Ausência de telefone fixo ou celular; Ausência de televisão; Ausência de geladeira; Ausência de máquina de lavar; Ausência de microcomputador; Ausência de ocupação remunerada; Ausência de trabalho com Carteira Assinada, em Regime Jurídico dos Funcionários Públicos (RJFP) civis ou militares; Ocupação inadequada; Ausência de ocupado com rendimento superior a um salário mínimo; Existência de adulto sem ensino fundamental completo; Ausência de participação da mulher no mercado de trabalho; Proporção de alfabetizados; Proporção de crianças na escola; Taxa de ocupação; Razão de dependência; Número médio de anos de estudo.

A metodologia de Alkire e Foster (2011) tem sido consonante entre os pesquisadores, por esse motivo, nesse trabalho serão utilizadas as variáveis e dimensões propostas pelos autores no processo de mensuração da pobreza multidimensional. Os indicadores serão considerados conforme os consecutivos grupos: Vulnerabilidade Econômica; Condições de Moradia; Condições Sanitárias; Ausência de Bens; Características Educacionais e Condições Ocupacionais. No Quadro 3, pode ser observado a caracterização das variáveis em concordância com as dimensões impostas.

Quadro 3 – Dimensões selecionadas, níveis de corte e pesos dos indicadores

Dimensão	Indicadores com o nível de corte z	Peso
Vulnerabilidade econômica	Renda inferior à linha de pobreza	1/3
	Número de dependentes superior ao de não dependentes	1/3
	Ausência de ocupação remunerada	1/3
Condições de moradia	Domicílio não próprio	1/5
	Existência de mais de três pessoas por cômodo	1/5
	Ausência de energia elétrica	1/5
	Material inadequado das paredes	1/5
	Material inadequado do telhado	1/5
Condições sanitárias	Ausência de sanitário	1/4
	Ausência de rede esgoto ou fossa séptica	1/4
	Destino inadequado do lixo	1/4
	Abastecimento de água inadequado	1/4
Ausência de bens	Ausência de telefone fixo ou celular	1/5
	Ausência de televisor	1/5
	Ausência de geladeira	1/5
	Ausência de máquina de lavar	1/5
	Ausência de microcomputador	1/5
Características Educacionais	Existência de adulto analfabeto	1/3
	Existência de adulto sem Ensino Fundamental completo	1/3
	Existência de criança entre 6 e 15 anos fora da escola	1/3
Condições Ocupacionais	Ausência de participação da mulher no mercado de trabalho	1/4
	Ocupação inadequada	1/4
	Ausência de trabalhador com carteira assinada	1/4
	Ausência de ocupado com rendimento superior a um salário mínimo	1/4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD e PNADC dos anos de 2004, 2008, 2016 e 2019

Considerou-se como *Abastecimento de água inadequado* quando a água não era proveniente de rede geral de distribuição nas áreas urbanas ou não proveniente de rede geral de distribuição ou poço ou nascente nas áreas rurais. Como *Material inadequado das paredes* foi considerado outros materiais que não fossem alvenaria e como *Material inadequado do telhado* considerou-se os materiais diferentes de telha e laje de concreto. A situação de privação de *Ausência de rede de esgoto ou fossa séptica* foi observada para áreas urbanas. Nas áreas rurais considerou-se rede de esgoto e também fossa séptica pela particularidade de não haver rede de esgoto na maioria das localidades rurais. Da mesma maneira, por não haver coleta direta de lixo em grande parte das áreas rurais, considerou-se também a possibilidade de o lixo ser queimado ou enterrado na propriedade quando o indivíduo se situava em localidades rurais, na variável *Destino inadequado do lixo*. O objetivo do indicador *Ausência de trabalhador com carteira assinada* se deu em relação aos benefícios que a formalidade no trabalho permite. Dessa forma, foram considerados juntamente trabalhadores no RJFP, Militares e Empregadores. Essas delimitações destes níveis de corte foram empregadas conforme a literatura sobre o tema, como nos trabalhos de Silva (2009, 2015) e nos relatórios do PNUD.

Os níveis de corte z caracterizam as condições de privação em cada indicador empregado, conforme pode ser observado no Quadro 3. As dimensões, os indicadores para representá-las e o nível de privações foram estabelecidos de acordo com o critério de que, se não atendidos, impossibilitam que os indivíduos levem uma vida autônoma e plena, assim como é definido os indicadores utilizados pelo PNUD no cálculo do IPM global. Eles foram selecionados para representarem funcionamentos (ou necessidades) que se não forem satisfeitos limitam a capacidade dos indivíduos atingirem um tipo de vida valorizado por eles. Sendo assim, a quantidade de dimensões leva em consideração as variáveis que, em conjunto, são capazes de identificar os indivíduos pobres multidimensionalmente.

O peso das variáveis foi aplicado conforme o número de variáveis em cada dimensão, expondo-se uma quantidade mínima de três variáveis, com peso 1/3 cada uma (Vulnerabilidade Econômica, Características Educacionais); um número intermediário, com peso 1/4 cada uma (Condições Sanitárias e Condições Ocupacionais); e uma quantidade máxima, com peso 1/5 cada uma (Condições de Moradia e Ausência de bens). O cálculo do

IPM utilizado pelo PNUD também é realizado dessa forma, isso pode ser verificado nos relatórios de Desenvolvimento Humano⁶⁴.

Para uma classificação completa da etapa de identificação, necessita-se levar em consideração outro nível de corte, denominado por k . Como já descrito na subseção do método de identificação, o processo metodológico utiliza dois níveis de corte para verificar a condição de pobreza. Não existe um nível de k pré-determinado na literatura econômica. Diferentes níveis de k podem ser condizentes com a realidade de cada objeto de estudo, sendo assim, trata-se de uma medida arbitrária. De acordo com Alkire (2011), maiores valores de k , indicam maiores possibilidades de privações simultaneamente. Estabeleceu nesta pesquisa o nível de $k = 2$, para isso foi realizada uma análise comparativa dos valores de k , sendo possível observar essa comparação por meio dos Apêndices A e B. Assim sendo, julgou-se mais coerente o valor igual a 2, por representar uma média satisfatória em torno dos outros valores.

Serão estimados os índices de Alkire e Foster para os anos de 2004, 2008, 2016 e 2019 para representar a pobreza multidimensional do Brasil e das suas unidades federativas nos períodos em questão. Feito as considerações sobre as mensurações da pobreza unidimensional e multidimensional, na próxima seção será caracterizado o indicador de concentração de renda.

4.5 DESIGUALDADE UNIDIMENSIONAL E MULTIDIMENSIONAL: ÍNDICE DE GINI

Nesta pesquisa, também pretende-se retratar a desigualdade unidimensional e multidimensional, dada a importância da relação entre pobreza e desigualdade na análise do crescimento pró-pobre. Assim, será utilizado o índice de Gini que pode ser aplicado à renda domiciliar *per capita* e também aos indicadores multidimensionais.

A exposição do Índice de Gini será apresentada através da análise de Medeiros (2012) e Hoffmann (1998). Este índice parte-se da Curva de Lorenz, o qual é uma análise gráfica que possibilita verificar a distribuição de renda em determinado país, além de viabilizar a ordenação dessas distribuições sobre o aspecto do bem-estar. Conforme Medeiros (2012), de todos os instrumentos gráficos empregados para analisar a desigualdade em uma distribuição, a Curva de Lorenz é a mais conhecida.

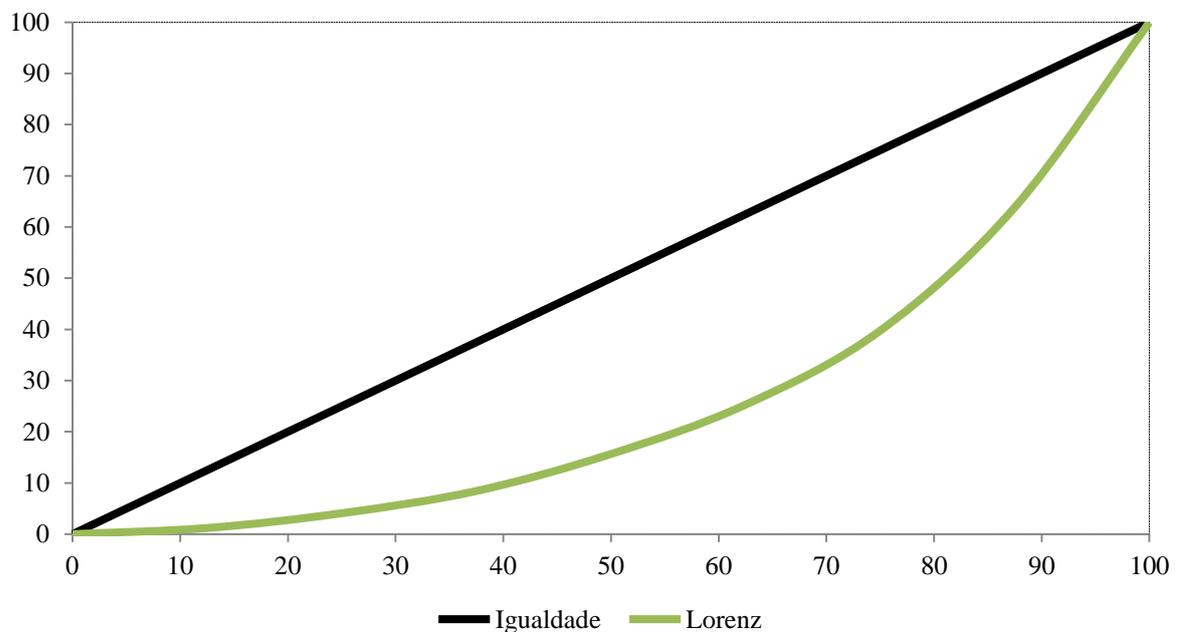
⁶⁴ Para mais detalhes: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/rdhs-globais.html>. Acesso em: 16 nov. 2020.

Para o desenvolvimento da Curva de Lorenz, considere n valores para uma variável x_i , os quais são ordenados da seguinte maneira: $x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_n$. A proporção acumulada da população até a $i^{\text{ésima}}$ pessoa corresponde a $p_i = \frac{i}{n}$ e a proporção acumulada de x_i é dada por $\Phi_i = \frac{1}{n\mu} \sum_{j=1}^i x_j$. Feito isso, os pares de valores dados por (p_i, Φ_i) , equivalem a pontos que, se unidos, estabelecem a Curva de Lorenz.

A curva oferece análise de dois casos, a saber: linha da perfeita igualdade e a linha de extrema desigualdade. A linha de igualdade perfeita corresponde a uma situação em que todos os indivíduos da sociedade auferem a mesma renda e a de extrema desigualdade representa um cenário em que todos recebem zero exceto para o mais rico.

De acordo com Medeiros (2012), para entender o nível de desigualdade em uma distribuição por meio da Curva de Lorenz, é imaginar que quanto mais longe da linha de perfeita igualdade estiver à curva, mais desigual será a população. Por outro lado, quanto mais a curva estiver próxima da linha de perfeita igualdade, mais igual será a distribuição de renda na sociedade. Através do Gráfico 4, verifica-se a Curva de Lorenz e a linha da igualdade.

Gráfico 4 - Curva de Lorenz



Fonte: Elaboração própria.

O índice de Gini pode ser calculado por meio da Curva de Lorenz, haja vista que corresponde ao dobro do valor da área entre a curva e a linha da perfeita igualdade. Desta

forma, é uma medida de afastamento de certa distribuição de renda em associação a um cenário de perfeita igualdade. É necessário o dobro do valor, para se obter um coeficiente que varia entre 0 e 1 e não 0 e 1/2. Desta maneira, quando o coeficiente de Gini for equivalente a 0 significa que não existe desigualdade na sociedade e um valor igual a 1, tem-se um cenário de desigualdade máxima (MEDEIROS, 2012). Então, como esse índice é o dobro da área entre a Curva de Lorenz e a linha da perfeita igualdade, tal medida pode ser representada por:

$$G = 1 - 2 \int_0^1 L_x(y) dy, \quad (7)$$

onde, G é o coeficiente de Gini e $L_x(y)$ a Curva de Lorenz da distribuição y entre as pessoas x .

Para a mensuração da desigualdade unidimensional do Brasil e dos estados brasileiros para o período de 2004, 2008, 2016 e 2019 foi empregado à renda domiciliar *per capita*, por meio do comando *igini* do *Stata*. Utilizando este mesmo comando foi mensurada a desigualdade multidimensional. Para tanto, foi necessário, determinar o indicador do bem-estar multidimensional, sendo realizados alguns procedimentos.

Conforme apresentado na metodologia de Alkire e Foster, foi construído um vetor de contagem de privações (c_i) para verificar a quantidade de privações enfrentadas pelo indivíduo. Desta maneira, tem-se um vetor de privações, entretanto, para avaliação da desigualdade multidimensional era necessário um indicador de bem-estar que se comportasse de maneira similar a renda. Para transformar essa representação de privações em bem-estar, foi empregado o inverso, isto é, dividiu-se 1 pelo vetor de contagem de privações ($1/c_i$). Assim, tem-se um indicador de bem-estar multidimensional, que foi aplicado ao índice de Gini em substituição à tradicional medida de renda para obtenção da desigualdade multidimensional.

4.6 ÍNDICES DE CRESCIMENTO PRÓ-POBRE

Apresentados os índices que farão parte da análise descritiva deste trabalho passa-se a apresentação das metodologias de crescimento pró-pobre que fazem parte do objetivo central desta dissertação. Considerando-se as metodologias encontradas na literatura sobre o crescimento pró-pobre, para avaliar os efeitos do crescimento da renda e do bem-estar multidimensional no Brasil nos períodos de 2004-2008 e 2016-2019, serão utilizadas as metodologias utilizadas e/ou desenvolvidas por Ravallion e Chen (2003), Kakwani e Pernia (2000) e Kakwani, Khandker e Son (2004). Estas metodologias foram originalmente descritas

para avaliação da renda, então, elas serão descritas baseando-se na renda. Todavia, foram realizadas adaptações neste trabalho para a análise multidimensional.

A metodologia de Ravallion e Chen (2003) é importante para as considerações desse estudo, pois por meio das médias das taxas de crescimento da renda (ou bem-estar multidimensional) dos pobres, é possível verificar por meio do índice se o crescimento é absolutamente pró-pobre. Em relação ao processo metodológico de Kakwani e Pernia (2000), a aplicação dessa metodologia se torna significativa, devido ao índice formulado pelos autores ser possível observar as mudanças na pobreza e na desigualdade. Além dessas taxas usuais de crescimento da renda (bem-estar médio), também se considera relevante empregar a metodologia de Kakwani, Khandker e Son (2004), dado que esse processo metodológico avalia a relação triangular do crescimento, pobreza e desigualdade por meio da taxa de crescimento equivalente, sendo possível verificar o quanto os pobres auferiram com o crescimento da renda (bem-estar).

A avaliação para verificar se o crescimento é efetivamente pró-pobre é realizada na literatura econômica em termos absolutos e relativos. Os autores levam em conta as definições de pobreza absoluta e relativa para mensurar de que maneira o crescimento afeta a renda (bem-estar multidimensional) das pessoas pobres e não pobres. Com o objetivo de contribuir para o campo de estudos sobre o tema, esse trabalho tem como intuito analisar o crescimento pró-pobre por meio dos índices multidimensionais, além dos índices da renda.

Conforme Bagolin e Ávila (2006), algumas pesquisas nacionais concordam e compreendem a pobreza como fenômeno multidimensional, mas acabam fundamentando as análises somente pelo lado da renda. Ainda segundo os autores, a escassez de análises multidimensionais no país é evidente, e pode ser um dos aspectos que esclareça a ineficácia das políticas adotadas no Brasil para atenuar a pobreza. Segundo Silva (2009, p.90), “o desenvolvimento e aplicação de métodos de estimativas de indicadores de desenvolvimento é fator fundamental para o sucesso no combate à pobreza”. Essa pesquisa parte desse princípio, julgando-se necessário empregar esses métodos para auxiliar na estratégia de redução da pobreza e desigualdade.

Para a verificação do crescimento de um ano para o outro, foi necessário empilhar as bases de dados da PNAD e PNADC. Foram empilhados os dados de 2004 com 2008 e 2016 com 2019, uma vez que como já descrito, a análise dos períodos foi realizada separadamente devido a inviabilidade de junção de todas as bases de dados. Desta maneira, as observações dos dois anos nos períodos foram consideradas ao mesmo tempo na análise do crescimento

pró-pobre, e construiu-se para esta análises duas grandes base de dados: uma única para 2004-2008 e outra única para 2016-2019⁶⁵.

Com bases de dados únicas, também foi preciso estabelecer linhas de pobreza únicas para a estimação de todos os índices de crescimento pró-pobre nos períodos analisados. Para tanto, no estudo fundamentado no crescimento da renda média, no período 2004-2008, empregou-se a linha de pobreza única equivalente a R\$245,78 e para 2016-2019 o valor correspondente foi de R\$401,28. Como se observa os valores da linha de pobreza de ambos os períodos representaram o ano mais recente. No período 2004-2008 o valor da linha de pobreza corresponde ao ano de 2008, por outro lado, no período 2016-2019 esta linha representa o valor de 2019.

Ainda na análise do crescimento pró-pobre, para representar a renda, foi utilizada a variável renda domiciliar *per capita*. Como foram empilhados os bancos de dados para realizar uma análise única do crescimento pró-pobre, foi necessário atualizar a renda *per capita* e levá-la para o ano mais recente, para que fosse possível equiparar e comparar as rendas dos dois anos. No período de 2004-2008, essa atualização⁶⁶ foi realizada por meio do INPC do mês de setembro dos respectivos anos (período de referência da PNAD⁶⁷). É importante ressaltar que o INPC foi mais adequado do que em relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), uma vez que o INPC observa-se a mudança no custo de vida médio somente das famílias com renda mensal de 1 a 5 salários mínimos e o IPCA verifica a variação no custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos.

A PNADC não tem um período de referência como a PNAD, deste modo, os rendimentos são corrigidos conforme os deflatores adequados e empregados pela PNADC, que mudam conforme os distintos tipos de rendimentos analisados (IBGE, 2018). São disponibilizados cinco deflatores⁶⁸, e dentre esses deflatores, utilizou-se específico para o cálculo de indicadores relacionados à linha de pobreza, conforme proposto pela ODS 1 – Erradicação da Pobreza⁶⁹ (IBGE, 2018). Assim sendo, compilaram-se os valores dos deflatores do ano de 2019 de cada estado brasileiro e, em seguida, multiplicou-se esse deflator

⁶⁵ Foram utilizadas as informações por pessoas, mas algumas delas foram observadas as privações dentro dos domicílios, por exemplo, o material das paredes, dimensão presente na análise multidimensional.

⁶⁶ Multiplicou-se a renda *per capita* de 2004 pelo o valor do INPC de 2008 e depois dividiu-se esse resultado pelo valor do INPC de 2004. Assim, obteve os valores reais da renda *per capita* de 2004 no ano de 2008.

⁶⁷ Os períodos de referência são intervalos de tempo a que se atribuem os resultados desenvolvidos para divulgação ou pesquisas específicas (IBGE, 2015). No caso da PNAD o período de referência é o mês de setembro.

⁶⁸ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 13 fev. 2021.

⁶⁹ Para mais detalhes: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html>. Acesso em: 13 fev. 2021.

pela renda *per capita* de 2016, sendo possível obter os valores reais de 2016 equivalentes ao período de 2019. Todo esse procedimento foi realizado para que fosse possível analisar os índices de crescimento pró-pobre por meio da insuficiência de renda no período 2016-2019.

Para a investigação dos índices de crescimento pró-pobre por intermédio do bem-estar multidimensional também foi realizada algumas adaptações, dado que o índice multidimensional apresentado pela metodologia de Alkire e Foster representa as privações dos indivíduos e, nesta análise, necessita-se de um indicador de bem-estar multidimensional. Assim, foi feito um procedimento similar ao aplicado na análise da desigualdade multidimensional.

Como já mencionado na metodologia de Alkire e Foster, tem-se um vetor de contagem de privações (c_i) para averiguar o total de privações do indivíduo. Foi realizada a recíproca desta representação de privações para a construção de um indicador de bem-estar. Determinou-se nessa pesquisa um nível de corte $k=2$, de modo que $c_i \geq k$ o indivíduo é considerado pobre. Como foi realizada a recíproca da representação de privações, tem-se que a representação do bem-estar é igual a $1/c_i$. Deste modo, o nível de corte do índice de bem-estar multidimensional, ou linha de pobreza multidimensional única aplicada aos dois bancos de dados de análise, é representado por $1/k$, isto é, $1/2$ ⁷⁰. Isto foi elaborado porque este índice multidimensional deveria se comportar como a renda na análise do crescimento pró-pobre.

Assim, com referência a linha de pobreza multidimensional única, o valor desta linha foi equivalente a $1/2$. Isto é uma vantagem da metodologia multidimensional, pois o nível de corte já era único. Logo, aplicou-se esta linha para ambos os períodos de análise.

Para a estimação dos índices de crescimento pró-pobre utilizou-se o comando *ipropoor* do pacote DASP – versão 2.3 (*Distributive Analysis Stata Package*) no *Stata*. De acordo com Araar e Duclos (2013), o DASP é um pacote que contribui para os pesquisadores e especialistas de políticas públicas interessados em manusear análises distributivas no *Stata*.

Com o comando *ipropoor* é gerada a taxa de crescimento da renda ou do bem-estar, denominada como g . Essa taxa de crescimento será importante na análise dos resultados, dado que o valor dessa taxa é a base de análise de todos os índices de crescimento pró-pobre. Ademais, é importante ressaltar que os três índices de crescimento pró-pobre foram calculados separadamente para cada período. Uma vez expostas todas as questões sobre a construção do banco de dados para a mensuração dos índices, nas subseções posteriores serão

⁷⁰ De maneira que, se o índice de bem-estar for menor que $1/2$ o indivíduo é pobre, o contrário também é válido.

demonstradas as formas de operacionalização das metodologias propostas para a aplicação dos índices de crescimento pró-pobre.

4.6.1 Índice de Ravallion e Chen

O primeiro índice utilizado neste estudo foi o índice de Ravallion e Chen. Sobre este índice é necessário ressaltar que Ravallion e Chen (2003) formularam uma medida de crescimento pró-pobre, baseado no cálculo das taxas de crescimento das rendas de cada percentil da população analisada durante certo período. Os autores propuseram a estimação da GIC para verificar de que maneira o crescimento econômico influencia na distribuição de renda. O ponto de partida para essa análise parte da elaboração do gráfico do estilo “Parada Pen⁷¹”, em que é constituída uma curva que retrata a mudança sucedida na distribuição de renda (bem-estar multidimensional).

O processo metodológico da elaboração da GIC pode ser descrito da seguinte maneira: seja $F(y)$ uma função cumulativa de distribuição de renda (y) e p denota a proporção da população com renda menor a um valor y no período t , tem-se que a inversa da função $F_t(y)$, no percentil p , fornece a renda naquele ponto:

$$F_t^{-1}(p) = y(p) L'_t(p) \cdot \mu_t \quad y'_t(p) > 0 \quad (8)$$

Em que, $L'_t(p)$ é derivada primeira da curva de Lorenz ($L(p)$), μ_t é a renda média (bem-estar) da população e $y_t(0,5)$ é a mediana. Se deixar variar de 0 a 1 reproduz uma função quantil, ou seja, uma função inversa da função de distribuição cumulativa.

Comparando-se dois períodos, $t-1$ e t , a taxa de crescimento da renda (bem-estar) do percentil é dado por $g_t(p) = \left[y_t(p)/y_{t-1}(p) \right] - 1$. Se p variar de 0 a 1, $g_t(p)$ retrata o que autores denominam como a GIC. Desta maneira, ao substituir $y_t(p)$ e $y_{t-1}(p)$ na equação (8), têm-se:

$$g_t(p) = \frac{L'_t(p)}{L'_{t-1}(p)} (\gamma_t + 1) - 1 \quad (9)$$

⁷¹ Conforme Pinto e Oliveira (2010), é um gráfico em que o eixo horizontal retrata todos os indivíduos, postas de forma crescente em associação as suas rendas (de 0 a 100%), ao mesmo tempo em que o eixo vertical simboliza as taxas de crescimento das rendas.

Em que, $\gamma_t = \left(\mu_t/\mu_{t-1}\right) - 1$ é a taxa de crescimento da renda média (bem-estar). Se a curva de Lorenz não se modificar, então $g_t(p) = \gamma_t$ para todo percentil p , ou seja, a modificação na curva de Lorenz evidencia o componente distributivo da variação da renda (bem-estar) em cada percentil. Além disso, $g_t(p) > \gamma$, se somente se, $y_t(p)/\mu_t$ estiver se elevando ao decorrer do período. Deste modo, sempre que $g_t(p)$ for uma função crescente para todo o percentil p , a desigualdade reduz no decorrer do período. Se a curva de incidência de crescimento for superior a 0 para todo o percentil, haverá dominância de primeira ordem da distribuição no período t acima do período $t-1$. Caso a GIC mude de sinal, não se pode deduzir se o domínio de ordem superior é válido somente observando a GIC.

Após a exposição da metodologia do GIC, Ravallion e Chen (2003) apresenta a RPPG. Os autores parte do princípio do índice de Watts (1968) para estabelecer a taxa de crescimento pró-pobre, pois este índice satisfaz os axiomas do foco, monotonicidade e de transferência.

$$W_t = \int_0^{H_t} [z/y_t(p)] dp \quad (10)$$

Em que, $H_t = F_t(z)$ é o índice de incidência da pobreza e z é a linha de pobreza. Para obter uma medida de crescimento consoante com o índice de Watts, é necessário diferenciar a equação (10) em relação ao tempo. Deste modo, é possível perceber que $y_t(H_t) = z$.

$$\frac{dW_t}{dt} = - \frac{d \log y_t(p)}{dt} dp \quad (11)$$

Os autores ressaltam que a equação (11) é aproximadamente a integral da GIC até H_t . Desta maneira, ao dividir a equação (11) por H_t , obtém-se a RPPG, que é a taxa média da renda (bem-estar) entre a população pobre:

$$RPPG_t = \frac{1}{H_{t-1}} \int_0^{H_{t-1}} g_t(p) dp \quad (12)$$

De acordo com Pinto e Oliveira (2010, p. 337) “a RPPG calcula o resultado do crescimento pró-pobre entre o período t e a data base $t - 1$ ”. Ou seja, a RPPG corresponde a alteração ocorrida no índice de Watts (multiplicado por -1) dividida pela proporção de pobres (H). A interpretação do índice se dá pelo seguinte modo: caso seja positivo a mudança é considerada como absolutamente pró-pobre.

A grande contribuição desta dissertação, além de produzir dados sobre crescimento e pobreza para um período mais recente é substituir os tradicionais indicadores de renda pelos indicadores multidimensionais estimados. Assim, após estimar a RPPG com as medidas tradicionais, empregam-se as medidas multidimensionais descritas.

A renda domiciliar *per capita* foi substituído pela medida criada de bem-estar multidimensional na análise que procurou identificar se o crescimento do bem-estar médio foi favorável aos pobres, isto é, se o desenvolvimento, analisado sob o ponto de vista multidimensional foi pró-pobre.

4.6.2 Índice de Kakwani e Pernia

Outro índice estimado neste trabalho foi o de Kakwani e Pernia. O índice de crescimento pró-pobre de Kakwani e Pernia (2000) tem o objetivo de comparar as variações da renda efetiva com as mudanças que seríamos verificadas com uma variação distributivamente neutra. Este índice resulta-se da razão entre a mudança observada na pobreza e a variação que seria verificada na desigualdade. Desta forma, supõe-se que exista uma taxa de crescimento positiva de $g_{12}\%$ entre os períodos 1 e 2, então a elasticidade da pobreza pode ser delimitada por:

$$\eta = P_{12}/g_{12} \quad (13)$$

Esta expressão é compreendida como a mudança proporcional na pobreza total quando existe uma taxa de crescimento positivo de 1%. Do mesmo modo, pode-se delimitar:

$$\eta_g = G_{12}/g_{12} \quad (14)$$

$$\eta_I = I_{12}/g_{12} \quad (15)$$

Em que, η_g é a mudança proporcional da pobreza quando existe uma taxa de crescimento positiva de 1% desde que não ocorra uma mudança na desigualdade relativa, e η_I é a mudança proporcional da pobreza quando existe uma variação na desigualdade, porém a renda média (bem-estar multidimensional) não se altera. Assim:

$$\eta = \eta_g + \eta_I \quad (16)$$

A expressão acima demonstra a soma do efeito renda (bem-estar) do crescimento sobre a pobreza (η_g) e do efeito da desigualdade na pobreza (η_I), ocasionado pela mudança na desigualdade. Portanto, a mudança proporcional na pobreza provocada por uma taxa de crescimento positiva de 1% na economia é dada pela soma desses dois fatores. O η_g será sempre negativo, indicando que o crescimento diminuirá a pobreza quando a desigualdade relativa não se alterar. Por outro lado, o η_I pode ser positivo ou negativo, sendo que se η_I for negativo, implica que o crescimento acarretou uma mudança na distribuição de renda (ou do indicador multidimensional, no caso da análise correlata) em favor da população pobre. Tal crescimento pode ser descrito como crescimento pró-pobre. Caso η_I for positivo, a população rica se beneficia proporcionalmente mais que os pobres. Para tanto, o índice de crescimento pró-pobre pode ser descrito pela seguinte expressão:

$$\emptyset = \eta/\eta_g \quad (17)$$

Então, \emptyset será maior que 1, caso $\eta_I < 0$, o que indica que o crescimento é estritamente favorável aos pobres. Caso $0 < \emptyset < 1$, implica que $\eta_I > 0$, porém a pobreza ainda reduz devido ao crescimento. Se $\emptyset < 0$, o crescimento econômico não beneficia a população pobre, este cenário indica uma elevação da pobreza.

Quando a taxa de crescimento da renda (bem-estar) for negativa, ocasionará uma elevação da pobreza, cenário que terá η e η_g positivos. Caso não ocorra uma redistribuição de renda (bem-estar) devido ao crescimento negativo, a pobreza se elevaria em η_g por cento (isso acontece devido ao decréscimo de 1 por cento da taxa de crescimento), ao mesmo tempo que a elevação real da pobreza será de η por cento. Desta maneira, a taxa de crescimento da renda (bem-estar) será benéfica aos pobres se $\eta < \eta_g$ e favorável aos não pobres se $\eta > \eta_g$. Ou seja, esse cenário será pró-pobre quando a taxa de crescimento da renda (bem-estar) negativa suceder uma piora na incidência da pobreza proporcionalmente inferior a elevação proporcional da pobreza provocada pela taxa de crescimento (neste caso negativo), isto é, esse contexto levará a um processo redistributivo em favor aos pobres da distribuição de renda. Assim sendo, em caso de taxa de crescimento negativa, o índice será definido da seguinte maneira:

$$\emptyset = \eta_g/\eta \quad (18)$$

Diante da equação (18), a taxa de crescimento da renda (bem-estar) negativa será pró-pobre quando $\emptyset > 1$ e não pró-pobre se $\emptyset < 1$.

Julga-se importante esse índice de crescimento pró-pobre, pois de acordo com Kakwani e Pernia (2007), o índice pode ser empregado para desenvolver políticas públicas em benefícios aos pobres. A computação do índice pode ser desenvolvida para qualquer setor ou região de uma nação. Além disso, também possibilita avaliar os efeitos dos projetos que englobam o crescimento pró-pobre. Da mesma forma, após a análise convencional proposta pela metodologia, substitui-se as medidas unidimensionais de renda pela medida multidimensional de Alkire e Foster, neste caso o índice de bem-estar. Assim, a análise correlata poderá ser realizada não apenas por meio da verificação da relação com os efeitos do crescimento da renda, mas também para o crescimento geral do bem-estar multidimensional.

4.6.3 Taxa de Crescimento Equivalente à Pobreza (PEGR)

Por fim, outro índice estimado foi a Taxa de Crescimento Equivalente à Pobreza (PEGR). Para verificar de que maneira o crescimento da renda média influencia a redução da pobreza, Kakwani, Khandker e Son (2004), entendem que é necessário mensurar os fatores que colaboram para essa queda. Desta maneira, os autores acreditam que para ocorrer uma diminuição da pobreza são necessários dois fatores, sendo: a magnitude da taxa de crescimento da renda média (ou bem-estar multidimensional, na análise acrescentada neste trabalho), ou seja, quanto maior a taxa de crescimento, maior será a redução da pobreza. Além disso, o impacto do crescimento da renda (bem-estar) por mudanças na desigualdade, isto é, uma elevação da desigualdade diminui os efeitos do crescimento na pobreza.

Partindo do índice de proporção de pobres, já discutido nessa pesquisa, para considerar a intensidade da pobreza, define-se o grau de privação absoluta enfrentada por uma pessoa com renda x dada por:

$$\begin{aligned} \text{Dep}(x) &= P(z, x) && \text{com } x < z \\ \text{Dep}(x) &= 0 && \text{com } x \geq z \end{aligned} \tag{19}$$

Em que $P(z, x)$ é uma função homogênea de grau zero em z e x .

$$\begin{aligned} \frac{\partial P(z, x)}{\partial x} &< 0 \\ \frac{\partial^2 P(z, x)}{\partial x^2} &> 0 \end{aligned}$$

O que sugere que a privação reduz monotonicamente com a renda (ou com o crescimento do bem-estar multidimensional) em relação a uma taxa crescente. Portanto, o grau de pobreza na sociedade pode ser mensurado pela privação média enfrentada pela sociedade, denotada como:

$$\theta = \int_0^z P(z, x) f(x) dx, \quad (20)$$

onde $f(x)$ é a função densidade de probabilidade de x .

Para mensurar os dois impactos que colaboram para a queda da pobreza, descrito no limiar dessa seção, é necessário diferenciar a equação (20), assim tem-se:

$$\frac{d\theta}{\theta} = \frac{1}{\theta} \int_0^z \frac{\partial P}{\partial x} d(x) f(x) dx, \quad (21)$$

que deriva da suposição que $P(z, z) = 0$, o qual sugere que se a renda de uma pessoa for equivalente à linha de pobreza (ou índice de bem-estar multidimensional equivalente ao nível de corte k), esta pessoa não enfrentará nenhuma privação. Supõe-se que $x(p)$ é o nível de renda da população no percentil^{ésimo}, então a equação (21) pode ser expressa da seguinte maneira:

$$dL_n(\theta) = \frac{1}{\theta} \int_0^H \frac{\partial P}{\partial x} x(p)g(p)dp, \quad (22)$$

em que $g(p) = dL_n(x(p))$ representa a taxa de crescimento da renda (ou do bem-estar multidimensional) dos indivíduos no percentil^{ésimo}.

Agora suponha que $L(p)$ é a função de Lorenz que mensura o compartilhamento total de renda (bem-estar) usufruída pela proporção superior p da população quando as pessoas dessa população são ordenadas em ordem ascendente conforme suas rendas (bem-estar). Assim, tem-se⁷²:

$$x(p) = \mu L'(p), \quad (23)$$

onde μ é a renda média (bem-estar médio) da sociedade e $L'(p)$ é a derivada primeira da função de Lorenz. Acrescentando o logaritmo na equação (23) e diferenciando-o, obtém-se a seguinte expressão:

$$dLn(x(p)) = dLn(\mu) + dLn(L'(p)),$$

que pode ser transformada pela equação (24):

⁷² Nessa parte do processo metodológico Kakwani; Khandker e Son (2004) seguiram a metodologia de Kakwani (1980).

$$g(p) = \gamma + d\text{Ln}(L'(p)), \quad (24)$$

em que $\gamma = d\text{Ln}(\mu)$ é a taxa de crescimento da renda média (ou do índice multidimensional). Ao substituir a equação (24) em (22), tem-se:

$$d\text{Ln}(\theta) = \gamma\eta + \frac{1}{\theta} \int_0^H \frac{\partial P}{\partial x} x(p) d\text{Ln}(L'(p)) dp, \quad (25)$$

onde:

$$\eta = \frac{1}{\theta} \int_0^H \frac{\partial P}{\partial x} x(p) dp \quad (26)$$

A equação (26) é a elasticidade do crescimento da pobreza⁷³, que representa a mudança percentual da pobreza quando ocorre um crescimento de 1% na renda média (bem-estar médio) da sociedade, desde que o crescimento não altere a desigualdade, ou seja, quando toda população auferir os mesmos benefícios do crescimento. Esta elasticidade será sempre negativa. Nesse ponto da metodologia, é necessário dividir a equação (25) por γ , em que se obtém:

$$\delta = \eta + \zeta, \quad (27)$$

onde, $\delta = d\text{Ln}(\theta)/\gamma$ é a elasticidade total da pobreza e $\zeta = \frac{1}{\theta\gamma} \int_0^H \frac{\partial P}{\partial x} x(p) d\text{Ln}(L'(p)) dp$ mensura o efeito da redução da pobreza conforme a desigualdade, isso demonstra como as mudanças na pobreza ocorrem em detrimento as variações na desigualdade que são acompanhadas pelo processo de crescimento. Para tanto, o crescimento é pró-pobre se a variação da desigualdade que acompanha o crescimento atenuar a pobreza total, ou seja, o crescimento será pró-pobre se a elasticidade total da pobreza for superior à elasticidade do crescimento da pobreza.

Após todas essas formulações necessárias, é a vez de inserir a PEGR elaborada por Kakwani, Khandker e Son (2004). A PEGR é a taxa de crescimento γ^* que ocasionará o mesmo nível de redução da pobreza que a taxa de crescimento γ , caso o crescimento não seja acompanhado por nenhuma alteração na desigualdade. Assim sendo, a taxa proporcional real de redução da pobreza é dada por $\delta\gamma$, em que δ corresponde a elasticidade total da pobreza. Então, se o crescimento for distributivamente neutro, a taxa de crescimento γ^* atingirá uma contração proporcional da pobreza equivalente a $\eta\gamma^*$, que necessitaria ser equivalente $\delta\gamma$. Deste modo, a PEGR representada por γ^* será expressa da seguinte maneira:

⁷³ Metodologia derivada de Kakwani (1993).

$$\gamma^* = (\delta/\eta)\gamma = \emptyset \gamma, \quad (28)$$

em que $\emptyset = \delta/\eta$ é o índice de crescimento pró-pobre elaborado por Kakwani e Pernia (2000), este índice foi discutido na seção anterior. A equação (28) sugere que o crescimento é pró-pobre se γ^* for maior que γ , o contrário também é válido. Caso γ^* varie entre 0 e γ , o crescimento é acompanhado por uma crescente desigualdade, porém haverá uma queda na pobreza. Esse cenário pode ser descrito como um processo lento, dado que os pobres auferem proporcionalmente menos benefícios do crescimento em relação aos não pobres.

A taxa de crescimento da renda (bem-estar) positiva pode acarretar uma elevação dos níveis de pobreza, quando γ^* é negativa. Esse contexto ocorre quando a desigualdade cresce tanto que o benefício do crescimento da renda (bem-estar) é mais do que recompensado pelo efeito adverso da elevação da desigualdade.

Quando a taxa de crescimento da renda (bem-estar) for negativa, normalmente a pobreza tende a aumentar. Contudo, nesse cenário os pobres podem ser menos prejudicados em comparação com os não pobres. Caso $\gamma < \gamma^* < 0$, os indivíduos pobres são afetados proporcionalmente menos do que os não pobres. Por outro lado, se $\gamma^* < \gamma < 0$, os pobres são prejudicados proporcionalmente mais do que os não pobres.

Em suma, Kakwani, Khandker e Son (2004) propuseram verificar se o crescimento é pró-pobre calculando “taxas de crescimento equivalentes para a pobreza” ao invés de utilizar apenas as taxas frequentes de crescimento da renda média. Da mesma forma que nas medidas sugeridas anteriormente, nesta análise será utilizado o indicador de bem-estar multidimensional apresentado em substituição às medidas de pobreza e desigualdade unidimensional.

4.7 DECOMPOSIÇÃO DE SHAPLEY

Após a obtenção dos índices de crescimento pró-pobre foi realizada uma decomposição da variação da pobreza entre crescimento e redistribuição. Os procedimentos de decomposição são utilizados em vários campos da economia para quantificar e analisar os efeitos de diversos aspectos causais. Conforme Shorrocks (2013), o uso dos estudos de decomposição é particularmente expandido nos temas como pobreza e desigualdade. A família de índice FGT, assim como as medidas multidimensionais de Alkire e Foster são importantes para as medidas de pobreza decomponíveis. Esses índices possibilitam que os níveis de pobreza sejam destinados a subgrupos populacionais, como por exemplo, região,

composição familiar, mercado de trabalho, características demográficas, níveis educacionais, dentro outros (SHORROCKS, 2013).

De acordo com Carneiro, Bagolin e Tai (2016), as medidas de decomposição exibem que o nível de pobreza pode se modificar tanto em decorrência de modificações nos rendimentos médios como também de alterações nos níveis de desigualdade. Assim sendo, as medidas de pobreza podem ser delimitadas em dois componentes: crescimento e redistribuição. O fator crescimento é estabelecido por meio de uma alteração no índice de pobreza causada por mudanças nos rendimentos médios (bem-estar médio) que preserva a distribuição inalterável em um nível de referência. De outro modo, o componente de redistribuição diz respeito às modificações na medida de pobreza devido a mudanças na desigualdade, mantendo a renda média inalterada (bem-estar médio) (CARNEIRO; BAGOLIN; TAI, 2016).

A decomposição da variação da pobreza entre crescimento e redistribuição para os grupos selecionados será empregada conforme a metodologia proposta por Shorrocks (2013). O processo metodológico é utilizado tendo como base o valor de Shapley, derivado da Teoria dos Jogos (ARAÚJO, 2007; CARNEIRO; BAGOLIN; TAI, 2016). De acordo com Carneiro, Bagolin e Tai (2016) esta metodologia possibilita obter os desvios dos níveis de pobreza outorgadas por três fatores: rendimento médio *per capita*, desigualdade e linha de pobreza. Na análise multidimensional aqui realizada foram acrescentados ainda o bem-estar multidimensional, desigualdade sob esse indicador e nível de corte k .

Esta decomposição é derivada do clássico problema da teoria dos jogos, em que se leva em consideração a questão de quanto do produto pode ser dividido entre os beneficiários. A resolução deste problema seria o Valor de Shapley, ou seja, atribuiria a cada jogador uma contribuição marginal média de todos os possíveis agentes (ARAÚJO, 2007; SHORROCKS, 2013). Assim sendo, o índice de pobreza pode ser determinado pela seguinte expressão:

$$P(L, \mu, z) \quad (29)$$

em que L é a desigualdade, μ é a renda média (bem-estar) e z é a linha de pobreza (nível de corte k) determinada no estudo.

Considerando uma linha de pobreza fixa, o nível de pobreza em um estabelecido tempo t ($t = 1, 2$) pode ser definido através da expressão $P = (\mu_t, L_t)$. Sendo o componente crescimento denotado por $G = \mu_2/\mu_1 - 1$ e o componente redistribuição por $R = L_2 - L_1$. O quesito principal é a determinação das contribuições do crescimento e da redistribuição na decomposição da pobreza:

$$\Delta P = P(\mu_2, L_2) - P(\mu_1, L_1) = P(\mu_1(1 + G), L_1 + R) - P(\mu_1, L_1) = F(G, R) \quad (30)$$

A média das variações nos fatores crescimento e redistribuição elucidada a variação da pobreza por intermédio da decomposição de Shapley. Por meio da equação (30) é possível observar o efeito do componente crescimento, uma vez que demonstra a variação da renda média (bem-estar médio). Neste caso, a distribuição de renda permanece inalterada. É importante mencionar que além da análise da renda, o presente trabalho também analisará a variação do bem-estar multidimensional.

$$C_G^S = \frac{1}{2} [P(\mu_2, L_1) - P(\mu_1, L_1)] + \frac{1}{2} [P(\mu_2, L_2) - P(\mu_1, L_2)] \quad (31)$$

em que C_G^S representa o efeito do crescimento. Em contrapartida, a equação (32) apresenta o efeito do componente redistribuição, denotado por C_R^S . Através desse efeito, analisa-se a mudança no nível de distribuição de renda (bem-estar), considerando a renda média (bem-estar médio) inalterada.

$$C_R^S = \frac{1}{2} [P(\mu_1, L_2) - P(\mu_1, L_1)] + \frac{1}{2} [P(\mu_2, L_2) - P(\mu_2, L_1)] \quad (32)$$

Demonstradas as expressões do efeito crescimento e redistribuição, a variação total da pobreza é compreendida pela soma dos dois componentes, como demonstra a equação (33).

$$\Delta P = C_G^S + C_R^S \quad (33)$$

Segundo Shorrocks (2013), a vantagem da decomposição de Shapley é a viabilidade de analisar a variação dos fatores no ano base e no ano final em conjunto. Além disso, conforme Araújo (2007), esta decomposição é empregada em qualquer tipo de análise distributiva, independente dos números e dos tipos de fatores estabelecidos na pesquisa. As decomposições de Shapley serão analisadas tanto por meio do indicador da renda como o multidimensional.

A despeito da interpretação dos resultados desses fatores, o sinal negativo para o componente crescimento implica que o aumento da renda média (bem-estar médio) promove uma diminuição da pobreza e o sinal positivo que a redução do rendimento (bem-estar) eleva o nível de pobreza. De forma semelhante, o sinal negativo para o efeito redistribuição indica que a queda da desigualdade de renda (bem-estar) provocará uma redução da pobreza e ao

apresentar o sinal positivo mostra que o agravamento na concentração de renda (bem-estar) implicará em um crescimento da medida de pobreza. Com referência a variação total da pobreza (ΔP), o sinal negativo demonstra que haverá uma queda na pobreza, explicada pela adição dos efeitos dos dois componentes.

Os grupos utilizados⁷⁴ nesta decomposição foram região geográfica (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), sexo (homem e mulher), raça (branca, preta, amarela, parda e indígena), situação censitária (urbana e rural) e setores de atividade econômica (Agrícola, Outras atividades industriais, Indústria de transformação, Construção, Comércio e reparação, Alojamento e alimentação, Transportes, Administração Pública, Educação e saúde, Serviços domésticos, Outros serviços coletivos, Outras atividades e Atividades mal definidas) e serão empregados tanto na decomposição da renda quanto do bem-estar.

Assim sendo, nesta dissertação para atender ao objetivo de analisar os efeitos do crescimento da renda e do bem-estar multidimensional nos índices de pobreza e desigualdade do Brasil no período de 2004-2008 e 2016-2019, serão estimados os índices de crescimento pró-pobre de Ravallion e Chen, Kakwani e Pernia e a PEGR. Estes índices serão aplicados à renda e ao bem-multidimensional para definir se o crescimento é pró-pobre. Por fim, a decomposição permitirá verificar a variação da pobreza entre crescimento e redistribuição nos grupos propostos para a análise. No próximo capítulo serão apresentados os principais resultados e discussões deste estudo.

⁷⁴ A justificativa destes grupos perpassa pelas importantes características que tais grupos apresentam no território brasileiro. Por exemplo, existem grupos que são os mais privilegiados na sociedade, como os homens, indivíduos brancos, regiões Sul e Sudeste, área urbana, enquanto, as mulheres, os negros, região Nordeste enfrentam problemas estruturais que ainda estão presentes no Brasil. Desta maneira, a decomposição possibilita pautar as características e os resultados se torna relevante para as políticas de combate a pobreza e desigualdade entre os grupos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo deste quinto capítulo é apresentar os principais resultados e discussões presentes nesta pesquisa. Assim sendo, o capítulo inicia-se com a análise descritiva da pobreza e desigualdade no Brasil e nos seus respectivos estados. Em seguida, apresentam-se os resultados dos efeitos do crescimento da renda e bem-estar multidimensional no Brasil, destacando os principais pontos da análise. Por último, expõem-se as considerações sobre a decomposição da variação da pobreza entre crescimento e redistribuição para os grupos selecionados.

5.1 ANÁLISE DESCRITIVA DA POBREZA E DESIGUALDADE

A distribuição de renda e a redução da pobreza foram pautas importantes para o desenvolvimento do Brasil na primeira década do século XXI. A dinâmica da economia neste primeiro decênio foi acompanhada pela queda da desigualdade e pela melhora nas condições de vida da população brasileira. Contudo, a partir de 2015 com a crise econômica e política no país o curso dos índices de pobreza e desigualdade é alterado.

Com propósito de verificar o contexto da pobreza e desigualdade do Brasil e dos seus estados nos anos de 2004, 2008, 2016 e 2019 foram realizadas estatísticas descritivas destes índices. A análise descritiva se fundamentou tanto pela renda como pelo bem-estar multidimensional. Sendo assim, a Tabela 3 demonstra os resultados dos indicadores sociais para o país.

Tabela 3 - Indicadores Sociais para o território brasileiro nos anos de 2004, 2008, 2016 e 2019

	2004	2008	2016	2019
P_0	53,18	35,99	23,98	23,05
P_1	26,46	15,68	10,69	10,61
P_2	16,63	9,24	6,73	7,00
H	49,13	38,34	30,33	34,80
A	32,52	31,38	30,41	30,97
M_0	0,159	0,120	0,092	0,108
Gini da renda	0,568	0,542	0,539	0,554
Gini Multidimensional	0,249	0,258	0,278	0,273

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD e PNADC dos anos de 2004, 2008, 2016 e 2019.

Com relação à proporção de pobres por insuficiência de renda (P_0), observa-se que no Brasil houve uma melhora do índice, sobretudo no período de 2004-2008. Nesse período ocorreu uma melhora nos indicadores de pobreza do país, muito em decorrência das políticas

econômicas e sociais introduzidas pelo Governo Lula. Contudo, ao analisar o período de 2016- 2019 nota-se que houve uma redução da proporção de pobres, porém, essa diminuição foi em menor magnitude se comparado aos anos de 2004 e 2008. Vale ressaltar que nos anos recentes da pesquisa o país se encontrava em um momento de baixo dinamismo da economia e uma crise política que culminaram em novas ideias⁷⁵ sobre políticas econômicas e sociais.

A intensidade da pobreza por insuficiência renda (P_1) reduziu entre os anos de 2004 e 2008. Em média, os pobres no ano de 2004 tinha uma renda em 26,46% inferior à renda correspondente a linha de pobreza (R\$ 229,06). Por outro lado, em 2008 a renda era 15,68% inferior à linha de pobreza (R\$ 245,78). Esse contexto também pode ser observado nos anos de 2016 e 2018, pois também houve a diminuição do indicador, considerando linhas de pobreza distintas. Em oposição, no que tange à severidade da pobreza (P_2) percebe-se que houve uma redução apenas no primeiro período de análise. Esse indicador coloca ênfase nas pessoas que estão muito abaixo da linha de pobreza, isto é, os mais pobres dos pobres (NEDER, 2020). Portanto, aponta-se para uma piora da situação dessas pessoas entre 2016 e 2019.

Em referência a proporção de pobres analisada pela ótica multidimensional (H), com base na metodologia de Alkire e Foster (2011), verifica-se que houve uma redução do indicador de 2004 para 2008. Por outro lado, de 2016 para 2019 ocorreu um aumento do índice H . Os valores que mensuram a proporção de indivíduos multidimensionalmente pobres no país são mais elevados que na análise por meio da renda, exceto para 2004. No período recente, mais especificamente no ano de 2019, no Brasil havia 34,80% de indivíduos privados, considerando o nível de corte $k = 2$. Desta maneira, se questiona a análise da pobreza apenas por renda, uma vez que no período de 2016 e 2019 a proporção de pobres pela análise multidimensional foi maior em relação à ótica da renda. Sendo assim, torna-se necessário pautar a atenção para outras dimensões importantes no cotidiano dos indivíduos brasileiros, como: moradia, saneamento básico, escolaridade, entre outros.

No que se refere à intensidade da pobreza multidimensional (A), o índice diminuiu 1,14 p.p de 2004 para 2008, passando de 32,52% para 31,38%. Diferentemente desse período, de 2016 para 2018 esse indicador aumentou 0,56 p.p, uma vez que o índice passou de 30,41% para 30,97%.

Quanto ao índice de pobreza multidimensional (M_0), ele pode ser analisado numa escala que varia entre 0 e 1, de maneira que, quanto mais próximo de 0, menor a pobreza

⁷⁵ Foi introduzido na economia um pacote de medidas liberais como a Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, congelamento de gastos, dentre outras.

multidimensional e quanto mais próximo de 1, maior a condição de pobreza. Esta medida pode ser considerada a mais importante da pobreza multidimensional, ao passo que agrega as duas medidas antecedentes e satisfaz os axiomas do índice de pobreza.

Por meio da Tabela 3, percebe-se que o índice M_0 do ano de 2004 relatou uma pobreza multidimensional de 0,1597 no Brasil para o nível de corte $k = 2$. Em 2008 houve uma queda para 0,1203, manifestando uma redução em termos absolutos de 0,0394. Com referência aos anos correspondentes a PNADC, percebe-se que em 2016 o índice M_0 registrou uma pobreza multidimensional de 0,0922 no país. Em contrapartida, em 2019 o índice aumentou para 0,1080, evidenciando uma elevação absoluta de 0,0158.

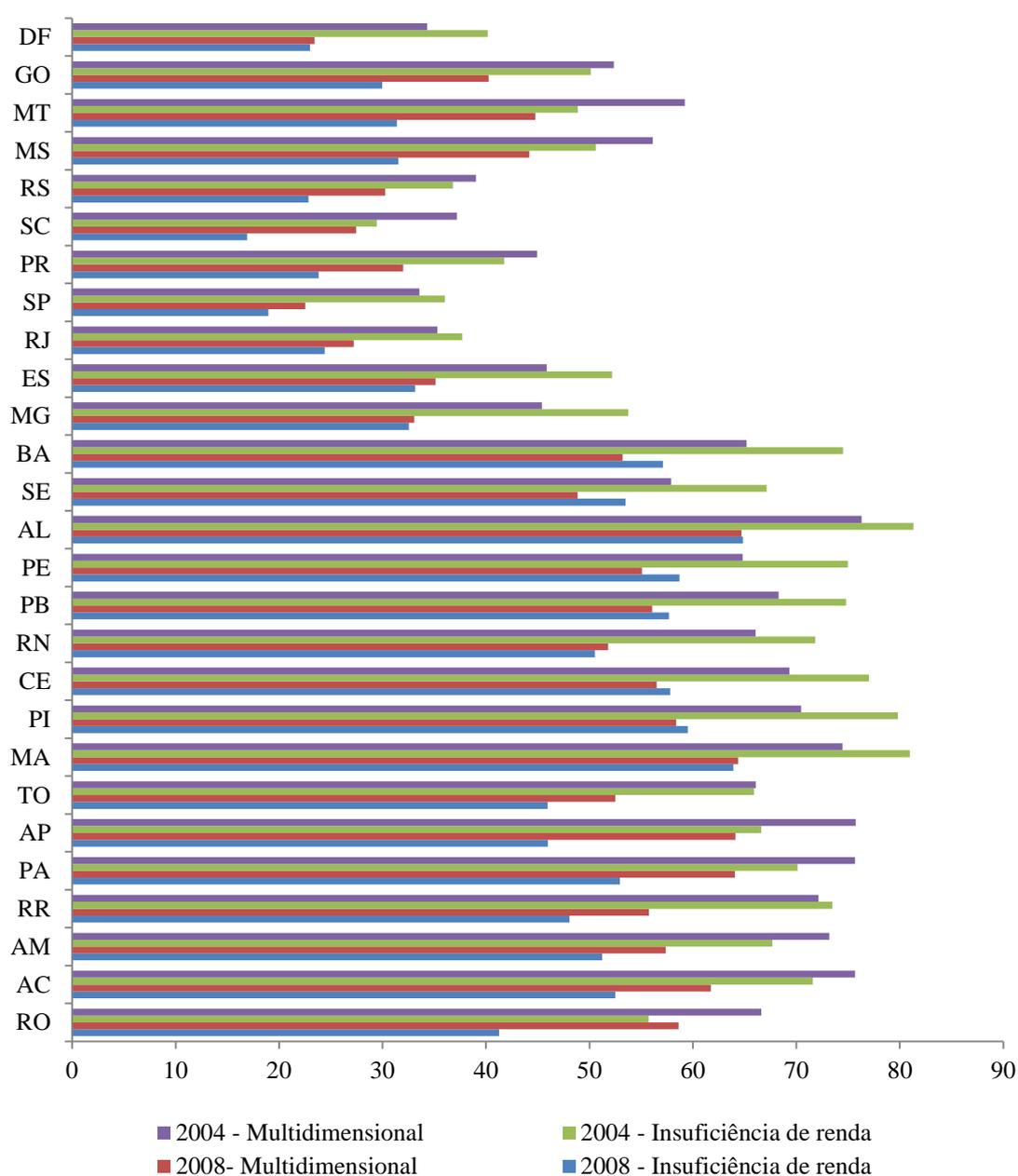
Quanto à desigualdade constata-se que houve uma redução de 4,57% da desigualdade de renda no Brasil em comparação com os anos de 2004 e 2008. Porém, o decréscimo em 2016 foi ainda maior no país, representando um índice no valor de 0,5389. Apesar disso, como já mencionado, a crise que o território brasileiro se deparou após 2015 afetou os indicadores sociais. Por consequência desse contexto, a desigualdade de renda de 2016 para 2019 aumentou em 2,78%, simbolizando um índice de 0,5544 em 2019.

A trajetória da desigualdade multidimensional é diferente da análise da renda. Os índices são mais baixos porque a concentração de privação da população brasileira quanto às variáveis aqui estudadas é menos dispersa que em relação à renda. Na Tabela 3, conclui-se que a desigualdade multidimensional elevou-se em 3,61% no período de 2004-2008. Por outro lado, na análise de 2016-2019 a desigualdade multidimensional reduziu-se em 1,79%. Contudo, destaca-se que os índices de desigualdade multidimensional de 2016 (0,278) e 2019 (0,273) são maiores que nos anos de 2004 (0,249) e 2008 (0,258). Conforme Trovão (2015), a desigualdade multidimensional ainda é um aspecto de destaque na sociedade brasileira, o que induz a concluir que o planejamento para modificar este cenário necessitará do aumento dos investimentos em infraestrutura social.

O Brasil, por ser um país de dimensões continentais, apresenta estados muito diversos entre si, não apenas cultural e social, mas com situações e condições econômicas que destoam um dos outros. Conforme Guimarães Neto (1997) estruturas produtivas, relações de trabalho, condições de vida e outros fatores se apresentam de forma desigual não apenas entre as macrorregiões do país, como também no interior de cada uma destas. Em um território marcado historicamente por desigualdades regionais que geraram impactos na modernização e no desenvolvimento econômico e social do país, o trabalho também se propõe analisar os estados brasileiros, por meio da proporção de pobres e da desigualdade.

A escolha de analisar apenas as proporções de pobres para as unidades federativas do país se justifica por ser um indicador simples e intuitivo para ser analisado. Ademais, é um índice comum na análise da renda e na multidimensional, o que permite a comparação. Assim sendo, no Gráfico 5 serão apresentados os resultados descritivos da proporção de pobres por insuficiência de renda (P_0) e multidimensional (H) para todas as unidades federativas brasileiras nos anos de 2004 e 2008.

Gráfico 5 - Proporção de pobres por insuficiência de renda (P_0) e multidimensional (H) por Unidade de Federação – Brasil (2004 e 2008) (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD dos anos de 2004 e 2008.

Destaca-se que houve uma diminuição da proporção de pobres por insuficiência de renda em todas as unidades federativas do Brasil de 2004 para 2008. Observa-se também que a porcentagem mais elevada da população pobre por meio da renda está localizada nos estados da região Nordeste, com destaque para Alagoas (2004 – 81,33%; 2008 – 64,85%), Maranhão (2004 – 80,97%; 2008 – 63,91%), Piauí (2004 – 79,82%; 2008 – 59,5%), Ceará (2004 – 77,00%; 2008 – 57,81%) e Pernambuco (2004 – 74,98%; 2008 – 58,71%). Com referência aos estados da região Norte, ressalta-se a importante queda deste índice no ano de 2008. As unidades federativas do Sudeste e Sul apresentam os menores números de proporções de pobres no período observado, com destaque para Santa Catarina (2004 – 29,44%; 2008 – 16,92%), São Paulo (2004 – 36,01%; 2008 – 18,95%), Rio Grande do Sul (2004 – 36,81%; 2008 – 22,83%) e Rio de Janeiro (2004 – 37,70%; 2008 – 24,41%). Trajetória semelhante pode ser verificada nos estados do Centro-Oeste, uma vez que evidenciam um baixo índice em 2008, com ênfase para o Distrito Federal (2004 – 40,16%; 2008 – 23,00%).

Com relação à proporção de pobres pela análise multidimensional, verifica-se no Gráfico 5 que os resultados demonstram uma relevante redução do indicador em todos os estados do país. Comparando as unidades federativas, conclui-se que os estados detentores dos maiores índices nos respectivos anos são Alagoas (2004 – 76,32%; 2008 – 64,71%), Amapá (2004 – 75,73%; 2008 – 64,13%), Pará (2004 – 75,66%; 2008 – 64,06%), Acre (2004 – 75,65%; 2008 – 61,75%) e Maranhão (2004 – 74,45%; 2008 – 64,39%). Em contrapartida, Distrito Federal (2004 – 34,32%; 2008 – 23,42%), São Paulo (2004 – 33,55%; 2008 – 22,53%), Rio de Janeiro (2004 – 35,29%; 2008 – 27,21%), Santa Catarina (2004 – 37,17%; 2008 – 27,45%) e Rio Grande do Sul (2004 – 39,04%; 2008 – 30,25%), são os estados com as menores proporções de indivíduos multidimensionalmente pobres. Os estados da região Norte e Nordeste possuem uma quantidade elevada de indivíduos privados, apesar da redução do índice.

Compilando os números da proporção de pobres unidimensional e multidimensional, constata-se que estados como de Alagoas e Maranhão nas duas análises apresentam os maiores resultados deste índice. Ademais, na maioria dos estados a quantidade de indivíduos multidimensionalmente pobres foi maior que pela insuficiência de renda, concluindo-se que os indivíduos estão privados de condições de moradia, educação, saúde, dentre outros. Estes resultados demonstram a importância de estudar a pobreza por meio de uma agregação de dimensões que fazem parte do cotidiano das pessoas (ASSELIN, 2002; CODES, 2008; KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006; SILVA, 2015; SILVA, BRUNO; SILVA, 2020). Desta

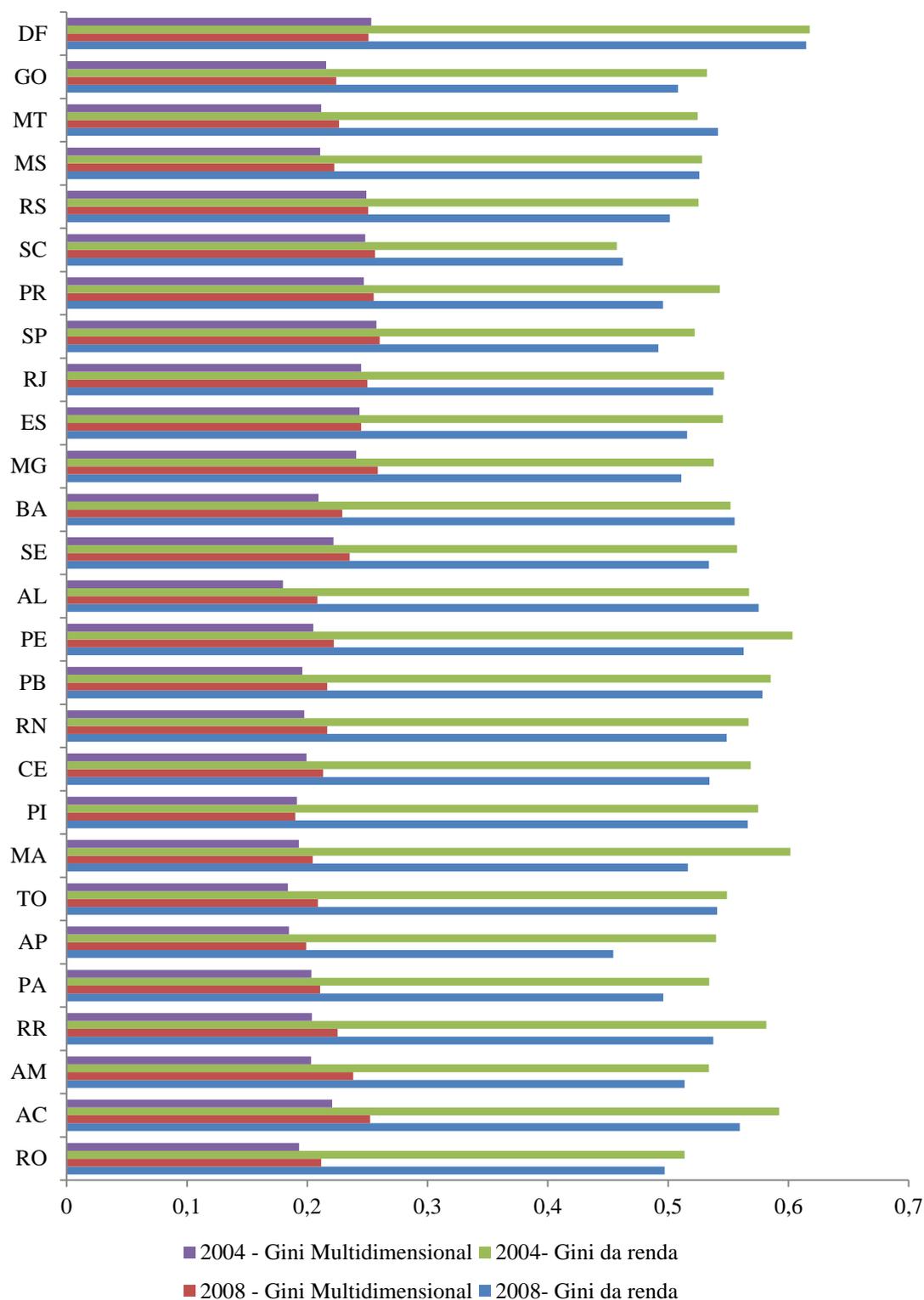
maneira, considera-se importante observar essas localidades com maior atenção, partindo do propósito que se deve formular políticas públicas que reduzam estes problemas, como exposto por Sen (2000). Ou seja, para o autor é importante expandir as liberdades das pessoas para a realização das capacitações, isto é, para que este indivíduo possa ter acesso à saúde, prevenção de doenças, boa educação e ótimas condições de moradia. As liberdades não devem deixar de ser o assunto principal das discussões sobre políticas públicas (SEN, 2000).

A redução da pobreza se deve a diversos aspectos, contudo, é notório que a trajetória da economia brasileira nesse período e a expansão do mercado formal de trabalho apresentaram uma função importante para a diminuição dos índices de pobreza, como mencionado no Capítulo 3. Além disso, é importante mencionar a relevância das políticas de transferência de renda e da política de valorização do salário mínimo nos resultados dos indicadores sociais como a pobreza (CARVALHO, 2018; DEDECCA, 2014; KERSTENETZKY, 2016).

Assim como a pobreza, a desigualdade é um indicador que ainda persiste no processo de trajetória do desenvolvimento capitalista. Como dito no Capítulo 2, a desigualdade é correlata à condição de pobreza, entendida em suas diferentes definições. Entender a sua dinâmica vem a ser importante para idealizar políticas públicas que visem amenizar esse problema.

A expansão do mercado consumidor brasileiro teve papel importante na melhoria da distribuição de rendimentos da sociedade na primeira década do século XXI. O motor de elevação dos gastos do consumo perpassa pelo crescimento do consumo das classes mais inferiores. Esse resultado foi fundamental após o período da crise de 2008, já que a estabilidade dos gastos do consumo dessa classe impediu uma queda mais intensa da demanda agregada (CURADO, 2018). A expansão do consumo, juntamente com o progresso da distribuição da renda, foi preponderante para a trajetória da atividade econômica brasileira no período. Deste modo, no Gráfico 6 será verificado a trajetória da desigualdade de renda e multidimensional nos estados brasileiros nos anos de 2004 e 2008, demonstrando a sua evolução neste período da economia brasileira.

Gráfico 6 – Gini da renda e multidimensional por Unidade da Federação - Brasil (2004 e 2008)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD dos anos de 2004 e 2008.

Por meio do exame do Gráfico 6, percebe-se que maioria dos estados reduziram sua desigualdade de renda na comparação entre os anos de 2004 e 2008, exceto Alagoas (2004-

0,5673; 2008 – 0,5753), Bahia (2004 - 0,5518; 2008 – 0,5553), Santa Catarina (2004 - 0,4573; 2008 – 0,4623) e Mato Grosso (2004 - 0,5247; 2008 – 0,5414). Salienta-se que através do Gráfico 5, verificou-se que o estado de Santa Catarina possuía os menores índices de proporção de pobres entre as unidades federativas. Contudo, ao observar os dados da desigualdade de renda, observa-se um aumento da concentração dos rendimentos no estado catarinense.

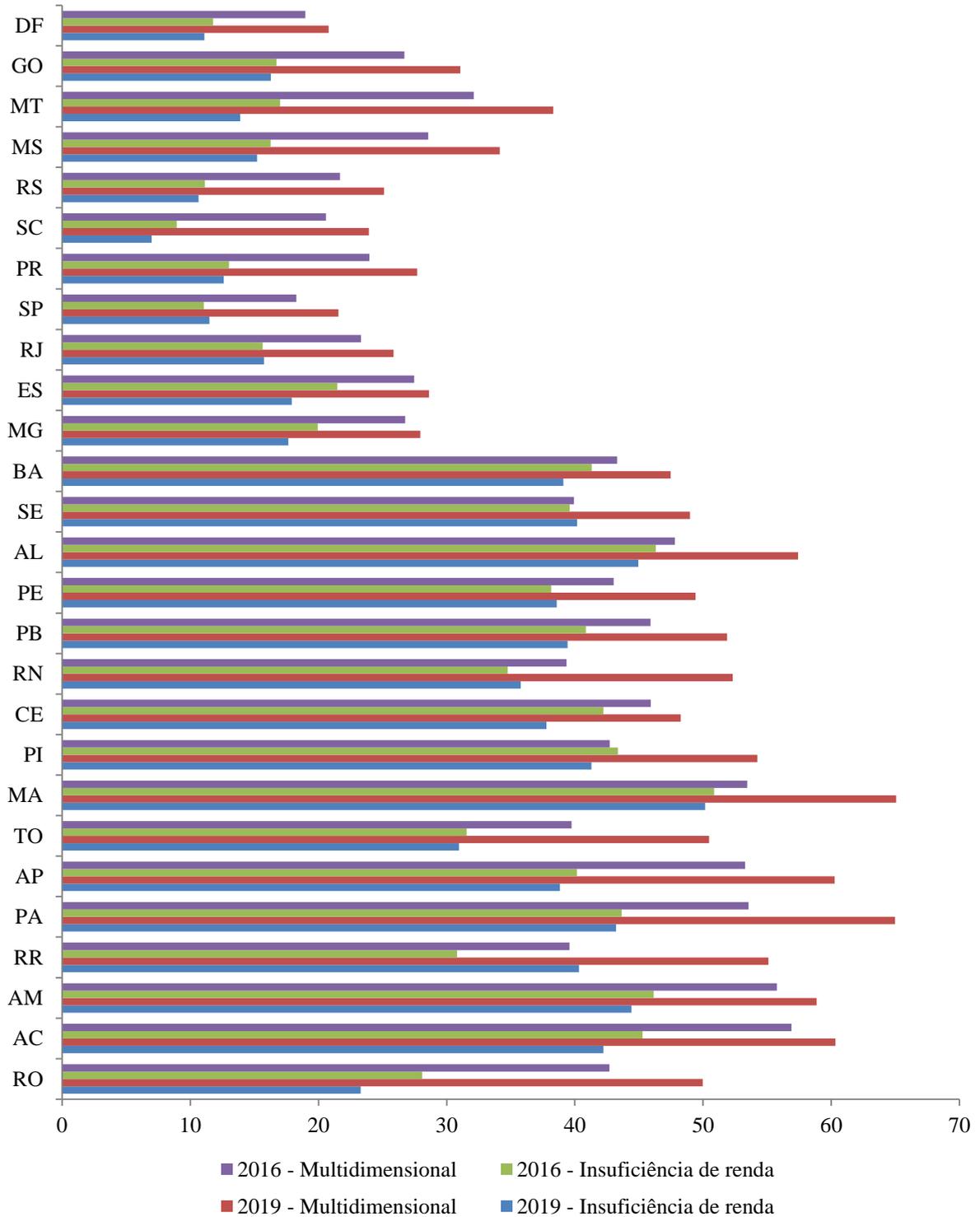
Os estados com maior desigualdade de renda no período analisado são Paraíba (2004 - 0,5853; 2008 – 0,5784), Alagoas, Acre (2004 - 0,5922; 2008 – 0,5596), Mato Grosso e Distrito Federal (2004 – 0,6178; 2008 – 0,6147). A capital brasileira representa o maior índice de desigualdade em comparação com os outros estados, expressando em 2008 um índice equivalente a 0,6147. Em suma, é fundamental destacar que nesse período as desigualdades de renda nas unidades federativas do país reduziram, muito devido às políticas econômicas e sociais impulsionadas pelo governo da época, como exposto no Capítulo 3. Estes resultados reverteram uma trajetória de grande desigualdade de renda no Brasil, que perdurava ao longo de sua história.

Na análise da desigualdade multidimensional dos anos de 2004 e 2008 (Gráfico 6), verifica-se uma elevação em quase todas as unidades federativas, com exceção para os estados do Piauí (2004 – 0,1915; 2008 – 0,1901) e Distrito Federal (2004 – 0,2532; 2008 – 0,251). Mesmo com a alta proporção de pobres no Piauí, essa localidade obteve uma redução na desigualdade multidimensional. Ao comparar a análise da desigualdade renda com a multidimensional, verifica-se que a concentração de renda no país é muito mais elevada, quando comparada à análise que considera outras dimensões importantes para o cotidiano da população. Nos mandatos do Governo Lula, notou-se uma estabilidade econômica em consonância com as contínuas crises do capitalismo, uma consolidação e expansão de programas de transferências de renda em prol da população mais pobre, com destaque para o Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa, Minha Vida⁷⁶ e o acesso à universidades públicas. As consequências desses fatores foram totalmente positivas, sendo significativo para a queda da pobreza e desigualdade no período observado (GUIMARÃES, 2018).

⁷⁶ O Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é uma iniciativa que vislumbra o acesso à casa própria para a população do país. O programa prevê diversas maneiras de atendimento às famílias brasileiras que precisam de moradia, considerando a localização do imóvel (zona urbana e rural, renda da família e o valor do imóvel). Para mais informações: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida>. Acesso em 05 nov. 2020.

No Gráfico 7 e 8, apresenta-se o panorama recente destes indicadores sociais nos estados brasileiros nos anos de 2016 e 2019.

Gráfico 7 - Proporção de pobres por insuficiência de renda (P_0) e multidimensional (H) por Unidade de Federação – Brasil (2016 e 2019) (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC dos anos de 2016 e 2019.

Diferentemente do que demonstrou-se na comparação de 2004 e 2008, na análise de 2016 e 2019, não houve uma redução da proporção de pobres por insuficiência de renda em todas as unidades federativas do país. Estados como Roraima (2016 - 30,81%; 2019 - 40,33%), Rio Grande do Norte (2016 - 34,77%; 2019 - 35,77%), Pernambuco (2016 - 38,16%; 2019 - 38,58%), Rio de Janeiro (2016 - 15,64%; 2019 - 15,74%) e São Paulo (2016 - 11,06%; 2019 - 11,48%) acentuaram as suas populações pobres pela ótica da renda. Também observa-se que os estados com as maiores proporções de pobres foram Maranhão (2016 - 50,87%; 2019 - 50,17%), Alagoas (2016 - 46,31%; 2019 - 44,95%), Amazonas (2016 - 46,15%; 2019 - 44,41%), Acre (2016 - 45,29%; 2019 - 42,23%) e Pará (2016 - 43,65%; 2019 - 43,22%).

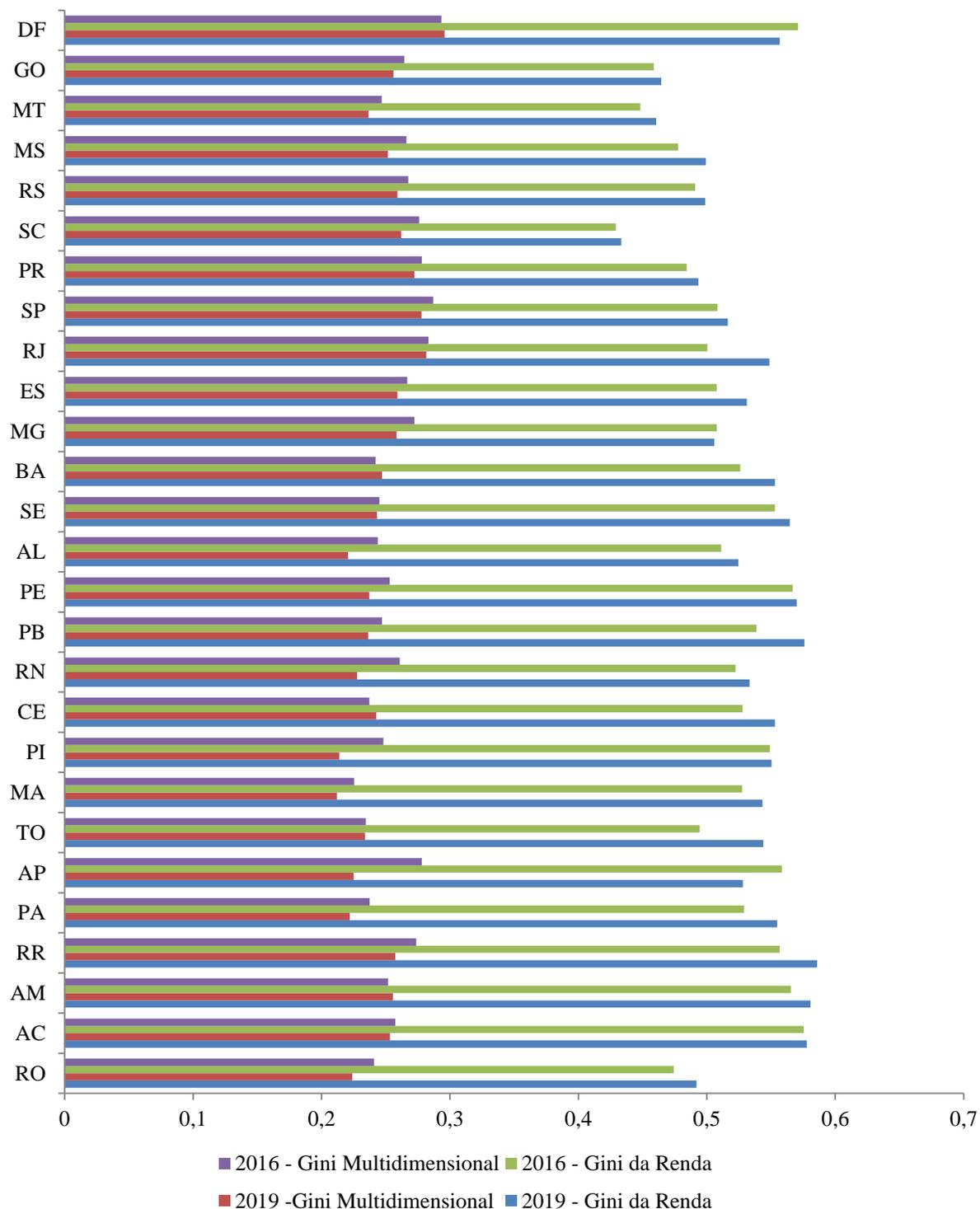
Nota-se que Alagoas e Maranhão que possuíam acentuados índices de proporção de pobres por renda em 2004 e 2008, no período mais recente desta análise ainda continuam apresentando grandes resultados no que se refere ao índice em questão. Contudo, ressalta-se a melhora no estado alagoano e uma preocupação com a proporção de pobres do Maranhão. As unidades federativas como Santa Catarina (2016 - 8,95%; 2019 - 6,98%), Rio Grande do Sul (2016 - 11,13%; 2019 - 10,64%) e Distrito Federal (2016 - 11,78%; 2019 - 11,10%) apresentam os menores índices de proporção de pobres comparados aos outros estados brasileiros.

A proporção de indivíduos multidimensionalmente pobres no período observado cresceu em todos os estados brasileiros, ao contrário da análise da renda (Gráfico 7). Entre as unidades federativas salienta-se a preocupação com os elevados índices dos estados do Maranhão, Pará, Acre e Amapá, sendo respectivamente 65,07%, 64,98%, 60,33% e 60,27% no ano de 2019. Em contrapartida, os menores índices estão localizados nos estados de São Paulo (2016 - 18,26%; 2019 - 21,55%), Distrito Federal (2016 - 18,97%; 2019 - 21,55%), Santa Catarina (2016 - 20,58%; 2019 - 23,93%) e Rio Grande do Sul (2016 - 21,68%; 2019 - 25,1%).

Observa-se que na análise descritiva da proporção de pobres por renda e bem-estar multidimensional, os estados nordestinos são os que mais se destacam pelos seus acentuados índices. As características históricas do Nordeste indicam um atraso em relação às outras regiões brasileiras (LOIOLA, 2003). Ao longo do tempo essa região tem passado por grandes transformações estruturais, indicando uma atenção e relevância nas pautas de políticas econômicas do Governo Federal. Contudo, apesar de todas essas mudanças positivas na localidade, ainda assim, essa região enfrenta elevados níveis de pobreza e desigualdade. Na primeira década do século XXI, o país apresentou uma relevante melhora na concentração de

renda, conforme discutido no Capítulo 3, todavia, os resultados se reverteram, voltando a impactar os brasileiros, como verificado no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Gini da renda e multidimensional por Unidade da Federação - Brasil (2016 e 2019)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC dos anos de 2016 e 2019.

No período 2016-2019, o nível da desigualdade de renda volta a se elevar nos estados brasileiros. Verifica-se que em todas as unidades federativas houve um aumento, exceto em Minas Gerais (2016 - 0,5077; 2019 – 0,5057) e no Distrito Federal (2016 - 0,5711; 2019 – 0,5567). Ademais, percebe-se que os índices de desigualdade de renda das unidades federativas do país estão semelhantes, evidenciando ainda mais a preocupação em torno da concentração de renda do Brasil.

Conforme apontado, a desigualdade é uma característica do território brasileiro desde processo de colonização (HENRIQUE, 1999; HOFFMANN, 2002; MATTOS, INNOCENTINI; BENELLI, 2012) e no século XXI assim como a pobreza, a desigualdade se tornou um grande desafio da sociedade (FREITAS, 2007). Contudo, com os resultados da desigualdade de renda percebe-se que esse problema ainda não foi superado ou amenizado, mesmo com o avanço importante na primeira década do século XXI.

Os resultados dos anos de 2016 e 2019 evidenciam a grande riqueza acumulada em algumas mãos, colocando-se em questionamento a forma de distribuição de renda no território brasileiro. O processo histórico do país evidencia-se a enorme desigualdade na distribuição de renda, cujo encadeamento está enraizado na natureza desigual de acesso as condições econômicas e sociais (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001; GUIMARÃES, 2003). Mesmo com todas as transformações positivas dos índices de pobreza e desigualdade na primeira década do século XXI, o Brasil após 2015 passou a se deparar com a trajetória ascendente desses indicadores, conforme apontado por Cepal (2018, 2019, 2020a), Neri (2019) e Pedroso (2020).

A desigualdade multidimensional reduziu-se nas unidades federativas do país, exceto no Amapá (2016 – 0,2518; 2019 – 0,2555), Ceará (2016 – 0,2372; 2019 – 0,2425), Bahia (2016 – 0,2421; 2019 – 0,2470) e Distrito Federal (2016 – 0,2934; 2019 – 0,2958). Diferentemente da análise da pobreza, os estados da região Sudeste e Sul apresentam elevados níveis de desigualdade multidimensional. Destaca-se o alto índice do Distrito Federal, representando um valor de 0,2958 em 2019. Semelhante aos resultados de 2004 e 2008, no período mais recente abordado neste estudo nota-se que a desigualdade de renda no país é mais alta se comparada à desigualdade multidimensional. Isso não necessariamente aponta para uma boa condição da distribuição. Ao contrário, isso acontece porque as privações multidimensionais estão menos dispersa entre a população brasileira.

A análise descritiva dos dados da pobreza e desigualdade por renda e bem-estar multidimensional para os períodos 2004-2008 e 2016-2018 no país e nos estados demonstraram que no primeiro momento da análise, houve melhora dos índices de pobreza e

desigualdade. Por outro lado, no segundo período se evidenciou um crescimento da proporção de indivíduos multidimensionalmente pobres, enquanto, pelo lado da desigualdade multidimensional houve uma redução em quase todos os estados brasileiros. Diante de toda a magnitude da desigualdade e pobreza no caso brasileiro, é necessária e importante a abrangência de estudos e pesquisas sobre o tema. Estes conteúdos podem colaborar para a eficácia e execução de políticas públicas e sociais no Brasil. A desigualdade se transfigura como um aspecto do problema da distribuição de recursos e das dimensões de bem-estar social excessivamente injusta no território brasileiro

É importante ressaltar que a proporção de indivíduos multidimensionalmente pobres foi superior em relação à análise da renda nos dois períodos, retratando que as pessoas estão privadas a dimensões que fazem parte das suas necessidades básicas como condições de moradia, sanitárias, educação, ocupacionais, dentre outras. Conhecer esses resultados torna-se importante para a verificação dos índices de crescimento pró-pobre, uma vez que contribui para elucidar a importância do crescimento da renda e do bem-estar multidimensional nos números da pobreza e desigualdade do país.

5.2 EFEITOS DO CRESCIMENTO DA RENDA E DO BEM-ESTAR MULTIDIMENSIONAL

Com a finalidade de analisar o Brasil e os seus estados foram gerados os testes de crescimento pró-pobre conforme as metodologias descritas no Capítulo 4, além da decomposição de Shapley. Deste modo, nesta seção serão apresentados os resultados dos efeitos do crescimento da renda e do bem-estar multidimensional para as análises bilaterais de 2004-2008 e 2016-2019.

A decomposição de Shapley foi realizada para os seguintes grupos: região (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), gênero (homem e mulher), raça (branca, preta, amarela, parda e indígena), situação censitária (urbana e rural) e setores de atividade econômica (Agricultura, Outras atividades industriais, Indústria de transformação, Construção, Comércio e reparação, Alojamento e alimentação, Transportes, Administração Pública, Educação e saúde, Serviços domésticos, Outros serviços coletivos, Outras atividades e Atividades mal definidas).

Os resultados apresentados visam contribuir para a temática do crescimento pró-pobre, ao passo que a investigação desse tema também está fundamentada no bem-estar

multidimensional e não foram encontradas pesquisas que abordaram o assunto por meio dessa ótica. Assim sendo, na Tabela 4 evidenciam-se os resultados dos índices de crescimento pró-pobre pela análise da renda para o Brasil e suas unidades federativas em 2004-2008.

Tabela 4 – Índices de crescimento pró-pobre com base na análise da renda para o Brasil e as suas Unidades Federativas em 2004-2008

	Taxa de crescimento da renda (g)	Índice de Ravallion e Chen	Estimativas		PEGR	PEGR - g
			Índice de Ravallion e Chen - g	Índice de Kakwani e Pernia		
Brasil	0,2523	0,2860	0,0337	1,4057	0,3546	0,1024
RO	0,1515	0,1160	-0,0355	1,3900	0,2105	0,0591
AC	0,2639	0,3104	0,0465	1,6175	0,4269	0,1630
AM	0,2301	0,2199	-0,0102	1,3250	0,3049	0,0748
RR	0,6972	0,5812	-0,1160	1,0656	0,7430	0,0458
PA	0,2099	0,2734	0,0635	1,5467	0,3246	0,1147
AP	0,2272	0,4348	0,2076	2,1753	0,4943	0,2671
TO	0,3636	0,2916	-0,0720	1,0780	0,3920	0,0284
MA	0,2355	0,4287	0,1932	2,0330	0,4788	0,2433
PI	0,4397	0,3269	-0,1128	1,2071	0,5308	0,0911
CE	0,3486	0,3620	0,0134	1,4795	0,5157	0,1671
RN	0,3988	0,3456	-0,0532	1,2377	0,4936	0,0948
PB	0,3785	0,3210	-0,0575	1,1732	0,4441	0,0655
PE	0,2210	0,2853	0,0643	1,4704	0,3250	0,1040
AL	0,4389	0,3228	-0,1161	1,1602	0,5092	0,0703
SE	0,1608	0,2074	0,0466	1,5056	0,2421	0,0813
BA	0,3866	0,2743	-0,1122	1,0394	0,4018	0,0152
MG	0,3097	0,2936	-0,0161	1,2743	0,3946	0,0849
ES	0,2244	0,2753	0,0510	1,5716	0,3526	0,1282
RJ	0,1822	0,1987	0,0165	1,2712	0,2316	0,0494
SP	0,2295	0,2638	0,0342	1,4956	0,3433	0,1137
PR	0,1962	0,2779	0,0817	1,7709	0,3475	0,1513
SC	0,2959	0,2088	-0,0871	0,9005	0,2665	-0,0294
RS	0,1987	0,2734	0,0747	1,5105	0,3001	0,1014
MS	0,3404	0,2656	-0,0748	1,1035	0,3756	0,0352
MT	0,3295	0,2225	-0,1070	0,9477	0,3123	-0,0172
GO	0,2601	0,2362	-0,0239	1,3159	0,3422	0,0822
DF	0,3940	0,3409	-0,0531	1,2072	0,4756	0,0816

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD dos anos de 2004 e 2008.

Nota: *Os resultados dos erros padrões das estimativas e os limites inferiores e superiores serão apresentados nos apêndices desta presente dissertação.

Mediante a Tabela 4, nota-se que tanto no Brasil, como nos seus estados, a taxa de crescimento (g) foi positiva na relação de 2004 e 2008. Ou seja, houve um aumento da taxa de crescimento da renda média em todas as unidades federativas, assim como no país. Merece destaque os estados como Roraima (0,6972), Piauí (0,4397), Alagoas (0,4389), Rio Grande do Norte (0,3988), Distrito Federal (0,3940), Bahia (0,3866) e Paraíba (0,3785). Verifica-se que

nos estados da Região Nordeste do Brasil concentram-se as melhores médias da taxa de crescimento da renda.

O primeiro índice a ser analisado é o de Ravallion e Chen. Se o seu resultado for positivo considera-se que a mudança é absolutamente pró-pobre. Desta maneira, observa-se que, no Brasil e em todas as suas unidades federativas os resultados foram positivos, concluindo que o crescimento foi absolutamente pró-pobre no período analisado. A terceira coluna da Tabela 4 representa ainda o índice de Ravallion e Chen (2003), porém esses resultados são a subtração do índice pela taxa de crescimento média (g) de toda a distribuição. Os resultados gerados mostram que, o crescimento da renda entre os pobres foi superior à taxa de crescimento da renda média para o Brasil e para os estados como Acre, Pará, Amapá, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Deste modo, conclui-se que, a participação em renda da população pobre foi positivamente afetada pela mudança distributiva. Os demais estados apresentaram resultados que não beneficiaram a renda dos pobres.

Constata-se por meio do índice de Kakwani e Pernia que o crescimento foi relativamente pró-pobre no Brasil e em praticamente todos os estados do país, exceto em Santa Catarina e Mato Grosso. No caso dos 25 estados brasileiros que apresentaram um crescimento relativamente pró-pobre, a taxa de crescimento (g) foi maior que 0 e o valor do índice foi superior a 1. Por outro lado, Santa Catarina e Mato Grosso, o índice ficou entre 0 e 1, o que implica que o efeito da desigualdade na pobreza (η_I) foi positivo, havendo assim um decréscimo absoluto da pobreza. Neste cenário, a população dos não pobres se beneficia proporcionalmente mais que os pobres. Resultados semelhantes do estado do Mato Grosso podem ser encontrados na pesquisa de Ananias (2015). A autora analisa o crescimento pró-pobre do estado mato-grossense e das suas microrregiões nos anos 2000 e 2010. Utilizando a metodologia de Kakwani e Pernia (2000) e os dados dos Censos Demográficos Brasileiros, a autora encontrou que, o crescimento da renda média favoreceu mais a classe média do que os pobres.

O último teste de crescimento pró-pobre a ser verificado na Tabela 4 é a PEGR, exercício seguido conforme a metodologia de Kakwani, Khandker e Son (2004). Nota-se que a PEGR do Brasil e da maioria dos estados brasileiros, com exceção para o Mato Grosso e Santa Catarina, foram maiores que g . Isso indica que o crescimento foi pró-pobre nessas localidades, ou seja, a PEGR ocasionou o mesmo nível de redução da pobreza que a taxa de crescimento da renda média, sem que esse crescimento fosse acompanhado pela alteração da desigualdade. Em contrapartida, a PEGR de Mato Grosso (0,3123) e Santa Catarina (0,2665)

variaram entre 0 e g . Deste modo, o crescimento da renda nessas duas unidades federativas foi acompanhado por uma crescente desigualdade, mas apesar disso houve redução da pobreza. O cenário do estado mato-grossense e catarinense indica um processo lento, pois os pobres recebem proporcionalmente menos benefícios do crescimento da renda em relação aos não pobres.

Com relação ao PEGR – g , nota-se que no Brasil e nas unidades federativas, exceto Mato Grosso e Santa Catarina, o índice foi maior que 0, concluindo que o crescimento entre os pobres do país e desses estados foram maiores que o crescimento da renda média, ou seja, as participações em renda dos pobres foram positivamente influenciadas pela mudança distributiva. Por outro lado, a renda dos pobres do estado de Mato Grosso e Santa Catarina foram negativamente afetadas pela mudança, dado que a subtração da PEGR e g , resultou em um valor menor que 0. Ou seja, o crescimento da renda entre a população pobre foi menor que o crescimento da renda média. Os testes de crescimento pró-pobre da análise bilateral 2004-2008 demonstram que, o crescimento foi pró-pobre para a maioria dos estados brasileiros e para o país como um todo. Os resultados corroboram com exercícios semelhantes realizados para os estados brasileiros, conforme estudos citados no Capítulo 3, como de Pinto e Oliveira (2010), Santos (2012), Taques (2011), Netto Júnior e Figueiredo (2011) e Godoy e Rodrigues (2017).

Assim como essa pesquisa, o estudo de Harmáček, Syrovátka e Dusková (2017) verifica o crescimento pró-pobre por meio de diferentes operacionalizações, sendo as metodologias de Kakwani e Pernia (2000), Kakwani, Khandker e Son (2004), Son (2004) e Ravallion e Chen (2003). Verificando cinco nações (Burundi, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda) da África Ocidental por meio dos dados do Banco Mundial, os pesquisadores encontraram que na maioria dos casos analisados houve redução da pobreza. Os resultados indicaram que o crescimento da renda nos países da África Ocidental foi positivo e ocasionou uma diminuição dos níveis de pobreza. É importante destacar que não foi possível os autores fixarem um período em sua análise, devido aos dados disponíveis do Banco Mundial.

Na Tabela 5 serão verificados os resultados do crescimento pró-pobre com base na análise da renda para o país e seus estados no período de 2016-2019.

Tabela 5 - Índices de crescimento pró-pobre com base na análise da renda para o Brasil e as suas Unidades Federativas em 2016-2019

	Estimativas					
	Taxa de crescimento da renda (g)	Índice de Ravallion e Chen	Índice de Ravallion e Chen - g	Índice de Kakwani e Pernia	PEGR	PEGR - g
Brasil	0,0516	-0,0438	-0,0954	-0,1093	-0,0056	-0,0572
RO	0,1583	0,0911	-0,0672	0,8707	0,1378	-0,0205
AC	0,0632	-0,0463	-0,1095	1,0041	0,0635	0,0003
AM	0,0348	-0,0622	-0,0970	0,7108	0,0247	-0,0101
RR	-0,1015	-0,4373	-0,3357	3,3754	-0,3427	-0,2412
PA	0,0420	-0,0273	-0,0693	-0,3616	-0,0152	-0,0571
AP	-0,0859	-0,0019	0,0841	0,0203	-0,0017	0,0842
TO	0,1270	-0,0466	-0,1736	-0,0388	-0,0049	-0,1320
MA	0,0020	-0,0892	-0,0912	-14,371	-0,0290	-0,0310
PI	0,0020	-0,0757	-0,0777	-567741	-11446	-114462
CE	0,1284	0,0345	-0,0939	0,5920	0,0760	-0,0524
RN	0,0467	-0,0958	-0,1424	-1,2680	-0,0592	-0,1058
PB	0,0687	-0,1063	-0,1751	0,1570	0,0108	-0,0580
PE	0,0025	-0,0800	-0,0825	-9,7763	-0,0249	-0,0274
AL	-0,0045	-0,0207	-0,0162	1,5734	-0,0071	-0,0026
SE	0,0119	-0,0844	-0,0964	-4,0805	-0,0487	-0,0607
BA	0,0658	-0,0411	-0,1069	0,3956	0,0260	-0,0398
MG	0,0496	0,0270	-0,0226	0,9976	0,0495	-0,0001
ES	0,1613	-0,0519	-0,2132	0,6124	0,0988	-0,0625
RJ	0,1700	-0,0978	-0,2678	-0,4986	-0,0848	-0,2548
SP	0,0026	-0,1127	-0,1153	-41,702	-0,1101	-0,1127
PR	0,0531	-0,0450	-0,0981	-0,4595	-0,0244	-0,0775
SC	0,0942	0,1329	0,0386	0,7053	0,0665	-0,0278
RS	0,0623	0,0113	-0,0511	-0,4643	-0,0289	-0,0913
MS	0,0651	-0,0594	-0,1245	-0,3590	-0,0234	-0,0885
MT	0,1152	-0,0844	-0,1995	0,7428	0,0856	-0,0296
GO	0,0376	-0,0148	-0,0524	-0,5146	-0,0193	-0,0569
DF	0,0187	0,0026	-0,0160	-0,1719	-0,0032	-0,0219

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC dos anos de 2016 e 2019.

Nota: *Os resultados dos erros padrões das estimativas e os limites inferiores e superiores serão apresentados nos apêndices desta presente dissertação.

Verifica-se que, na relação 2016-2019, g foi positiva no Brasil e na maioria dos estados do país, com exceção de Roraima (-0,1015), Amapá (-0,0859) e Alagoas (-0,0045). É interessante ressaltar que na análise de g na relação bilateral 2004-2008, o estado roraimense e alagoano apresentou as melhores médias de taxa de crescimento comparado às outras unidades federativas do território brasileiro. Os resultados desse indicador são importantes para as tomadas de decisão sobre os testes de crescimento pró-pobre, como visto na análise dos resultados da Tabela 4.

Quanto ao índice de Ravallion e Chen, pode ser observado que apenas seis estados brasileiros obtiveram um resultado positivo, sendo Rondônia (0,0911), Ceará (0,0345), Minas Gerais (0,0270), Santa Catarina (0,1329), Rio Grande do Sul (0,0113) e Distrito Federal

(0,0026). Assim sendo, conclui-se que, a mudança foi absolutamente pró-pobre, ou seja, os benefícios absolutos auferidos pela população pobre foram iguais ou superiores em relação aos não pobres. Os demais estados, assim como o Brasil, geraram índices negativos, demonstrando que o crescimento não foi pró-pobre. Pode-se notar que tanto o Brasil como as unidades federativas, exceto Roraima, Amapá e Alagoas, apresentaram taxas de crescimento da renda média positiva. Logo, conclui-se que o crescimento da renda não foi suficiente para reduzir a pobreza nessas localidades. Em referência à subtração do índice de Ravallion e Chen e g , percebe-se que todos os estados brasileiros tiveram resultados negativos, com exceção para Santa Catarina. Isso aponta que o crescimento da renda entre os pobres desses estados foram menores que o crescimento da renda média, isto é, os rendimentos da população pobre foram afetados negativamente pela mudança distributiva.

Com relação ao índice de Kakwani e Pernia, nota-se que o resultado desse indicador foi superior a 1, em três estados: Acre (1,0041), Roraima (3,3754) e Alagoas (1,5734). No Acre o crescimento foi estritamente pró-pobre, dado que o índice foi maior que 1 e a taxa de crescimento da renda foi positiva. Quanto a Roraima e Alagoas, percebe-se que a taxa de crescimento da renda foi negativa e o resultado do índice foi positivo. Deste modo, ocorreu um acréscimo na pobreza, todavia, esta piora na incidência da pobreza é proporcionalmente inferior ao aumento proporcional da pobreza decorrente do efeito crescimento (neste caso negativo), isto é, nesse cenário houve um processo redistributivo em prol das pessoas mais pobres.

O valor do índice de Kakwani e Pernia variou de 0 a 1 nos estados de Rondônia, Amazonas, Ceará, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso. Logo, a interpretação indica que mesmo com essa variação, ainda assim o crescimento da renda reduz a pobreza nessas localidades. No Amapá, a taxa de crescimento da renda foi negativa (-0,0859) e o índice foi menor que 1, isso indica que houve uma elevação da pobreza. Já no Brasil e nas demais unidades federativas (Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal) os resultados do índice de Kakwani e Pernia foram negativos, o que indica que o crescimento da renda não beneficiou a população pobre, ou seja, esse cenário indicou um aumento da pobreza.

Por meio da análise da PEGR, constata-se que, o Acre apresentou um crescimento pró-pobre, uma vez que o valor da PEGR foi menor que g . Os valores da PEGR dos estados de Roraima, Amazonas, Ceará, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso variaram entre 0 e g . Este contexto indica que houve uma redução da pobreza,

contudo, o crescimento da renda foi acompanhado por uma crescente desigualdade. O Brasil e os demais estados elevaram os níveis de pobreza, porém, no Amapá, os pobres foram prejudicados proporcionalmente menos do que os não pobres. Em relação aos resultados da subtração entre a PEGR e g (observado na sexta coluna da Tabela 5), pode-se verificar que, tanto no Brasil como nos estados, com exceção do Acre e do Amapá, os valores foram negativos. Por conseguinte, o crescimento da renda entre os pobres é inferior ao crescimento da renda média. Isso significa que, as participações em renda dos pobres foram negativamente afetadas pela mudança distributiva. Em contrapartida, somente no estado acreano e amapaense que o valor dessa subtração foi maior que 0, concluindo que o crescimento foi relativamente pró-pobre.

Diferentemente de 2004-2008, os resultados das distintas operacionalizações do crescimento pró-pobre de 2016-2019 mostraram que, na maioria dos estados brasileiros o crescimento não foi favorável para a população pobre. É importante mencionar que, mesmo com as taxas de crescimento dos rendimentos médios positivas, os frutos desse crescimento não contribuíram para a redução da pobreza em algumas unidades federativas do país. Desta maneira, não existe garantia de que se as taxas de crescimento da renda forem positivas haverá redução da pobreza e da desigualdade.

Na análise descritiva foi demonstrado que a proporção de pobres por insuficiência de renda no período 2016-2019 cresceu em todos os estados brasileiros, ressaltando que o crescimento da renda não favoreceu a população mais pobre. Isto é, observa-se na Tabela 5, que a taxa de crescimento desta renda foi positiva, mas não houve uma redução da proporção de pobres nas unidades federativas, como analisado no Gráfico 7.

Percebeu-se que a inter-relação entre crescimento da renda e a pobreza transcorrem de formas diferentes nas unidades federativas do território brasileiro, semelhante aos resultados das pesquisas de Godoy e Rodrigues (2017) e Netto Júnior e Figueiredo (2011). Além disso, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul estão entre as que apresentam os melhores índices de crescimento da renda em comparação com as regiões Nordeste e Norte. Todavia, percebe-se por meio dos resultados do crescimento pró-pobre obtidos em 2004-2008 e 2016-2019 nesta presente pesquisa que, está ocorrendo uma melhora na qualidade do crescimento das regiões Norte e Nordeste, corroborando para a condição de vida dos mais pobres, sobretudo no período de 2004-2008.

Em uma nação tão desigual como o Brasil, a análise do bem-estar multidimensional se torna muito importante para o direcionamento das estratégias de políticas públicas. O estudo dos indicadores de desenvolvimento são aspectos fundamentais para o combate a pobreza e

desigualdade, uma vez que por meio das dimensões analisadas podem ser verificadas as que mais privam as famílias dentro da sociedade. Sendo o território brasileiro marcado por uma intensa pobreza e desigualdade enraizadas na sua história, analisar esses indicadores em termos de bem-estar multidimensional pode colaborar para as políticas públicas adotadas para amenizar as estatísticas desses índices. Deste modo, nas tabelas 6 e 7 serão apresentadas as principais conclusões dos índices de crescimento pró-pobre pela ótica do bem-estar multidimensional.

Tabela 6 - Índices de crescimento pró-pobre com base no bem-estar multidimensional para o Brasil e suas Unidades Federativas em 2004-2008

	Estimativas					
	Taxa de crescimento do bem-estar (g)	Índice de Ravallion e Chen	Índice de Ravallion e Chen - g	Índice de Kakwani e Pernia	PEGR	PEGR - g
Brasil	0,1210	0,0807	-0,0403	0,8570	0,1037	-0,0173
RO	0,0896	0,0514	-0,0382	0,8198	0,0735	-0,0161
AC	0,1884	0,1093	-0,0791	0,9614	0,1811	-0,0073
AM	0,2041	0,1145	-0,0896	0,8770	0,1790	-0,0251
RR	0,1880	0,1202	-0,0678	1,0073	0,1894	0,0014
PA	0,1379	0,1091	-0,0288	1,0252	0,1414	0,0035
AP	0,1139	0,0811	-0,0328	0,9609	0,1095	-0,0045
TO	0,1456	0,0818	-0,0638	0,7916	0,1153	-0,0303
MA	0,1221	0,0905	-0,0315	0,9482	0,1157	-0,0063
PI	0,1012	0,0888	-0,0125	1,0064	0,1019	0,0006
CE	0,1340	0,0923	-0,0417	0,9116	0,1221	-0,0118
RN	0,1478	0,0903	-0,0574	0,8258	0,1220	-0,0257
PB	0,1358	0,0817	-0,0541	0,7448	0,1012	-0,0347
PE	0,1051	0,0631	-0,0420	0,7637	0,0802	-0,0248
AL	0,1247	0,0670	-0,0577	0,8507	0,1061	-0,0186
SE	0,0909	0,0547	-0,0363	0,7294	0,0663	-0,0246
BA	0,1327	0,0791	-0,0536	0,7872	0,1044	-0,0282
MG	0,1535	0,0814	-0,0721	0,7608	0,1168	-0,0367
ES	0,1074	0,0834	-0,0240	0,9897	0,1063	-0,0011
RJ	0,0910	0,0628	-0,0282	0,8253	0,0751	-0,0159
SP	0,1297	0,0866	-0,0431	0,9572	0,1242	-0,0055
PR	0,1459	0,0953	-0,0506	0,8785	0,1282	-0,0177
SC	0,1144	0,0747	-0,0397	0,8090	0,0925	-0,0218
RS	0,0905	0,0705	-0,0200	0,9090	0,0823	-0,0082
MS	0,1288	0,0824	-0,0465	0,9048	0,1166	-0,0123
MT	0,1555	0,1028	-0,0527	0,9467	0,1472	-0,0083
GO	0,1157	0,0761	-0,0395	0,8262	0,0956	-0,0201
DF	0,1105	0,0882	-0,0223	0,9339	0,1032	-0,0073

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD dos anos de 2004 e 2008.

Nota: *Os resultados dos erros padrões das estimativas e os limites inferiores e superiores serão apresentados nos apêndices desta presente dissertação.

Antes de iniciar a análise dos indicadores, é importante mencionar que diferentemente da investigação do crescimento pró-pobre baseado na renda, nas tabelas 6 e 7, o g representa a

taxa de crescimento do bem-estar multidimensional. Diante disso, verifica-se que tanto no Brasil como em seus estados, o g foi positivo entre 2004 e 2008.

Com referência ao índice de Ravallion e Chen projetado para a renda, verifica-se que todos os resultados dos recortes foram positivos, indicando que o crescimento do bem-estar multidimensional é absolutamente pró-pobre na relação 2004-2008. Isso indica que os benefícios em termos de bem-estar auferidos pelos pobres foram idênticos ou superiores aos dos não pobres. Consoante à subtração entre o índice de Ravallion e Chen e g , conclui-se que, em todos os estados e o Brasil, o crescimento do bem-estar multidimensional dos pobres foi menor do que o crescimento médio do bem-estar multidimensional, ou seja, as participações da população pobre em termos multidimensionais foram negativamente afetadas pela mudança distributiva.

Segundo os resultados do índice de Kakwani e Pernia, descritos na Tabela 6, observa-se que, Roraima (1,0073), Pará (1,0252) e Piauí (1,0064) obtiveram índices maiores que 1, indicando que o efeito da desigualdade na pobreza (η_i) foi negativo nessas unidades federativas. Isso implica que o crescimento ocasionou uma mudança na distribuição do indicador multidimensional em favor da população pobre. O Brasil e o restante dos estados apresentaram índices que variaram entre 0 e 1, implicando que o η_i é positivo. Nesse cenário, devido ao crescimento do bem-estar multidimensional, ocorreu redução absoluta da pobreza nessas localidades, porém, a população com menor nível de privação se beneficia proporcionalmente mais que a população mais privada.

Com relação à PEGR, observa-se que os valores desse índice foram maiores que os resultados das suas respectivas taxas de crescimento do bem-estar multidimensional nos estados de Roraima (0,1894), Pará (0,1414) e Piauí (0,1019), indicando que o crescimento do bem-estar foi pró-pobre nessas localidades. Por outro lado, a PEGR do Brasil e dos demais estados variou entre 0 e g , o que leva a concluir que esse crescimento foi acompanhado por uma crescente desigualdade, mas ainda assim houve uma redução da pobreza multidimensional. Essa conclusão aponta que os indivíduos multidimensionalmente pobres receberam proporcionalmente menos benefícios do crescimento do bem-estar multidimensional em comparação aos não pobres. Em referência a subtração da PEGR e o g , constata-se que, os resultados positivos encontrados em Roraima, Pará e Piauí demonstram que o crescimento do bem-estar multidimensional entre os pobres foi maior que o crescimento médio do bem-estar multidimensional, mostrando que as participações em termos multidimensionais foram positivamente influenciadas pela mudança distributiva. Em

contrapartida, no restante dos recortes, o aumento de bem-estar multidimensional entre os pobres é menor do que a elevação média deste bem-estar.

Identifica-se que com exceção dos resultados do índice de Ravallion e Chen, as outras formas de operacionalização do crescimento pró-pobre mostraram que, apesar dos frutos do crescimento do bem-estar multidimensional tenham diminuído a pobreza, os não multidimensionalmente pobres se beneficiaram proporcionalmente mais do que os pobres, como verificado nos resultados do índice de Kakwani e Pernia e da PEGR (traçados originalmente para a renda e adaptados neste estudo). É considerável destacar as unidades federativas como Roraima, Pará e Piauí, uma vez que nessas localidades o crescimento do bem-estar multidimensional foi pró-pobre, favorecendo a população mais privada.

Ao comparar os resultados do crescimento pró-pobre do período de 2004-2008 em termos de renda e do bem-estar multidimensional nota-se que, na análise da renda o crescimento favoreceu a população pobre de basicamente todos os estados brasileiros, enquanto pela ótica multidimensional os pobres não se beneficiaram com os frutos do crescimento do bem-estar multidimensional, mesmo com a redução dos níveis de pobreza. Na Tabela 7 serão apresentados os resultados para o período de 2016-2019.

Tabela 7 - Índices de crescimento pró-pobre pela análise multidimensional para o Brasil e suas Unidades Federativas em 2016-2019

(continua)

	Estimativas					
	Taxa de crescimento do bem-estar (g)	Índice de Ravallion e Chen	Índice de Ravallion e Chen - g	Índice de Kakwani e Pernia	PEGR	PEGR - g
Brasil	-0,0507	-0,0463	0,0044	1,2136	-0,0615	-0,0108
RO	-0,0757	-0,0482	0,0275	0,8179	-0,0619	0,0138
AC	-0,0306	-0,0214	0,0092	1,1824	-0,0361	-0,0056
AM	-0,0402	-0,0518	-0,0116	1,0836	-0,0435	-0,0034
RR	-0,1578	-0,1653	-0,0075	0,8610	-0,1358	0,0219
PA	-0,1131	-0,1011	0,0120	1,0983	-0,1243	-0,0111
AP	-0,1092	-0,0227	0,0865	0,7393	-0,0797	0,0296
TO	-0,0828	-0,0897	-0,0069	1,2450	-0,1031	-0,0203
MA	-0,1021	-0,0894	0,0127	1,1953	-0,1220	-0,0199
PI	-0,1321	-0,0875	0,0446	0,7557	-0,0999	0,0323
CE	-0,0224	-0,0401	-0,0177	0,9878	-0,0222	0,0003
RN	-0,1448	-0,1101	0,0347	0,8434	-0,1221	0,0227
PB	-0,0661	-0,0519	0,0142	0,7666	-0,0507	0,0154
PE	-0,0716	-0,0455	0,0261	0,7970	-0,0571	0,0145
AL	-0,1083	-0,0782	0,0301	0,9316	-0,1009	0,0074
SE	-0,0869	-0,1035	-0,0166	0,9904	-0,0861	0,0008
BA	-0,0286	-0,0382	-0,0096	2,7016	-0,0774	-0,0487
MG	-0,0308	-0,0074	0,0235	0,3690	-0,0114	0,0195

Tabela 7 - Índices de crescimento pró-pobre pela análise multidimensional para o Brasil e suas Unidades Federativas em 2016-2019

(conclusão)

	Estimativas					
	Taxa de crescimento do bem-estar (g)	Índice de Ravallion e Chen	Índice de Ravallion e Chen - g	Índice de Kakwani e Pernia	PEGR	PEGR - g
ES	-0,0294	-0,0191	0,0103	0,7731	-0,0227	0,0067
RJ	-0,0267	-0,0201	0,0066	2,1477	-0,0574	-0,0307
SP	-0,0437	-0,0313	0,0124	0,9035	-0,0395	0,0042
PR	-0,0460	-0,0325	0,0136	1,0207	-0,0470	-0,0010
SC	-0,0549	-0,0191	0,0358	0,8908	-0,0489	0,0060
RS	-0,0507	-0,0274	0,0234	1,0442	-0,0530	-0,0022
MS	-0,0794	-0,0561	0,0233	0,7552	-0,0600	0,0194
MT	-0,0654	-0,0454	0,0200	0,7118	-0,0465	0,0188
GO	-0,0639	-0,0510	0,0129	0,5502	-0,0351	0,0287
DF	-0,0126	-0,0551	0,0075	3,1619	-0,0399	-0,0273

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC dos anos de 2016 e 2019.

Nota: *Os resultados dos erros padrões das estimativas e os limites inferiores e superiores serão apresentados nos apêndices desta presente dissertação.

Os resultados da taxa de crescimento do bem-estar multidimensional no período entre 2016 e 2019 demonstram que todas as unidades federativas, assim como o Brasil, apresentaram uma taxa de crescimento negativa. Esses resultados se diferem do período de 2004-2008, uma vez que g foram positivas para todos os estados brasileiros.

De acordo com os valores do índice de Ravallion e Chen, nota-se que, em todos os estados e também o Brasil, o índice gerado foi negativo, concluindo que a mudança distributiva foi absolutamente anti-pobre, ou seja, o crescimento do bem-estar não foi favorável aos indivíduos multidimensionalmente pobres. Com relação à subtração do índice de Ravallion e Chen com g , verifica-se que, com exceção dos estados do Amazonas, Roraima, Tocantins, Ceará, Sergipe e Bahia, o crescimento do bem-estar multidimensional dos pobres dos demais estados e do Brasil foram inferiores ao crescimento médio do bem-estar multidimensional de toda a distribuição. Esse cenário indica que as participações em termos multidimensionais dos pobres foram positivamente afetadas pela mudança distributiva. Por outro lado, os resultados dos estados de Amazonas, Roraima, Tocantins, Ceará, Sergipe e Bahia indicam que as participações em termos multidimensionais dos indivíduos pobres dessas localidades foram negativamente afetadas pelas modificações na distribuição do bem-estar.

Ao analisar o índice de Kakwani e Pernia da Tabela 7, é relevante ressaltar mais uma vez que as taxas de crescimento do bem-estar multidimensional (g) foram negativas para todos os estados e para o Brasil. Unidades Federativas como Acre, Amazonas, Pará,

Tocantins, Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Distrito Federal e o Brasil como um todo, apresentaram resultados do índice maiores que 1. Diante disso, ocorreu aumento da pobreza, mas essa piora foi proporcionalmente menor ao aumento proporcional da pobreza decorrente do crescimento do bem-estar multidimensional (neste caso negativo), ou seja, a taxa de crescimento do bem-estar negativa levou a um processo redistributivo em prol das pessoas na cauda inferior da distribuição do bem-estar. Nos demais estados o índice foi menor que 1, o que indica que a taxa de crescimento do bem-estar negativa resultou em uma piora na pobreza proporcionalmente superior a elevação proporcional da pobreza derivado do efeito do crescimento, isto é, esse cenário levou a um processo de piora na concentração de bem-estar, sendo os pobres afetados duplamente, pela contração do bem-estar multidimensional e pela piora na desigualdade.

Percebe-se que todos os valores da PEGR foram negativos para o Brasil e os seus respectivos estados, assim como a taxa de crescimento desses recortes. Este cenário indica que houve uma elevação na incidência da pobreza multidimensional. O resultado da redução desse índice com g demonstrou que, no Brasil e nos estados como o Acre, Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, o aumento do bem-estar multidimensional entre os pobres é inferior do que a elevação do bem-estar multidimensional médio. Isso revela que as participações em termos multidimensionais da população pobre foram influenciadas negativamente pela mudança distributiva. Nos outros estados o crescimento do bem-estar multidimensional entre as pessoas pobres é menor que o aumento do bem-estar médio, indicando que as participações em termos multidimensionais dos pobres dessas localidades foram afetadas positivamente pela mudança na distribuição.

Os resultados das distintas maneiras de operacionalização do crescimento pró-pobre pela ótica multidimensional em 2016-2019, exibiram que, praticamente todos os estados brasileiros o crescimento do bem-estar multidimensional não foi pró-pobre, assim como o Brasil. A investigação do crescimento em favor aos pobres por meio da renda é recorrente na literatura econômica. Essa metodologia não é muito usada para a mensuração dos frutos do crescimento na pobreza multidimensional. As evidências empíricas mostram que, as pluralidades das pesquisas utilizam a renda para verificar os efeitos do crescimento. Desenvolvida uma averiguação dos estudos que relaciona a pobreza multidimensional com o crescimento, o estudo de Moraes (2020) é o que mais aproxima dessa associação, apesar de não utilizar as metodologias propostas nesta presente dissertação.

Moraes (2020) mensurou um Índice de Pobreza Multidimensional Municipal (IPM-M) para as cidades brasileiras com os dados dos Censos de 2000 e 2010. Após o cálculo do IPM-

M, a autora analisou como esse índice se comportava, na média, em função do crescimento econômico e da desigualdade de renda. Por meio dos testes econométricos foram mensuradas as elasticidades crescimento-pobreza e desigualdade-pobreza. Compilando os resultados encontrados pela autora, verificou-se que, em todas as situações existe sempre uma elasticidade desigualdade-pobreza positiva e uma elasticidade crescimento-pobreza negativa. Além disso, os pobres foram menos favorecidos pela elevação da renda, indicando que o aumento dos rendimentos no período não se configurou em um crescimento pró-pobre. Os resultados comprovaram que o aumento da renda afeta de maneira distinta os índices de pobreza unidimensional e multidimensional.

Apesar do enfoque de Morais (2020) ser diferente do proposto desta dissertação, é importante discutir o estudo da autora para elucidar que na literatura está ocorrendo esforços para analisar o crescimento pró-pobre em termos multidimensionais. E a evolução desta temática é uma contribuição para a literatura econômica, uma vez que não existem estudos semelhantes com o desenvolvido nesta pesquisa.

Como se verificou por meio dos resultados da ótica multidimensional para as análises bilaterais de 2004-2008 e 2016-2019, o aumento do bem-estar multidimensional não se configurou em um crescimento pró-pobre para a população em geral. Ainda assim, percebe-se que a situação do primeiro período foi menos ruim do que em comparação ao segundo momento da análise. Estes resultados podem ser explicados por meio de alguns aspectos já mencionados nesta pesquisa. Como se verificou na análise descritiva, a proporção de indivíduos multidimensionalmente pobres em 2004-2008 sofreu queda em todos os estados, enquanto para 2016-2018, ocorreu um crescimento deste índice em todas as unidades federativas do território brasileiro.

O segundo cenário apresenta um cenário de crise econômica e mudanças no rumo das políticas econômicas do país. Como mencionado no Capítulo 3, foram introduzidas na economia algumas reformas com expectativas de crescimento da economia e melhoria nos indicadores do mercado de trabalho, como por exemplo, o desemprego. Para tanto, o desemprego atingiu 12,9 milhões de pessoas em 2019 (IBGE, 2020) e a renda da população brasileira sofreu uma queda comparada aos outros anos (NERI, 2019). A piora nos indicadores de renda e do mercado de trabalho afeta negativamente o indicador de bem-estar multidimensional, explicando o não favorecimento do crescimento do bem-estar multidimensional para a população mais pobre no período 2016-2019.

Assim sendo, é necessário pautar as atenções para esse conjunto de dimensões (moradia, saúde, educação) que figuram como requisitos para um indivíduo possa atingir uma

vida digna na sociedade. Para isso é necessário idealizar políticas públicas que procuram alcançar maneiras eficientes e eficazes para o combate a pobreza e desigualdade em termos multidimensionais. Na próxima seção serão apresentadas as principais conclusões sobre a variação da pobreza entre crescimento e redistribuição nos períodos observados, demonstrando os resultados pela análise da renda e do bem-estar multidimensional.

5.3 DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DA POBREZA ENTRE CRESCIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO

A variação da pobreza é compreendida por meio da média das mudanças nos componentes crescimento (C_G^S) e redistribuição (C_R^S). O fator crescimento indica a variação do rendimento médio (bem-estar médio) quando não se altera a distribuição de renda (bem-estar). Por outro lado, o componente redistribuição demonstra uma mudança na distribuição de renda (bem-estar) quando o rendimento médio (bem-estar médio) permanece inalterado.

Com referência a interpretação, o sinal negativo para o fator crescimento implica que a elevação da renda média (bem-estar médio) promove uma redução da pobreza e o sinal positivo que a queda do rendimento (bem-estar) aumenta o nível de pobreza. De forma semelhante, o sinal negativo para o efeito redistribuição indica que a diminuição da desigualdade de renda (bem-estar) provocará uma queda da pobreza e ao apresentar o sinal positivo mostra que o agravamento na concentração de renda (bem-estar) implicará em uma elevação da medida de pobreza. Com relação a variação total da pobreza (ΔP), o sinal negativo demonstra que haverá uma diminuição na pobreza, justificada pela soma dos efeitos dos dois componentes.

Existe uma vasta literatura nacional e internacional sobre os estudos de decomposição da variação da pobreza. No território brasileiro, diversas pesquisas sobre a decomposição da variação da pobreza indicam o efeito crescimento como o principal determinante para a explicação do comportamento da pobreza, como demonstrado nas pesquisas de Carneiro, Bagolin e Tai (2016), Marinho e Soares (2003), Santos e Vieira (2016), Araújo (2007) e Helfand, Rocha e Vinhais (2009). Contudo, existe uma parcela de autores que elucidam que a desigualdade seria o principal macrodeterminante da pobreza (ANNEGUES *et al.*, 2015; ARAÚJO; MARINHO; CAMPÊLO, 2017; SOUZA *et al.*, 2017).

O acirramento da pobreza e desigualdade é decorrência do processo capitalista, e para o combate desses indicadores são necessárias estratégias que visem à melhoria da redistribuição de renda e do bem-estar multidimensional do país. Feito essas considerações,

na Tabela 8, serão apresentados os dados da decomposição da variação da pobreza entre crescimento e redistribuição no período de 2004-2008 para os grupos estabelecidos nesta presente pesquisa.

Tabela 8 - Decomposição da variação da pobreza por insuficiência de renda e multidimensional entre crescimento da renda, do bem-estar e redistribuição no período de 2004-2008

Decomposição de Shapley						
Grupos	Insuficiência de renda			Multidimensional		
	C_G^S	C_R^S	ΔP	C_G^S	C_R^S	ΔP
Região						
Norte	-0,0956	-0,0373	-0,1329	-0,1286	0,0122	-0,1164
Nordeste	-0,1140	-0,0258	-0,1398	-0,1204	0,0320	-0,0884
Sudeste	-0,0889	-0,0395	-0,1284	-0,1124	0,0063	-0,1061
Sul	-0,0743	-0,0365	-0,1108	-0,1144	0,0100	-0,1044
Centro-Oeste	-0,1298	-0,0152	-0,145	-0,1250	0,0053	-0,1197
Sexo						
Homem	-0,0960	-0,0370	-0,133	-0,1092	0,0082	-0,101
Mulher	-0,0917	-0,0354	-0,1271	-0,1204	0,0206	-0,0998
Raça/cor						
Branca	-0,0823	-0,0288	-0,1111	-0,1130	0,0154	-0,0976
Preta	-0,1389	-0,0291	-0,168	-0,1386	0,0177	-0,1209
Amarela	0,0099	-0,0352	-0,0253	-0,0150	-0,0239	-0,0389
Parda	-0,1331	-0,0285	-0,1616	-0,1397	0,0278	-0,1119
Indígena	-0,1087	-0,0146	-0,1233	-0,0842	0,0026	-0,0816
Situação Censitária						
Urbana	-0,0932	-0,0360	-0,1292	-0,1165	0,0091	-0,1074
Rural	-0,1001	-0,0235	-0,1236	-0,1049	0,0370	-0,0679
Setor de Atividade						
Agrícola	-0,1185	-0,0189	-0,1374	-0,1494	0,0564	-0,093
Outras atividades industriais	-0,0733	-0,0194	-0,0927	-0,0462	-0,0016	-0,0478
Indústria de transformação	-0,0768	-0,0343	-0,1111	-0,0600	0,0029	-0,0571
Construção	-0,1483	-0,0131	-0,1614	-0,1254	0,0223	-0,1031
Comércio e reparação	-0,0854	-0,0351	-0,1205	-0,0766	-0,0070	-0,0836
Alojamento e alimentação	-0,0835	-0,0696	-0,1531	-0,1011	0,0166	-0,0845
Transportes	-0,0428	-0,0632	-0,106	-0,0614	-0,0047	-0,0661
Administração pública	-0,0638	-0,0185	-0,0823	-0,0383	-0,0106	-0,0489
Educação e saúde	-0,0458	-0,0205	-0,0663	-0,0287	-0,0115	-0,0402
Serviços domésticos	-0,1672	0,0013	-0,1659	-0,1257	0,0369	-0,0888
Outros serviços coletivos	-0,0946	-0,0417	-0,1363	-0,0807	-0,0109	-0,0916
Outras atividades	-0,0375	-0,0409	-0,0784	-0,0312	-0,0011	-0,0323
Atividades mal definidas	-0,1382	0,0362	-0,102	-0,0738	-0,0388	-0,1126

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD dos anos de 2004 e 2008.

Nota: *Os resultados dos erros padrões das estimativas e os limites inferiores e superiores serão apresentados nos apêndices desta presente dissertação.

De acordo com a Tabela 8, nota-se que, pela análise por insuficiência de renda, os componentes crescimento e redistribuição foram importantes para a variação da pobreza em todas as regiões brasileiras. Em referência aos componentes, averigua-se que, no caso da região Centro-Oeste, o crescimento dos rendimentos foi responsável pela queda de,

aproximadamente, 13% da pobreza nessa localidade. Os resultados dos efeitos da desigualdade para essa região fortalecem o efeito crescimento da renda, em menor proporção, sendo aproximadamente, 1,52%. Contudo, atentando para a redução da variação total da pobreza em -0,0145, o aumento da renda (fator crescimento) foi responsável por 89,5% desse resultado. Ao considerar a região Nordeste, verifica-se que a pobreza variou em, aproximadamente, -13,98%. Dessa totalidade, a elevação da renda colaborou com 72% e a queda da desigualdade com 28%.

Os resultados são coerentes com os encontrados por Santos e Vieira (2016), uma vez que ao estudarem a região Nordeste do Brasil para o período 2003-2012, empregando os dados da PNAD, os autores concluíram que, na análise da proporção de pobres, o crescimento da renda foi o fator mais determinante para a variação da pobreza, sendo responsável por aproximadamente, 82% da variação total. O fator redistribuição somente reforçou os efeitos dos resultados do crescimento, em uma menor magnitude.

Os dados da análise multidimensional (TABELA 8) para as regiões mostraram que, o componente crescimento do bem-estar foi determinante para a redução da pobreza multidimensional nessas localidades. Destaca-se a região Norte, em que a elevação do bem-estar colaborou em, aproximadamente, 12,86% para a redução da pobreza. Por outro lado, o fator redistribuição contribuiu negativamente em, aproximadamente 3,2% para o aumento da proporção de pobres. Além disso, o fato da desigualdade já ser menor em termos multidimensionais e bem baixa neste período colabora para esse cenário. Desta maneira, percebe-se que o componente crescimento foi o principal determinante na variação dos níveis de pobreza multidimensional.

Os resultados da decomposição da variação da pobreza por meio da insuficiência de renda para homens e mulheres mostram que, o componente crescimento e redistribuição foram igualmente importantes para explicar o comportamento da pobreza. Pela análise multidimensional, nota-se que, o fator crescimento é o principal determinante da variação da pobreza. Mais especificamente, percebe-se que, o aumento do bem-estar multidimensional para os homens e as mulheres contribuiu respectivamente em, aproximadamente, 11% e 12% para a redução da pobreza multidimensional.

No que tange a análise das raças pela questão da insuficiência de renda, verifica-se que, ambos os componentes foram fundamentais para os resultados da pobreza, com exceção para as pessoas declaradas amarelas. Em contrapartida, pela ótica do bem-estar multidimensional o fator crescimento teve maior predominância nos resultados para a explicação do comportamento da pobreza, exceto para os indivíduos amarelos. Pode-se

destacar as pessoas pardas, ao passo que o crescimento do bem-estar multidimensional corroborou em, aproximadamente, 14% para a diminuição da pobreza entre esses indivíduos.

De acordo com a situação censitária, percebe-se que, pela ótica da renda, os dois fatores foram relevantes para a explicação do comportamento da pobreza. Em relação aos componentes, constata-se que, na zona urbana e rural, a elevação da renda foi respectivamente responsável pela diminuição de, aproximadamente, 9% e 10% da proporção de pobres nessas áreas. Pelo lado da desigualdade, verifica-se que, os resultados reforçaram o efeito do crescimento, apesar de menor proporção. Logo, o componente crescimento foi mais determinante para a redução da pobreza por insuficiência de renda. O mesmo acontece pelo lado da análise multidimensional, uma vez que o crescimento do bem-estar teve maior predominância nos resultados da pobreza, embora houvesse elevação da desigualdade multidimensional nessas áreas censitárias.

Pela análise da renda, esses resultados foram semelhantes com os encontrados no estudo de Helfand, Rocha e Vinhais (2009). Os autores estudaram as variações da pobreza nas áreas rurais do Brasil, nos períodos de 1992-1998 e 1998-2005. Na análise de 1992-1998, encontraram que o crescimento dos rendimentos nas áreas rurais do país explicou o comportamento de queda da pobreza rural. Por outro lado, no período de 1998-2005, a redução da desigualdade de renda foi mais determinante para os resultados da pobreza, apesar do crescimento da renda também tenha sido relevante.

Com relação aos setores de atividades, a decomposição da variação da pobreza por meio da insuficiência de renda mostrou que o crescimento dos rendimentos foi o principal determinante para a diminuição da pobreza entre os profissionais desses respectivos setores de atividades. De outra maneira, utilizando o setor de Serviços Domésticos como exemplo, se a redistribuição dos rendimentos tivesse permanecido inalterada entre o período de 2004 e 2008, os níveis de pobreza teriam reduzido (0,1672), em virtude do aumento da renda, o que significa aproximadamente 100% da variação total da pobreza. O reforço do componente da redistribuição foi bastante inferior, ou seja, 0,784% da queda.

Pela análise multidimensional, identifica-se que, ambos os componentes foram determinantes para a redução da pobreza multidimensional para grupamentos como: Outras Atividades Industriais, Comércio e Reparação, Transportes, Educação e Saúde, Outras Atividades, Outros Serviços Coletivos e Atividades Mal Definidas. No restante dos setores, somente o componente crescimento foi o responsável para o comportamento da pobreza.

As decomposições dos grupos analisados para o período 2004-2008 demonstram-que, tanto pela ótica da renda como pela multidimensional, o aumento da renda e do bem-estar

(aspectos do componente crescimento) foi fundamental para a explicação da redução da pobreza. Tais resultados se assemelham com os estudos de Carneiro, Bagolin e Tai (2016), Marinho e Soares (2003), Santos e Vieira (2016), Araújo (2007) e Helfand, Rocha e Vinhais (2009). Para entender as variações na pobreza das mesorregiões do estado de Minas Gerais, no período de 1970 a 2000 e nos seus subperíodos⁷⁷ propostos na pesquisa, a autora Araújo (2007) mostrou que, o aumento da renda foi o determinante para a redução da pobreza no primeiro e último decênio e pela elevação na década intermediária.

Carneiro, Bagolin e Tai (2016) utilizaram os dados da PNAD dos anos de 1995 a 2009 para avaliar os efeitos dos macrodeterminantes na evolução da pobreza nas regiões metropolitanas do país. Considerando a decomposição temporal da pobreza, os autores encontraram que, para todo o período analisado, metade das regiões metropolitanas⁷⁸ o efeito redistribuição teve maior impacto na explicação da pobreza. Em contrapartida, para a outra metade⁷⁹, foi o fator crescimento o mais importante para o comportamento da pobreza.

A economia brasileira em 2016-2019 sofreu com as modificações e consequências da crise econômica e política que se transcorreram ao longo dos anos, como relatado no Capítulo 3. Os efeitos desses fatores atingiram diversos grupos do país, afetando a população mais pobre do universo desses grupamentos. Com intuito de analisar a variação da pobreza entre crescimento e redistribuição nestes grupos, na Tabela 9 serão apresentados os principais resultados sobre esse assunto.

Tabela 9 - Decomposição da variação da pobreza por insuficiência de renda e multidimensional entre crescimento da renda, do bem-estar e redistribuição no período de 2016-2019

(continua)

Decomposição de Shapley						
Grupos	Insuficiência de renda			Multidimensional		
	C_G^S	C_R^S	ΔP	C_G^S	C_R^S	ΔP
Região						
Norte	-0,0141	0,0129	-0,0012	0,0967	-0,0101	0,0866
Nordeste	-0,0143	0,0132	-0,0011	0,0939	-0,0280	0,0659
Sudeste	-0,0074	0,0122	0,0048	0,0356	-0,0102	0,0254
Sul	-0,0080	0,0084	0,0004	0,0479	-0,0131	0,0348
Centro-Oeste	-0,0088	0,0069	-0,0019	0,0698	-0,0257	0,0441
Sexo						
Homem	-0,0094	0,0118	0,0024	0,0488	-0,0038	0,0450
Mulher	-0,0111	0,0116	0,0005	0,0555	-0,0120	0,0435
Raça/cor						

⁷⁷ Araújo (2007) definiu os seguintes subperíodos: 1970-1980; 1980-1991 e 1991-2000.

⁷⁸ Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

⁷⁹ Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Distrito Federal.

Tabela 9 - Decomposição da variação da pobreza por insuficiência de renda e multidimensional entre crescimento da renda, do bem-estar e redistribuição no período de 2016-2019

(conclusão)

Decomposição de Shapley						
Grupos	Insuficiência de renda			Multidimensional		
	C_G^S	C_R^S	ΔP	C_G^S	C_R^S	ΔP
Branca	-0,0071	0,0103	0,0032	0,0368	-0,0017	0,0351
Preta	-0,0118	0,0154	0,0036	0,0714	-0,0257	0,0457
Amarela	-0,0048	0,0636	0,0588	0,0888	-0,0071	0,0817
Parda	-0,0228	0,0164	-0,0064	0,0743	-0,0261	0,0482
Indígena	0,0273	-0,0047	0,0226	0,0757	-0,0169	0,0588
Situação Censitária						
Urbana	-0,0092	0,0119	0,0027	0,0516	-0,0081	0,0435
Rural	-0,0018	0,0065	0,0047	0,0582	-0,0075	0,0507
Setor de Atividade						
Agricultura	-0,0321	0,0141	-0,018	0,0651	-0,0169	0,0482
Indústria em geral	-0,0078	0,0118	0,0040	0,0270	-0,0009	0,0261
Construção	-0,0155	0,0359	0,0204	0,0595	-0,0117	0,0478
Comércio	-0,0076	0,0141	0,0065	0,0326	-0,0037	0,0289
Transportes	0,0040	-0,0076	-0,0036	0,0384	-0,0143	0,0241
Alojamento e alimentação	0,0113	0,0123	0,0236	0,0618	-0,0097	0,0521
Informação e comunicação	0,0028	0,0012	0,0040	0,0129	0,0015	0,0144
Administração pública	-0,0086	0,0035	-0,0051	0,0129	-0,0030	0,0099
Educação, saúde humana	-0,0039	-0,0045	0,0084	0,0125	-0,0043	0,0082
Outros serviços	-0,0060	0,0176	0,0116	0,0313	0,0157	0,0470
Serviços domésticos	-0,0039	0,0238	0,0199	0,0676	-0,0133	0,0543
Atividades mal definidas	-0,1761	0,3379	0,1618	0,0009	0,0844	0,0853

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC dos anos de 2016 e 2019.

Nota: *Os resultados dos erros padrões das estimativas e os limites inferiores e superiores serão apresentados nos apêndices desta presente dissertação.

Pelos resultados da análise por meio da insuficiência de renda, averigua-se que, na região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o componente crescimento foi o principal determinante para redução da pobreza nessas localidades, enquanto na região Sudeste e Sul foi o componente redistribuição que teve maior peso no aumento da pobreza. No caso da região Nordeste, percebe-se que, o aumento da renda foi responsável pela redução de, aproximadamente, 1,43% da pobreza. Em contrapartida, o crescimento da desigualdade de renda nessa região resultou em uma elevação de, 1,32% da pobreza. Todavia, o componente crescimento foi mais representativo nos resultados da variação total da pobreza, sendo que houve uma diminuição de 1,1% dessa mudança nos níveis de pobreza.

Com relação à decomposição da pobreza pela ótica multidimensional, observa-se que, houve uma redução do bem-estar multidimensional (componente crescimento) em todas as regiões brasileiras, sendo determinante para o aumento da pobreza total. Por outro lado, ocorreu uma redução da desigualdade multidimensional (componente redistribuição), mas não

suficiente para atenuar a pobreza. Deste modo, percebe-se que o fator crescimento teve maior influência no comportamento da pobreza multidimensional. Dentre as regiões, destaca-se o aumento da pobreza no Norte do país, em que essa elevação da pobreza multidimensional representou aproximadamente, 8,66%.

Consoante aos resultados dos sexos verifica-se que, pelo lado da insuficiência de renda, o componente crescimento reduziu a pobreza, porém, o fator redistribuição teve maior impacto nos resultados do comportamento da pobreza total. Observa-se que houve um aumento da pobreza para ambos os sexos. Na análise multidimensional os resultados mostram um cenário contrário ao da análise pela insuficiência de renda, ao passo que houve queda da desigualdade multidimensional, contudo, a redução do bem-estar multidimensional obteve maior influência no comportamento da pobreza. Ocorreu elevação da pobreza nas duas análises para os dois sexos, verificando que os homens foram os que mais sofreram com a pobreza em comparação com as mulheres.

Com relação às raças, pode observar que, na análise da renda, houve uma elevação dos rendimentos dos pobres na maioria das raças, exceto para os indígenas. Já a desigualdade de renda, nota-se que, ocorreu um aumento dessa desigualdade, exceto mais uma vez para os indígenas. É relevante mencionar que somente entre as pessoas pardas houve redução da pobreza, sendo o fator crescimento determinante para essa conclusão. Por outro lado, o componente redistribuição foi fundamental para o aumento da variação da pobreza total das outras raças. No caso dos indivíduos pardos, o acréscimo dos rendimentos foi responsável pela diminuição de, aproximadamente, 2,3% da pobreza entre essas pessoas. Mesmo com o aumento da desigualdade (1,64%) entre os pardos, o efeito crescimento prevaleceu nos resultados da variação pobreza total.

Na análise multidimensional, percebe-se que, o componente que mais explica a variação nos níveis de pobreza é o componente crescimento, o qual houve uma elevação do bem-estar multidimensional em todas as raças em estudo. Apesar da redução da desigualdade multidimensional, a pobreza total aumentou-se em todas as raças, sendo o fator crescimento determinante para esse comportamento.

Os resultados da variação da pobreza para a situação censitária mostram que, na análise por renda, o componente redistribuição foi mais importante para explicar o comportamento da pobreza total. Por outro lado, pela ótica do bem-estar multidimensional, o fator crescimento foi determinante para os resultados da pobreza. Observa-se que apesar do crescimento da pobreza se traduzir nas duas áreas censitárias, a área rural é a que mais sofre negativamente com a mudança. Tais resultados se assemelham com o de Oliveira e Jacinto

(2015), ao passo que em sua pesquisa por meio dos dados da PNAD, evidenciaram que o crescimento da renda no período de 1995-2011 se deteriorou para as áreas rurais. Houve uma ampliação da distância entre as áreas urbanas e rurais, no que se refere à qualidade do crescimento da renda.

De acordo com os dados dos setores de atividade por meio da análise de insuficiência de renda, constata-se que, no setor da Agricultura e Administração Pública, o crescimento dos rendimentos entre os pobres desses dois grupamentos de atividade contribuiu para a redução da pobreza. No setor de Transportes também houve uma diminuição nos níveis de pobreza, porém nesse caso, foi à queda da desigualdade de renda que colaborou para os resultados. Por outro lado, os restantes dos setores de atividade em estudo aumentaram a pobreza total, sendo o fator redistribuição determinante para explicar essa conclusão. É interessante mencionar que, no caso do grupamento Educação e saúde humana, mesmo com o aumento da renda dos pobres e a queda da desigualdade, o comportamento da variação da pobreza por insuficiência de renda neste setor foi de elevação.

De acordo com resultados da análise multidimensional dos setores de atividade econômica, identifica-se que, em todos os setores o componente crescimento foi o principal determinante para elucidar o comportamento do nível de pobreza multidimensional, exceto o setor de Atividades mal definidas. Por exemplo, na Agricultura, a queda do bem-estar entre os pobres dessa categoria foi responsável por, aproximadamente, 6,51% da elevação da pobreza total.

Sumarizando os resultados da decomposição para o período de 2016-2019, constata-se que, diferentemente da análise de 2004-2008, a desigualdade de renda (componente redistribuição) foi o principal determinante para o comportamento da pobreza na análise da renda. Pela análise multidimensional, o fator crescimento foi o que teve maior influência dos resultados da pobreza total. As conclusões pela análise da insuficiência de renda são aderentes aos encontrados por Souza *et al.* (2017), Annegues *et al.* (2015), Araújo, Marinho e Campêlo (2017) e Ariza e Retajac (2020) para a análise da renda.

Com o objetivo de verificar se as alterações na pobreza são produto da redistribuição de renda, crescimento econômico ou ambos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2009 por meio da PNAD, os autores Araújo, Marinho e Campêlo (2017) encontraram que, a desigualdade de renda elevou a pobreza de maneira significativa. Deste modo, os autores esclarecem que a acentuada desigualdade e o baixo desenvolvimento nas unidades federativas do país são impedimentos para a diminuição dos níveis de pobreza.

Na literatura internacional, Ariza e Retajac (2020) aplicaram a decomposição da variação da pobreza para as principais cidades da Colômbia no período de 2012-2018. Os resultados da decomposição mostram que, a nível nacional, os componentes de redistribuição levam a um crescimento da pobreza, enquanto os efeitos do crescimento tende a diminuí-la. Considerando as 13 cidades da amostra, observou-se que, o efeito redistribuição é o que mais colabora para a redução da pobreza.

As decomposições da variação da pobreza dos períodos de 2004-2008 e 2016-2019 permitem concluir que, em momentos diferentes da economia, ocorreu-se uma importante diferença entres os resultados da pobreza. No período de 2004-2008, a economia brasileira ostenta elevados índices de crescimento econômico, favorecendo o comportamento da pobreza. Neste período o Governo Federal passou a investir parte do PIB nos programas sociais, tendo como objetivo a redução da pobreza. Deste modo, houve aumento dos níveis de renda e consumo da população do país. Os resultados da decomposição mostram que, o crescimento da renda e do bem-estar foram os principais responsáveis pela queda da pobreza no período, acompanhado também por uma melhora na distribuição de renda.

Por outro lado, em período de crise econômica, como em 2016-2019, a pobreza e desigualdade tendem a se elevar. Como mostrou a análise dos resultados da decomposição de Shapley, em praticamente todos os grupos verificados, houve crescimento da pobreza total (por insuficiência de renda e multidimensional). Em período de crise, os dados elucidaram que, a renda e o bem-estar multidimensional dos pobres tendem a reduzir e a concentração de renda, assim como do bem-estar multidimensional, seguem uma trajetória de crescimento.

A análise do bem-estar multidimensional ultrapassa a esfera do crescimento da economia e das variáveis que podem ser influenciadas por esse crescimento econômico, como por exemplo, a renda, embora não haja garantias de melhorias nos rendimentos. Sendo assim, o desenvolvimento deve ser fundamentado nos aspectos relacionados ao desenvolvimento humano, sem considerar apenas o crescimento da renda. Portanto, o desenvolvimento de uma vida humana somente acontecerá quando as capacitações e as necessidades básicas da sociedade forem satisfeitas.

Os resultados dos indicadores de bem-estar multidimensional verificados nesta pesquisa indicam que, não está ocorrendo um progresso no desenvolvimento humano da sociedade brasileira. É necessário perseguir a melhora na pobreza e desigualdade em termos multidimensionais, de modo a universalizar o acesso à educação, boas condições de moradia, saneamento e boas condições de trabalho. A importância das conclusões sobre os indicadores de bem-estar multidimensional assim como unidimensional, são importantes para a

construção de políticas públicas e sociais que visem o combate aos índices de pobreza e desigualdade e também para que possa expandir o acesso aos serviços básicos para toda população do país.

O crescimento da renda por si só não é suficiente, ou seja, as políticas públicas baseadas exclusivamente na renda não são o bastante. Considerar as múltiplas dimensões do bem-estar, as quais fazem parte do cotidiano da população, proporciona uma visão mais ampla para a elaboração e execução de políticas públicas e sociais que têm em vista a melhoria de vida de todos os brasileiros. Deste modo, o estudo do crescimento do bem-estar multidimensional influencia positivamente a criação de políticas que tencionem a melhora dos indicadores de pobreza e desigualdade, dado a relevância do direcionamento das conclusões.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país em que desigualdade e pobreza são características que persistem desde período colonial. Trata-se de um território desigual, cujas questões históricas fazem parte de um legado de grande injustiça social, o que impede grande parte da sua população de alcançar necessidades mínimas básicas e capacitações que garantam a sua sobrevivência e condições de vida dignas. O início do século XXI trouxe esperanças de que o cenário socioeconômico poderia melhorar, uma vez que na primeira década do século o país apresentou importante melhora na atividade econômica e redução dos indicadores sociais. Contudo, no último decênio deste mesmo século, certifica-se uma tendência de crescimento da desigualdade e pobreza no país. Muitos pesquisadores relatam que os altos índices de pobreza no território brasileiro são derivados da estrutura da desigualdade do país.

A importância de enfrentar a pobreza e desigualdade tem sido pauta relevante para as nações do mundo. A redução desses índices, juntamente com a melhora nas condições de vida da sociedade é importante para estimular o desenvolvimento. Os estudos que discutem os processos de desenvolvimento dos países têm concedido uma dimensão relevante para os efeitos do crescimento da renda nos índices de pobreza e desigualdade nos territórios. Essa preocupação torna-se veemente quando a ótica de estudo é expandida e ao incorporar amplas dimensões que afetam o bem-estar, isto é, a análise multidimensional. A pobreza e a desigualdade são fenômenos complexos, que impedem que as necessidades da sociedade não sejam atendidas da melhor maneira.

Desta forma, este trabalho teve como objetivo analisar os efeitos do crescimento da renda e do bem-estar multidimensional nos índices de pobreza e desigualdade do Brasil nos períodos de 2004-2008 e 2016-2019. Para alcançar esse propósito, foram realizados alguns procedimentos metodológicos para as estimações dos dados da PNAD e PNADC nesta pesquisa. Os índices FGT e de Alkire e Foster foram apresentados para a realização das estatísticas descritivas sobre a pobreza unidimensional e multidimensional, assim como o índice de Gini. Para avaliar os efeitos do crescimento da renda e do bem-estar multidimensional, objetivo central, a pesquisa se baseou no índice de Ravallion e Chen, índice de Kakwani e Pernia e a PEGR. Por fim, foi apresentado a Decomposição de Shapley para verificar a variação da pobreza entre crescimento e redistribuição. Todos estes índices foram adaptados para incorporação da análise do bem-estar multidimensional.

Por meio das análises descritivas observou-se que, no período de 2004-2008 houve uma redução da proporção de pobres tanto por insuficiência de renda quanto pela ótica multidimensional no Brasil. Contudo, verificou-se que a proporção de indivíduos multidimensionalmente pobres no país é mais alta quando comparada aos dados da pobreza por renda. Em referência à desigualdade, percebeu-se que, ocorreu uma diminuição em termos da renda e um aumento pela ótica do bem-estar multidimensional. É pertinente mencionar que diferentemente da análise pela ótica da renda, os índices da desigualdade multidimensional são menores, visto que a concentração de privação das dimensões analisadas é mais igualitária do que em associação à renda.

Com relação aos estados brasileiros, notou-se que as proporções de pobres por renda e pelo bem-estar diminuíram em todas as unidades federativas. Os estados do Nordeste foram os que apresentaram os maiores índices de proporção de pobres por insuficiência de renda, com ênfase para Alagoas, Maranhão e Piauí. Com respeito à ótica multidimensional da pobreza observou-se que Alagoas, Pará, Amapá e Maranhão foram os detentores dos maiores índices na análise de 2004-2008. Conforme os resultados da desigualdade para as unidades federativas do Brasil verificou-se que, na maioria dos estados brasileiros houve redução da desigualdade de renda, exceto para Alagoas, Bahia, Santa Catarina e Mato Grosso. Em contrapartida, na análise da desigualdade multidimensional constatou-se que, houve um crescimento da desigualdade em quase todos os estados, com ressalva para o Piauí e Distrito Federal.

Com referência ao período de 2016-2019, percebeu-se através das estatísticas descritivas sobre a pobreza e desigualdade que houve piora nos índices, ocasionando uma trajetória de crescimento desses índices no país. Em relação às unidades federativas, apurou-se que a proporção de pobres por insuficiência de renda aumentou na maioria das unidades federativas, com exceção para Rondônia, Amapá, Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Distrito Federal. Pela análise multidimensional, a proporção de pobres elevou-se em todos os estados do país. A desigualdade de renda cresceu na maioria dos estados brasileiros, exceto para Minas Gerais e Distrito Federal, por outro lado, os resultados da desigualdade multidimensional mostraram que ocorreu uma queda deste índice em quase todas as unidades federativas, com exceção para o Amapá, Ceará, Bahia e Distrito Federal.

Os testes de crescimento pró-pobre da análise bilateral 2004- 2008 por meio da renda demonstraram que, o crescimento foi pró-pobre para a maioria dos estados brasileiros e para o país como um todo. Diferentemente de 2004-2008, os resultados das distintas operacionalizações do crescimento pró-pobre de 2016-2019 por meio da renda mostraram

que, em boa parte dos estados o crescimento da renda não foi favorável para à população pobre. É importante mencionar que, mesmo com as taxas de crescimento da renda média positiva, os frutos desse crescimento não contribuíram para a redução da pobreza em algumas unidades federativas do país. Desta maneira, não há garantia de que se as taxas de crescimento da renda forem positivas haverá redução da pobreza e desigualdade.

Na análise de 2004-2008 pela ótica multidimensional, identificou-se que com exceção dos resultados do índice de Ravallion e Chen, as outras formas de operacionalização do crescimento pró-pobre mostraram que, apesar dos frutos do crescimento do bem-estar tenham diminuído a pobreza multidimensional, a população pobre não conseguiu adquirir benefícios desse crescimento. De outra maneira, os não multidimensionalmente pobres se beneficiaram proporcionalmente mais do que os pobres, como verificado nos resultados do índice de Kakwani e Pernia e da PEGR.

Os resultados das distintas maneiras de operacionalização do crescimento pró-pobre pela ótica multidimensional em 2016-2019, exibiram que, praticamente todos os estados brasileiros o crescimento do bem-estar multidimensional não foi pró-pobre, assim como o Brasil. Deste modo, verificou-se por meio dos resultados da ótica multidimensional para as análises bilaterais de 2004-2008 e 2016-2019, que o crescimento do bem-estar multidimensional não se configurou em um crescimento pró-pobre para a população em geral. Ainda assim, percebe-se que a situação do primeiro período foi menos ruim do que em comparação ao segundo momento da análise.

Concluiu-se através dos testes dos índices de crescimento pró-pobre que, o crescimento da renda afetou positivamente os indicadores de pobreza e desigualdade no período de 2004-2008, diferentemente de 2016-2019. Por outro lado, o crescimento do bem-estar multidimensional afetou negativamente os indicadores nos dois períodos de análise da pesquisa. Além disso, conclui-se que quando se trata da análise unidimensional a influência do crescimento da renda é mais eminente em período de crescimento econômico, diferentemente de um período de crise econômica. Em contrapartida, pela análise multidimensional, observou-se que tanto em um período de alto ou baixo crescimento, os resultados do crescimento do bem-estar multidimensional tendem a não favorecer os pobres.

As decomposições da variação da pobreza possibilitaram verificar que, em períodos distintos da economia, houve uma considerável diferença no comportamento da pobreza. Nos anos de 2004-2008 o crescimento da renda e do bem-estar foi fundamental para a redução da pobreza, além também da melhora na distribuição de renda. Neste mesmo período, a economia brasileira apresentava altos índices de crescimento econômico, beneficiando a

pobreza e desigualdade. Em contrapartida, nos anos de 2016-2019, o país vivenciava uma crise econômica e por consequências disso, como demonstradas na decomposição, em quase todos os grupos verificados houve aumento da pobreza total.

Convém salientar as limitações que existem neste trabalho. As limitações desta pesquisa endereçam-se a questão das bases de dados utilizadas, uma vez que conforme a metodologia de cada base, os resultados obtidos por meio das pesquisas domiciliares distintas podem ser problemáticos em sua comparação. Por isso, os resultados do período de 2004-2008 e dos anos de 2016-2019 foram apresentados separadamente.

Em síntese, considera-se que o trabalho avançou na temática do crescimento pró-pobre ao propor a análise pelo aspecto do bem-estar multidimensional. Desta maneira, os resultados encontrados são importantes para a tomada de decisões referentes às políticas públicas e sociais do Brasil e dos seus respectivos estados, no sentido de concluir que as políticas públicas não deve se basear exclusivamente nos rendimentos. É importante considerar as múltiplas dimensões que afetam os brasileiros, com intuito de melhorar as condições de vida de toda população do país.

Sendo assim, as conclusões desta pesquisa podem ser aproveitadas para propostas de medidas que visem alcançar as dimensões sociais que mais afetam a população brasileira, como por exemplo, moradia, educação, saúde, saneamento, dentre outras. Além disso, as considerações também podem ser importantes para as políticas de redistribuição, focalizando em garantir e construir um sistema de proteção social, com objetivo de satisfazer as necessidades e capacitações básicas dos brasileiros.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cesaltina. Amartya Sem. Reexaminando a desigualdade. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 10, p. 205-208, 2012.

ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB). **Enhancing the fight against poverty in Asia and the Pacific: the poverty reduction strategy of the Asian Development Bank**. 2004. Disponível em: <https://www.adb.org/documents/enhancing-fight-against-poverty-asia-and-pacific-poverty-reduction-strategy-asian>. Acesso em: 11 jul. 2020.

ACCORSSI, Aline; SCARPARO, Helena; GUARESCHI, Pedrinho. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 536-546, 2012.

AHLUWALIA, Montek S.; CARTER, Nicholas G.; CHENERY, Hollis B. Growth and poverty in developing countries. **Journal of development economics**, v. 6, n. 3, p. 299-341, 1979.

ALCÂNTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Oliveira. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista HEERA**, v. 4, n. 7, p. 63-85, 2009.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of public economics**, v. 95, n. 7-8, p. 476-487, 2011.

ALKIRE, Sabina. **Multidimensional poverty and its discontents**. Oxônia: University of Oxford, 2011.

ANANIAS, Dayanne Darth. **Análise da inter-relação entre crescimento econômico, desigualdade e pobreza nas microrregiões mato-grossenses nos anos 2000 e 2010**. 2015. Dissertação (Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Curitiba, MT, 2015.

ANNEGUES, A. C. *et al.* Elasticidade da Pobreza: Aplicação de uma Nova Abordagem Empírica para o Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 44, p. 145-166, 2015.

ARAAR, A.; DUCLOS, J. **DASP: Distributive Analysis Stata Package**. Quebec: Université Laval, 2013.

ARAÚJO, Taiana Fortunato. **As inter-relações entre pobreza, desigualdade e crescimento nas mesorregiões mineiras: 1970-2000**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2007.

ARAUJO, Jair Andrade; MARINHO, Emerson; CAMPÊLO, Guaracyane Lima. Crecimiento económico y concentración del ingreso: sus efectos en la pobreza del Brasil. **Revista Cepal**, n. 123, p. 35-57, 2017.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1, p. 192-229.

ARIZA, John Fredy; RETAJAC, Alexander. Descomposición y determinantes de la pobreza monetaria urbana en Colombia. Un estudio a nivel de ciudades. **Estudios Gerenciales**, v. 36, n. 155, p. 167-176, 2020.

ASSELIN, L. M. **Composite indicator of multidimensional poverty**. Quebec: Institut de Mathématique Gauss, 2002.

BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P. Poverty Distribution among the Brazilian States: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Trabalhos Apresentados...** Salvador: ANPEC, 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A142.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

BAKOF, Alex Knapp. **Crescimento pró-pobre: conceitos, experiências, políticas públicas e uma análise empírica do Rio Grande do Sul na década de 1990**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra a pobreza**. Washington: The World Bank, 2001. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/927161468164645652/Relatorio-sobre-o-desenvolvimento-mundial-2000-2001-luta-contr-a-pobreza>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

BEVERIDGE, Sir William. **Social Insurance and Allied Services**: presented to Parliament by command of his majesty (The Beveridge Report). 1942. Disponível em: <http://www.fordham.edu/halsall/mod/1942beveridge.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BOURGUIGNON, F. The distributional effects of growth: micro vs. macro approaches. *In*: SEMINARIO SOBRE LA TEORÍA DEL DESARROLLO EN LOS ALBORES DEL SIGLO XXI, 2001, Santiago. **Anais [...]**. Santiago: CEPAL, 2001. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/34859>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.184 de 10 de maio de 1991. Dispõe sobre a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 maio 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18184.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.184%2C%20DE%2010,Econ%C3%B4micos%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.. Acesso em: 11 jul. 2020.

BURGOS, Marcelo Baumann. A Constituição de 1988 e a transição como obra em progresso. **Cadernos Temáticos “Justiça Constitucional no Brasil: Política e Direito”**, p. 119-128, 2010.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. *In*: PINHO, D.; VASCONCELLOS, M. A. S. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 406-422.

CARNEIRO, Douglas Mesquita; BAGOLIN, Izete Pengo; TAI, Silvio Hong Tiing. Determinantes da pobreza nas Regiões Metropolitanas do Brasil no período de 1995 a 2009. **Nova Economia**, v. 26, n. 1, p. 69-96, 2016.

CARVALHO, Augusto Xavier de. A reforma trabalhista e o mito da geração de empregos. **Carta Social e do Trabalho**, n.38, p.12-31, 2018.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia Editora, 2018.

CATTANI, Antonio David. Desigualdades Socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa. **Sociologias**, n. 18, p. 74-99, 2007.

CIMADAMORE, Alberto; CATTANI, Antônio. A construção da pobreza e da desigualdade na América Latina: uma introdução. *In*: CATTANI, A. D.; CIMADAMORE, A. D. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007. p. 7-14.

CLEMENTS, Benedict J. O plano real, pobreza e distribuição de renda no Brasil. **Finanças & Desenvolvimento**, v. 17, n. 3, p. 40-42, 1997.

CODES, Ana Luiza Machado. **Modelagem de equações estruturais: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza**. 2005. 297 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

CODES, Ana Luiza Machado. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília, DF: IPEA, 2008.

CONTRI, André Luís. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Dilma. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 41, n. 4, 2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Os países de renda média: um novo enfoque baseado em brechas estruturais**. El Salvador: CEPAL, 2012. Disponível em: https://www.cepal.org/pses34/noticias/paginas/0/47200/2012-492-SES-34-11-Os_paises_de_renda_media_WEB.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama Social de América Latina 2018**. Santiago de Chile: CEPAL, 2018. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/44412-panorama-social-america-latina-2018-documento-informativo>. Acesso em 02 jan. 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama Social de América Latina 2019**. Santiago de Chile: CEPAL, 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/45090-panorama-social-america-latina-2019-resumo-executivo>. Acesso em 02 jan. 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama Social de América Latina 2020**. Santiago de Chile: CEPAL, 2020a. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46687-panorama-social-america-latina-2020>. Acesso em 02 jan. 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Estatísticas econômicas**. Santiago de Chile: CEPAL, 2020b. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/topicos/estatisticas-economicas>. Acesso em: 04 jan. 2021.

COSENTINO, Daniel do Val. **A transição do trabalho escravo para o trabalho livre e as raízes das desigualdades sociais no Brasil**. 2010. Disponível em: http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/448_abstract.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

COSTA, Alfredo Bruto. Conceito de pobreza. **Estudos de Economia**, v. 4, n. 3, p. 275-296, 1984.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **REMHU: revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, n. 39, p. 29-50, 2012.

CURADO, Marcelo. Do esgotamento do projeto neoliberal ao governo Lula: em busca de um projeto nacional de desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 8, n. 12, p. 67-81, 2018.

DATT, Gaurav; RAVALLION, Martin. Growth and redistribution components of changes in poverty measures: a decomposition with applications to Brazil and India in the 1980s. **Journal of Development Economics**, v. 83, n. 2, p. 275-295, 1992.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **A redução da desigualdade e seus desafios**. Brasília, DF: IPEA, 2015.

DEININGER, Klaus; SQUIRE, Lyn. A new data set measuring income inequality. **The World Bank Economic Review**, v. 10, n. 3, p. 565-591, 1996.

DELGADO, G. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese história e formas de reprodução. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: IPEA, 2005. p. 19-50.

DELGADO, Guilherme; THEODORO, Mário. Desenvolvimento e política social. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: IPEA, 2005. p. 409-435.

DÍAZ, Laura Mota. Instituições do estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. In: CATTANI, A. D.; CIMADAMORE, A. D. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007. p. 125-150.

DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **A Theory of Human Need**. Hampshire: Macmillan Press, 1991.

DRAIBE, Sônia Miriam. **O welfare State no Brasil: características e perspectivas no limiar do ano 2000**. Santiago: CEPAL, 1988.

FISHLOW, Albert. Brazilian size distribution of income. **The American Economic Review**, v. 62, n. 1/2, p. 391-402, 1972.

FOSTER, James; GREER, Joel; THORBECKE, Erik. A class of decomposable poverty measures. **Econometrica: journal of the econometric society**, v. 52, n. 3, p. 761-766, 1984.

FOSTER, James E.; SZÉKELY, Miguel. Is Economic Growth Good for the Poor?: tracking Low Incomes Using General Means. **International Economic Review**, v. 49, n. 4, p. 1143-1172, 2008.

FREITAS, Leana Oliveira. ENSAIO INICIAL SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: indicações políticas para a política de assistência social. **Revista de Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, p. 93-112, 2015.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 65-74, 2007.

FURTADO, Celso. A invenção do subdesenvolvimento. **Revista de economia Política**, v. 15, n. 2, p. 58, 1995.

GODOY, Karine Rosa; RODRIGUES, Rodrigo Vilela. Crescimento pró-pobre no Brasil: uma análise do período 2003-13 para os estados brasileiros. **Ensaio FEE**, v. 38, n. 1, p. 185-214, 2017.

GOMES JUNIOR, Newton N.; PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades do capital versus necessidades humanas no capitalismo contemporâneo: uma competição desigual. **Argumentum**, v. 5, n. 1, p. 50-65, 2013.

GONÇALVES, Hugo Feitosa. Desenvolvimento no Nordeste sob a ótica do novo paradigma: uma análise dos governos FHC e Lula. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 5, n. 1, 2017.

GONZALES, Nathalia Nascimento. **Origens da industrialização brasileira: uma sistematização do debate historiográfico**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. Desigualdades sociais, questão social e políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 607-624, 2018.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. Pobreza e desigualdade no Brasil: do discurso hegemônico e medição espúria às raízes da questão. *In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 85-116.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 15, p. 41-99, 1997.

GREMAUD, Amaury Patrick *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002.

HARMÁČEK, Jaromír; SYROVÁTKA, Miroslav; DUŠKOVÁ, Lenka. Pro-poor growth in East Africa. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, v. 64, p. 82-93, 2017.

HELFAND, Steven M.; ROCHA, Rudi; VINHAIS, Henrique E. F. Pobreza e Desigualdade de renda no Brasil rural: uma análise da queda recente. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 39, n. 1, p. 59-80, 2009.

HENRIQUE, Wilnês. **O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil**. 1999. 245 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Edusp, 1998.

HOFFMANN, R. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 213-235, 2002.

HOFFMANN, Rodolfo; DUARTE, João Carlos. A distribuição da renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 12, n. 2, p. 46-66, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua**: notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNAD_PME_e_PNAD_Continua.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004, 2008**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) 2016, 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 03 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548_notas_tecnicas.pdf. Acesso em 20 mar. 2021.

KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

KAKWANI, Nanak; PERNIA, Ernesto M. What is Pro-poor Growth?. **Asian Development Review**, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2000.

KAKWANI, Nanak; SON, Hyun H. Pro-poor growth: Concepts and measurement with country case studies. **The Pakistan Development Review**, v. 42, n. 4, p. 417-444, 2003.

KAKWANI, Nanak; KHANDKER, Shahid; SON, Hyun H. Pro-poor growth: concepts and measurement with country case studies. **International Poverty Centre**: Working Paper, n.1, p. 1-24, 2004.

KAKWANI, Nanak; NERI, Marcelo Côrtes; SON, Hyun H. Linkages between pro-poor growth, social programs and labor market: the recent brazilian experience. **World Development**, v. 38, n. 6, p. 881-894, 2010.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Consumo social e crescimento redistributivo: notas para se pensar o modelo de crescimento para o Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 142, jan./mar. 2016.

KRIEGER, Ana Carolina. Lei do Ventre Livre, 1871: reflexos da aprovação da lei imperial de abolição gradual da escravidão na Província de Santa Catarina. **Revista Santa Catarina em História**, v. 4, n. 1, p. 30-42, 2010.

KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. **The American Economic Review**, v. 45, n. 1, p. 1-28, 1955.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na

abordagem das capacitações. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2009.

LADERCHI, C.; SAITH, R.; STEWART, F. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. **QEH Working Paper Series**. Oxford, n. 107, May 2003. Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/qeh/qehwps/qehwps107.html>. Acesso em: 28 abr. 2020.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Formas da Transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879**. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1986.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n. 1, p. 25-59, 2002.

LOIOLA, Elizabeth. Desenvolvimento regional e as políticas públicas: o caso do nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 34, n. 2, p. 225-241, 2003.

LOPES, Patrícia Ribeiro. A “gestão da pobreza” nos governos petistas: plano Brasil sem miséria em debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória, ES, 2018.

MACHADO, Kenys Menezes. **Mensuração da pobreza: uma comparação entre a renda e a abordagem multidimensional da pobreza na Bahia**. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MARINHO, E.; SOARES, F. Impacto do crescimento econômico e da concentração de renda sobre a redução da pobreza nos estados brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 31., 2003, Porto Seguro, BA. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANPEC, 2003.

MARTINI, Ricardo Agostini. Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza. **Revista Economia Ensaios**, v. 24, n. 2, 2010.

MATTEI, Lauro Francisco. Trajetória e atualidade da desigualdade na América Latina. **Rebela**, v. 7, n. 2, 2017.

MATTOS, Enlison; INNOCENTINI, Thais; BENELLI, Yuri. Capitânicas Hereditárias e desenvolvimento econômico: herança colonial sobre desigualdade e instituições. **Pesquisa e Planejamento Econômico-PPE**, v. 42, n. 3, p. 433-472, 2012.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Distribuição de renda na América Latina em perspectiva histórica. **RBEST: revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 1, p. 1-29, 2019.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Brasília, DF: IPEA, 2001.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de desigualdade e pobreza**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MORAIS, Nara Livia de França. **Crescimento pró-pobre no Brasil: análises para o Índice de Pobreza Multidimensional Municipal (IPM-M)**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2020.

MORLEY, Samuel A. **The income distribution problem in Latin America and the Caribbean**. Santiago: ECLAC, 2001.

NEDER, Henrique Dantas. Um Estudo sobre a Pobreza Rural com Abordagem Multivariada. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008, Rio Branco. **Anais [...]**. Rio Branco, AC, 2008.

NEDER, Henrique Dantas. **Análise de indicadores sociais usando o Stata e o R**. 2020. (Mimeo).

NERI, Marcelo. **A escalada da desigualdade: qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza?** Rio de Janeiro: FGV Social, 2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade>. Acesso em: 15 fev. 2021.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 19, p. 135-170, 2007.

NETTO JUNIOR, J. L. S.; FIGUEIREDO, E. A. Crescimento pró-pobre no Brasil: uma análise primal e dual no período de 1987-2007. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 16., 2011, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Fórum BNB de Desenvolvimento, 2011.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

OLIVEIRA, Thais Diniz. Determinantes da retomada do crescimento no Governo Lula: interpretação do modelo de crescimento com equidade. **Revista Debate Econômico**, v. 3, n. 2, p. 25-51, 2015.

OLIVEIRA, Victor Rodrigues de; JACINTO, Paulo de Andrade. Crescimento pró-pobre ou empobrecedor? Uma análise para os estados brasileiros, no período 1995-2011. **Nova Economia**, v. 25, n. 1, p. 161-180, 2015.

OMETTO, Ana Maria H.; FURTUOSO, Maria Cristina O.; SILVA, Marina Vieira da. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 5, p. 403-414, 1995.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos avançados**, v. 31, n. 89, p. 125-144, 2017.

PEDROSO, Márcia Naiar Cerdote. A pobreza e a desigualdade: uma realidade brasileira no século XXI. **Leituras de Economia Política**, n. 31, p. 31-54, 2020.

PEREIRA, C. P. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **Ser Socia**: revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UNB, Brasília, DF, n.18, p. 229-252, 2006.

PERNIA, Ernesto M. **Pro-poor growth**: what is it and how is it important?: ERD Policy Brief n. 17. Philippines: Asian Development Bank, 2003.

PETRY, Almiro. A Pobreza e a exclusão social na América Latina. **Formação Humanística**, p. 1-13, 2007.

PINTO, Mauricio Silveira; OLIVEIRA, Júlio César de. Crescimento pró-pobre: análise dos estados brasileiros entre 1995 e 2007. **Revista de economia contemporânea**, v. 14, n. 2, p. 327-358, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**: a verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. [S. l.]: PNUD, 2010. Disponível em: https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf. Acesso em: 08 jan. 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019**: além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. [S. l.]: PNUD, 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 08 jan. 2021.

POCHMANN, Marcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 309-330, 2017.

PRATES, Daniela M.; FRITZ, Barbara; DE PAULA, Luiz Fernando. Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 12, n. 21, p. 187-215, 2017.

RAVALLION, Martin. Issues in measuring and modeling poverty. **Policy, Research Working**, Washington, D.C., n. 1615, 1996. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/965061468739145705/Issues-in-measuring-and-modeling-poverty>. Acesso em: 28 abr. 2020.

RAVALLION, Martin. Pro-poor growth: a primer. **Policy, Research Working Paper**, Washington, D. C., n. 3242, 2004. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/358321468761705849/pro-poor-growth-a-primer> Acesso em: 20 jun. 2020.

RAVALLION, M.; CHEN, S. Measuring pro-poor growth. **Economic Letters**, v. 78, n. 1, p. 93-99, 2003. Disponível em: <http://go.worldbank.org/QB55JPH8K0>. Acesso em: 15 jun. 2020.

RESENDE, Guilherme Mendes; MATA, Daniel da; CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata. Crescimento pró-pobre e distribuição de renda das capitais dos estados brasileiros. *In:* CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata *et al.* (org.). **Ensaio de Economia Regional e Urbana**. Brasília, DF: IPEA, 2007. p. 21-46.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira; MENEZES, Roberto Goulart. Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 7, n. 1, p. 42-55, 2008.

RIBEIRO, Lilian Lopes; ARAUJO, Jair Andrade; FEITOSA, Débora Gaspar. Crescimento pró-pobre?: uma análise para os meios urbano e rural no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 155-176, 2015.

ROCHA, Sonia. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata?. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: a evolução de longo prazo (1970-2011). Rio de Janeiro: XXV Fórum Nacional, 2013.

RODRIGUES, Danuzia Lima; OLIVEIRA JÚNIOR, José Nilo de. O crescimento da renda per capita no período de 2004 a 2009 foi “Pró-Pobre” para os estados da Região Norte?. **Cadernos CEPEC**, v. 4, n. 1-6, 2015.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. **Choque recessivo e a maior crise da história**: a economia brasileira em marcha à ré. Campinas: IE/UNICAMP, 2017.

SABOIA, João; HALLAK NETO, João. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 265-285, 2018.

SACHS, Ignacy. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. *In:* ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M; ABRAMOVAY, R. (org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 155-164.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da Pobreza**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 1999.

SALATA, André. Distribuição de renda no Brasil entre 2002 e 2013: redução das desigualdades entre classes?. **Latin American Research Review**, v. 53, n. 1, p. 76-95, 2018.

SALVATO, Márcio Antônio; ARAÚJO JUNIOR, Ari Francisco de; SHIKIDA, Cláudio D. Crescimento Pró-Pobre no Brasil: uma avaliação empírica da década de 1990. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 3, n. 1, p. 18-37, 2013.

SANTAGADA, Salvatore. A situação social do Brasil nos anos 80. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 17, n. 4, p. 121-143, 1990.

SANTOS, Maria Emma. **Measuring multidimensional poverty in Latin America: previous experience and the way forward**. Oxford: University of Oxford, 2014.

SANTOS, Wesley Oliveira. Crescimento Pró-pobre no Brasil (1981-2009). *In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE*, 6., 2012, Joinville. **Anais eletrônicos** [...]. Joinville: APEC, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/561>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SANTOS, Vladimir Faria dos; VIEIRA, Wilson da Cruz. Crescimento econômico e desigualdade de renda: uma análise sobre pobreza e extrema pobreza na Região Nordeste do Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 44, n. 2, p. 125-138, 2016.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, A. K. Poverty: An ordinal approach to measurement. **Econometrica: journal of the Econometric Society**, v. 44, n. 2, p. 219-231, 1976.

SEN, A. K. Poverty in the human development perspective: concept and measurement. **Chapter**, v. 1, p. 15-23, 1997.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SEN, A. K. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERRA, Adriana Stankiewics. **Pobreza Multidimensional no Brasil rural e urbano**. 2017. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

SHORROCKS, Anthony F. Decomposition procedures for distributional analysis: a unified framework based on the Shapley value. **Journal of Economic Inequality**, v. 11, n. 1, p. 99, 2013.

SILVA, A. M. R.; LACERDA, Fernanda Calasans Costa; NEDER, Henrique Dantas. A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. **Bahia Análise & Dados**, p. 509-527, 2011.

SILVA, A. M. R. **Um estudo sobre a pobreza multidimensional na Região Nordeste do Brasil**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2009.

SILVA, A. M. R. **Abordagens das necessidades humanas e das capacitações: uma aplicação da metodologia de Alkire e Foster para o estudo da pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos de 2000 e 2010**. 2015. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2015.

SILVA, Maria Ozanira. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 65-102, 2015.

SILVA, J. S; BRUNO, M. A. P; SILVA, D. B. N. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 1, p. 138-160, 2020.

SILVA, Pedro Luis do Nascimento; PESSOA, Djalma Galvão Carneiro; LILA, Maurício Franca. Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, p. 659-670, 2002.

SILVA, Maicon Cláudio da; MATTEI, Lauro Francisco. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil: Um processo de acumulação primitiva em uma economia dependente. **Rebela**, v. 5, n. 2, 2015.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

SON, Hyun H. A note on pro-poor growth. **Economics Letters**, v. 82, n. 3, p. 307-314, 2004.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, M.; JANNUZZI, P. M. **Questões metodológicas acerca do dimensionamento da extrema pobreza no Brasil nos anos 2000**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

SOUZA, H. G. et al. Análise espaço-temporal da pobreza nos estados brasileiros. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, p. 212-232, 2017.

STEIN, Rosa Helena. Pobreza e desigualdade na América Latina sob o olhar dos organismos internacionais. **Ser Social: revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UNB, Brasília, DF**, n.18, p. 79-125, 2006.

STEWART, Frances. **North-South and South-South: essays on International Economics**. Hampshire: Macmillan Press, 1992.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge y declinación del proceso de sustitución de importaciones en el Brasil. **Boletim Econômico de América Latina**, Nova York, v. 9, p. 1-62, 1964.

TAQUES, Fernando Henrique. **Crescimento econômico, desigualdade de renda e pobreza: 3 ensaios para o Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paul, São Paulo, SP, 2011.

TRONCO, Giordano Benites; RAMOS, Marília Patta. Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 294-311, 2017.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. **Desigualdade Multidimensional: uma abordagem keynesiana para o seu enfrentamento**. 2015. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; ARAÚJO, Juliana Bacelar de. O mercado de trabalho após a reforma trabalhista de 2017. **Carta Social e do Trabalho**, n. 38, p. 32-45, 2018.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 4, p. 439-457, 2005.

VINHAIS, Henrique Eduardo Ferreira. **Ensaio sobre a redução da pobreza no Brasil: mensuração e determinantes**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2006.

WHITE, Howard; ANDERSON, Edward. Growth Versus Distribution: Does the Pattern of Growth Matter?. **Development Policy Review**, v. 19, n. 3, p. 267-289, 2001.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria**. São Paulo: Editora Thomson, 2006.

WORLD BANK. **Poverty and shared prosperity 2018: piecing together the poverty puzzle**. Washington: World Bank Group, 2018. Disponível em: <https://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/978-1-4648-1330-6>. Acesso em: 14 mar. 2021.

APÊNDICE A – Estatísticas complementares sobre a mensuração e análise de dados

Tabela 1 - Índice H , índice A e índice de pobreza multidimensional (M_0) para os valores de k estimados pela metodologia de Alkire e Foster para Brasil em 2004 e 2008

k	2004			2008		
	H	A	M_0	H	A	M_0
0,33	0,9993	0,2491	0,2489	0,9988	0,2250	0,2248
0,25	0,9994	0,2490	0,2489	0,9992	0,2250	0,2248
0,2	0,9999	0,2489	0,2489	0,9997	0,2249	0,2248
1	0,9043	0,2648	0,2384	0,8591	0,2457	0,2110
2	0,4913	0,3252	0,1597	0,3833	0,3138	0,1203
3	0,0924	0,4172	0,0386	0,0502	0,4106	0,0206
4	0,0034	0,5243	0,0018	0,0011	0,5252	0,0006

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD dos anos de 2004 e 2008.

Tabela 2 - Índice H , índice A e índice de pobreza multidimensional (M_0) para os valores de k estimados pela metodologia de Alkire e Foster para Brasil em 2016 e 2019

k	2016			2019		
	H	A	M_0	H	A	M_0
0,33	0,9985	0,2080	0,2077	0,9992	0,2175	0,2173
0,25	0,9989	0,2079	0,2077	0,9997	0,2173	0,2173
0,2	0,9996	0,2078	0,2078	0,9994	0,2174	0,2173
1	0,8258	0,2324	0,1919	0,8481	0,2397	0,2033
2	0,3033	0,3041	0,0922	0,3480	0,3097	0,1077
3	0,0274	0,4064	0,0111	0,0405	0,4128	0,0167
4	0,0006	0,5291	0,0034	0,0016	0,5340	0,0008

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC dos anos de 2016 e 2019.

Tabela 3 – Distribuição de indivíduos nos estados brasileiros conforme as bases de dados (PNAD 2004 e 2008; PNADC 2016 e 2019)

UF	PNAD 2004		PNAD 2008		PNADC 2016		PNADC 2019	
	Amostra	Expandida	Amostra	Expandida	Amostra	Expandida	Amostra	Expandida
RO	6245	1521085	6271	1622346	8075	1707684	7509	1766689
AC	4283	650932	4106	709020	9880	828436	8474	865422
AM	9693	3189386	9414	3480850	13318	3798072	13081	3983005
RR	2123	395180	2273	441912	5232	467919	5395	539741
PA	22067	6940949	21585	7433725	17892	8293480	16439	8561098
AP	3401	582580	2369	655338	4049	788892	3928	837575
TO	5880	1291131	5742	1381727	6962	1507623	6617	1559657
MA	7574	6164441	7287	6478049	31789	6921259	30501	7040610
PI	5709	3014746	5765	3109630	10910	3246228	10714	3272447
CE	24499	8064318	24930	8428006	24532	8859457	23101	9129378
RN	6344	3030015	6688	3196028	9453	3422843	9302	3506853
PB	7905	3623004	7610	3761106	12655	3932871	11763	3996784
PE	26077	8507549	25647	8845830	17952	9320464	17757	9499409
AL	6575	3058822	5660	3184011	18004	3286849	17019	3330079
SE	5800	1957924	6167	2072754	8944	2236783	8576	2298549
BA	36387	14109170	35567	1458693	23022	14670485	22119	14853512
MG	36838	19085796	36246	19835757	34276	20769869	32733	21158152
ES	7156	3410657	7231	3611278	16810	3875864	16703	4014926
RJ	26019	15397766	26637	15882509	30398	16947230	31268	17264410
SP	45519	39923892	43909	41742009	35253	44754215	34495	45912673
PR	19839	10148951	19112	10561726	24405	11162815	23486	11420565
SC	9999	5822688	9303	6188896	27005	6882511	26536	7153029
RS	30626	10640082	29080	10916824	23763	11211227	22927	11358646
MS	7252	2282067	7618	2425518	9571	2618029	9642	2709334
MT	8362	2775131	7793	2968230	11712	3305274	10919	3430698
GO	16031	5560609	16626	5980755	15720	6725748	14700	7020504
DF	11151	2290382	11232	2502322	8136	2890224	8086	3012718

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD e da PNADC dos anos de 2004, 2008, 2016 e 2019.

Tabela 4 – Erro padrão (STE), Limite inferior de 95% (LB) e superior de 95% (UB) das estimativas dos índices de crescimento pró-pobre pela análise da renda para o Brasil e suas Unidades Federativas em 2004-2008

	Taxa de crescimento da renda (g)			Índice de Ravallion e Chen			Índice de Ravallion e Chen - g			Índice de Kakwani e Pernia			PEGR			PEGR - g		
	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB
Brasil	0,0130	0,2268	0,2778	0,0086	0,2692	0,3028	0,0127	0,0088	0,0586	0,0519	1,3041	1,5074	0,0112	0,3327	0,3765	0,0094	0,0839	0,1209
RO	0,0701	0,0141	0,2889	0,0347	0,0479	0,1840	0,0681	-0,1690	0,0980	0,4182	0,5703	2,2098	0,0499	0,1127	0,3084	0,0409	-0,021	0,1392
AC	0,1143	0,0400	0,4879	0,0519	0,2087	0,4122	0,1037	-0,1568	0,2498	0,5144	0,6093	2,6256	0,0792	0,2716	0,5822	0,0757	0,0146	0,3113
AM	0,0778	0,0776	0,3827	0,0577	0,1069	0,3329	0,0564	-0,1207	0,1002	0,2370	0,8604	1,7896	0,0860	0,1364	0,4735	0,0457	-0,015	0,1644
RR	0,1571	0,3894	1,0051	0,0577	0,4681	0,6943	0,1382	-0,3869	0,1548	0,1492	0,7732	1,3581	0,1220	0,5040	0,9820	0,0972	-0,145	0,2363
PA	0,0792	0,0547	0,3651	0,0540	0,1675	0,3793	0,0445	-0,0237	0,1507	0,2373	1,0816	2,0117	0,0980	0,1325	0,5167	0,0396	0,0371	0,1924
AP	0,1123	0,0072	0,4472	0,0709	0,2959	0,5738	0,0841	0,0428	0,3724	0,7672	0,6717	3,6789	0,2053	0,0919	0,8966	0,1481	-0,023	0,5573
TO	0,1099	0,1482	0,5790	0,0279	0,2369	0,3463	0,0917	-0,2517	0,1077	0,1445	0,7948	1,3613	0,0818	0,2316	0,5524	0,0459	-0,061	0,1183
MA	0,1646	-0,0871	0,5582	0,0933	0,2458	0,6116	0,1407	-0,0825	0,4688	1,2267	-0,371	4,4372	0,1289	0,2262	0,7315	0,1466	-0,441	0,5307
PI	0,1947	0,0581	0,8213	0,0424	0,2437	0,4100	0,1797	-0,4650	0,2393	0,3752	0,4717	1,9426	0,1020	0,3308	0,7307	0,1284	-0,161	0,3427
CE	0,0530	0,2447	0,4524	0,0318	0,2997	0,4243	0,0473	-0,0793	0,1061	0,1593	1,1673	1,7917	0,0436	0,4303	0,6011	0,0368	0,0950	0,2392
RN	0,1207	0,1623	0,6353	0,0390	0,2691	0,4220	0,1140	-0,2766	0,1702	0,2399	0,7676	1,7078	0,0890	0,3191	0,6680	0,0739	-0,050	0,2395
PB	0,1999	-0,0133	0,7703	0,0565	0,2102	0,4317	0,1712	-0,3931	0,2781	0,3571	0,4733	1,8730	0,1428	0,1641	0,7240	0,1080	-0,146	0,2772
PE	0,0533	0,1165	0,3256	0,0180	0,2500	0,3207	0,0477	-0,0292	0,1578	0,2405	0,9990	1,9418	0,0346	0,2572	0,3929	0,0311	0,0430	0,1649
AL	0,1239	0,1961	0,6818	0,0416	0,2413	0,4043	0,1134	-0,3384	0,1061	0,2548	0,6607	1,6596	0,0740	0,3641	0,6544	0,0953	-0,116	0,2571
SE	0,0949	-0,0252	0,3469	0,0514	0,1067	0,3081	0,0771	-0,1045	0,1977	0,5929	0,3486	2,6676	0,1111	0,0245	0,4598	0,0750	-0,066	0,2283
BA	0,0439	0,3005	0,4726	0,0243	0,2268	0,3219	0,0380	-0,1866	-0,038	0,0685	0,9052	1,1736	0,0389	0,3256	0,4780	0,0256	-0,035	0,0654
MG	0,0372	0,2367	0,3827	0,0179	0,2585	0,3288	0,0344	-0,0834	0,0513	0,0952	1,0877	1,4609	0,0316	0,3327	0,4566	0,0227	0,0404	0,1295
ES	0,0744	0,0785	0,3702	0,0415	0,1940	0,3566	0,0625	-0,0716	0,1735	0,3271	0,9304	2,2128	0,0765	0,2026	0,5026	0,0489	0,0324	0,2241
RJ	0,0377	0,1083	0,2562	0,0190	0,1616	0,2359	0,0355	-0,0530	0,0861	0,1942	0,8906	1,6517	0,0257	0,1812	0,2820	0,0272	-0,004	0,1027
SP	0,0284	0,1738	0,2853	0,0153	0,2338	0,2938	0,0269	-0,0184	0,0869	0,1366	1,2278	1,7633	0,0216	0,3010	0,3855	0,0203	0,0740	0,1535
PR	0,0490	0,1002	0,2923	0,0304	0,2183	0,3375	0,0448	-0,0061	0,1695	0,3144	1,1546	2,3872	0,0449	0,2594	0,4356	0,0343	0,0840	0,2185
SC	0,0606	0,1772	0,4146	0,0320	0,1461	0,2716	0,0506	-0,1862	0,0121	0,1295	0,6467	1,1544	0,0394	0,1892	0,3437	0,0427	-0,113	0,0543
RS	0,0322	0,1355	0,2618	0,0331	0,2085	0,3384	0,0367	0,0028	0,1467	0,2135	1,0921	1,9290	0,0312	0,2389	0,3613	0,0315	0,0398	0,1631
MS	0,0935	0,1572	0,5236	0,0357	0,1957	0,3355	0,0857	-0,2457	0,0931	0,1654	0,7792	1,4277	0,0748	0,2289	0,5222	0,0499	-0,063	0,1331
MT	0,0902	0,1528	0,5062	0,0447	0,1348	0,3101	0,0665	-0,2375	0,0234	0,1299	0,6931	1,2022	0,0863	0,1431	0,4814	0,0441	-0,104	0,0692
GO	0,0690	0,1248	0,3954	0,0177	0,2015	0,2708	0,0676	-0,1564	0,1086	0,2300	0,8652	1,7666	0,0427	0,2586	0,4259	0,0406	0,0026	0,1618
DF	0,0918	0,2140	0,5740	0,0310	0,2802	0,4016	0,0831	-0,2159	0,1098	0,2232	0,7697	1,6447	0,0568	0,3642	0,5870	0,0722	-0,059	0,2231

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD dos anos de 2004 e 2008.

Tabela 5 – Erro padrão (STE), Limite inferior de 95% (LB) e superior de 95% (UB) das estimativas dos índices de crescimento pró-pobre pela análise da renda para o Brasil e suas Unidades Federativas em 2016-2019

	Taxa de crescimento da renda (g)			Índice de Ravallion e Chen			Índice de Ravallion e Chen - g			Índice de Kakwani e Pernia			PEGR			PEGR - g		
	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB
Brasil	0,0200	0,0123	0,0909	0,0135	-0,070	-0,017	0,0207	-0,136	-0,055	0,2579	-0,615	0,3962	0,0124	-0,029	0,0186	0,0196	-0,096	-0,019
RO	0,0688	0,0234	0,2932	0,0991	-0,103	0,2853	0,0973	-0,258	0,1236	31,162	-60,21	61,948	4,9338	-9,532	9,8079	4,9332	-9,689	9,6485
AC	0,0752	-0,084	0,2106	0,0718	-0,187	0,0943	0,0765	-0,259	0,0403	178,59	-349,0	351,05	11,287	-22,06	22,196	11,286	-22,12	22,122
AM	0,0880	-0,137	0,2072	0,0616	-0,183	0,0585	0,0868	-0,267	0,0732	58,956	-114,8	116,26	2,0526	-3,998	4,0477	2,0515	-4,031	4,0107
RR	0,1087	-0,314	0,1114	0,1194	-0,671	-0,203	0,1137	-0,559	-0,113	1279,9	-2505	2511,9	129,95	-255	254,36	129,95	-254,9	254,46
PA	0,0591	-0,074	0,1578	0,0448	-0,115	0,0604	0,0570	-0,181	0,0424	8,7429	-17,49	16,774	0,3648	-0,730	0,6998	0,3657	-0,774	0,6597
AP	0,1012	-0,284	0,1124	0,1130	-0,223	0,2195	0,1003	-0,112	0,2805	3,7308	-7,292	7,3324	0,3206	-0,630	0,6267	0,3303	-0,563	0,7316
TO	0,0854	-0,040	0,2944	0,0860	-0,215	0,1219	0,0899	-0,349	0,0026	1,9720	-3,904	3,8262	0,2499	-0,495	0,4849	0,2493	-0,621	0,3567
MA	0,0550	-0,106	0,1098	0,0341	-0,156	-0,022	0,0529	-0,195	0,0125	6843,9	-13428	13399	13,796	-27,07	27,011	13,798	-27,07	27,012
PI	0,0827	-0,160	0,1641	0,0560	-0,185	0,0340	0,0782	-0,231	0,0755	6,0339	-1,183	1,1826	1,2165	-2,384	2,3843	1,2165	-2,384	2,843
CE	0,0716	-0,012	0,2688	0,0354	-0,035	0,1039	0,0701	-0,231	0,0435	4,1313	-7,505	8,6891	0,5324	-0,967	1,1196	0,5313	-1,094	0,9890
RN	0,1231	-0,195	0,2879	0,0710	-0,235	0,0433	0,1138	-0,365	0,0806	88,032	-173,8	171,27	4,1070	-8,108	7,9905	4,1113	-8,164	7,9521
PB	0,0868	-0,101	0,2389	0,0540	-0,212	0,000	0,0824	-0,336	-0,014	5,7524	-11,12	11,431	0,3965	-0,766	0,7879	0,3979	-0,838	0,7220
PE	0,0825	-0,159	0,1642	0,0460	-0,170	0,0102	0,0770	-0,233	0,0683	2288,6	-4495	4475,9	5,8563	-11,50	11,453	5,8657	-11,52	11,469
AL	0,0565	-0,115	0,1061	0,0402	-0,099	0,0580	0,0566	-0,127	0,0947	752,01	-1472	1475,5	3,4122	-6,695	6,6806	3,4104	-6,687	6,6817
SE	0,1182	-0,219	0,2437	0,0630	-0,208	0,0390	0,1103	-0,312	0,1198	2097,5	-4115	4107,0	25,041	-49,13	49,031	25,042	-49,14	49,022
BA	0,0699	-0,071	0,2027	0,0481	-0,135	0,0532	0,0677	-0,239	0,0257	2,6607	-4,819	5,6105	0,1785	-0,324	0,3759	0,1783	-0,389	0,3096
MG	0,0373	-0,023	0,1228	0,0429	-0,057	0,1111	0,0468	-0,114	0,0691	6,1669	-11,09	13,084	0,3075	-0,553	0,6522	0,3061	-0,600	0,5999
ES	0,0660	0,0319	0,2907	0,0583	-0,166	0,0623	0,0721	-0,354	-0,072	9,9268	-18,84	20,068	1,6018	-3,041	3,2384	1,6014	-3,201	3,0762
RJ	0,0615	0,0496	0,2905	0,0485	-0,193	-0,003	0,0668	-0,399	-0,137	1,9113	-4,245	3,2475	0,3212	-0,714	0,5448	0,3225	-0,887	0,3772
SP	0,0530	-0,101	0,1066	0,0653	-0,241	0,0153	0,0701	-0,253	0,0221	7661,5	-15058	14974	20,000	-39,31	39,089	19,997	-39,31	39,082
PR	0,0430	-0,031	0,1374	0,0582	-0,159	0,0691	0,0618	-0,219	0,0230	7,3468	-14,86	13,940	0,3889	-0,786	0,7978	0,3895	-0,841	0,6858
SC	0,0311	0,0334	0,1551	0,0507	0,0336	0,2322	0,0524	-0,064	0,1414	8,6482	-16,24	17,655	0,8151	-1,531	1,6641	0,8150	-1,625	1,5697
RS	0,0397	-0,015	0,1402	0,0642	-0,115	0,1372	0,0661	-0,181	0,0784	9,0243	-18,15	17,225	0,5615	-1,129	1,0715	0,5609	-1,191	1,0081
MS	0,0629	-0,058	0,1883	0,0800	-0,216	0,0973	0,0801	-0,282	0,0325	27,240	-53,75	53,031	1,7734	-3,499	3,4524	1,7735	-3,564	3,3874
MT	0,0590	-0,0004	0,2308	0,0779	-0,237	0,0683	0,0809	-0,358	-0,041	17,504	-33,56	35,052	2,0166	-3,867	4,0380	2,0162	-3,981	3,9222
GO	0,0509	-0,062	0,1373	0,0662	-0,145	0,1150	0,0700	-0,189	0,0848	21,584	-42,82	41,790	0,8098	-1,606	1,5679	0,8097	-1,644	1,5300
DF	0,0795	-0,137	0,1744	0,0849	-0,164	0,1690	0,0966	-0,205	0,1733	41,412	-81,34	80,995	0,7721	-1,516	1,5100	0,7749	-1,541	1,4969

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC dos anos de 2016 e 2019.

Tabela 6 – Erro padrão (STE), Limite inferior de 95% (LB) e superior de 95% (UB) das estimativas dos índices de crescimento pró-pobre pela análise multidimensional para o Brasil e suas Unidades Federativas em 2004-2008

	Taxa de crescimento do bem-estar (g)			Índice de Ravallion e Chen			Índice de Ravallion e Chen - g			Índice de Kakwani e Pernia			PEGR			PEGR - g		
	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB
Brasil	0,0016	0,1178	0,1242	0,0007	0,0793	0,0821	0,0014	-0,043	-0,037	0,0117	0,8341	0,8799	0,0020	0,0997	0,1077	0,0014	-0,020	-0,014
RO	0,0081	0,0736	0,1056	0,0050	0,0416	0,0612	0,0061	-0,050	-0,026	5,4982	-9,956	11,596	0,4928	-0,892	1,0392	0,4927	-0,982	0,9494
AC	0,0146	0,1599	0,1224	0,0067	0,0962	0,1224	0,0115	-0,102	-0,057	20,395	-39,01	40,935	3,8425	-7,349	7,7122	3,8424	-7,538	7,5237
AM	0,0085	0,1875	0,2207	0,0044	0,1058	0,1232	0,0065	-0,102	-0,077	1,6252	-2,308	4,0624	0,3319	-0,471	0,8294	0,3317	-0,675	0,6250
RR	0,0178	0,1530	0,2230	0,0089	0,1027	0,1376	0,0141	-0,095	-0,040	32,546	-62,78	64,796	6,1187	-11,80	12,182	6,1187	-11,99	11,994
PA	0,0054	0,1274	0,1485	0,0035	0,1023	0,1159	0,0037	-0,036	-0,022	0,8279	-0,597	2,6479	0,1144	-0,083	0,3656	0,1142	-0,220	0,2273
AP	0,0129	0,0886	0,1393	0,0070	0,0675	0,0948	0,0096	-0,052	-0,014	22,344	-42,83	44,755	2,5462	-4,881	5,0999	2,5461	-4,995	4,9858
TO	0,0093	0,1274	0,1638	0,0050	0,0720	0,0916	0,0072	-0,078	-0,049	4,6672	-8,356	9,9392	0,6796	-1,217	1,4472	0,6795	-1,362	1,3015
MA	0,0090	0,1043	0,1398	0,0047	0,0813	0,0997	0,0069	-0,045	-0,018	2,0730	-3,115	5,0112	0,2533	-0,381	0,6121	0,2530	-0,502	0,4896
PI	0,0104	0,0809	0,1215	0,0051	0,0788	0,0987	0,0084	-0,029	0,0040	4,8142	-8,429	10,442	0,4875	-0,854	1,0574	0,4874	-0,955	0,9559
CE	0,0048	0,1245	0,1434	0,0024	0,0876	0,0970	0,0039	-0,049	-0,034	0,5025	-0,073	1,8964	0,0676	-0,010	0,2546	0,0673	-0,144	0,1201
RN	0,0092	0,1297	0,1658	0,0041	0,0823	0,0984	0,0077	-0,072	-0,042	1,6715	-2,450	4,1018	0,2471	-0,362	0,6064	0,2470	-0,509	0,4583
PB	0,0087	0,1187	0,1530	0,0037	0,0744	0,0890	0,0073	-0,068	-0,039	1,2821	-1,768	3,2576	0,1744	-0,241	0,4429	0,1741	-0,376	0,3066
PE	0,0049	0,0955	0,1146	0,0026	0,0580	0,0682	0,0039	-0,049	-0,034	0,4472	-0,113	1,6404	0,0472	-0,012	0,1729	0,0470	-0,117	0,0672
AL	0,0098	0,1056	0,1438	0,0043	0,0585	0,0754	0,0079	-0,073	-0,042	2,7972	-4,632	6,3331	0,3489	-0,578	0,7900	0,3488	-0,702	0,6649
SE	0,0103	0,0708	0,1111	0,0049	0,0451	0,0643	0,0087	-0,053	-0,019	3,7671	-6,654	8,1128	0,3426	-0,605	0,7379	0,3425	-0,696	0,6467
BA	0,0042	0,1244	0,1409	0,0021	0,0749	0,0833	0,0034	-0,063	-0,047	0,2057	0,3841	1,1903	0,0276	0,0503	0,1586	0,0273	-0,082	0,0252
MG	0,0047	0,1443	0,1627	0,0021	0,0773	0,0855	0,0042	-0,080	-0,064	0,1326	0,5009	1,0207	0,0207	0,0761	0,1574	0,0204	-0,077	0,0032
ES	0,0097	0,0883	0,1265	0,0044	0,0747	0,0920	0,0087	-0,041	-0,007	2,8508	-4,598	6,5771	0,3063	-0,494	0,7067	0,3062	-0,601	0,5990
RJ	0,0050	0,0812	0,1008	0,0026	0,0577	0,0678	0,0046	-0,037	-0,019	0,3073	0,2230	1,4276	0,0283	0,0197	0,1305	0,0280	-0,071	0,0389
SP	0,0041	0,1216	0,1378	0,0019	0,0828	0,0904	0,0038	-0,051	-0,036	0,0955	0,7701	1,1444	0,0129	0,0990	0,1494	0,0124	-0,029	0,0187
PR	0,0062	0,1337	0,1581	0,0030	0,0894	0,1012	0,0055	-0,061	-0,039	0,4005	0,0935	1,6634	0,0587	0,0131	0,2432	0,0584	-0,132	0,0968
SC	0,0087	0,0973	0,1314	0,0044	0,0661	0,0832	0,0080	-0,055	-0,024	1,1245	-1,395	3,0129	0,1288	-0,160	0,3450	0,1286	-0,244	0,2303
RS	0,0051	0,0804	0,1005	0,0028	0,0650	0,0759	0,0046	-0,029	-0,011	0,5119	-0,094	1,9124	0,0466	-0,009	0,1735	0,0463	-0,099	0,0826
MS	0,0082	0,1128	0,1449	0,0042	0,0741	0,0907	0,0068	-0,059	-0,033	2,6440	-4,277	6,0868	0,3408	-0,551	0,7845	0,3407	-0,680	0,6554
MT	0,0083	0,1392	0,1717	0,0044	0,0942	0,1114	0,0068	-0,066	-0,039	2,2111	-3,387	5,2803	0,3439	-0,527	0,8212	0,3437	-0,682	0,6654
GO	0,0057	0,1046	0,1267	0,0028	0,0706	0,0817	0,0048	-0,049	-0,030	0,6290	-0,407	2,0591	0,0730	-0,047	0,2386	0,0727	-0,163	0,1225
DF	0,0080	0,0948	0,1262	0,0037	0,0809	0,0955	0,0075	-0,037	-0,008	3,0168	-4,979	6,8467	0,3334	-0,550	0,7567	0,3334	-0,661	0,6461

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD dos anos de 2004 e 2008.

Tabela 7 - Erro padrão (STE), Limite inferior de 95% (LB) e superior de 95% (UB) das estimativas dos índices de crescimento pró-pobre pela análise multidimensional para o Brasil e suas Unidades Federativas em 2016-2019

	Taxa de crescimento do bem-estar (g)			Índice de Ravallion e Chen			Índice de Ravallion e Chen - g			Índice de Kakwani e Pernia			PEGR			PEGR - g		
	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB	STE	LB	UB
Brasil	0,002	-0,055	-0,047	0,001	-0,049	-0,044	0,002	0,001	0,008	0,069	1,079	1,348	0,005	-0,072	-0,051	0,004	-0,018	-0,003
RO	0,010	-0,096	-0,055	0,009	-0,065	-0,031	0,009	0,009	0,004	7,089	-13,08	14,71	0,537	-1,114	0,990	0,537	-1,038	1,066
AC	0,010	-0,050	-0,011	0,006	-0,034	-0,009	0,008	-0,007	0,026	67,93	-131,9	134,3	2,077	-4,107	4,035	2,077	-4,077	4,065
AM	0,009	-0,058	-0,022	0,005	-0,062	-0,041	0,008	-0,027	0,004	12,88	-24,18	26,34	0,518	-1,059	0,972	0,518	-1,019	1,012
RR	0,012	-0,181	-0,134	0,012	-0,189	-0,142	0,012	-0,031	0,016	19,24	-36,85	38,57	3,036	-6,085	5,814	3,035	-5,927	5,971
PA	0,006	-0,125	-0,101	0,005	-0,111	-0,091	0,005	0,002	0,022	1,249	-1,349	3,546	0,142	-0,402	0,153	0,141	-0,288	0,266
AP	0,013	-0,135	-0,083	0,011	-0,044	-0,002	0,011	0,065	0,108	16,22	-31,06	32,52	1,772	-3,552	3,393	1,772	-3,443	3,502
TO	0,009	-0,102	-0,064	0,008	-0,106	-0,074	0,009	-0,024	0,011	13,23	-24,69	27,18	1,096	-2,250	2,044	1,095	-2,167	2,127
MA	0,005	-0,113	-0,091	0,004	-0,097	-0,082	0,004	0,004	0,022	1,724	-2,184	4,575	0,176	-0,467	0,223	0,176	-0,365	0,325
PI	0,009	-0,150	-0,114	0,007	-0,102	-0,073	0,008	0,028	0,061	2,361	-3,872	5,383	0,312	-0,712	0,512	0,312	-0,579	0,644
CE	0,007	-0,036	-0,009	0,004	-0,047	-0,033	0,006	-0,029	-0,006	4,900	-8,617	10,59	0,110	-0,238	0,194	0,109	-0,215	0,216
RN	0,010	-0,165	-0,124	0,007	-0,124	-0,096	0,009	0,016	0,053	2,985	-5,007	6,694	0,432	-0,969	0,725	0,432	-0,824	0,869
PB	0,008	-0,082	-0,050	0,005	-0,062	-0,042	0,007	0,003	0,028	2,757	-4,638	6,172	0,183	-0,408	0,307	0,182	-0,342	0,373
PE	0,007	-0,086	-0,057	0,004	-0,054	-0,037	0,006	0,013	0,039	1,065	-1,291	2,885	0,077	-0,207	0,093	0,076	-0,135	0,164
AL	0,006	-0,121	-0,095	0,004	-0,087	-0,069	0,006	0,019	0,041	2,778	-4,514	6,377	0,301	-0,691	0,489	0,301	-0,582	0,597
SE	0,010	-0,107	-0,067	0,007	-0,117	-0,089	0,009	-0,034	0,001	7,606	-13,92	15,89	0,661	-1,382	1,210	0,661	-1,295	1,297
BA	0,008	-0,044	-0,013	0,004	-0,047	-0,029	0,007	-0,024	0,004	15,61	-27,89	33,30	0,448	-0,956	0,802	0,448	-0,926	0,829
MG	0,005	-0,041	-0,020	0,003	-0,014	-0,001	0,005	0,013	0,034	0,443	-0,498	1,236	0,014	-0,039	0,016	0,014	-0,008	0,046
ES	0,007	-0,043	-0,016	0,005	-0,028	-0,010	0,007	-0,003	0,023	12,22	-23,18	24,73	0,359	-0,727	0,682	0,359	-0,697	0,711
RJ	0,006	-0,038	-0,015	0,004	-0,027	-0,013	0,006	-0,027	-0,013	8,163	-13,85	18,15	0,219	-0,487	0,373	0,218	-0,459	0,398
SP	0,006	-0,055	-0,032	0,004	-0,040	-0,022	0,006	0,000	0,024	0,441	0,039	1,768	0,021	-0,080	0,002	0,019	-0,033	0,042
PR	0,006	-0,058	-0,034	0,005	-0,042	-0,023	0,006	0,001	0,026	2,214	-3,319	5,361	0,102	-0,248	0,154	0,102	-0,201	0,199
SC	0,005	-0,066	-0,044	0,004	-0,027	-0,011	0,006	0,025	0,047	2,565	-4,136	5,917	0,141	-0,325	0,227	0,141	-0,269	0,282
RS	0,006	-0,063	-0,039	0,005	-0,037	-0,018	0,006	0,011	0,036	2,488	-3,832	5,921	0,126	-0,301	0,195	0,126	-0,249	0,245
MS	0,008	-0,096	-0,063	0,007	-0,069	-0,043	0,008	0,007	0,039	4,031	-7,146	8,656	0,320	-0,688	0,567	0,320	-0,608	0,647
MT	0,007	-0,080	-0,050	0,006	-0,057	-0,034	0,007	0,006	0,034	2,634	-4,451	5,875	0,172	-0,384	0,291	0,172	-0,318	0,356
GO	0,008	-0,079	-0,049	0,005	-0,062	-0,039	0,007	-0,002	0,027	1,029	-1,466	2,567	0,066	-0,164	0,094	0,066	-0,100	0,157
DF	0,012	-0,035	0,010	0,008	-0,020	0,009	0,012	-0,016	0,031	305,7	-596,2	602,5	3,861	-7,608	7,528	3,861	-7,595	7,541

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC dos anos de 2016 e 2019.

Tabela 8 – Erro padrão (STE), Limite inferior de 95% (LB) e superior de 95% (UB) da decomposição da variação da pobreza entre crescimento e redistribuição do período de 2004-2008

Grupos	Insuficiência de renda						Multidimensional					
	C _G ^S			C _R ^S			C _G ^S			C _R ^S		
	STE	LB	UB									
Região												
Norte	0,0150	-0,1250	-0,0661	0,0074	-0,0519	-0,0228	0,0020	-0,1326	-0,1246	0,0019	0,0085	0,0158
Nordeste	0,0088	-0,1312	-0,0969	0,0062	-0,0379	-0,0136	0,0015	-0,1233	-0,1176	0,0015	0,0291	0,0348
Sudeste	0,0063	-0,1012	-0,0766	0,0051	-0,0495	-0,0295	0,0019	-0,1161	-0,1087	0,0021	0,0023	0,0104
Sul	0,0083	-0,0905	-0,0581	0,0065	-0,0491	-0,0238	0,0026	-0,1195	-0,1093	0,0028	0,0045	0,0155
Centro-Oeste	0,0143	-0,1577	-0,1018	0,0114	-0,0377	0,0072	0,0028	-0,1304	-0,1195	0,0028	-0,0001	0,0107
Sexo												
Homem	0,0044	-0,1045	-0,0875	0,0035	-0,0439	-0,0301	0,0015	-0,1122	-0,1063	0,0016	0,0050	0,0114
Mulher	0,0043	-0,1001	-0,0834	0,0034	-0,0420	-0,0288	0,0016	-0,1235	-0,1173	0,0016	0,0174	0,0238
Raça/cor												
Branca	0,0044	-0,0910	-0,0736	0,0037	-0,0361	-0,0216	0,0016	-0,1160	-0,1099	0,0017	0,0121	0,0187
Preta	0,0078	-0,1543	-0,1236	0,0058	-0,0404	-0,0178	0,0047	-0,1478	-0,1295	0,0047	0,0085	0,0268
Amarela	0,0135	-0,0166	0,0364	0,0211	-0,0764	0,0061	0,0142	-0,0428	0,0128	0,0171	-0,0573	0,0095
Parda	0,0043	-0,1415	-0,1247	0,0029	-0,0343	-0,0228	0,0016	-0,1429	-0,1366	0,0016	0,0246	0,0309
Indígena	0,0400	-0,1870	-0,0303	0,0249	-0,0634	0,0342	0,0257	-0,1345	-0,0339	0,0245	-0,0454	0,0506
Situação Censitária												
Urbana	0,0045	-0,1020	-0,0844	0,0036	-0,0430	-0,0290	0,0012	-0,1189	-0,1141	0,0013	0,0066	0,0117
Rural	0,0095	-0,1187	-0,0816	0,0051	-0,0334	-0,0136	0,0019	-0,1086	-0,1012	0,0021	0,0330	0,0410
Setor de Atividade												
Agrícola	0,0088	-0,1358	-0,1012	0,0053	-0,0293	-0,0085	0,0032	-0,1556	-0,1432	0,0033	0,0499	0,0629
Outras atividades industriais	0,0168	-0,1062	-0,0404	0,0169	-0,0526	0,0137	0,0080	-0,0618	-0,0306	0,0113	-0,0237	0,0205
Indústria de transformação	0,0058	-0,0882	-0,0655	0,0058	-0,0456	-0,0229	0,0025	-0,0650	-0,0550	0,0032	-0,0034	0,0092
Construção	0,0089	-0,1658	-0,1309	0,0077	-0,0283	0,0021	0,0057	-0,1366	-0,1143	0,0060	0,0105	0,0341
Comércio e reparação	0,0058	-0,0968	-0,0740	0,0052	-0,0453	-0,0248	0,0025	-0,0816	-0,0717	0,0030	-0,0129	-0,0011
Alojamento e alimentação	0,0274	-0,1372	-0,0298	0,0267	-0,1220	-0,0172	0,0060	-0,1128	-0,0893	0,0067	0,0035	0,0297
Transportes	0,0131	-0,0684	-0,0172	0,0129	-0,0885	-0,0379	0,0040	-0,0693	-0,0535	0,0051	-0,0147	0,0054
Administração pública	0,0059	-0,0754	-0,0522	0,0057	-0,0297	-0,0074	0,0028	-0,0438	-0,0328	0,0040	-0,0184	-0,0028
Educação e saúde	0,0045	-0,0547	-0,0369	0,0044	-0,0292	-0,0118	0,0019	-0,0324	-0,0250	0,0029	-0,0173	-0,0058
Serviços domésticos	0,0053	-0,1776	-0,1567	0,0039	-0,0063	0,0089	0,0061	-0,1376	-0,1138	0,0069	0,0234	0,0504
Outros serviços coletivos	0,0107	-0,1154	-0,0737	0,0096	-0,0606	-0,0228	0,0057	-0,0920	-0,0695	0,0066	-0,0238	0,0019
Outras atividades	0,0054	-0,0481	-0,0269	0,0054	-0,0515	-0,0302	0,0020	-0,0351	-0,0271	0,0030	-0,0069	0,0047
Atividades mal definidas	0,0273	-0,1916	-0,0848	0,0215	-0,0060	0,0784	0,0327	-0,1379	-0,0096	0,0369	-0,1111	0,0335

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD dos anos de 2004 e 2008.

Tabela 9 – Erro padrão (STE), Limite inferior de 95% (LB) e superior de 95% (UB) da decomposição da variação da pobreza entre crescimento e redistribuição do período de 2016-2019

Grupos	Insuficiência de renda						Multidimensional					
	STE	C_G^S		STE	C_R^S		STE	C_G^S		STE	C_R^S	
		LB	UB		LB	UB		LB	UB		LB	UB
Região												
Norte	0,0	-0,0313	0,0032	0,0107	-0,0081	0,0340	0,0029	0,0910	0,1024	0,0032	-0,0163	-0,0038
Nordeste	0,0074	-0,0287	0,0002	0,0091	-0,0046	0,0310	0,0022	0,0896	0,0982	0,0026	-0,0330	-0,0229
Sudeste	0,0051	-0,0175	0,0027	0,0066	-0,0007	0,0251	0,0027	0,0304	0,0409	0,0034	-0,0167	-0,0036
Sul	0,0028	-0,0135	-0,0025	0,0048	-0,0010	0,0177	0,0025	0,0430	0,0528	0,0033	-0,0196	-0,0066
Centro-Oeste	0,0057	-0,0200	0,0023	0,0082	-0,0092	0,0231	0,0035	0,0329	0,0767	0,0045	-0,0345	-0,0168
Sexo												
Homem	0,0041	-0,0174	-0,0014	0,0051	0,0019	0,0217	0,0019	0,0450	0,0527	0,0024	-0,0086	0,0009
Mulher	0,0037	-0,0183	-0,0039	0,0047	0,0023	0,0208	0,0024	0,0508	0,0602	0,0029	-0,0177	-0,0063
Raça/cor												
Branca	0,0036	-0,0141	-0,0001	0,0046	0,0013	0,0193	0,0023	0,0323	0,0414	0,0029	-0,0074	0,0041
Preta	0,0045	-0,0206	-0,0030	0,0069	0,0019	0,0288	0,0048	0,0620	0,0808	0,0058	-0,0371	-0,0143
Amarela	0,0100	-0,0243	0,0147	0,0209	0,0227	0,1045	0,0216	0,0464	0,1312	0,0248	-0,0557	0,0416
Parda	0,0029	-0,0284	-0,0171	0,0041	0,0085	0,0244	0,0020	0,0703	0,0782	0,0024	-0,0308	-0,0214
Indígena	0,0294	-0,0304	0,0850	0,0403	-0,0836	0,0742	0,0225	0,0316	0,1198	0,0246	-0,0651	0,0314
Situação Censitária												
Urbana	0,0038	-0,0165	-0,0018	0,0048	0,0025	0,0212	0,0017	0,0483	0,0550	0,0021	-0,0122	-0,0040
Rural	0,0054	-0,0125	0,0089	0,0061	-0,0055	0,0185	0,0014	0,0553	0,0610	0,0022	-0,0118	-0,0033
Setor de Atividade												
Agricultura	0,0066	-0,0450	-0,0192	0,0114	-0,0083	0,0365	0,0034	0,0584	0,0717	0,0047	-0,0260	-0,0077
Indústria em geral	0,0036	-0,0149	-0,0007	0,0070	-0,0019	0,0255	0,0022	0,0228	0,0312	0,0034	-0,0076	0,0058
Construção	0,0092	-0,0335	0,0025	0,0138	0,0089	0,0629	0,0045	0,0507	0,0683	0,0061	-0,0236	0,0001
Comércio	0,0024	-0,0123	-0,0029	0,0046	0,0050	0,0232	0,0017	0,0293	0,0360	0,0028	-0,0093	0,0019
Transportes	0,0060	-0,0078	0,0159	0,0081	-0,0235	0,0083	0,0033	0,0319	0,0448	0,0051	-0,0243	-0,0042
Alojamento e alimentação	0,0066	-0,0017	0,0243	0,0093	-0,0059	0,0305	0,0045	0,0530	0,0707	0,0065	-0,0224	0,0030
Informação e comunicação	0,0028	-0,0026	0,0083	0,0040	-0,0066	0,0091	0,0016	0,0098	0,0159	0,0024	-0,0032	0,0061
Administração pública	0,0025	-0,0136	-0,0037	0,0047	-0,0056	0,0127	0,0017	0,0095	0,0163	0,0032	-0,0092	0,0032
Educação, saúde humana	0,0019	-0,0077	-0,0002	0,0032	-0,0107	0,0017	0,0011	0,0104	0,0146	0,0019	-0,0080	-0,0005
Outros serviços	0,0042	-0,0142	0,0023	0,0077	0,0024	0,0327	0,0047	0,0222	0,0405	0,0070	0,0021	0,0294
Serviços domésticos	0,0041	-0,0114	0,0048	0,0075	0,0092	0,0384	0,0054	0,0570	0,0781	0,0072	-0,0274	0,0009
Atividades mal definidas	0,0694	-0,3122	-0,0400	0,0781	0,1849	0,4909	0,0228	-0,0438	0,0456	0,0762	-0,0650	0,2338

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC dos anos de 2016 e 2019.